UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BRENO APARECIDO SERVIDONE MORENO

Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860

Versão Corrigida

São Paulo
2013

BRENO APARECIDO SERVIDONE MORENO

Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

De acordo,

_____
Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Versão Corrigida

São Paulo
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

MORENO, Breno A. Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

RESUMO

A presente dissertação investiga a demografia e o trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, no médio Vale do Paraíba, entre as décadas de 1830 e 1850, no período de expansão da cafeicultura. O *corpus* documental é composto pelos inventários *post mortem* dos cafeicultores escravistas e pelas listas nominativas de habitantes, em especial, as referentes aos anos de 1817, 1822 e 1829. Por meio delas, objetiva-se analisar a estrutura da posse de cativos e o perfil demográfico da escravaria, mapear a estrutura fundiária, determinar a capacidade produtiva das unidades agrícolas e traçar o quadro da exploração do trabalho escravo. Pretende-se demonstrar a existência de um padrão demográfico uniforme no médio Vale do Paraíba, caracterizado pela disseminação da posse de escravos e, ao mesmo tempo, concentração da propriedade cativa pelos megaescravistas, donos de 100 ou mais cativos. Do mesmo modo, intenta-se mostrar a concentração do processo produtivo pelos megaescravistas, que dominavam a mão de obra escrava, a propriedade fundiária e os cafezais cultivados.

Palavras-chave: Bananal. Cafeicultura. Estrutura Fundiária. Posse de Escravos. Trabalho Escravo.

ABSTRACT

The present dissertation explore the demography and slave work of from rural coffee properties from Bananal, central Paraíba River Valley (state of São Paulo, Brazil), between 1830's and 1850's, period of coffee farming expansion. The documental *corpus* is composed by detailed *post mortem* inventories from coffee farmers which made use of slave work and by "habitant nominal lists" (regional *census*), especially the ones related to the years 1817, 1822 and 1829. Through these documents, this research aims to analyze the slaveholding structure and the demographic slavery profile, to map the agrarian structure, to determine the productive capacity of agricultural unities and frame the exploration of captive workers. It intends to demonstrate the existence of a uniform demographic pattern in central Paraíba River Valley, featured by the dissemination of possession of slaves and, at the same time, by the concentration of captive property by large slaveholders, owners of 100 or more slaves. Withal, it strove to show the productive process concentration by the large slaveholders, which dominated slave laborers, the agrarian properties and the coffee plantations.

Palavras-chave: Bananal. Coffee Plantations. Agrarian Structure. Slaveholding Structure. Slave Labor.

E-mail: berenomor@yahoo.com.br

Aos meus pais

Helenice Servidone Moreno (“Lena”)
Osvaldo de Jesus Moreno (“Nego”)

AGRADECIMENTOS

É impossível agradecer a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, pois tive a sorte de contar com o auxílio de muitas pessoas no curto, e ao mesmo tempo longo, percurso do mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de mestrado, que tornou possível a dedicação exclusiva à pesquisa pelo período de dois anos.

Aos professores Carlos de Almeida Prado Bacellar e Rafael de Bivar Marquese, meus orientadores, faço um agradecimento especial. Em primeiro lugar, pelo apoio e confiança depositada em mim desde a graduação, quando esta pesquisa ainda dava seus primeiros passos. Agradeço igualmente pelas muitas leituras atentas deste trabalho e, principalmente, por sempre terem me incentivado. Sem o constante apoio de ambos, certamente, esta pesquisa não teria se concretizado.

Aos professores que participaram do exame de qualificação, José Flávio Motta e Jaime Rodrigues, pelas valiosas contribuições a este trabalho. A José F. Motta, que também participou da defesa desta dissertação, agradeço igualmente pela leitura rigorosa do trabalho.

A Ricardo Salles por ter sido sempre tão gentil e prestativo. Agradeço também pelas leituras cautelosas às versões desta pesquisa, pelas críticas e indicações bibliográficas. E também por ter aceitado participar da defesa da dissertação e contribuído para o debate.

Aos meus grandes amigos, Ariam José F. C. Cury, Marco Aurélio D. Lourenço e Thiago Berlanga Trindade, que, desde o primeiro ano de graduação, muito me ensinaram sobre o significado da amizade.

A Jaqueline Carou Félix de Lima e Vitório Barato Neto pela leitura atenta e cuidadosa desta dissertação.

Aos novos amigos, Fernando Antônio Alves da Costa e Marcelo Loyola de Andrade, que tive o privilégio de conhecer em um dos cursos de pós-graduação. De lá para cá, ambos se tornaram grandes amigos e muito me incentivaram durante a realização desta pesquisa.

Agradeço igualmente aos colegas de pesquisa, Alain Youssef, Gabriel Aladrén, Marcelo Ferraro, Marco Aurélio dos Santos, Marjorie Cohn, Rogério Barreto, Priscila Lima e Tâmis Parron, que leram e criticaram a primeira versão deste trabalho.

Aos queridos amigos que fiz na graduação e na pós-graduação, Juan Azevedo, Rafael Valente, Juliana Magalhães, Fábia Barbosa e Camila dos Santos.

No período em que trabalhei como garçom no “Fruto da Terra – Batata Recheada”, antes de ingressar na universidade, tive o privilégio de conhecer o professor José Gilberto de Souza, que sempre me incentivou a estudar e, mais do que isso, despertou em mim a paixão pelas ciências humanas. Agradeço imensamente a você, Gilberto.

Não poderia deixar de mostrar minha eterna gratidão a Soraya Moura (do Armazém de Memória), Fernando Garcia (do Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois), Paolo Parisi e Dirceu Cutti (ambos do Centro de Estudos Migratórios) por terem permitido que, primeiramente, eu modificasse toda minha carga horária de trabalho para poder “dar conta” da pesquisa; e, nos últimos meses de pesquisa, por terem concordado com a redução do tempo de trabalho. Sem sua ajuda, este trabalho não teria se concretizado.

A todos os funcionários do Museu Major Novais, que foram sempre tão atenciosos e prestativos. Em especial, sou grato a Carlos Felipe do Nascimento, que, gentilmente, facilitou o acesso às fontes primárias, inclusive aos fins de semana. Sou grato também a Vicente Vale, Reinaldo Guimarães, D. Marília. A João Bosco França agradeço pelas conversas agradáveis e pelos cafezinhos, após o almoço.

À minha família, agradeço a minhas tias (Dalva Andrade, Conceição Servidone e Maria Lúcia Xavier) e aos meus primos (Jean Carlos Xavier, Pedro Andrade Neto e José Antônio C. Junior) pelos gratificantes finais de semana passados em minha terra natal, Jaboticabal.

Aos meus pais, Osvaldo J. Moreno e Helenice S. Moreno, dedico este trabalho. É impossível expressar em palavras a minha profunda gratidão para com eles, que fizeram de tudo por mim ao longo de minha vida. Graças ao seu apoio incondicional, pude me mudar para São Paulo e realizar o sonho de estudar em uma universidade pública. Sou grato também a meu irmão, Leonardo Servidone Moreno, que sempre me incentivou a alcançar meus objetivos.

Por fim, agradeço à minha companheira, Silvana Ribeiro Godoi, que há mais de cinco anos torna a minha vida cada dia mais feliz. E também por entender minha ausência, sobretudo nos últimos meses de pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 23

1 O POVOADO DE BANANAL: DAS ORIGENS AO APOGEU, ca. 1780 – ca. 1860.....32

1.1 A MONTAGEM DA CAFEICULTURA, ca. 1790 – ca. 1830 32
1.2 A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA, ca. 1830 – ca. 1860 40
1.3 A MONTAGEM DA CAFEICULTURA EM QUATRO PROPRIEDADES RURAIS, ca. 1810 – ca. 1830 46
1.3.1 **Joaquim Manoel de Freitas** 47
1.3.2 **José Ramos Nogueira** 57
1.3.3 **Luiz Gomes Nogueira** 66
1.3.4 **José de Aguiar de Toledo** 74

2. SENHORES E ESCRAVOS EM BANANAL, 1830-1860 83

2.1 A ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS 87
2.2 O PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO ESCRAVA 112
2.2.1 **Homens e mulheres** 113
2.2.2 **Presença africana** 121
2.2.3 **Perfil etário** 128
2.2.4 **Laços familiares** 137
2.2.5 **Preços de escravos** 145

3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA, PRODUÇÃO DE CAFÉ E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO EM BANANAL, 1830-1860 168

3.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA ....,...168
3.1.1 **A apropriação de terras na América Portuguesa** 168
3.1.2 **A apropriação de terras no Império do Brasil** 172
3.1.3 **A estrutura fundiária em Bananal, 1830-1860** 178
3.1.4 **O preço da terra** 208
3.2 A PRODUÇÃO DE CAFÉ E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO 212

CONSIDERAÇÕES FINAIS 234

APÊNDICES 237

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 246

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Evolução da Distribuição dos Escravistas por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 105
Gráfico 2.2 – Evolução da Distribuição dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 105
Gráfico 2.3 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 115
Gráfico 2.4 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 118
Gráfico 2.5 – Evolução do Estado Conjugal dos Escravos Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829 139
Gráfico 2.6 – Preço Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 (Período 1830-1834 = 100) 148
Gráfico 2.7 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 149
Gráfico 2.8 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 150
Gráfico 2.9 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839 151
Gráfico 2.10 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1830-1839 152
Gráfico 2.11 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839 153
Gráfico 2.12 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839 154
Gráfico 2.13 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839 155
Gráfico 2.14 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839.....156
Gráfico 2.15 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849 157

Gráfico 2.16 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849 158
Gráfico 2.17 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849 159
Gráfico 2.18 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859 160
Gráfico 2.19 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859 161
Gráfico 2.20 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859 162
Gráfico 3.1 – Preço Mediano (em Mil-Réis) da Braça de Terra em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 210
Gráfico 3.2 – Preço Médio (em Mil-Réis) da Braça de Terra por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 211
Gráfico 3.3 – Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo*). Bananal, 1830-1859 220
Gráfico 3.4 – Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo Adulto*). Bananal, 1830-1859 223

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 – Mapa da Estrada do Caminho Novo da Piedade. Vale do Paraíba, Final do Século XVIII 33

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Os Megacafeicultores Escravistas. Bananal, 1830-1839 98
Quadro 2.2 – Os Megacafeicultores Escravistas. Bananal, 1840-1849 102
Quadro 2.3 – Os Megacafeicultores Escravistas. Bananal, 1850-1859 104
Quadro 2.4 – Indicadores Estatísticos da Posse de Escravos Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829 110
Quadro 2.5 – Quantidade de Escravos Desembarcados nos Portos do Centro-Sul do Brasil, 1821-1850 113
Quadro 2.6 – Estrutura Etária dos Escravos Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829 129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Evolução da População Livre e Escrava. Bananal, 1801-1836 35
Tabela 1.2 – Evolução da Produção de Café. Bananal, 1799-1854 36
Tabela 1.3 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1829 49
Tabela 1.4 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo a Origem. Bananal, 1817-1836 50
Tabela 1.5 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1836 50
Tabela 1.6 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1836 52
Tabela 1.7 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1836 52
Tabela 1.8 – Composição do Patrimônio de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1836 53
Tabela 1.9 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de José Ramos Nogueira. Bananal, 1817-1829 57
Tabela 1.10 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo a Origem. Bananal, 1817-1835 59
Tabela 1.11 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1835 59
Tabela 1.12 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1835 61
Tabela 1.13 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1835 61
Tabela 1.14 – Composição do Patrimônio de José Ramos Nogueira. Bananal, 1835 62
Tabela 1.15 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de Luiz Gomes Nogueira. Bananal, 1817- 1829 67
Tabela 1.16 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo a Origem. Bananal, 1817-1838 68
Tabela 1.17 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1838 68
Tabela 1.18 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1838 69

Tabela 1.19 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1829 70
Tabela 1.20 – Composição do Patrimônio de Luiz Gomes Nogueira. Bananal, 1838 71
Tabela 1.21 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829 75
Tabela 1.22 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo a Origem. Bananal, 1817-1829 76
Tabela 1.23 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1829 76
Tabela 1.24 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1829 77
Tabela 1.25 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1829 77
Tabela 1.26 – Composição do Patrimônio (*Fazenda do Resgate*) de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1838 79
Tabela 2.1 – Distribuição dos Processos de Inventário por Décadas. Bananal, 1830-1859 89
Tabela 2.2 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1830-1859 91
Tabela 2.3 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1830-1839 91
Tabela 2.4 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1840-1849 92
Tabela 2.5 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1850-1859 92
Tabela 2.6 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 93
Tabela 2.7 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 95
Tabela 2.8 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1839 97
Tabela 2.9 – Evolução da Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP) Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829 99

Tabela 2.10 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1840-1849 101
Tabela 2.11 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1850-1859 103
Tabela 2.12 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1839 106
Tabela 2.13 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1840-1849 107
Tabela 2.14 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1850-1859 107
Tabela 2.15 – Indicadores Estatísticos da Posse de Escravos. Bananal, 1830-1859 109
Tabela 2.16 – Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 114
Tabela 2.17 – Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 117
Tabela 2.18 – Razão de Sexo dos Escravos por Grupos. Bananal, 1830-1859 120
Tabela 2.19 – Razão de Sexo dos Escravos por Grupos. Vassouras, 1830-1859 120
Tabela 2.20 – Distribuição dos Escravos por Origem. Bananal, 1830-1859 122
Tabela 2.21 – Distribuição dos Escravos por Origem. Vassouras, 1830-1859 123
Tabela 2.22 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839 124
Tabela 2.23 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849 124
Tabela 2.24 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859 125
Tabela 2.25 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1830-1839 125
Tabela 2.26 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1840-1849 125
Tabela 2.27 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1850-1859 126
Tabela 2.28 – Proporção de Africanos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 126
Tabela 2.29 – Proporção de Africanos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 127
Tabela 2.30 – Estrutura Etária dos Escravos. Bananal, 1830-1859 128
Tabela 2.31 – Estrutura Etária dos Escravos. Vassouras, 1830-1859 131
Tabela 2.32 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo. Bananal, 1830-1839 132
Tabela 2.33 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo. Bananal, 1840-1849 132
Tabela 2.34 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo. Bananal, 1850-1859 133

Tabela 2.35 – Estrutura Etária dos Escravos por Origem. Bananal, 1830-1839 133
Tabela 2.36 – Estrutura Etária dos Escravos por Origem. Bananal, 1840-1849 134
Tabela 2.37 – Estrutura Etária dos Escravos por Origem. Bananal, 1850-1859 134
Tabela 2.38 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo e Origem. Bananal, 1830-1839 135
Tabela 2.39 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo e Origem. Bananal, 1840-1849 135
Tabela 2.40 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo e Origem. Bananal, 1850-1859 136
Tabela 2.41 – Estado Conjugal dos Escravos. Bananal, 1830-1859 138
Tabela 2.42 – Estado Conjugal dos Escravos. Vassouras, 1830-1859 138
Tabela 2.43 – Estado Conjugal dos Escravos por Sexo. Bananal, 1830-1839 141
Tabela 2.44 – Estado Conjugal dos Escravos por Sexo. Bananal, 1840-1849 141
Tabela 2.45 – Estado Conjugal dos Escravos por Sexo. Bananal, 1850-1859 142
Tabela 2.46 – Estado Conjugal dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839 143
Tabela 2.47 – Estado Conjugal dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849 144
Tabela 2.48 – Estado Conjugal dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859 144
Tabela 2.49 – Exportações de Café. Brasil, 1830-1860 146
Tabela 2.50 – Preço Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 147
Tabela 2.51 – Preço Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 (Período 1830-1834 = 100) 148
Tabela 3.1 – Número de Propriedades Rurais dos Cafeicultores por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 180
Tabela 3.2 – Proprietários de Terras e “Sem Terras” Frente ao Total de Cafeicultores por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 182
Tabela 3.3 – Número Médio de Propriedades Rurais dos Cafeicultores por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 184
Tabela 3.4 – Número de *Propriedades* Rurais com Registro Completo de seu Tamanho por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 185
Tabela 3.5 – Número de *Proprietários* de Terras com Registro Completo de pelo menos uma de suas Propriedades Rurais por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 186
Tabela 3.6 – Indicadores Estatísticos da Estrutura Fundiária por *Propriedades* (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 190
Tabela 3.7 – Classificação das Propriedades Rurais por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 192

Tabela 3.8 – Indicadores Estatísticos da Estrutura Fundiária por *Proprietários* (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 200
Tabela 3.9 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 203
Tabela 3.10 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839 205
Tabela 3.11 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849 206
Tabela 3.12 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859 207
Tabela 3.13 – Preço Mediano (em Mil-Réis) da Braça de Terra em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 209
Tabela 3.14 – Preço Mediano (em Mil-Réis) da Braça de Terra em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 (Período 1830-1834 = 100) 210
Tabela 3.15 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 217
Tabela 3.16 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839 218
Tabela 3.17 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849 219
Tabela 3.18 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859 219
Tabela 3.19 – Força de Trabalho (Escravos Adultos) dos Cafeicultores Escravistas por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 222
Tabela 3.20 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839 225
Tabela 3.21 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839 226
Tabela 3.22 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849 227
Tabela 3.23 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849 227
Tabela 3.24 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859 228

Tabela 3.25 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859 229
Tabela 3.26 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 230
Tabela 3.27 – Distribuição das Alforrias Declaradas em Testamentos por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 232
Tabela A.1 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 238
Tabela A.2 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859 238
Tabela A.3 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839 238
Tabela A.4 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839 239
Tabela A.5 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839 239
Tabela A.6 – Preço Médio e Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos. Bananal, 1830-1859 ...226
Tabela A.7 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849.....239
Tabela A.8 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849 240
Tabela A.9 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849 240
Tabela A.10 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859 240
Tabela A.11 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859 240
Tabela A.12 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859 241
Tabela A.13 – Preço Médio (em Mil-Réis) da Braça de Terra por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 241
Tabela A.14 – Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo*) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 241

Tabela A.15 – Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo Adulto*) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859 242
Tabela B.1 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 244
Tabela B.2 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859 244
Tabela B.3 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1830-1839 244
Tabela B.4 - Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839 245
Tabela B.5 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839 245

INTRODUÇÃO

Em 26 de abril de 1822, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, durante viagem de volta ao Rio de Janeiro pela estrada do Caminho Novo da Piedade, anotou em seu diário:

> A três quartos de légua do rancho onde passamos a última noite alcançamos a Aldeia do Bananal, sede de paróquia. Esta vila fica situada num vale bem largo entre morros cobertos de mata e compõe-se de uma única rua. Pareceu-me de fundação recente, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultiva muito café e cujos habitantes, por conseguinte, possuem rendas consideráveis.[1]

Com efeito, a Freguesia de Bananal, que a essa altura pertencia à Vila de Areias, já era então uma das maiores produtoras de café do Vale do Paraíba paulista. Nesse período, a cafeicultura encontrava-se em pleno processo de desenvolvimento econômico, motivada, principalmente, pelo acentuado aumento dos preços do produto no mercado mundial a partir de meados da década de 1810.[2] No entanto, a montagem da cafeicultura nessa região e, de modo geral, no Vale do Paraíba paulista, remonta ao final do século XVIII. O início da construção da estrada do Caminho Novo da Piedade, por volta dos anos 1720, marca o início do povoamento da Freguesia da Piedade, que atualmente compreende os municípios situados na porção leste do Vale do Paraíba paulista, dentre os quais, Lorena, Areias, Bananal e Arapeí. Até então, a Coroa havia barrado sistematicamente a ocupação desse e de outros trechos, objetivando reprimir o contrabando do ouro por caminhos "não oficiais".[3]

Até os anos 1780 e 1790, quando se terminou a construção do Caminho Novo da Piedade, predominavam na região de Bananal as pequenas propriedades policultoras, dedicadas à produção de milho, arroz, feijão e farinha de mandioca. Além disso, era comum a

---

[1] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 104.

[2] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005, p. 81-85. MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 355.

[3] RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo**: povoadores do Bananal. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p. 23-27. (Coleção Paulística, XVIII). MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 34-35. TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real**: Caminho Novo da Piedade. Campinas: Editora Alínea, 2009, p. 23-24.

criação de porcos e gado vacum. A produção de gêneros alimentícios era destinada, principalmente, à subsistência dos agricultores. No entanto, já havia um comércio precário de excedentes, voltado, sobretudo, à venda de milho. O excedente dessa produção era reservado, em grande medida, às tropas de mulas que começaram a circular por aquela estrada.[4] Construído com a finalidade de facilitar os contatos entre a sede do Vice-Reino e as minas de Goiás e de Mato Grosso, o novo caminho provocou o aumento do trânsito das tropas de mulas ao entorno do povoado, fundado com o nome de Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal, em 1783.

A agricultura comercial de gêneros alimentícios, incipiente no início do século XIX, adquiriu papel fundamental no decurso das décadas seguintes, ou seja, durante a montagem da cafeicultura escravista no município. Ela permitiu que os agricultores se deslocassem paulatinamente para a atividade cafeeira, com um nível de risco relativamente baixo. Desde fins do século XVIII, houve uma simbiose entre a cultura do milho e a do café no Vale do Paraíba. Os pés de milho eram cultivados entre as fileiras dos arbustos de café recém-plantados e cumpriam um duplo objetivo: sombrear os pés de café em crescimento e manter a escravaria trabalhando de forma produtiva no amanho dos mantimentos. A combinação entre as culturas do milho e do café permitiu que muitos agricultores, inclusive aqueles desprovidos da posse de escravos, investissem na atividade cafeeira.[5]

Em traços gerais, uma série de fatores foi decisiva para a formação da cafeicultura escravista em Bananal e em todo o Vale do Paraíba. O primeiro deles, sem dúvida, deveu-se à exclusão de Saint Domingue (atual Haiti) do mercado mundial de café. Em 1790, a possessão francesa era a maior produtora mundial do artigo, responsável pelo fornecimento de pouco menos da metade do que se consumia nos mercados do Atlântico Norte. Além disso, Saint Domingue produzia, aproximadamente, um terço de todo o açúcar ofertado nesses mercados. Contudo, a revolução escrava, iniciada em 1791, desestruturou suas *plantations* escravistas, alterando crucialmente a oferta mundial daqueles produtos. Em uma conjuntura de curva ascendente de consumo, a saída de Saint Domingue do mercado repercutiu de imediato nas demais regiões cafeeiras do globo.[6]

As colônias britânicas foram as primeiras a tirar vantagem do vácuo deixado por Saint Domingue. Nos anos 1790, os escravistas jamaicanos prontamente aumentaram suas lavouras

---

[4] HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 13-52. MOTTA, op. cit., p. 35.
[5] LUNA; KLEIN, op. cit., p. 81-106. MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 356.
[6] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 345-347.

cafeeiras; no final da mesma década, a produção chegou a 6 mil toneladas, atingindo o pico de aproximadamente 14 mil t, em 1808. Por seu turno, os senhores de escravos de Demerara (atual Guiana) ampliaram igualmente suas plantações de café e, em virtude disso, a produção elevou-se a quase 9 mil t, em 1810. No entanto, a situação nas possessões britânicas se agravou com a abolição do tráfico atlântico de escravos africanos pela Coroa.[7]

Na ilha de Cuba, as primeiras plantações escravistas de café surgiram logo após a eclosão da revolução de Saint Domingue. Um grande número de proprietários de escravos se exilou da ilha francesa depois do levante, e boa parte deles se estabeleceu na região montanhosa do oriente cubano. Até 1807, a produção cafeeira manteve-se estável, em torno de mil toneladas anuais; a colheita aumentou para pouco menos de 5 mil t, em 1810, e, no decênio seguinte, atingiu cerca de 10 mil t. No início dos anos 1820, Cuba e Jamaica já ofereciam ao mercado o mesmo volume de café. No decurso desse decênio, a quantidade de grãos de café exportada pela Jamaica se estabilizou, enquanto a produção de Cuba cresceu substantivamente. Apesar da queda nos preços do café no mercado internacional nos anos 1820, a safra cubana elevou-se a quase 30 mil t, no ano de 1833, algo equivalente à produção de Saint Domingue, em 1790.[8]

No tocante aos fatores internos que permitiram a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba, deve-se destacar que, em primeiro lugar, já havia uma infraestrutura adequada para essa atividade, fruto das alterações que a mineração havia provocado na paisagem econômica do Centro-Sul. A transferência da família real para a América portuguesa e o fim do pacto colonial, em 1808, também repercutiu positivamente no processo de formação da cafeicultura. Além disso, a construção de duas novas estradas (Polícia e Comércio), nos anos 1820, permitiu o fluxo regular de mercadorias de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Deve-se apontar, igualmente, que a existência de uma imensa área de terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar viabilizou a instalação de inúmeras unidades produtivas cafeeiras. Por último, a oferta elástica e relativamente barata de mão de obra escrava, propiciada por um tráfico atlântico de africanos controlado pelos negociantes estabelecidos na praça mercantil do Rio de Janeiro, também foi de suma importância para a montagem da cafeicultura.[9]

A cafeicultura escravista exerceu papel fundamental na conformação da paisagem econômico-social dos municípios cafeeiros da Bacia do Paraíba, principalmente nas

[7] Ibid., p. 348-349.
[8] Ibid., p. 350-352.
[9] Ibid., p. 353-356.

localidades situadas no médio Vale do Paraíba. No povoado de Bananal, as primeiras plantações de café surgiram no final do século XVIII. Em 1799, há pela primeira vez a menção à produção de café nas listas nominativas de habitantes: apenas nove arrobas foram remetidas ao Rio de Janeiro. O cultivo de café alastrou-se na região, tanto que a produção saltou de 40 arrobas, em 1802, para 806 arrobas, em 1814. Com a alta acentuada nas cotações do produto no mercado mundial, a partir de 1812, a safra de grãos elevou-se significativamente nos anos subsequentes. Em 1817, a Freguesia tinha 62 escravistas (51,2% do total), cuja principal atividade econômica era o cultivo de café; nesses domicílios, 645 escravos (63,9% do total) produziram pouco mais de 4 mil arrobas. Já em 1822, mesmo ano em que Saint-Hilaire cruzou a região, a safra colhida atingiu a soma de 22,5 mil arrobas.[10]

Anos mais tarde, em 1829, a cafeicultura havia se tornado a atividade econômica dominante em Bananal: 147 escravistas (75,4% do total), que mantinham o domínio de 2.030 cativos (88,9% da escravaria total do município), produziram 45,5 mil arrobas de café, o dobro do volume obtido em 1822.[11] Em 1836, a Vila de Bananal – desmembrada da Vila de Areias em 1832 – já era a segunda maior produtora do artigo na província de São Paulo, responsável por 11% (65 mil arrobas) do montante produzido.[12] Em virtude de seu crescimento econômico e demográfico, Bananal recebeu o *status* de Cidade em 1849 e, cinco anos depois, tornou-se a maior produtora de café da província, com cerca de 554 mil arrobas; nesse ano, a região detinha o maior contingente de escravos de São Paulo: 7.622 cativos (66,4% da população total).[13]

O trabalho mais importante dedicado ao município de Bananal para as primeiras décadas do século XIX é o de José Flávio Motta.[14] Mediante a análise das listas nominativas

---

[10] MOTTA, op. cit., p. 49-51; 113-114; 126-127; 141. AESP. **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**.

[11] MOTTA, op. cit., p. 51-54; 113-114; 126-127; 141.

[12] MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 35-36; 124; 130; 132. MOTTA, op. cit., p. 52-53.

[13] OLIVEIRA, José J. Machado de. Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000023.html>. Acesso em: 26 nov. 2011. MOTTA, op. cit., p. 54; 62.

[14] MOTTA, op. cit. Dentre os trabalhos disponíveis sobre Bananal ver também: RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. **Pequena história do Bananal**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. (Coleção História, 19). RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo**: povoadores do Bananal. São Paulo: Governo do Estado, 1980. (Coleção Paulística, XVIII). FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. **Bananal**. Cidade Histórica, Berço do Café. São Paulo: Massao Ohno/Roswitha Kempf Editores, 1981. MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 71-101, 1988. MOTTA, José Flávio. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 3, p. 409-434, set./dez. 1991. MOTTA, José F.; NOZOE, Nelson Hideiki. Cafeicultura e acumulação. **Estudos**

de habitantes, o autor procurou compreender as relações entre a estrutura da posse de escravos e as uniões familiares dos cativos. Motta demonstrou que a introdução e o desenvolvimento da cafeicultura escravista nas primeiras décadas do século XIX alteraram a estrutura da posse de escravos local. Entre 1801 e 1817, houve um processo de desconcentração social da propriedade cativa. Nesse período, proliferaram os indivíduos com parcos recursos, inclusive aqueles com poucos escravos. Já no segundo período (1817-1829), evidenciou-se um processo de concentração social da posse de escravos, devido, principalmente, ao desenvolvimento da lavoura cafeeira na região.[15]

A difusão da cafeicultura escravista imprimiu sua marca na composição demográfica da escravaria bananalense. O crescente afluxo de cativos pelo tráfico transatlântico de africanos determinou, em primeiro lugar, o aumento na proporção de africanos: em 1801, 57,1% da escravaria era africana; em 1829 subiu para 78,2%. A razão de sexo cresceu igualmente no mesmo período: era de 139 homens para cada 100 mulheres e, em 1829, saltou para 219. Tais mudanças no perfil demográfico incidiram nos laços conjugais dos escravos, pois, entre 1801 e 1829, a proporção da população cativa casada decresceu na medida em que a economia cafeeira se desenvolvia na região: em 1801, 27,4% de todos os cativos encontravam-se casados; em 1829, o percentual correlato reduziu-se a 17,6%.[16]

O trabalho de José Flávio Motta centrou-se nas três primeiras décadas do século XIX. Resta examinar a estrutura da posse de escravos no período de maior opulência econômica de Bananal, isto é, o período compreendido entre as décadas de 1830 e 1850.

Inúmeros pesquisadores já se debruçaram sobre o tema da posse de escravos no Brasil. Seus trabalhos ressaltaram que, entre os séculos XVIII e XIX, as pequenas posses de escravos prevaleceram em relação às grandes propriedades, e seus senhores detiveram parcela

---

Econômicos, São Paulo: IPE-USP, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994. CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. NOZOE, Nelson H.; MOTTA, José F. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, 51-84, 1999. MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002. MARCONDES, Renato L. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005. RIBEIRO, Fábia Barbosa. **Caminho da Piedade, caminhos de devoção**: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba paulista – século XIX. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010. MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos**: diásporas e identidades étnicas, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2011. SANTOS, Camila dos. **Laços cativos**: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882). Dissertação (Mestrado em História) – FFP-UERJ, São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2011.

[15] MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 168-170. No primeiro e no segundo capítulos desta dissertação, há uma discussão mais aprofundada sobre o trabalho de José F. Motta.

[16] MOTTA, op. cit., p. 133-139; 300-302.

considerável da população cativa.[17] Em virtude disso, o paradigma da grande propriedade rural monocultora, composta por mais de uma centena de trabalhadores escravizados e voltada exclusivamente ao fornecimento de gêneros tropicais para os mercados metropolitanos, foi colocado à prova.[18] As pesquisas no campo da demografia histórica permitiram o aprofundamento da compreensão da economia escravista brasileira, tanto nas regiões comprometidas com as atividades mineratória, açucareira e cafeeira, como em outras localidades; a análise da posse de cativos, em especial, contribuiu de modo notável para o conhecimento da composição demográfica dos cativos e escravistas nos séculos XVIII e XIX.

No caso particular dos trabalhos voltados ao Centro-Sul do Brasil, os historiadores fundamentaram suas análises nas listas nominativas de habitantes elaboradas entre 1765 e 1836, e na matrícula de escravos lavrada entre 1872 e 1874. A estrutura da posse de escravos no período de expansão da economia cafeeira, isto é, entre as décadas de 1830 e 1850, foi um tópico pouco frequentado, a despeito da centralidade do Vale do Paraíba para a formação do mercado mundial de café, para a construção do aparato institucional do Estado nacional brasileiro e para a notável expansão da escravidão em nosso país.

---

[17] Sobre a estrutura da posse de escravos em *Minas Gerais*: Cf. LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE-USP, 1981. LUNA, F. V. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, Antônio Emílio Muniz et al. **História econômica**: ensaios. São Paulo: IPE-USP, 1983, p. 25-41. (Relatórios de Pesquisa, 13); LUNA, F. V. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 157-171. Sobre *São Paulo*: Cf. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983. LUNA, Francisco V. Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836). **Primeiro Seminário do Centenário da Abolição do Escravismo**: da Época Colonial à Situação do Negro na Atualidade. São Paulo, IPE-USP, 1986, 21 p.; LUNA, F. V. Estrutura da posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 23-35, 1988; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005. Sobre a *Bahia*: Cf. SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983. SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011, p. 356-376. Sobre o *Rio de Janeiro*: Cf. COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 111-113, 1988. MOTTA, José F.; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci del Nero da. Às vésperas da abolição – um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan./mar. 2004. Ver também: LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. et al. **Escravismo em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. LUNA, Francisco V; KLEIN, Herbert S. **Escravismo no Brasil**. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

[18] Tal modelo encontrou distintas formulações; dentre os trabalhos mais significativos, vale lembrar aqui: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004. STEIN, Stanley J. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001.

Ao que tudo indica, o livro de Ricardo Salles sobre Vassouras é um dos poucos a trazer uma investigação sistemática sobre a estrutura da posse de escravos no médio Vale do Paraíba, o coração da economia cafeeira, após a década de 1830.[19] A presente dissertação de mestrado pretende contribuir para o debate historiográfico acerca da posse de escravos no Brasil examinando a matéria a partir de uma análise sistemática de Bananal entre as décadas de 1830 e 1850. Tal contribuição abordará, além da posse de escravos, outras duas facetas de vital relevância para o entendimento dessa questão: a estrutura fundiária e a produção de café. Em geral, esses dois assuntos são pouco integrados à análise da demografia da escravidão no Brasil pela literatura especializada. Por meio do entrecruzamento da demografia dos escravos, da estrutura agrária e da produção cafeeira, pretende-se determinar o papel desempenhado pelos distintos grupos de escravistas na economia cafeeira de Bananal.

O objeto de estudo desta dissertação de mestrado, portanto, é a demografia e o trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal entre as décadas de 1830 e 1850. O *corpus* documental explorado nesta pesquisa é composto por 166 inventários *post mortem* dos cafeicultores escravistas de Bananal, autuados entre 1830 e 1859.[20] Tais inventários foram digitalizados e a maior parte dos bens registrados nesses processos foi transcrita e inserida em planilhas do *Microsoft Excel*. Além dos inventários, foram utilizadas, também, as listas nominativas de habitantes, em especial, as referentes aos anos de 1817, 1822 e 1829.

O intuito desta dissertação é investigar, em primeiro lugar, a demografia da escravidão. Para tanto, será examinada a distribuição da posse de escravos, segundo faixas de tamanho de posse (FTPs), adotando o modelo proposto por Ricardo Salles.[21] Ainda dentro desse primeiro propósito, objetiva-se compreender a composição demográfica da escravaria mediante a análise de variáveis como sexo, origem, idade, estado conjugal e preço. Em

---

[19] SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Renato Leite MARCONDES, em dois artigos, também enfrentou o assunto, centrando-se, no entanto, na década de 1870. Ver, de sua autoria, A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002; Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.

[20] Esses processos encontram-se guardados e "conservados" no Museu Histórico e Pedagógico Major Dias Novais (doravante MMN), no município de Cruzeiro, em São Paulo. Vale destacar que o total de inventários encontrados e transcritos corresponde a 262 processos.

[21] Valendo-se de uma função linear, que representa a dificuldade que os senhores de escravos enfrentariam ao migrar de uma faixa de tamanho de posse para outra, o autor reuniu os escravistas em cinco grupos: 1) *miniproprietário*, que detinha a posse de quatro ou menos escravos; 2) *pequeno proprietário*, que mantinha sob seu domínio entre cinco e 19 cativos; 3) *médio proprietário*, que tinha entre 20 e 49 escravos; 4) *grande proprietário*, que possuía entre 50 e 99 cativos e, por fim, 5) *megaproprietário*, que era senhor de uma centena ou mais escravos. Cf. SALLES, op. cit., p. 156-157.

segundo lugar, almeja-se mapear a estrutura fundiária de Bananal, tendo-se em vista as mesmas FTPs. Assim, será possível compreender a relação existente entre a dimensão das escravarias e o tamanho das propriedades rurais cafeeiras. Por último, pretende-se determinar a capacidade produtiva das unidades agrícolas entre os grupos de escravistas (FTPs), por meio do número de pés de café cultivados nessas propriedades. Desse modo, pode-se traçar o quadro da exploração do trabalho escravo nas unidades produtivas cafeeiras.

Para percorrer tais objetivos, a dissertação de mestrado está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta um breve panorama histórico do povoamento de Bananal, destacando a importância que a implantação e a expansão da cultura cafeeira exerceram para a conformação econômica da região. O capítulo aborda ainda as condições externas e internas que contribuíram de modo decisivo para a montagem e deslanche da cafeicultura escravista no Brasil, permitindo que, na década de 1830, a região do Vale do Paraíba se tornasse a maior produtora mundial de café. Por fim, mediante o exame das listas nominativas e dos inventários, o capítulo analisa a trajetória de quatro cafeicultores escravistas, demonstrando que os agricultores de Bananal renunciaram à produção de mantimentos para o mercado interno e se deslocaram, paulatinamente, para a cafeicultura, nunca deixando de produzir gêneros alimentícios para o próprio consumo.

O segundo capítulo investiga, por meio dos processos de inventário dos cafeicultores escravistas, o perfil dos proprietários, acentuando algumas de suas caraterísticas, como o sexo e o estado conjugal. Examina, também, a estrutura da posse de escravos, bem como a composição demográfica da população cativa, de acordo com as variáveis acima apontadas. Mediante a comparação com o município de Vassouras, no coração da cafeicultura fluminense, a pesquisa demonstra a existência de um padrão demográfico uniforme no médio Vale do Paraíba, caracterizado pela disseminação da posse de escravos e, ao mesmo tempo, demasiada concentração da propriedade cativa pelos megaescravistas, donos de 100 ou mais cativos.

O terceiro capítulo examina, em primeiro lugar, a estrutura agrária no município em questão. Demonstra-se, assim, que a propriedade fundiária era semelhante a uma “colcha de retalhos”, cujos proprietários tinham, em média, mais de uma propriedade rural, cada qual correspondendo a uma unidade produtiva completa ou complementar. Evidencia-se, também, que todos os grupos de escravistas tinham acesso à propriedade da terra; no entanto, os megaescravistas mantinham o domínio de boa parte da propriedade fundiária. Por fim, mostra-se que os megaproprietários de escravos ainda detinham a posse de parcela

significativa dos pés de café cultivados nas propriedades rurais bananalenses. Assim, o que se destaca é que, entre as décadas de 1830 e 1850, houve concentração do processo produtivo, haja vista que a mão de obra, a propriedade agrária e os cafezais eram dominados basicamente pelos megaescravistas.

CAPÍTULO 1
O POVOADO DE BANANAL: DAS ORIGENS AO APOGEU, ca. 1780 – ca. 1860

1.1 A MONTAGEM DA CAFEICULTURA, ca. 1790 – ca. 1830

No último quartel do século XVIII, a capitania de São Paulo vivenciou um período de grande atividade econômica, sobretudo em virtude do desenvolvimento da produção canavieira. A região do "quadrilátero do açúcar", formada pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, destacava-se como a principal produtora. No Vale do Paraíba paulista, entretanto, a lavoura do açúcar não chegou a atingir a importância que adquiria no "quadrilátero", muito por conta da medida adotada pelo Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena (1788-1797), que, em 1789, proibiu todo o comércio efetuado pelos portos paulistas, exceto o estabelecido diretamente entre Santos e Portugal. Embora Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, que governou a capitania entre 1797-1802, tenha revogado a medida, a região da bacia do Rio Paraíba, excetuando-se a Vila de Guaratinguetá, não despontaria como grande exportadora de açúcar no mercado mundial.[22]

A fundação do povoado de Bananal enquadra-se precisamente nesse período de euforia econômica; no entanto, suas origens remontam à abertura do Caminho Novo da Piedade (**Figura 1.1**).[23] Em 1725, Rodrigo César de Menezes, Governador Geral da Capitania de São Paulo, mandou abrir uma estrada que partia da Freguesia de Hepacaré (Lorena) e desembocava na Real Fazenda de Santa Cruz. O caminho, que conectava a capitania de São Paulo ao Rio de Janeiro, foi construído com a finalidade de facilitar os contatos entre a sede do Vice-Reino e as minas de Goiás e de Mato Grosso. A obra, levada a cabo pelo Capitão-Mor de Guaratinguetá, Domingos Antunes Fialho, e por seu irmão, Manoel Antunes Fialho, seria concluída apenas na década de 1770.[24]

---

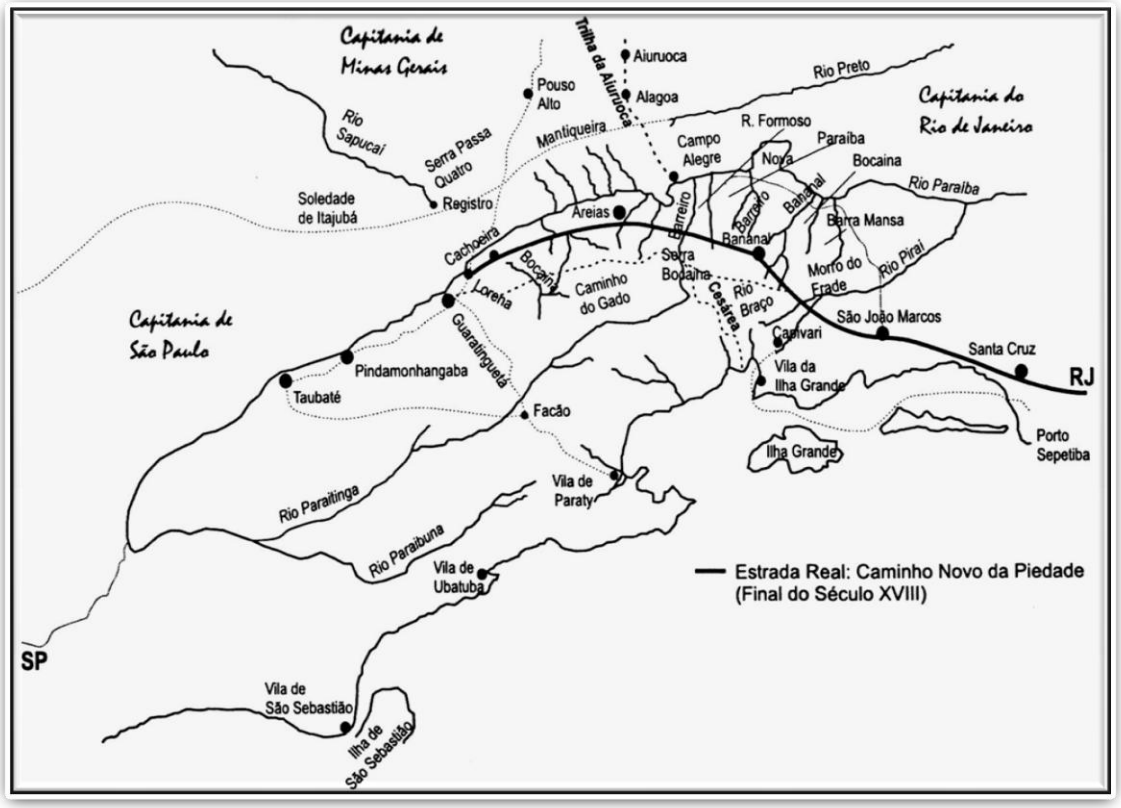
[22] MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 43-46.

[23] Atualmente, a região do Caminho Novo da Piedade é constituída pelos municípios de Lorena, Queluz, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí, Bananal e São João Marcos (no Rio de Janeiro).

[24] MOTTA, op. cit., p. 35-37. RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo**: povoadores do Bananal. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p. 23-27. (Coleção Paulística, XVIII).

Nessa época, o Capitão-Mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, recebeu uma sesmaria de terras, localizada na região de Bananal, por ter aberto um Caminho Novo de Guaratinguetá a São João Marcos e daí até o Rio de Janeiro. Além disso, a ele foram delegados poderes para distribuir outras sesmarias ao longo do trajeto para os indivíduos que cooperassem com sua construção. Dentre os contemplados, destacam-se o Alferes Pedro Rodrigues de Almeida Leal e João Barbosa de Camargo. Almeida Leal, nascido em Portugal e casado com Isabel da Silva Leme, natural de Baependi-MG, daria origem às importantes famílias Almeida e Nogueira de Bananal. Por sua vez, João Barbosa de Camargo e sua esposa, Maria Ribeiro de Jesus, edificaram em suas terras uma capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus do Livramento, em 1783, em torno do qual seria desenvolvido o povoado de Bananal.[25]

Figura 1.1 – Mapa da Estrada do Caminho Novo da Piedade.
Vale do Paraíba, Final do Século XVIII



Fonte: TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real**: Caminho Novo da Piedade. Campinas: Editora Alínea, 2009, p. 13.

[25] MOTTA, op. cit., p. 35-37. RODRIGUES, op. cit.

Os primeiros pesquisadores que trataram da temática da formação da cafeicultura na América portuguesa argumentaram, em linhas gerais, que a crise da mineração e a volta das atividades agrícola-exportadoras, na passagem do século XVIII para o XIX, teriam permitido o financiamento da atividade cafeeira. Segundo tais autores, o café passou a ser cultivado em grandes proporções após a eclosão da revolução escrava de Saint Domingue (1791-1804) e o avanço da industrialização na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Nesse sentido, os senhores de escravos, aproveitando o vácuo no mercado mundial, teriam mobilizado seus recursos ociosos (escravos e capitais), derivados da crise da mineração, para investir na cafeicultura.[26]

De fato houve estreita relação entre a crise da mineração e a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba, mas não no sentido apontado pelos primeiros estudiosos. Na primeira metade do Setecentos, o ciclo do ouro promoveu, no Centro-Sul da América portuguesa, a viabilização de uma infraestrutura necessária para abastecer a região das Minas Gerais com mantimentos, animais e escravos. Articulou-se, por exemplo, um significativo tráfico atlântico entre os portos da África Central e do Rio de Janeiro, controlado pelos negociantes fluminenses. Construíram-se duas estradas que cortavam o Vale do Paraíba: a do Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, aberta no começo do século XVIII, e a do Caminho Novo da Piedade, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo, concluída na década de 1770. Estruturou-se, por fim, um eficiente sistema de transporte de tropas de mulas necessário para vencer a topografia irregular do Centro-Sul da América portuguesa. Tais alterações na paisagem econômica da região, atrelada à existência de uma imensa área de terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, decorrentes da política oficial das "zonas proibidas", seriam fundamentais para o desenvolvimento da atividade cafeeira a partir de meados dos anos 1810.[27]

Na capitania de São Paulo, as primeiras lavouras de café surgiram nas duas últimas décadas do século XVIII e, ao que tudo indica, as mudas foram trazidas do Rio de Janeiro

---

[26] CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: **História econômica**: estudos e perspectivas. 1. ed., 1971. São Paulo: ABPHE/Hucitec/Ed. Unesp, 2005. COSTA, Emília V. **Da senzala à colônia**. 1. ed., 1966. São Paulo: Brasiliense, 1989. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2007. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985. SIMONSEN, Roberto. **Aspectos da história econômica do café**. São Paulo: Separata da Revista do Arquivo, 1940. STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. 1. ed., 1965. In: **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

[27] MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 353-354.

através do Vale do Paraíba.[28] No início do século XIX (1801), Bananal, que então correspondia à 6ª Companhia de Ordenanças da Freguesia de Areias, Vila de Lorena, contava com uma população de 978 habitantes: 401 escravos e 577 livres (**Tabela 1.1**). Dos 124 fogos/domicílios existentes na região, apenas quatro (3,2%) produziam açúcar e/ou aguardente, além de mantimentos para o próprio consumo. A maior parte dos fogos (70,1%) dedicava-se às lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca, sendo que em apenas sete deles houve comercialização de excedentes. Dos 44 fogos escravistas, 79,5% voltavam-se exclusivamente à produção de mantimentos, 2,3% criavam animais e 11,4% produziam açúcar e/ou aguardente. As duas primeiras atividades detinham 54,9% da mão de obra cativa da localidade, enquanto a última mantinha o domínio de 176 escravos (43,9%). Nesse ano, porém, não se registrou a produção de café em nenhum dos domicílios.[29] Como se pode depreender, a região era caracterizada, por um lado, pela produção de subsistência e de mantimentos e, por outro, pela economia açucareira, que começa a ganhar força nesse período nas capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Tabela 1.1 – Evolução da População Livre e Escrava. Bananal, 1801-1836

Ano	1801		1817		1822		1829		1836	
População	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Livre	577	59,0	1.916	65,5	1.343	46,0	1.737	43,2	3.238	48,3
Escrava	401	41,0	1.010	34,5	1.575	54,0	2.282	56,8	3.470	51,7
Total	**978**	**100,0**	**2.926**	**100,0**	**2.918**	**100,0**	**4.019**	**100,0**	**6.708**	**100,0**

Fonte: MOTTA, op. cit., p. 46-52; 128. AESP, **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**. MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 132.

Não se sabe ao certo o momento em que as primeiras mudas de café foram introduzidas em Bananal. Pode-se apontar, todavia, a existência de cafezais desde o início da década de 1790, já que, em 1799, há pela primeira vez a menção à sua produção nas listas nominativas (**Tabela 1.2**). Joaquim da Silva, Inácio Ribeiro e João Dias Gonçalves, que

[28] MOTTA, op. cit., p. 47-49.

[29] Ibid., p. 46-50; 114; 128. É preciso apontar que as informações contidas nas listas nominativas, que fundamentaram as análises de José Flávio Motta, nem sempre podem ser aceitas sem um mínimo de precaução, devido a possíveis problemas de qualidade dessas fontes. Sobre o assunto, ver: FERNANDEZ, Ramon V. Garcia. A consistência das Listas Nominativas da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 3, p. 477-496, 1989; NOZOE, Nelson H.; COSTA, Iraci del Nero da. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991; NOZOE, Nelson H.; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 34, p. 175-182, 1992. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 14, p. 114-120, 2008.

trabalhavam "em terras de favor", produziram, respectivamente, 2, 2 e 5 arrobas de café, que foram vendidas no mercado. Além disso, os três agricultores colheram gêneros de subsistência (milho, feijão e arroz), que foram consumidos "em casa".[30] No ano de 1802, foi arrolada a produção de 40 arrobas e o domicílio de João Dias Gonçalves foi o responsável pela safra colhida, remetida ao Rio de Janeiro (**Tabela 1.2**). Gonçalves vivia "a favor do Capitão Hilário Gomes Nogueira" – abastado senhor de engenho da região –, e continuou produzindo gêneros de subsistência.[31] Provavelmente, a colheita de café do ano de 1801 foi omitida na lista nominativa de habitantes.

Tabela 1.2 – Evolução da Produção de Café. Bananal, 1799-1854

Ano	Produção de Café (em arrobas)
1799	9
1802	40
1814	806
1817	4.049
1822	22.472
1829	45.572
1836	64.822
1854	554.600

Fonte: MOTTA, op. cit., p. 49-54. AESP, **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**. MULLËR, op. cit., p. 124. OLIVEIRA, José J. Machado de. Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000023.html>. Acesso em: 26 nov. 2011.

A vinda da família real para a América, em 1808, foi de suma importância para o arranque da cafeicultura no Vale do Paraíba. O aumento da população no Rio de Janeiro ampliou expressivamente a demanda por gêneros alimentícios, estimulando a Coroa a construir novas vias que ligassem diretamente os locais de produção de mantimentos à nova Corte. Dentre essas estradas, as da Polícia e do Comércio – concluídas no início da década de 1820 – seriam fundamentais para a expansão da cafeicultura no médio Vale do Paraíba. Assevera-se que dois dos maiores municípios cafeeiros mundiais no século XIX – Vassouras e Valença – seriam fundados à margem dessas estradas.[32]

O decreto de livre comércio com as nações amigas, promulgado em 1808, uma das primeiras medidas adotadas pela Coroa, permitiu a conexão direta dos senhores de escravos

[30] MOTTA, op. cit., p. 49-50.
[31] Ibid., p. 50.
[32] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 353-354.

com o mercado mundial. Nesse sentido, houve um aumento imediato na demanda por escravos na colônia: na década de 1800, estima-se que cerca de 14 mil cativos africanos desembarcaram anualmente no Centro-Sul da América portuguesa e, no decênio seguinte (1811-1820), o número elevou-se consideravelmente, atingindo uma média anual de 22 mil africanos.[33]

A composição da oferta mundial de café também contribuiu de modo decisivo para a montagem e o deslanche da cafeicultura na América portuguesa. Em 1790, Saint Domingue (atual Haiti) era a maior produtora mundial de café (32 mil toneladas), responsável pelo fornecimento de quase a metade do que se consumia nos mercados metropolitanos. Ademais, suas lavouras canavieiras produziam cerca de um terço de todo o açúcar ofertado nestes mercados. No entanto, a revolução escrava, iniciada em 1791 no norte da colônia, que culminou na declaração de independência do Haiti, em 1804, desestruturou as *plantations* escravistas, alterando de forma profunda a oferta mundial daqueles artigos. No Estado recém-independente (Haiti), a produção cafeeira reduziu-se à metade do montante obtido em 1790; em uma conjuntura de curva ascendente de consumo, portanto, a saída de Saint Domingue do mercado repercutiu de imediato nas demais regiões cafeeiras do globo (Jamaica, Demerara, Cuba e Java).[34]

Em linhas gerais, pode-se indicar uma série de fatores que foram cruciais para a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba: a existência de uma infraestrutura oriunda das alterações que a mineração havia trazido para a paisagem econômica do Centro-Sul; a transferência da família real para a América portuguesa e o fim do pacto colonial; a construção de duas novas estradas (Polícia e Comércio), que permitiu o fluxo regular de mercadorias de Minas Gerais para o Rio de Janeiro; a saída de Saint Domingue do mercado mundial de café; a existência de uma imensa área de terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar e, por fim, a oferta elástica de mão de obra escrava, propiciada pelo tráfico atlântico controlado pelos negociantes estabelecidos na praça mercantil do Rio de Janeiro.

Em virtude desses fatores, a cafeicultura escravista expandiu-se substantivamente no Vale do Paraíba nas três primeiras décadas do século XIX: entre 1797-1811, a exportação do produto girou em torno de 400 t anuais; de 1812 a 1816 – com os preços do café em alta no

---

[33] Os dados do tráfico atlântico de escravos africanos foram retirados de VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 10 jan. 2013.

[34] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 345-352.

mercado mundial –, a produção subiu para cerca de 1.500 t anuais; meia década depois (1817-1821), a exportação cresceu 300%, atingindo 6.100 t ao ano; por último, entre 1822-1823, a produção dobrou, igualando-se a 13.500 t.[35]

Bananal seguiu os mesmos passos dos demais municípios cafeeiros da bacia do Paraíba. Sua produção de café elevou-se de modo expressivo no mesmo período. A colheita de grãos saltou de apenas 40 arrobas, em 1802, para 806 arrobas (11,8 t) em 1814. Três anos depois (1817), a exportação aumentou 400%, atingindo a soma de 4.049 arrobas (59,5 t). No mesmo ano, a população total da Freguesia (4ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias) era de 2.926 habitantes: 1.010 escravos e 1.916 livres (**Tabela 1.1**). Dos 449 fogos existentes na localidade, 158 (35,1%) dedicavam-se ao cultivo de mantimentos e, eventualmente, à produção de toucinho; somente três desses domicílios comercializaram os excedentes. Por sua vez, 103 (22,9%) fogos voltaram-se à produção de café, dos quais somente três de maneira exclusiva. Quanto aos domicílios escravistas, 121 no total, apenas cinco (4,7%) produziam açúcar e/ou aguardente; 62 (51,2%) tinham como principal atividade o cultivo de café e, por fim, 28 (23,1%) plantavam mantimentos. Os cafeicultores detinham parcela majoritária da mão de obra da região, 645 cativos (63,9%), o que denota claramente a importância que a cafeicultura adquiriu nos últimos anos e a mudança de seu perfil e função econômica. Entretanto, os produtores de açúcar e/ou aguardente possuíam tão somente 160 cativos (15,8%) e os produtores de víveres eram donos de 162 escravos (16%).[36]

Os agricultores que investiram na montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba enfrentaram um problema comum: a ausência de crédito agrícola bancário. Além desse fato, os cafezais demoravam de três a cinco anos para dar os primeiros frutos. Embora o beneficiamento dos grãos fosse mais simples em comparação aos processos de moagem, fervura e filtragem necessários para a produção do açúcar, os lavradores precisavam ter uma fonte de renda alternativa, enquanto o arbusto de café não entrava em plena produção. Desse modo, a alternativa encontrada pelos lavradores para financiar suas lavouras consistiu em combinar o cultivo de gêneros alimentícios com o de café.[37] Auguste de Saint-Hilaire, ao

---

[35] Ibid., p. 354-356.
[36] MOTTA, op. cit., p. 46-47; 114; 128.
[37] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005, p. 82-83. A respeito do crédito agrícola, os autores não argumentam que havia outras formas de adquirir créditos locais e regionais para financiar as lavouras de café. O crédito poderia ser obtido a partir de empréstimos concedidos pelos grandes proprietários e negociantes da região, inclusive de outras localidades; por meio das ordens religiosas, tradicionais na usura desde os tempos iniciais da colônia; pelo "caixa de órfãos", controlada pelo Juiz de Órfãos, que igualmente emprestava dinheiro a juros. Seja como for, essas formas de crédito não estariam disponíveis, a princípio, para todos os indivíduos, dependendo, sobretudo, das relações pessoais mantidas entre os agricultores e os usurários.

atravessar o Caminho Novo da Piedade, em 1822, anotou em seu diário de viagem que "planta-se muito comumente milho e feijão entre os cafeeiros".[38] O cultivo destes gêneros permitiu o autofinanciamento das lavouras de café, além do que essa simbiose tinha a finalidade de sombrear os pés recém-plantados e, ao mesmo tempo, manter os cativos trabalhando no cultivo dos mantimentos.[39]

A mudança verificada na composição dos domicílios escravistas de Bananal, entre 1801 e 1817, parece corroborar a proposição de Luna e Klein[40] a respeito do autofinanciamento dos agricultores na montagem da cafeicultura. No primeiro ano, como apontado, 35 domicílios escravistas (79,5% do total) se dedicavam exclusivamente à produção de mantimentos, enquanto em nenhum dos fogos foi registrada a colheita de café. Todavia, em 1817, houve uma redução física e percentual dos domicílios produtores de gêneros, que nesse ano somavam apenas 28 fogos (23,1% do total); por seu turno, as unidades produtivas de café perfaziam cerca da metade dos domicílios de Bananal.[41]

No início da década de 1820, a prosperidade da cafeicultura em Bananal chegou a despertar a atenção de Saint-Hilaire no momento em que avistou a região. O naturalista francês destacou que o povoado estava cercado por plantações de café e que os habitantes dedicados a essa atividade "possuem rendas consideráveis".[42] A lista nominativa de 1822 aponta claramente a importância da atividade cafeeira na Freguesia. A colheita de grãos cresceu cerca de 450% em relação a 1817, atingindo a marca de 22.472 arrobas (330 t) (**Tabela 1.2**). Nesse ano, a população livre reduziu-se a 1.343 habitantes, enquanto o número de cativos se elevou a 1.575 (**Tabela 1.1**). Segundo José Flávio Motta, o decréscimo da população livre ocorreu em virtude de reordenações administrativas na Vila de Areias.[43]

Com a independência política do Brasil, no mesmo ano, a coroa britânica – em troca do reconhecimento do novo Estado soberano – exigiu de D. Pedro a assinatura de um tratado que decretasse o fim do tráfico atlântico de africanos. O compromisso, firmado em 13 de março de 1827, previa a supressão do tráfico entre África e Brasil em três anos.[44] Assim, os escravistas aceleraram as importações de cativos em meados da década de 1820: entre 1826-

---

[38] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 102.
[39] AGUIAR, Padre João Joaquim Ferreira de. **Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836, p. 9. O autor apontou que, nas ruas do cafezal, podiam-se cultivar mantimentos para utilizar a capina de uma cultura em proveito da outra, economizando tempo e trabalho.
[40] LUNA; KLEIN, op. cit., p. 82-83
[41] MOTTA, op. cit., p. 46-50; 114; 128.
[42] SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 104.
[43] MOTTA, op. cit., p. 152-157.
[44] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 364-365.

1830, desembarcaram nos portos do Centro-Sul cerca de 200 mil escravos, sendo que, no quinquênio anterior (1821-1825) o volume girou em torno de 135 mil almas.[45] Grande parte desses cativos foi recrutada pelos cafeicultores de Serra Acima, o que resultou na expansão das lavouras e, por conseguinte, no aumento vertiginoso da produção de café em todo o médio Vale do Paraíba.

Em 1829, Bananal, que pertencia à 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias, reunia 420 fogos e sua população somava 4.019 habitantes: 2.282 escravos e 1.737 livres (**Tabela 1.1**). Os domicílios dedicados à produção de café se elevaram significativamente no período, perfazendo 52,1% do total. O café, portanto, havia se tornado o artigo dominante na região, com uma safra de 45.572 arrobas (670 t), equivalente ao dobro do obtido em 1822 (**Tabela 1.2**). Os cafeicultores escravistas correspondiam a 147 indivíduos (75,4%) e concentravam quase a totalidade da mão de obra, 2.030 cativos (88,9% do total). No entanto, os produtores de gêneros e açúcar/aguardente mais uma vez perderam sua importância relativa: o primeiro, constituído por 26 escravistas (13,3%), detinha somente 71 cativos (3,1%); o segundo correspondia a apenas um escravista (0,5%) e possuía 105 cativos (4,6%).[46]

1.2 A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA, ca. 1830 – ca. 1860

A economia cafeeira de Bananal desenvolveu-se de modo expressivo nas três primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, o governo provincial retirou a Freguesia da alçada da Vila de Areias e a elevou à categoria de Vila, em 1832. Quatro anos mais tarde, em 1836, a produção de café na região atingiu a marca de 64.822 arrobas (cerca de 11% da safra colhida em São Paulo), garantindo à Vila o segundo lugar no *ranking* de produção da província, perdendo apenas para Areias (102.797 arrobas). Nesse ano, Bananal possuía 82 fazendas de café, oito engenhos de açúcar, 12 destilarias de aguardente e um engenho de

[45] Os dados sobre o tráfico atlântico foram retirados de VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 10 jan. 2013.
[46] MOTTA, op. cit., p. 52; 114; 128.

serrar, e, além do mais, contava com uma população de 6.708 habitantes (3.238 livres e 3.470 escravos).[47]

A importação maciça de africanos escravizados, na segunda metade de 1820, permitiu que as exportações de café do Vale do Paraíba se elevassem substantivamente no período: em 1833, a produção atingiu 67 mil t, o que possibilitou ao Brasil ultrapassar todos os seus demais competidores (Cuba, Java, Jamaica, Demerara e Haiti). O que desperta a atenção é a constatação de que o salto vertiginoso na exportação brasileira de café tenha ocorrido justamente numa conjuntura de queda na cotação dos preços internacionais do café.

João Luis Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino analisaram as formas de acumulação endógena da economia escravista colonial na passagem do século XVIII para o XIX, com enfoque na praça mercantil do Rio de Janeiro. O recorte cronológico em questão situa-se em um ciclo de Kondratieff, cuja fase de crescimento (A) compreende o período de 1792 a 1815, e a fase de depressão (B), de 1815 a 1850. Segundo os autores, a montagem do complexo cafeeiro no Vale do Paraíba fluminense, nas décadas de 1820 e 1830, teria ocorrido justamente na fase B, ou seja, num período de baixa cotação dos preços do café no mercado mundial. Os autores apontam que os preços do artigo caíram 7,5% ao ano entre 1821 e 1833.[48]

Para justificar os motivos pelos quais se optou pela montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba, a despeito da conjuntura desfavorável, os autores afirmam que a reprodução da economia colonial se alicerçava no tripé da oferta elástica de mão de obra, de alimentos e de terras, configurando um "mosaico de formas não capitalistas de produção". Os escravos eram mercadorias "socialmente baratas", na medida em que, entre 1790-1830, "nunca menos de 2/3 dos mais pobres inventariados do agro e da urbe carioca detinham escravos". Por sua vez, a produção de alimentos, que combinava o trabalho escravo com diversos regimes de produção, permitia uma resposta imediata e a baixos custos às variações na demanda por mantimentos. Por último, a oferta elástica de terras dava-se em virtude da própria extensão territorial da colônia, além do fato de que seu usufruto era mais permissivo que a própria posse.[49]

A existência desse tripé teria permitido um acúmulo sem precedentes de capitais pelos comerciantes de *grosso trato* estabelecidos na praça do Rio de Janeiro, que monopolizavam tanto o tráfico transatlântico de cativos quanto as rotas de abastecimento do mercado interno.

---

[47] MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 124; 132. MOTTA, op. cit., p. 52-53.

[48] FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 92-93.

[49] Ibid., p. 117-165.

Em virtude da natureza "arcaica" da formação colonial brasileira, esses grandes negociantes, depois de acumularem capitais, abandonavam as atividades mercantis e convertiam-se em rentistas urbanos e senhores de terras e escravos, a despeito da taxa de lucro inferior à antiga ocupação. A reprodução dessa estrutura econômica girava em torno da manutenção de uma sociedade altamente hierarquizada, cuja base era composta pelos agentes ligados a terra (lavradores) e o topo era composto pelos indivíduos voltados às atividades mercantis.[50]

O que se depreende mediante a leitura da obra de Fragoso e Florentino é que a cafeicultura escravista no Vale do Paraíba teria sido montada única e exclusivamente em razão das ações locais dos agentes coevos e não como resposta ao aumento da demanda pelo artigo no mercado internacional. O fato é que a formação da cafeicultura escravista brasileira deve necessariamente ser compreendida à luz de um quadro mundial, tendo em vista sua relação com os espaços locais. Só assim é possível entender a lógica adjacente às estratégias empresariais dos homens livres que optaram pelo investimento na atividade cafeeira no século XIX.

Jacob Gorender criticou enfaticamente as proposições de Fragoso acerca da montagem da cafeicultura escravista brasileira.[51] Ele não teria atentado para o fato de que

> [...] a queda dos preços externos do café em libras esterlinas coincidiu com o aumento dos preços internos em mil-réis. Isto porque a moeda brasileira manteve uma desvalorização cambial média oscilante em torno de 70% em toda a fase, de 1822-1849, de baixa cotação internacional do café.[52]

Logo, os preços pagos aos cafeicultores brasileiros por unidade do produto teriam compensado a baixa cotação em libras esterlinas. Ademais, lembra Gorender que o aumento substantivo da produção cafeeira no Vale do Paraíba ocorreu em virtude da elevada produtividade dos arbustos, fruto do plantio de cafeeiros em áreas de terras virgens extremamente férteis.[53]

---

[50] Ibid., p. 189-237.

[51] Cabe esclarecer que o autor se reporta a outro trabalho de Fragoso, publicado no final dos anos 1980, onde já desenvolve as ideias de seu livro posterior com Manolo Florentino. Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. "Modelos explicativos da economia escravista no Brasil". In: CARDOSO, Ciro F. S. (Org.) **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

[52] GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1. ed., 1990. São Paulo: Ática, 1991, p. 82. Sobre as taxas de câmbio do mil-réis frente à libra ver também: MOURA FILHO, Heitor P. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 14, p. 9-34, 1º sem. 2009.

[53] GORENDER, op. cit., p. 81-83.

Outra crítica dirigida ao trabalho de Fragoso e Florentino foi redigida a seis mãos pelos historiadores Mariutti, Nogueról e Danieli Neto.[54] Nesse artigo, os autores questionaram a suposta queda anual de 7,5% nos preços do café, no mercado internacional, entre 1821 e 1833. A taxa alegada pressupõe uma queda consecutiva ano após ano; no entanto, não foi o que se sucedeu. Fragoso e Florentino não analisaram as variações médias dos preços do café alcançados no mercado mundial no período; por isso, não perceberam que eles eram favoráveis à expansão da cafeicultura brasileira. Segundo os próprios autores, "as expectativas dos produtores de café não eram, supondo que levassem em consideração as médias de preços dos períodos, de redução de lucros".[55]

Francisco Luna e Herbert Klein apontaram que a formação da cafeicultura escravista brasileira ocorreu em uma conjuntura internacional plenamente favorável. Para tanto, argumentam que a montagem do complexo cafeeiro sobreveio após a eclosão da revolta escrava de Saint Domingue, que desestruturou sua produção escravista de café – e de açúcar, vale dizer. Além do mais, os furacões que assolaram os cafezais dos escravistas cubanos, na década de 1830, contribuíram de modo decisivo para o arranque da atividade cafeeira no Brasil.[56]

Rafael Marquese e Dale Tomich também colaboraram para o debate acerca da montagem da cafeicultura escravista brasileira. Procurando compreender o papel desempenhado pelo Vale do Paraíba na formação do mercado mundial de café, os autores analisaram o quadro global, partindo da premissa de que "os espaços produtivos mundiais se formaram uns em relação aos outros", e o quadro local, levando-se em consideração "não apenas a composição regional de terra, trabalho e capital, mas igualmente a dinâmica política, vale dizer, as relações entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e Estado nacional".[57]

Os historiadores criticaram as assertivas de Fragoso e Florentino, apontando que os produtores brasileiros reagiram prontamente ao sistema de preços do café no mercado internacional. Argumentaram que duas especificidades da cultura do artigo têm de ser levadas em consideração para que se compreendam as estratégias dos cafeicultores. A primeira refere-se ao tempo necessário entre o plantio do arbusto e a colheita dos primeiros grãos de café, que vai de três a cinco anos. Nesse sentido, a resposta dos produtores – em termos de volume de

[54] MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; DANIELI NETO, Mário. Mercado interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**: IPE-USP, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr./jun. 2001.
[55] Ibid., p. 382-383.
[56] LUNA; KLEIN, op. cit., p. 84.
[57] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 344.

produção – ao aumento nos preços do artigo só viria depois de três a cinco anos. Além disso, os cafezais, depois de plantados, podiam produzir frutos por vários anos; por isso, os arbustos não podiam ser abandonados só porque num determinado ano a cotação dos preços estava em baixa. Os cafeicultores continuavam cuidando das árvores, contando com o aumento futuro nos preços do café.[58]

De fato, houve uma queda nos preços do café em Nova York (novo centro de distribuição internacional), que caiu de 21 para oito centavos de dólar por libra[59] entre 1823 e 1830.[60] Porém, assim como afirmou Gorender,[61] os autores indicaram que a desvalorização cambial favoreceu os cafeicultores brasileiros, que passaram a ganhar mais em mil-réis por unidade de produto nos últimos anos da década de 1820. Segundo eles,

> Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços: a produção cresceu sensivelmente entre 1826 e 1828, fruto de cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa), a produção estacionou em torno de 27.000 t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940 t para 67.770 t.[62]

A partir de 1838, depois de um curto período de estagnação, houve novo aumento da produção de café no Império do Brasil. Nas décadas de 1840 e 1850, por sua vez, a produção elevou-se ainda mais: em 1842, igualou-se a, aproximadamente, 84 mil t; em 1844, pulou para 92 mil t; em 1847, chegou a 142 mil t e, por fim, em 1855, alcançou a marca de pouco mais de 181 mil t.[63] Esse súbito aumento da produção brasileira tornou-se possível, vale ressaltar, por causa da reabertura ilegal do tráfico transatlântico de africanos após 1835, em virtude da pressão política exercida pelos cafeicultores do Vale do Paraíba.[64] Aliás, uma das primeiras reações à Lei de 7 de novembro de 1831, partiu da Câmara Municipal de Bananal, cujos

---

[58] Ibid., p. 356.
[59] Uma libra (medida de volume) corresponde a 0,453 quilogramas (kg).
[60] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 357. No artigo se lê: "Os valores pagos pelo café em Nova York [...] caíram sensivelmente no período 1823 a 1830, de 21 para oito dólares por libra". No entanto, trata-se de um erro editorial, pois o correto é que os preços caíram de 21 para oito centavos de dólar por libra.
[61] GORENDER, op. cit., p. 81-83.
[62] MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 357.
[63] Ibid., p. 365-367.
[64] PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 121-191.

vereadores enviaram uma representação à Assembleia Geral sugerindo a pura e simples derrogação da Lei.[65]

Em 1854, Bananal (nessa altura elevada à condição de Cidade) era a maior produtora de café da província de São Paulo e possuía, além disso, o maior contingente de trabalhadores escravizados: as 70 fazendas da região, que empregavam 7.622 cativos, foram responsáveis pela colheita de 554.600 arrobas (8.152 t). Cerca de 2.125 animais estavam empregados no transporte de café para os portos do Rio de Janeiro. Havia ainda oito fazendas de criação de gado, que se valiam do trabalho de nove cativos. Além disso, não foi registrada nenhuma fazenda de açúcar e/ou aguardente. A população total do município era de 11.482 habitantes, inclusive 330 agregados e 10 colonos.[66]

De tudo o que foi delineado, pode-se destacar que a montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba deveu-se, sobretudo, à exclusão de Saint Domingue do mercado mundial e ao surgimento de novos mercados consumidores. A existência de toda uma infraestrutura na região Centro-Sul, a disponibilidade de uma vasta área em terras virgens e a vinda da família real para a América portuguesa contribuíram igualmente para a formação e o arranque da economia cafeeira. De modo geral, a produção cafeeira no Vale do Paraíba cresceu vagarosamente até meados da década de 1810. Com a volta da paz na Europa, a partir de 1815, os preços do café elevaram-se no mercado internacional, incentivando os produtores a expandirem suas plantações. Até meados dos anos de 1820, apesar da baixa cotação do produto no mercado externo e interno, os fazendeiros continuaram cuidando de seus cafezais na expectativa de ganhos futuros. No quinquênio seguinte, com o aumento dos preços no mercado interno e o aumento nas importações de escravos africanos, a lavoura cafeeira expandiu-se significativamente, alçando o Brasil ao patamar de maior fornecedor mundial de café, na década de 1830, deixando para trás todos os demais competidores.

No caso de Bananal, como analisado, a cafeicultura se alastrou rapidamente nas primeiras décadas do Oitocentos, ao contrário da produção açucareira, que perdeu importância no decorrer do período em tela. A Vila transformou-se numa típica região de *plantation* escravista na década de 1830, dependendo da força de trabalho de milhares de africanos

---

[65] BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. 1. ed., 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976, p. 104. PARRON, op. cit., p. 129-130.

[66] OLIVEIRA, José J. Machado de. **Q**uadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000023.html>. Acesso em: 26 nov. 2011. MOTTA, op. cit., p. 62.

escravizados. Diante desse quadro, quais estratégias teriam guiado os agricultores bananalenses durante a formação dos primeiros cafezais? Qual o impacto do tráfico atlântico de africanos na composição demográfica de suas escravarias? Qual a dimensão do capital amealhado a partir da atividade cafeeira? E, por fim, pode-se afirmar, conforme Fragoso e Florentino, que os indivíduos que investiram na cafeicultura nas décadas de 1820 e 1830 conduziram suas táticas empresariais com base em outros critérios que não o sistema de preços e a crescente demanda pelo produto no mercado internacional?

De modo geral, o estudo de caso realizado elucida o modo pelo qual se deu a montagem da cafeicultura nas primeiras décadas do século XIX, em Bananal. O processo consistiu na conversão da produção de mantimentos para a produção cafeeira, conforme já haviam apontado Luna e Klein e Motta.[67] Os casos elencados demonstram, também, que os agricultores guiaram suas estratégias com base no sistema de preços vigente. A discussão deste processo pode ser acompanhada de forma detalhada na próxima seção.

1.3 A MONTAGEM DA CAFEICULTURA EM QUATRO PROPRIEDADES RURAIS, ca. 1810 – ca. 1830

O estudo de casos particulares permite compreender o quadro mais amplo da montagem da cafeicultura escravista em Bananal e, de modo geral, no Vale do Paraíba, nas primeiras décadas do século XIX. Antes de tudo, cabe esclarecer a metodologia utilizada na seleção dos quatro casos investigados. Primeiramente, foram identificados os maiores cafeicultores escravistas, que tinham 50 ou mais cativos, inventariados nos anos 1830, período em que a economia cafeeira se encontrava em plena fase de expansão. A partir do exame de todos os processos autuados nessa época, foram selecionados os cinco maiores escravistas produtores de café: Joaquim Manoel de Freitas (1836), o Sargento-Mor José Ramos Nogueira (1835), o Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira (1838), José de Aguiar de Toledo (1838) e, por último, o Capitão Joaquim José Pereira (1839). Juntos, esses senhores dominavam a demografia escrava e a paisagem agrária da localidade, pois eram proprietários

[67] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005. MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999.

de 732 cativos (60,3% do total), 622.500 pés de café (63,7% do total) e 1.228 alqueires de terras (48,1% do total).[68] Os quatro primeiros indivíduos darão origem, a partir desse período, aos ramos familiares de maior proeminência econômica, política e social da região (os *Freitas*, os *Almeida Nogueira* e os *Almeida Vallim*), proprietários da maior parte dos escravos, terras e cafezais de Bananal.

O passo seguinte consistiu em acompanhar as trajetórias destes sujeitos mediante as informações disponíveis nas listas nominativas de 1817, 1822 e 1829, justamente no período de formação de suas fortunas, culminando na análise de seus respectivos inventários e/ou de suas consortes, abertos no decênio de 1830. Contudo, um dos escravistas, o Capitão Joaquim José Pereira, teve de ser excluído da amostra, haja vista que ele migrara para Bananal somente nesta década.[69] A partir das listas nominativas, foram levantadas informações atinentes à ocupação, origem, estado conjugal, idade e produção agrícola dos agricultores, bem como os dados referentes à composição demográfica de seus escravos (sexo, idade, origem e estado conjugal). Com base nos inventários, foram coletados igualmente os dados referentes ao perfil demográfico dos cativos e à composição da riqueza acumulada ao longo de suas vidas. Os quatro casos elegidos permitiram, assim, traçar um panorama acerca da montagem da cafeicultura escravista em Bananal.

1.3.1 Joaquim Manoel de Freitas

As terras da "Perapetinga" e "Água Comprida" conformaram uma das primeiras sesmarias concedidas na região onde seria fundado o povoado de Bananal. As propriedades ocupavam uma imensa área de 4.100 alqueires (cerca de 26% de toda a superfície de

[68] Dos 51 inventários pertencentes aos cafeicultores escravistas nesse período, encontraram-se 64 propriedades rurais. Todavia, 40 propriedades (62,5% ao todo) apresentaram o registro completo – em braças quadradas – dos imóveis. Quanto às demais 24 propriedades rurais (37,5% ao todo), parte delas apresentou somente o comprimento, enquanto a outra parte exibiu indicações genéricas, tais como "umas posses de terras", "uma sorte de terras". Vale destacar, por fim, que a área total das propriedades rurais dos cafeicultores (2.551 alqueires) corresponde a cerca de 16% da superfície de Bananal. Ver nota 70 para maiores esclarecimentos.

[69] Ao analisar o inventário do Capitão Joaquim José Pereira, proprietário da Fazenda do Capitão-Mor, constatou-se que seus 72 mil cafezais tinham sido plantados por volta de 1836, três anos antes da abertura do processo. Este fato, aliado à ausência de seu nome nas listas nominativas de 1817, 1822 e 1829, apontou que o escravista havia-se estabelecido em Bananal apenas nos anos 1830, que, por conta disso, teve de ser excluído da amostra. Cf. MMN, **Inventário do Capitão Joaquim José Pereira**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 478, 29/01/1839. A lista de 1836 indica que Pereira, natural de São João Marcos, de 59 anos de idade, tinha "fazenda de culturas" e produziu mil alqueires de mantimentos. Não há nenhuma menção ao cultivo de café. Cf. AESP, **1836, Bananal**.

Bananal).[70] No requerimento, esboçava-se já o interesse em dividir as terras entre o Alferes Pedro Rodrigues de Almeida Leal, Francisco Xavier da Graça e Domingos da Costa. A concessão, realizada em 1780, dividiu a propriedade da seguinte maneira: Almeida Leal ficou com as terras hoje conhecidas como *Água Comprida* e *Perapetinga*; Francisco Gonçalves Leite recebeu as terras denominadas de *Turvo*; a João Barbosa de Camargo coube as do *Retiro* e, por fim, Francisco da Graça ficou com a *Cachoeirinha*.[71] Na década de 1790, Domingos Rodrigues da Silva, que era casado com Maria Rodrigues de Souza, "comprou a Francisco Xavier da Graça sobejos da sobrequadra da sesmaria de Pedro de Almeida Leal".[72] Os "sobejos da sobrequadra" referiam-se precisamente às terras da Perapetinga.[73] Nesta sesmaria, no decorrer do século XIX, formar-se-ia um dos ramos familiares de maior proeminência da região de Bananal, os Freitas.

Domingos Valadão de Freitas e Maria de Freitas eram naturais da Ilha das Flores, Bispado de Angra dos Reis de Portugal. Não se sabe ao certo, mas é provável que o casal e seus filhos tenham imigrado para São João Marcos-RJ no último quarto do século XVIII. Uma de suas filhas, Izabel Maria de Jesus, contraiu núpcias com Francisco Manoel de Freitas, e o casal ter-se-ia estabelecido na sesmaria da Perapetinga entre 1805 e 1810. Provavelmente, Izabel e Francisco foram um dos primeiros membros da família Freitas a estabelecerem moradia nesta região.[74]

O primeiro escravista analisado, Joaquim Manoel de Freitas, filho de Francisco Manoel de Freitas e Izabel Maria de Jesus, nasceu em São João Marcos, por volta de 1785.

---

[70] Segundos dados do IBGE, atualmente a área total dos municípios de Bananal e Arapeí – que no século XIX compunham a Vila de Bananal –, é de 616,428 km^2 e 156,902 km^2, respectivamente, que corresponde a uma superfície total de 773,330 km^2. Convertendo a área em km^2 para o alqueire (que equivale a 48.400 m^2 ou 4,84 hectares), vê-se que a Vila de Bananal, no século XIX, apresentava uma superfície total de, aproximadamente, 16 mil alqueires. Cf. BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=350490>. Acesso em: 15 jan. 2012.

[71] RODRIGUES, op. cit., p. 32.

[72] Ibid., p. 22-23; 47.

[73] AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. **Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade**: estrutura fundiária em Bananal, 1840-1850. Relatório Final de Iniciação Científica/FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2007, p. 22-23.

[74] Cf. MMN, **Inventário de Izabel Maria de Jesus**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 198, 08/05/1832. Izabel já era viúva de seu marido quando falecera (24/02/1831). Seu patrimônio atingiu a soma de 5:024$460, cujos bens eram compostos basicamente por escravos (oito no total), cafezais (3.200 pés) e terras (20 alqueires), equivalente a 73,8% dos bens. Dentre os cafezais, 1.500 pés foram descritos como "velhos", que neste caso deveriam ter entre 20 e 25 anos de idade; assim, supondo que o próprio casal tenha plantado o cafezal, pode-se afirmar que Izabel e Francisco estabeleceram-se na sesmaria da Perapetinga entre 1805 e 1810. Vale notar, por fim, que no processo há a transcrição do testamento de Izabel, onde foi possível encontrar as informações a respeito de sua naturalidade. O inventário de Mariana de Jesus, irmã de Izabel Maria de Jesus, também apresenta a transcrição de seu testamento. Neste, há a indicação de que seus pais, Domingos Valadão de Freitas e Maria de Freitas, faleceram na Vila de São João Marcos, indicando que o casal teria imigrado de Portugal para esta região. Cf. MMN, **Inventário de Mariana de Jesus**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 16, Nº 255, 12/05/1834.

Em 1817, Joaquim Manoel de Freitas era casado com Felícia Maria de Santana, neta materna de Domingos Rodrigues da Silva, primeiro proprietário das terras da Perapetinga.[75] Felícia tinha, nessa época, cerca de 30 anos da idade e também era oriunda de São João Marcos. O casal residia na Perapetinga desde, pelo menos, o final da década de 1800, já que seus filhos – Luiz, de sete anos, Maria, de cinco, e Joaquim, de dois anos – eram naturais de Bananal. O acesso a uma porção de terras na dita sesmaria deve ter sido facilitado pelo fato de os pais de Freitas e Felícia Maria serem moradores na região.

Tabela 1.3 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1817-1829

Ano Produção	1817	1822	1829
Milho[A]	400	50	300
Feijão[A]	30	30	90
Arroz[A]	-	20	300
Farinha[A]	-	-	100
Toucinho[B]	30	-	-
Café[B]	-	100	800

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.
Nota: **(A)** Avaliado em *alqueires*; **(B)** Avaliado em *arrobas*.

Em 1817, Joaquim Manoel de Freitas era agricultor e cultivava gêneros alimentícios. Produziu 400 alqueires de milho e 30 de feijão.[76] O grande volume de milho colhido (cerca de 12 toneladas) aponta que os primeiros cafezais teriam sido plantados em sua propriedade nesse período, pois, como se viu, os agricultores do Vale do Paraíba adotaram a prática de cultivar milho e feijão entre os pés de café recém-plantados. Isso se comprova pelo fato de, em 1822, ter havido colheita de grãos de café. Pode-se cogitar que parte dessa produção de milho foi vendida no mercado interno, apesar de a lista nominativa assinalar que os gêneros foram consumidos "em casa". Além dos mantimentos, Freitas também produziu 30 arrobas de toucinho, das quais 27 foram exportadas para o Rio de Janeiro (**Tabela 1.3**). O lavrador contava com a mão de obra de apenas quatro escravos em sua unidade produtiva: todos eram africanos (**Tabela 1.4**); solteiros (**Tabela 1.5**); adultos (**Tabela 1.7**), de 15 a 49 anos de idade;

[75] Segundo Píndaro Rodrigues, Joaquim Manoel de Freitas e Felícia Maria de Santana registraram sua união conjugal apenas em 23/09/1825. Cf. RODRIGUES, op. cit., p. 44.
[76] Um alqueire de milho/feijão corresponde a 36,27 litros ou 30,225 kg.; um alqueire de arroz, por sua vez, corresponde a 36,27 litros ou 24,180 kg; por fim, uma arroba é igual a 14,689 kg. Cf. LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA-USP, ano VIII, n. 21, p. 1-5, mar. 2001.

sendo três homens e uma mulher (**Tabela 1.6**). Percebe-se, portanto, que o agricultor plantou seus primeiros cafezais após 1815, período marcado, no contexto internacional, pela volta da paz na Europa e pelo aumento nas cotações do preço do café.

No ano de 1822, os filhos do casal não foram listados pelo recenseador. Provavelmente, ele se esqueceu de anotá-los, uma vez que, em 1829, voltaram a constar no mesmo domicílio. Freitas continuou cultivando milho, embora a produção tenha se retraído a 50 alqueires. A queda na colheita permitiu inferir que o grande volume colhido em 1817 era produto dos pés de milho plantados entre as fileiras dos arbustos de café, enquanto estes ainda eram novos. O lavrador colheu, ademais, 100 arrobas de café (0,5% da produção da Freguesia), 30 alqueires de feijão (mesmo volume da safra de 1817) e, por fim, passou a cultivar – ou houve o cuidado de se registrar – arroz, 20 alqueires (**Tabela 1.3**).

Tabela 1.4 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo a Origem. Bananal, 1817-1836

Ano	1817		1822		1829		1836	
Origem	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Africanos	4	100,0	5	83,3	48	90,5	69	85,2
Crioulos	-	-	1	16,7	5	9,5	12	14,8
Total	4	100,0	6	100,0	53	100,0	81	100,0

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Felícia Maria de Santana**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.

Tabela 1.5 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1836

Ano	1817		1822		1829		1836	
Estado Conjugal	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Casados	-	-	-	-	12	33,3	16	25,4
Solteiros	4	100,0	6	100,0	24	66,7	47	74,6
Total	4	100,0	6	100,0	36	100,0	63	100,0

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Felícia Maria de Santana**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.
Nota: escravos com 15 anos ou mais.

Não houve, entre 1817 e 1822, incremento significativo em sua escravaria, haja vista que o agricultor tinha somente seis cativos, em 1822. Observaram-se, entretanto, algumas mudanças no perfil demográfico dos cativos: havia cinco africanos e um crioulo (**Tabela 1.4**); todos eram solteiros (**Tabela 1.5**); homens (**Tabela 1.6**) e adultos (**Tabela 1.7**). Além disso, houve redução na idade média dos escravos, que caiu de 23,5 anos para 18,5. É importante

frisar que não havia nenhum cativo remanescente da escravaria de 1817, o que pode indicar que eles tenham sido vendidos, trocados ou que faleceram. De todo modo, a reposição completa da escravaria pode indicar a lucratividade obtida com as safras de mantimentos nesse período.

Joaquim Manoel de Freitas e Felícia Maria de Santana tiveram outros filhos entre 1817 e 1829. No domicílio do casal, no último ano, constavam Ludovino, 12 anos, Manoel, dez anos, Mariano, oito anos, Antônio, seis anos, Bernardino, quatro anos e, por fim, Placidina, de três anos de idade. Maria, filha do casal, não foi listada no fogo, pois se casou com Bento Vidal das Chagas, cafeicultor estabelecido na mesma região da Perapetinga. Neste mesmo ano de 1829, houve aumento expressivo na produção de alimentos e de café. Observa-se, ademais, a estreita correlação entre o crescimento na colheita de milho, que passou de 50 para 300 alqueires, e na de café, que se elevou a 800 arrobas (1,8% do montante colhido em Bananal). A produção de feijão duplicou no mesmo período (90 alqueires), enquanto a de arroz multiplicou-se por quatorze (300 alqueires). Também houve produção de farinha de mandioca no domicílio (100 alqueires), o que, provavelmente, indica não a novidade dessa cultura, mas antes o cuidado do recenseador em registrá-la, pois a mandioca, assim como o milho, o arroz e o feijão, compunham a dieta alimentar da população livre e escrava no século XIX (**Tabela 1.3**).

O aumento na produção agrícola foi acompanhado de perto pela expansão da mão de obra escrava à disposição do cafeicultor. A escravaria elevou-se a 53 indivíduos, sendo a maior parte dela africana (90,5%) (**Tabela 1.4**), masculina (79,2%) (**Tabela 1.6**), adulta (67,9%) (**Tabela 1.7**) e, dentre os últimos, um terço tinha laços matrimoniais (**Tabela 1.5**). A idade média da escravaria (19,4 anos) praticamente não se alterou em relação a 1822. Todos os escravos adultos eram africanos e quase 70% deles do sexo masculino. Por seu turno, dentre as crianças (17 no total), 12 eram oriundas do continente africano, e as cinco restantes nasceram em sua propriedade. Segundo a lista nominativa, as 12 crianças africanas, todas do sexo masculino, foram compradas em 1829. O cafeicultor abasteceu sua propriedade com cativos jovens prevenindo-se, portanto, contra o término do tráfico atlântico, previsto para se encerrar em 1831. O que se evidencia, desse modo, é que, entre 1817 e 1829, Joaquim Manoel de Freitas manteve em sua propriedade uma elevada proporção de cativos jovens e adultos do sexo masculino, o que lhe permitiu expandir sua produção de café e ampliar seu patrimônio em virtude dos altos lucros proporcionados pela cafeicultura.

Tabela 1.6 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1836

Ano	1817		1822		1829		1836	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	3	75,0	6	100,0	42	79,2	57	70,4
Feminino	1	25,0	-	-	11	20,8	24	29,6
Total	**4**	**100,0**	**6**	**100,0**	**53**	**100,0**	**81**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Felícia Maria de Santana**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.

Tabela 1.7 – Distribuição dos Escravos de Joaquim Manoel de Freitas Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1836

Ano	1817		1822		1829		1836	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	-	-	-	-	17	32,1	18	22,2
15-49	4	100,0	6	100,0	36	67,9	63	77,8
Total	**4**	**100,0**	**6**	**100,0**	**53**	**100,0**	**81**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Felícia Maria de Santana**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.

Em 1835, Felícia Maria de Santana faleceu aos 50 anos de idade. Em seu inventário, autuado em 1836, deixou, além de seu marido, uma prole numerosa, treze filhos no total: Luiz Manoel de Freitas, Joaquim Valadão de Freitas e Maria Joaquina de Jesus, que estavam casados nessa época; Ludovino, Manoel, Mariano, Placidina, Antônio e Bernardino, que eram solteiros e, por fim, Ludovina, João, José e Antônia, que nasceram entre 1829 e 1835.[77]

O patrimônio do casal Freitas atingiu, no decurso do tempo, uma quantia considerável para o período, 50:955$680,[78] composto basicamente por escravos (81 ao todo), terras e situações (lavouras e benfeitorias), que, juntos, compunham 87,7% de todos os bens (**Tabela 1.8**). A riqueza do casal estava distribuída em duas propriedades: Sítio da Perapetinga e Sítio da Serra. O Sítio da Perapetinga, a maior unidade produtiva do casal, tinha cerca de 115 alqueires de área, 52.500 pés de café (2.500 "velhos", 35 mil "em bom uso", 10 mil "de um ano" e 5 mil "de dois anos de idade") e um pequeno canavial ("um quartel novo de canas"). A principal atividade econômica de Joaquim Manoel ainda era o cultivo de café. Não foi possível, porém, determinar o volume colhido, mas sabe-se que havia no paiol "500 arrobas

[77] Píndaro de Carvalho Rodrigues equivocou-se ao atribuir ao casal doze filhos e não treze, como foi possível identificar no inventário de Felícia Maria de Santana. O equívoco ocorreu provavelmente pelo fato de o autor ter consultado apenas o testamento de Santana, que listou apenas doze filhos. Cf. RODRIGUES, op. cit., p. 42-43.
[78] Lê-se: cinquenta contos, novecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta réis.

de café seco em casca". Vale notar ainda que a grande proporção de cafezais novos (cerca de 30% do total) indica que o agricultor estava ampliando suas plantações.[79]

Tabela 1.8 – Composição do Patrimônio de Joaquim Manoel de Freitas. Bananal, 1836

Patrimônio	Valo Nominal (em Mil-Réis)	%
Escravos	25:385$000	49,8
Situações (Lavouras e Benfeitorias)	15:604$600	30,6
Terras	3:716$000	7,3
Animais	3:384$800	6,7
Dívidas Ativas	1:273$060	2,5
Outros	1:592$220	3,1
Total	**50:955$680**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventário de Felícia Maria de Santana**.
Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.

De acordo com os imóveis arrolados no inventário, pode-se afirmar que o Sítio da Perapetinga era uma unidade produtiva completa. A família residia na "casa de morada [avaliada em 2:100$000], composta de três lanços, coberta de telha, e toda embocada, assoalhada e forrada", localizada no centro do complexo produtivo. Os escravos, por sua vez, coabitavam os "dezenove lanços de casas em um quadro, que servem de senzalas, tudo coberto de telha, feitos de madeira lavrada, rebocados e caiados à frente, e calçados tudo de pedra à roda, com vinte e uma portas e duas janelas". Os grãos de café eram secados no terreiro murado com "parede de adobes" e beneficiados nos dois monjolos hidráulicos.

Joaquim Manoel continuou produzindo gêneros alimentícios em sua propriedade, haja vista que, dentre os imóveis, localizaram-se duas "rodas de sevar mandioca", uma "prensa de fuso de enxugar massa" e um "forno de cobre", utilizados na produção de farinha de mandioca. Além do mais, os monjolos hidráulicos também poderiam ser empregados no beneficiamento de arroz. A existência de "cinco lanços de casas cobertos de telha [...] que servem de paiol, barreados e rebocados, sendo um lanço forrado por cima e outro

[79] Aguiar advertia aos cafeicultores para que plantassem anualmente 10% do total de pés cultivados, com o objetivo de repor possíveis perdas que ocorressem durante o ano e manter a unidade plenamente produtiva. Cf. AGUIAR, op. cit., p. 11.

assoalhado", também reforça o argumento de que o Sítio da Perapetinga era uma propriedade policultora.[80]

Interessante notar a presença de um "engenho de moer cana, com três moendas chapadas de ferro, com sua competente casa coberta de telha e madeira lavradas" e de um alambique de cobre. As listas nominativas consultadas (1817, 1822, 1829 e 1836) não indicaram, em nenhum momento, a produção de açúcar e/ou aguardente. Dificilmente haveria a produção de açúcar, posto que, ao menos na passagem da década de 1810 para 1820, Freitas não contava com uma escravaria numerosa, que seria necessária para a produção do artigo. Provavelmente, o engenho era utilizado na extração da garapa, que seria processada no alambique para a fabricação de aguardente.[81] É possível que a produção destinava-se tão somente aos moradores da unidade produtiva, incluindo os cativos.

Quanto aos animais, que compunham 6,7% da fortuna do casal, havia três cavalos (um de carga e um de sela), seis vacas de cria, três novilhas, um garrote, quatro bezerros, quatro bois de carro, 21 bestas e nove burros de carga, uma besta e um burro de sela. Nenhum suíno foi encontrado no processo, embora tenha sido arrolado "um chiqueiro coberto de telha" entre os bens. Esses rebanhos, como se sabe, estavam, na maioria das vezes, ligados à alimentação dos indivíduos (escravos e livres) residentes na unidade produtiva e, ademais, ao transporte dos produtos agrícolas para os centros comerciais, cumprindo, assim, papel fundamental nas propriedades rurais.

A escravaria de Joaquim Manoel de Freitas ampliou-se no período, atingindo a soma de 81 indivíduos (6,7% dos escravos inventariados nos anos 1830). Todos conviviam nos "dezenove lanços de casa em um quadro, que servem de senzalas" do Sítio da Perapetinga. Entre 1829 e 1836, houve redução percentual na população africana, que passou de 90,5% para 85,2% (**Tabela 1.4**); nos escravos do sexo masculino, que caiu de 79,2% para 70,4% (**Tabela 1.6**); e na taxa de casados, que pendeu de um terço para um quarto do total (**Tabela 1.5**). Porém, verificou-se aumento na proporção de escravos adultos, que passou de 67,9% para 77,8% (**Tabela 1.7**). A idade média dos cativos manteve-se estável, em torno de 19,1 anos. Quanto às crianças existentes na propriedade (18 no total), onze eram crioulas, e destas pelo menos três nasceram na propriedade. No caso dos adultos, três quartos eram do sexo

[80] Na lista nominativa de 1836, Joaquim Manoel de Freitas colheu uma grande quantidade de gêneros, dentre os quais: 600 cargueiros de milho, 200 alqueires de feijão e 1.000 alqueires de arroz. Não foi arrolada, contudo, a produção de café. Cf. AESP, **1836, Bananal**.

[81] O argumento ganha respaldo quando se observa que o canavial não deveria ser grande o suficiente para permitir a produção de açúcar, devido ao ínfimo valor alcançado por ele (40 mil-réis, equivalente a um décimo de um escravo africano adulto).

masculino e havia somente um crioulo. Em suma, tais dados apontam que a força de trabalho de Joaquim Manoel continuava plenamente apta para a expansão das plantações de café.

O decréscimo relativo da população africana e masculina justifica-se pela notável diminuição do tráfico atlântico entre 1831-1835. No entanto, o fechamento temporário do tráfico contribuiu igualmente para que houvesse ligeira expansão física, mas não proporcional, nas uniões matrimoniais: em 1829, havia 12 escravos casados, ao passo que, em 1836, este número elevou-se a 16 (**Tabela 1.5**).

O Sítio da Serra, por sua vez, era uma propriedade menor e tinha cerca de 25 alqueires e 18 mil pés de café (5 mil "muito velhos", 11 mil "velhos", 2 mil "novos, dando fruta"). A grande quantidade de cafezais velhos parece indicar que essa teria sido a primeira propriedade rural do casal Freitas. Com o aumento dos lucros auferidos pela cafeicultura, Joaquim Manoel deve ter comprado as terras, ou tomado posse delas, onde seria construído o Sítio da Perapetinga. Seja como for, o Sítio da Serra não era uma unidade produtiva completa, como o da Perapetinga. Havia apenas "três lanços de casas de vivenda, com uma varanda, de madeira lavrada, cobertos de telha, com nove portas e seis janelas" (avaliados em 516 mil-réis), um terreiro de café com suas benfeitorias e "quatro lanços de casas cobertos de telha, e de madeira roliça, que servem de paiol". Havia, ademais, uma "roda de sevar mandioca", uma "prensa de fuso, tudo de madeira, de enxugar a massa", e um forno de cobre.

Quanto às dívidas ativas, que compunham somente 2,5% de todos os bens, não se pode afirmar que Freitas concedeu empréstimos com o intuito de aumentar seu patrimônio. A hipótese se respalda ao se observar a relação de seus devedores, composta apenas por dois de seus filhos, Luiz Manoel de Freitas e Joaquim Valadão de Freitas, e seu genro, Bento Vidal das Chagas. É provável que os empréstimos cedidos fossem realizados mais com a finalidade de auxiliar seus parentes do que a de incrementar sua fortuna. Pode-se cogitar, também, que se tratava de um adiantamento de herança, para ajudá-los a se instalar de forma autônoma. Era registrado para justamente abater, quando do inventário, da legítima devida a tais herdeiros.

Como se viu, o casal Freitas conseguiu acumular um patrimônio significativo no decorrer do período investigado (1817-1836), especialmente por meio da atividade cafeeira. Em 1817, ainda com poucos escravos, Joaquim Manoel combinava o cultivo de gêneros alimentícios com os cafezais recém-plantados, vendendo os excedentes de mantimentos e sua produção de toucinho no mercado interno. Na década de 1820, o agricultor já ofertava café no mercado mundial e, provavelmente, continuou a comercializar no mercado interno o excedente de sua produção de gêneros, haja vista que ele ampliou suas lavouras de café.

Apesar da baixa cotação nos preços do café no mercado internacional, o agricultor continuou investindo na atividade cafeeira. Em pouco tempo, Freitas converteu-se em um notável cafeicultor e senhor de escravos. Durante todo o período, sua mão de obra escrava manteve-se composta basicamente por homens adultos em idade produtiva, o que lhe permitiu extrair o máximo de sua força de trabalho e, deste modo, ampliar cada vez mais suas lavouras de café.

A despeito disso, após a morte de Felícia Maria de Santana, Joaquim Manoel de Freitas abandonou a produção cafeeira em Bananal e transferiu-se para a Freguesia de Caçapava-SP. Um dos filhos que o acompanhou, Bernardino Manoel de Freitas, ingressou na política e tornou-se, em 1855, um dos primeiros vereadores da Câmara Municipal da Vila de Caçapava.[82] Os filhos que permaneceram em Bananal – Luiz Manoel de Freitas, Joaquim Valadão de Freitas, Maria Joaquina de Jesus, Ludovino, Manoel e Ludovina – tornar-se-iam destacados cafeicultores na região, embora não tão avultados quanto o pai, pois o patrimônio acumulado teve de ser dividido entre Freitas e seus filhos com a morte de sua consorte.

Píndaro Rodrigues afirmou que Joaquim Manoel de Freitas se tornou comerciante em Caçapava, depois do falecimento de sua esposa.[83] Todavia, ao analisar o inventário *post mortem* de Joaquim Valadão de Freitas, um dos filhos de Joaquim Manoel de Freitas, que permaneceu em Bananal, foi localizada uma carta precatória do Juiz de Órfãos da Vila de Taubaté, dirigida ao Juiz de Órfãos da Cidade de Bananal, em 30 de fevereiro de 1854. A carta precatória apontava que, naquele juizado, procedeu-se à autuação do processo de inventário do então Capitão Joaquim Manoel de Freitas em virtude de seu falecimento. Além disso, declarava também os bens existentes naquela localidade, que foram legados aos filhos do finado Joaquim Valadão de Freitas. Dentre os bens, constavam terras, escravos e cafezais.[84] Portanto, pode-se afirmar que Joaquim Manoel de Freitas continuou produzindo café após estabelecer moradia em Caçapava. Ao falecer, no início da década de 1850, o então Capitão deixou para os seus herdeiros um patrimônio mais avultado em relação ao que acumulara até o ano de 1836, avaliado em cerca de 120:000$000.[85]

---

[82] A Lei Provincial nº 20, de 14 de abril de 1855, elevou Caçapava ao *status* de Vila, desmembrando-a da Vila de Taubaté. Cf. BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=350490>. Acesso em: 15 jan. 2012.

[83] RODRIGUES, op. cit., p. 44-45. No entanto, o autor não fornece as fontes em que se assentam suas afirmações.

[84] Cf. MMN, **Inventário de Joaquim Valadão de Freitas**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 65, Nº 1294, 23/09/1851.

[85] Na carta precatória supracitada, há a informação de que os bens destinados a seus netos, filhos de Joaquim Valadão de Freitas, somavam 9:540$096. Multiplicando-se esta cifra pelo número de filhos existentes em 1836, e levando-se em conta que nenhum deles tenha falecido sem deixar herdeiros entre esta data e o ano de sua morte, a fortuna acumulada e legada a seus herdeiros atingiu a soma aproximada de 124:021$240. Cf. MMN, **Inventário de Joaquim Valadão de Freitas**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 65, Nº 1294, 23/09/1851.

1.3.2 José Ramos Nogueira

O segundo escravista analisado, José Ramos Nogueira, nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova-RJ (atual Resende), por volta de 1787, cujos pais, Roque Bicudo Leme e Florência Nogueira Leme, foram os primeiros povoadores da região.[86] Não foi possível localizar em que período José Ramos migrou para Bananal, mas sabe-se que, em 1817, já residia na localidade e era casado com Domiciana Maria da Conceição, natural de Bananal e nascida no final do século XVIII. Ela era filha de Luiz José de Almeida (1751-1806) e Ana Maria Nogueira, e neta paterna do Alferes Pedro de Almeida Leal, primeiro proprietário da sesmaria da Água Comprida.[87] Pode-se cogitar que o acesso de José Ramos a uma porção de terras na região tornou-se possível pelo seu enlace matrimonial com uma das herdeiras da dita sesmaria. Vale destacar, ainda, que Domiciana era irmã de Antônio José Nogueira e meia-irmã de Luciano José de Almeida, indivíduos que se destacariam, ao longo da primeira metade do século XIX, como dois dos maiores cafeicultores escravistas do médio Vale do Paraíba.

Tabela 1.9 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de José Ramos Nogueira. Bananal, 1817-1829

Ano Produção	1817	1822	1829
Milho[A]	190	700	130
Feijão[A]	50	600	100
Arroz[A]	40	500	110
Farinha[A]	-	-	300
Toucinho[B]	10	100	6
Café[B]	-	1.000	2.600

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.
Nota: **(A)** Avaliado em *alqueires*; **(B)** Avaliado em *arrobas*.

José Ramos Nogueira e Domiciana Maria da Conceição tinham três filhos em 1817: Brás, de três anos, Maria, de dois anos, e José, de apenas seis meses de idade, todos nascidos em Bananal. Nesse período, o agricultor cultivava milho (190 alqueires), feijão (50 alqueires) e arroz (40 alqueires); além disso, produzia 10 arrobas de toucinho (**Tabela 1.9**). Todos os

[86] BOPP, Itamar. Primeiros povoadores de Resende: Roque Bicudo Leme. **Revista Genealógica Latina**, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, n. 8, p. 33-50, 1956.
[87] RODRIGUES, op. cit., p. 40-41.

produtos, segundo a lista nominativa, foram consumidos "em casa". Entretanto, diante do volume de mantimentos colhidos, pode-se conjecturar que ao menos uma parte desses gêneros foi vendida no mercado interno. Por fim, ainda segundo o recenseamento, Nogueira não era produtor de café.[88]

De acordo com o inventário de Domiciana Maria da Conceição, aberto em 1825 por ocasião de seu falecimento, fica claro que, em 1817, Nogueira já produzia algum café, pois dentre os bens do casal foram arrolados "dois mil pés de café velhos".[89] Estes cafezais deveriam ter por volta de 20 a 25 anos de idade, em 1825. Nesse sentido, o agricultor havia plantado os primeiros pés em sua propriedade, entre 1800 e 1805, e os primeiros grãos foram colhidos entre 1805 e 1810. Portanto, em 1817, Nogueira já era de fato cafeicultor. Provavelmente, a ausência da referência à colheita de café deve-se à omissão do recenseador.[90]

Ao contrário de Joaquim Manoel de Freitas, que no mesmo ano (1817) possuía uma pequena escravaria, José Ramos era senhor de 17 cativos, número este bastante superior à posse média dos cafeicultores na Freguesia, que era de 10,4 escravos.[91] O perfil demográfico da escravaria estava começando a sofrer os impactos do tráfico atlântico. Dentre os escravos, oito nasceram no continente africano (**Tabela 1.10**), oito eram do sexo masculino (**Tabela 1.12**), dez eram adultos (**Tabela 1.13**) e, por fim, três eram casados (**Tabela 1.11**). A presença significativa de crianças na escravaria – todas crioulas, vale destacar – contribuiu para a baixa idade média dos cativos, 16,2 anos. Ao se verificar a origem dos escravos adultos – dos dez, oito eram africanos – fica evidente que o agricultor estava comprando cativos no tráfico atlântico, objetivando, certamente, ampliar suas lavouras de mantimentos e de café.

Alguns anos depois, em 1822, José Ramos Nogueira tinha se tornado um destacado senhor de escravos na região, o que lhe permitiu obter a patente de "Soldado da Guarda de

---

[88] Sheila Faria, com base na mesma documentação, afirmou equivocadamente que, em 1817, José Ramos Nogueira era "senhor de engenho". Não encontrei nenhum indício de produção de açúcar e/ou aguardente nas três listas nominativas. Cf. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 86.

[89] O processo de inventário de Domiciana, aberto em 04/06/1825, não foi concluído e prolongou-se tão somente à relação de bens. Dez anos mais tarde, o processo foi reaberto, sendo concluído desta vez. MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835. Vale notar que o processo de 1825 não recebeu numeração própria e, portanto, foi anexado ao de 1835.

[90] É valido apontar que a cultura do café tem um ciclo bienal de produção bem definido, ou seja, após um ano de alta produção, o seguinte será de baixa. Pode ser que, em 1817, a colheita de grãos de café não tenha sido registrada em virtude da baixa produtividade de seus cafezais. Cf. AGUIAR, op. cit., p. 11.

[91] MOTTA, op. cit., p. 150.

Honra Imperial" de D. Pedro.[92] Nesse ano, o agricultor colheu uma grande quantidade de café (mil arrobas, 4,5% da colheita de Bananal), reforçando assim o argumento da existência de sua produção, em 1817. A expansão das plantações de café foi seguida de perto pelo aumento da produção de mantimentos: 700 alqueires de milho, 600 de feijão e 500 de arroz. Houve, ademais, a produção de 100 arrobas de toucinho (**Tabela 1.9**).

Tabela 1.10 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo a Origem. Bananal, 1817-1835

Ano	1817		1822		1829		1835	
Origem	N	%	N	%	N	%	N	%
Africanos	8	47,1	36	76,6	67	77,0	92	67,7
Crioulos	9	52,9	11	23,4	20	23,0	43	31,6
Sem Origem	-	-	-	-	-	-	1	0,7
Total	**17**	**100,0**	**47**	**100,0**	**87**	**100,0**	**136**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.

Tabela 1.11 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1835

Ano	1817		1822		1829		1835	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%	N	%
Casados	3	27,3	6	15,4	34	51,5	26	35,1
Solteiros	8	72,7	33	84,6	32	48,5	47	63,5
Viúvos	-	-	-	-	-	-	1	1,4
Total	**11**	**100,0**	**39**	**100,0**	**66**	**100,0**	**74**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.
Nota: escravos com 15 anos ou mais.

A lista nominativa aponta que todos os víveres e o toucinho foram consumidos "em casa". No entanto, deve-se desconfiar da documentação, haja vista que a avultada produção sugere que o lavrador estaria vendendo, pelo menos, uma parte da colheita no mercado interno. Tal hipótese comprova-se pelo fato de o inventário de Domiciana (1825) trazer a informação de que na propriedade do casal havia "quatro lanços de rancho: com um lanço [fuleado] com balcão e prateleiras; três portas e uma janela; com um termo de medidas de pau; um termo de medidas de chumbo; trinta e quatro garrafas; uma balança pequena; tudo

[92] Sobre a Guarda de Honra Imperial, ver: SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti. **Na penumbra**: o entrelace de família e negócios (Vale do Paraíba, 1770-1840). Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

isto da serventia de uma venda".[93] Ora, fica claro, portanto, que José Ramos vendia parte de sua produção para as tropas de mulas que transitavam pela estrada que cortava sua propriedade, o Caminho Novo da Piedade. Possivelmente, a venda desses produtos contribuiu para o enriquecimento do cafeicultor nesse período.

A família de Nogueira ampliou-se entre 1817 e 1822 com o nascimento de duas filhas: Teodora, que tinha quatro anos, em 1822, e Augusta, três anos. Sua escravaria também se expandiu, elevando-se a 47 cativos, sendo que 76,6% eram africanos (**Tabela 1.10**), 72,3% eram homens (**Tabela 1.12**), 83% eram adultos (**Tabela 1.13**) e 15,4% eram casados (**Tabela 1.11**). A idade média de seus cativos subiu para 20,8 anos. Quanto aos adultos, 87,1% deles nasceram na África e 82% eram do sexo masculino. No caso das crianças (oito ao todo), apenas duas eram africanas.[94] O que os dados indicam é que o aumento da produção agrícola e de toucinho tornou-se possível pelo incremento numérico da escravaria e, mais do que isso, em virtude do aumento da força de trabalho (homens adultos).

A família do agricultor continuou crescendo no decurso do tempo. Em 1829, o casal tinha mais três filhos: Escolástica, de sete anos, Ana, de seis, e Pedro, de cinco anos. No entanto, uma de suas filhas, Teodora, acabou falecendo. A produção de mantimentos no domicílio decresceu de modo significativo entre 1822 e 1829: nesta última data, o agricultor colheu 130 alqueires de milho, 100 alqueires de feijão e 110 alqueires de arroz. Comparando-se o montante da safra obtida nos dois anos, pode-se afirmar que, em 1822, José Ramos Nogueira colheu um grande volume de mantimentos devido à prática dos agricultores de se cultivar milho e feijão entre as fileiras dos arbustos de café recém-plantados. Tanto que, em 1829, a produção de café cresceu 160%, atingindo a soma de 2.600 arrobas, correspondente a 5,7% da produção de Bananal. Além disso, o lavrador colheu – ou houve o cuidado de se registrar – 300 alqueires de farinha de mandioca e produziu, também, seis arrobas de toucinho (**Tabela 1.9**).

[93] Cf. MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835. A informação foi retirada do processo aberto em 04/06/1825.

[94] A análise atenta dos nomes e idades da escravaria de José Ramos Nogueira, arrolada nos maços de população de 1817, 1822 e 1829, permitiu observar que os nove cativos crioulos, presentes no primeiro ano, foram descritos como africanos em 1822. E, em 1829, tais escravos tornaram a ser descritos como crioulos.

Tabela 1.12 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1835

Ano	1817		1822		1829		1835	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	8	47,0	34	72,3	55	63,2	100	73,5
Feminino	9	53,0	13	27,7	32	36,8	36	26,5
Total	**17**	**100,0**	**47**	**100,0**	**87**	**100,0**	**136**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.

Tabela 1.13 – Distribuição dos Escravos de José Ramos Nogueira Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1835

Ano	1817		1822		1829		1835	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	7	41,2	8	17,0	21	24,1	22	29,7
15-49	10	58,8	39	83,0	66	75,9	44	59,5
50 ou +	-	-	-	-	-	-	8	10,8
Total	**17**	**100,0**	**47**	**100,0**	**87**	**100,0**	**74**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**; MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.

O aumento da colheita de grãos de café deveu-se principalmente à expansão da posse de cativos, que se igualou a 87 indivíduos. O perfil demográfico da escravaria se alterou, entre 1822 e 1829. Por um lado, a proporção de africanos manteve-se em torno de três quartos (**Tabela 1.10**). Por outro, reduziu-se a participação relativa de homens (63,2%) e de adultos (75,9%) (**Tabelas 1.12** e **1.13**, respectivamente). O decréscimo relativo da força de trabalho foi causado pelo crescimento mais que proporcional de mulheres, que, por sua vez, aumentou as uniões matrimoniais entre os cativos (51,5%) (**Tabela 1.11**), refletindo no aumento numérico e proporcional de crianças, que pulou de oito (17%) para 21 (24,1%). Dessas crianças, 15 nasceram na propriedade e apenas seis foram compradas no tráfico atlântico. Além do mais, o aumento de crianças resultou na redução da idade média da escravaria, que passou de 20,8 para 18,9 anos. Os cativos adultos, por sua vez, eram compostos majoritariamente por africanos (92,4%) e por indivíduos do sexo masculino (69,7%). A diminuição na proporção de homens adultos parece indicar que José Ramos Nogueira teria adquirido mais mulheres que no período anterior visando apaziguar as tensões nas senzalas, em virtude da escassez de mulheres, e estimular a reprodução natural de sua escravaria.[95]

[95] Sobre o papel da família escrava para dirimir os focos de tensão nas senzalas, ver: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850.

Poucos anos mais tarde, em 1835, como esclarecido antes, foi reaberto o inventário de Domiciana Maria da Conceição, esposa falecida do então Sargento-Mor José Ramos Nogueira. No entanto, somente em 1836 deu-se continuidade ao processo. Além de Nogueira, seus sete filhos foram declarados herdeiros de Domiciana: Brás Nogueira Fragoso, José Ramos Fragoso, Pedro Ramos Nogueira, Augusta Maria Nogueira Guimarães, Maria, Escolástica e Ana. Todos eram solteiros, com exceção de Maria, que havia se casado com Luiz Pinto Cabral. O patrimônio acumulado pelo casal atingiu uma cifra considerável para o período, 58:589$457, cerca de 15% a mais que a soma dos bens de Joaquim Manoel de Freitas. A maior parte dos bens (71,7%) era composta por escravos, terras e situações e quase todo o patrimônio estava circunscrito à Fazenda da Boa Vista e uma pequena parcela situava-se na Vila de Bananal (**Tabela 1.14**).

Tabela 1.14 – Composição do Patrimônio de José Ramos Nogueira. Bananal, 1835

Patrimônio	Valo Nominal (em Mil-Réis)	%
Escravos	24:650$000	42,1
Situações (Lavouras e Benfeitorias)	13:320$000	22,7
Terras	4:080$000	6,9
Animais	3:013$000	5,2
Outros	13:526$457	23,1
Total	**58:589$457**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.

As terras da Fazenda da Boa Vista ocupavam uma ampla área, medindo cerca de 170 alqueires. A despeito da grande quantidade de terras e de escravos, havia relativamente poucos cafezais cultivados, que totalizavam apenas 56 mil pés: 7 mil eram "muito velhos", 19 mil "em meio uso", 10 mil "em bom uso", 6 mil "novos", 2 mil "muito novos" e, por fim, 12 mil sem descrição alguma. No entanto, os cafezais novos plantados (14,3% do total) apontam que o agricultor estava ampliando suas lavouras. É interessante notar que, entre 1825 e 1835,

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. 1. ed., 1999. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Sobre a conjugação entre reprodução natural da escravaria e tráfico atlântico de africanos, ver: PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 1992. PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995. BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004.

embora o cafeicultor tenha expandido suas plantações, fê-lo em um ritmo vagaroso, uma vez que, no primeiro ano, o número de cafezais era de 40 mil pés.

A Fazenda da Boa Vista era uma unidade produtiva completa. Havia uma "casa de morada de sobrado", avaliada em 3:000$000, na qual residia a família de Nogueira; os grãos de café colhidos eram secados no terreiro com suas benfeitorias, e o beneficiamento deles era realizado na "casa e fábrica de *engenho de socar café* com um rego d'água e bicame de madeira de lei";[96] no mesmo engenho havia ainda um "ventilador de abanar café"; os mantimentos, por sua vez, eram processados na "casa de moinho e roda de mandioca", valendo-se ainda de uma "prensa de fuso e mundéu de espremer a massa com seu competente cocho", e um forno de cobre.

Na década de 1830, José Silvestre Rebello, em memória publicada no ano de 1833, na parte referente ao beneficiamento do café, registrou uma inovação brasileira na fase de retirada do pergaminho (um dos invólucros que envolvem a cereja do café). Ao que tudo indica, o autor estava referindo-se ao engenho de pilões, indicado nos inventários como "engenho de socar café", inventado por Joaquim Theodoro da Roza, em 1832, que se tratava de uma adaptação do mecanismo elaborado originalmente na Europa para mineração e que também havia sido empregado na América portuguesa para o beneficiamento de arroz. O engenho de pilões foi adotado no Vale do Paraíba em virtude do método empregado para o processamento dos grãos de café por "via seca", bastante distinto daquele adotado em Saint Domingue.[97] A "via seca" não foi uma novidade introduzida pelos fazendeiros do Vale, mas, sim, a forma de coordenar o beneficiamento dos grãos de café colhidos. De acordo com Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, a secagem dos frutos deveria ser feita em terreiros de chão batido ("bem direito e duro") até que as polpas estivessem bem secas ("pode [o café] estar em termos de ir aos pilões, o que se não deve fazer sem que esteja bem seco e estale no dente"). Assim, nos pilões deveria ser feita a separação da polpa e do pergaminho.[98]

Os fazendeiros do Vale do Paraíba, ao contrário dos de Saint Domingue, não adotaram máquinas despolpadoras de café, pelo menos até a década de 1860. Como método, eles privilegiaram a secagem prolongada dos grãos em terreiros de chão batido – cada vez mais ladrilhados depois de 1850 – e o beneficiamento em polpa pelos engenhos de pilões. Tal

---

[96] O grifo é nosso.

[97] MARQUESE, Rafael de Bivar. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura escravista brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 872-873, out./dez. 2009.

[98] WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. 1. ed., 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985, p. 68-70.

combinação resultou na ampliação expressiva da produção de café.[99] Percebe-se, portanto, que José Ramos Nogueira estava atento às novidades tecnológicas introduzidas no Vale do Paraíba, empregando em sua Fazenda da Boa Vista os métodos mais adequados à cafeicultura no beneficiamento do café, o que denota o papel de destaque ocupado pelo cafeicultor.

Na Fazenda da Boa Vista, existiam ainda alguns imóveis que complementavam as atividades desenvolvidas na unidade produtiva, tais como: uma "casa coberta de telha que serve de tenda de ferreiro"; duas olarias e "nove lanços de casas à beira da estrada geral [Caminho Novo da Piedade], cobertos de telha, que servem de rancho de passageiros, com dois lanços fechados, que servem de casa de negócio". Por último, na Vila, havia dois imóveis: "três lanços de casas cobertos de telha" e uma "morada de casas térreas [...] com uma armação de negócios em um dos lanços". Percebe-se, portanto, que além da atividade cafeeira, Nogueira enriqueceu-se com a venda de produtos (gêneros alimentícios, sobretudo) para os tropeiros que transitavam por sua fazenda e para os habitantes do centro urbano da Vila.

Os animais arrolados no inventário de Domiciana Maria da Conceição correspondiam a 5,2% de todo o patrimônio dos bens do casal. A maior parte deles estava ligada ao transporte de café para o mercado (nove burros e 24 bestas "arreados de carga" e 18 "bois de carro"); uma pequena parte vinculava-se à reprodução (oito vacas) e, por fim, dois cavalos e três bestas "de sela" eram utilizados no deslocamento de indivíduos e na fiscalização dos trabalhos da fazenda.

A escravaria de Nogueira, responsável por 42,1% de todo o patrimônio, cresceu pouco menos de 60%, entre 1829-1835, atingindo o total de 136 indivíduos (11,2% de todos os escravos inventariados na década de 1830). Nota-se principalmente o impacto que o fechamento temporário do tráfico atlântico causou na escravaria: a proporção de africanos reduziu-se a 67,7% (**Tabela 1.10**), ao passo que a porcentagem de homens elevou-se a 73,5% (**Tabela 1.12**). A parcela de adultos também sofreu um declínio, igualando-se a 59,5% (**Tabela 1.13**); as crianças – todas crioulas, vale dizer – aumentaram sua participação relativa a 29,7% e, por último, os idosos, que apareceram pela primeira vez em todo o período, perfaziam 10,8% de todos os escravos da fazenda (**Tabela 1.13**). Verificou-se igualmente que a taxa de escravos casados reduziu-se a 35,1% (**Tabela 1.11**); porém, vale notar que, de todas as crianças, pelo menos 17 eram fruto destas uniões.[100] A despeito da enorme escravaria, não

[99] MARQUESE, op. cit., p. 875-877.
[100] Importante frisar que 45,6% da escravaria de José Ramos Nogueira não teve a idade declarada no inventário, o que certamente pode interferir nos índices relativos à estrutura etária e ao estado conjugal dos cativos.

foram arroladas, de maneira explícita, senzalas no inventário. O que os dados parecem apontar, portanto, é que havia conjugação do tráfico com reprodução vegetativa.

O que mais despertou a atenção na Fazenda da Boa Vista foi a indicação de um cafezal pertencente aos escravos: segundo a descrição do escrivão, havia "sete mil pés de café mais velhos, pegados aos *cafés dos negros*, que vêm até o pé das cabeceiras do açude".[101] Werneck recomendava aos agricultores que reservassem uma porção de terras aos cativos para que cultivassem seus próprios produtos; desse modo, eles adquiriam amor ao País e distraíam-se da escravidão.[102] O fato é que, se competia aos próprios escravos elegerem o tipo de produto a ser cultivado nessas terras, eles se preocupavam menos em complementar sua dieta alimentar – medida pensada por Werneck – do que galgar algum cabedal com a venda dos grãos de café.

Em linhas gerais, foi possível notar que o Sargento-Mor José Ramos Nogueira adquiriu um patrimônio expressivo entre 1817 e 1835, muito por conta dos lucros granjeados a partir da atividade cafeeira. Assim como Joaquim Manoel de Freitas, o agricultor conciliava o cultivo de gêneros alimentícios com a produção de café. E, ao que tudo indica, Nogueira enriqueceu-se igualmente com a venda de gêneros alimentícios no mercado interno. Durante todo o período em tela, tal como Freitas, o cafeicultor procurou manter sua força de trabalho plenamente apta para a expansão da produção de café e de mantimentos, adquirindo no mercado atlântico escravos jovens e adultos. Após a conclusão do inventário de sua finada esposa, Domiciana Maria da Conceição, o Sargento-Mor ampliou ainda mais seu patrimônio. Dois anos após seu falecimento, em 1856, lavrou-se seu processo de inventário, em que constavam duas propriedades: a Fazenda da Boa Vista, cujo nome seria alterado para Fazenda Loanda pouco mais tarde, e o Sítio da Bemposta. As propriedades tinham uma superfície de cerca de 80 alqueires, 248.500 pés de café e uma numerosa escravaria, composta por 194 cativos.[103]

---

[101] O grifo é nosso. Importante frisar que, dentre todos os inventários abertos na década de 1830, além do processo citado, apenas outro faz referência à roça escrava no período. Trata-se do inventário da cafeicultora Ana Maria de Carvalho, proprietária de oito cativos. A roça em questão, segundo o escrivão, diz respeito a "um quartel de bananeiras que parte com o dos escravos". Cf. MMN, **Inventário de Ana Maria de Carvalho**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 206, 13/04/1833.

[102] WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. 1. ed., 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985, p. 14-15.

[103] O inventário do então Major José Ramos Nogueira encontra-se deveras danificado; as páginas do processo encontram-se quase todas coladas umas às outras, o que dificultou severamente sua transcrição paleográfica. Além disso, o processo não se concluiu e, portanto, não se pode afirmar com segurança se o patrimônio era composto tão somente pelos bens supracitados. Cf. MMN, **Inventário de José Ramos Nogueira**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 80, Nº 1639, 20/12/1856.

Dentre seus herdeiros, o mais ilustre foi, sem dúvida, Pedro Ramos Nogueira, futuro Barão de Joatinga, que se tornaria um dos maiores cafeicultores da região de Bananal, na segunda metade do século XIX. Pedro Ramos casou-se com sua prima, Plácida Maria de Almeida, filha de seu cunhado e de sua irmã, o Comendador Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Toledo Sampaio. José Ramos Fragoso, outro filho do Sargento-Mor, casou-se igualmente com uma prima, Placidina Nogueira da Silva, filha de outro cunhado, o Comendador Antônio José Nogueira. Todavia, esse enlace matrimonial deu-se a contragosto de José Ramos Nogueira, pois o cunhado era seu inimigo político, chefe do Partido Liberal de Bananal. Assim, o Sargento-Mor negou ao seu filho o recebimento da legítima materna que lhe era de direito. Em 1837, porém, Nogueira arrependeu-se por ter renegado ao seu filho o direito à legítima materna, redigindo uma petição ao Juiz de Órfãos para solucionar o conflito.[104]

1.3.3 Luiz Gomes Nogueira

O terceiro escravista investigado, Luiz Gomes Nogueira, nasceu em Baependi-MG, por volta de 1790. Com seus pais, Capitão Hilário Gomes Nogueira e Maria Josefa da Conceição, mudou-se para Bananal na mesma década, quando o cultivo de café na região dava seus primeiros passos.[105] Em 1801, Hilário já era um reputado senhor de engenho: produziu 600 arrobas de açúcar branco, 100 de açúcar redondo, 50 de açúcar mascavo e 600 canadas de aguardente. Era dono de uma escravaria numerosa para o período: 84 escravos, cerca de 20% da mão de obra cativa da região. Além disso, produziu uma grande quantidade de gêneros alimentícios: 150 arrobas de toucinho, mil alqueires de milho, 400 de feijão, 50 de arroz e 200 de farinha. E ainda marcou 100 cabeças de animais vacuns.[106] O Capitão também foi um dos principais negociantes de cabeças de gado que conduziam seus animais pelo Caminho Novo da Piedade, na primeira década do século XIX.[107]

---

[104] FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 90-92.
[105] RODRIGUES, op. cit., p. 32-33.
[106] MOTTA, op. cit., p. 253.
[107] MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença de negociantes de gado (1801-1811). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-59, jan./jun. 2001.

Os lucros auferidos com a atividade canavieira e com o comércio de gado permitiram que seu filho, Luiz Gomes Nogueira, fosse igualmente um destacado senhor de engenho e de escravos. Em 1817, com domicílio próprio e com 28 anos de idade, Luiz era casado com Justina Fortunata, de 16 anos, natural de Ilha Grande-RJ. Neste ano, Luiz Gomes produziu os seguintes gêneros alimentícios: milho (300 alqueires), feijão (100 alqueires) e arroz (150 alqueires). Segundo a lista nominativa, todos os mantimentos foram consumidos "em casa"; no entanto, em virtude do grande volume colhido pelo agricultor, pode-se indicar que, pelo menos, uma parte da safra deve ter sido vendida no mercado interno. Além desses produtos, produziu 24 arrobas de toucinho e exportou açúcar, aguardente e café para o mercado mundial. O escravista produziu grande quantidade de açúcar (800 arrobas, pouco menos de um quinto da produção da Freguesia) e aguardente (240 barris, cerca de um quinto da fabricação da região). Nesse período, Nogueira era um dos maiores cafeicultores da capitania de São Paulo, tendo colhido 300 arrobas de café (8% do montante colhido em Bananal) (**Tabela 1.15**).[108]

Tabela 1.15 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de Luiz Gomes Nogueira. Bananal, 1817-1829

Ano Produção	1817	1822	1829
Milho[A]	300	200	1.500
Feijão[A]	100	100	300
Arroz[A]	150	200	180
Toucinho[B]	24	100	80
Açúcar[B]	800	-	-
Café[B]	300	300	4.000
Aguardente[C]	240	-	-

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.
Nota: **(A)** Avaliado em *alqueires*; **(B)** Avaliado em *arrobas*; **(C)** Avaliado em *barris*.

Para o trabalho na lavoura, Luiz Gomes Nogueira contava com a mão de obra de uma grande escravaria, formada por 53 cativos. Tal posse era bastante elevada, pois a média de escravos dos produtores de açúcar e/ou aguardente igualava-se a 32.[109] A maioria de seus escravos era nascida no Brasil (60,4%) (**Tabela 1.16**), casada/viúva (59,4%) (**Tabela 1.17**),

[108] Luna e Klein afirmaram que, em 1817, nenhuma fazenda colheu uma quantidade de café superior a 307 arrobas. Vê-se, portanto, que Luiz Gomes Nogueira era um dos maiores produtores de café da capitania de São Paulo no período. Cf. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005, p. 101.
[109] MOTTA, op. cit., p. 150.

do sexo masculino (64,1%) (**Tabela 1.18**) e adulta (62,3%) (**Tabela 1.19**). Dentre os cativos adultos, 18 eram africanos e 15 crioulos. Além disso, havia na propriedade quatro idosos (com 50 anos ou mais) e 16 crianças, sendo 14 crioulas e apenas duas africanas. Estes índices mostram claramente que havia uma comunidade escrava sedimentada no tempo.

Tabela 1.16 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo a Origem. Bananal, 1817-1838

Ano	1817		1822		1829		1838	
Origem	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Africanos	21	39,6	44	93,6	78	90,7	112	77,8
Crioulos	32	60,4	3	6,4	8	9,3	29	20,1
Sem Origem	-	-	-	-	-	-	3	2,1
Total	**53**	**100,0**	**47**	**100,0**	**86**	**100,0**	**144**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**. MMN, **Inventário de Luiz Gomes Nogueira**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 424, 23/01/1838.

Tabela 1.17 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1838

Ano	1817		1822		1829		1838	
Estado Conjugal	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Casados	15	40,5	-	-	25	31,7	34	27,4
Solteiros	15	40,5	36	100,0	54	68,3	85	68,6
Viúvos	7	18,9	-	-	-	-	5	4,0
Total	**37**	**100,0**	**36**	**100,0**	**79**	**100,0**	**124**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**. MMN, **Inventário de Luiz Gomes Nogueira**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 424, 23/01/1838.
Nota: escravos com 15 anos ou mais.

Em 1822, o então "Soldado da Guarda de Honra Imperial" de D. Pedro era pai de dois filhos: Hilário, com quatro anos, e Luiz, de apenas um ano de idade. O agricultor continuou produzindo os mesmos gêneros de subsistência: por um lado, colheu uma quantidade menor de milho (200 alqueires) e, por outro, expandiu a produção de arroz (200 alqueires) e de toucinho (100 arrobas). Como não há informações a respeito da produção de açúcar e de aguardente, poder-se-ia esperar que o lavrador tenha abdicado da produção desses artigos para se dedicar exclusivamente à cafeicultura; entretanto, observando-se a relação de bens declarados em seu processo de inventário, em 1838, tudo leva a crer que o escravista não deixou de produzi-los em nenhum momento. Tal assunto será discutido com mais cautela em momento oportuno, durante a análise de seu inventário. Por fim, vale destacar que a produção

de feijão se manteve estável (100 alqueires), assim como a de café, que ficou estacionada em 300 arrobas, equivalente a apenas 1,3% da safra colhida nesse ano (**Tabela 1.15**). O volume de café colhido remete, provavelmente, ao ciclo bienal da produção de café, uma vez que o resultado esperado seria o de aumento na produção.[110]

Interessante notar que, no mesmo ano (1822), a escravaria de Nogueira sofreu pequena redução, atingindo a soma de 47 indivíduos. De todo modo, houve uma mudança brusca no perfil demográfico de seus cativos, que resultou no aumento significativo da força de trabalho: a maioria era composta pelos africanos (93,6%) (**Tabela 1.16**), por homens (85,1%) (**Tabela 1.18**), adultos (76,6%) (**Tabela 1.19**) e, por fim, todos eram solteiros (**Tabela 1.17**). Além do mais, houve decréscimo significativo na idade média dos cativos, que passou de 25,9 para 17,4 anos. A partir desses dados, percebe-se nitidamente o impacto do tráfico transatlântico de africanos na escravaria de Nogueira: todos os cativos adultos eram oriundos do continente africano e, do total de crianças, apenas três nasceram no domicílio do agricultor. Assim, pode-se cogitar que a diminuição no número total de escravos não prejudicou sua produção agrícola, pois a força de trabalho se elevou consideravelmente no período. Uma das explicações plausíveis que justificam a brusca mudança no perfil demográfico da escravaria pode ser encontrada na lista nominativa de 1817. Nesse ano, o recenseador anotou que os pais de Nogueira haviam migrado para São João Marcos, no Rio de Janeiro. É bem provável que seus pais tenham levado consigo os escravos para a nova propriedade e, por esse motivo, Luiz Gomes teve de recorrer ao tráfico atlântico para recompor sua força de trabalho. Pode ser, também, que os cativos foram vendidos ou faleceram.

Tabela 1.18 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1838

Ano	1817		1822		1829		1838	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	34	64,1	40	85,1	63	73,2	101	70,1
Feminino	19	35,9	7	14,9	23	26,8	43	29,9
Total	**53**	**100,0**	**47**	**100,0**	**86**	**100,0**	**144**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**. MMN, **Inventário de Luiz Gomes Nogueira**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 424, 23/01/1838.

[110] Cf. AGUIAR, op. cit., p. 11.

Tabela 1.19 – Distribuição dos Escravos de Luiz Gomes Nogueira Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1829

Ano	1817		1822		1829	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	16	30,2	11	23,4	7	8,1
15-49	33	62,3	36	76,6	79	91,9
50 ou +	4	7,5	-	-	-	-
Total	**53**	**100,0**	**47**	**100,0**	**86**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.

Em 1829, houve uma expansão significativa da produção cafeeira (4 mil arrobas, 8,8% do montante produzido na Freguesia), que foi acompanhada de perto pela de milho (1.500 alqueires) e feijão (300 alqueires). A colheita de arroz (180 alqueires) manteve-se praticamente estável no período, assim como a produção de toucinho (80 arrobas). O grande volume de milho colhido aponta que Nogueira continuava ampliando suas plantações de café; ademais, o dado sugere, uma vez mais, que parte da colheita era comercializada no mercado interno, embora não haja a indicação na lista nominativa (**Tabela 1.15**).

No mesmo período, a escravaria de Luiz Gomes ampliou-se: o crescimento (de 83%) elevou o número de cativos a 86 indivíduos. A composição demográfica da mão de obra também sofreu algumas alterações: a taxa de indivíduos africanos reduziu-se a 90,7% (**Tabela 1.16**) e a de homens caiu para 73,2% (**Tabela 1.18**); entretanto, a proporção de cativos adultos elevou-se de modo significativo a 91,9% (**Tabela 1.19**). Quanto aos últimos, apenas quatro nasceram no Brasil. A queda na parcela de cativos do sexo masculino indica que o cafeicultor comprou mais mulheres que no período anterior – em 1822, elas perfaziam 8% dos adultos e, em 1829, 22%, uma estratégia que provavelmente teria o objetivo de responder ao tratado assinado entre D. Pedro e a coroa inglesa, que previa o término do tráfico atlântico em 1831 e, ao mesmo tempo, aquietar as tensões nas senzalas. Tanto que, ao contrário do que se constatou em 1822, os escravos unidos por laços de matrimônio perfaziam, em 1829, 31,7% da escravaria adulta (**Tabela 1.17**). Tais uniões refletiram na reprodução da escravaria, uma vez que, dentre as crianças, quatro eram crioulas.

Alguns anos mais tarde, em 1838, faleceu o então Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira com cerca de 50 anos, deixando a viúva Justina Fortunata Melinda Franco e seus dois filhos, Hilário, de 18 anos, e Luiz, de 15 anos, ambos solteiros. No processo de inventário, autuado no mesmo ano, Nogueira legou a seus herdeiros um patrimônio significativo, avaliado em 125:436$618, concentrado principalmente em terras (13,7%),

escravos (36,2%) e situações (30,6%), totalizando pouco mais de quatro quintos de sua riqueza. O restante de sua fortuna estava empregado em dívidas ativas (8,8%), animais (3,4%) e, por último, em mobílias, objetos de ouro, prata, cobre, ferro, madeira, vidro e livros (7,3%). Quase todo o patrimônio estava circunscrito à Fazenda Glória dos Campos, e uma pequena parcela de seus imóveis (2,3% das situações) localizava-se na Vila (**Tabela 1.20**).

Tabela 1.20 – Composição do Patrimônio de Luiz Gomes Nogueira. Bananal, 1838

Patrimônio	Valo Nominal (em Mil-Réis)	%
Escravos	45:290$000	36,2
Situações (Lavouras e Benfeitorias)	38:456$000	30,6
Terras	17:280$000	13,7
Dívidas Ativas	10:977$368	8,8
Animais	4:260$000	3,4
Outros	9:173$250	7,3
Total	**125:436$618**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventário de Luiz Gomes Nogueira**.
Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 424, 23/01/1838.

Não foi possível determinar com precisão a superfície das terras da Fazenda Glória dos Campos, pois consta no inventário apenas a medida de testada ("1.440 braças de testada mais ou menos"). Supondo-se que as terras da propriedade correspondessem a 1.440 braças em quadra – que não é o caso, já que haveria o registro explícito no inventário –, a fazenda teria no mínimo 207 alqueires. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de uma grande propriedade rural. A principal atividade econômica de Nogueira continuou sendo o cultivo de café: no processo foram encontrados 100 mil pés de café (50 mil "velhos", 17 mil "novos", 21 mil "em mudas" e 12 mil sem descrição). Como se pode notar, o fazendeiro estava ampliando seus cafezais, haja vista que 38% dos pés eram novos ou em mudas.

O primeiro trabalho agronômico fundado nas práticas elaboradas pelos cafeicultores do Vale do Paraíba, *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*, foi publicado pelo Padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, em 1836.[111] O autor, que morou por cinco anos na Fazenda Desengano Feliz, no município de Valença-RJ, tomou conhecimento das técnicas agronômicas que ali estavam sendo elaboradas. A grande contribuição de seu manual foi a de apontar as diferenças das técnicas empregadas no Vale em relação às do

[111] AGUIAR, op. cit.

Caribe. Uma delas, talvez a principal, diz respeito ao método utilizado no plantio dos pés de café. No Caribe, adotou-se o alinhamento em quincunces[112], com o objetivo de aproveitar melhor o terreno. Por seu turno, no Vale do Paraíba, o novo método consistia no grande afastamento entre as linhas dos cafezais, que ficavam dispostos verticalmente do topo à base dos morros de meias-laranjas.[113]

Na Fazenda Glória dos Campos, o Sargento-Mor Luiz Gomes Nogueira já havia adotado esse novo método, como é possível depreender pela descrição de um de seus cafezais: "17 mil pés de café novos, no lugar Boa Fé, plantados quadrejadamente". Os cafezais "plantados quadrejadamente" referem-se justamente às arvores dispostas verticalmente nos morros da região. Esta foi a única alusão feita em relação a cafezais plantados em linha reta nos inventários abertos nas décadas de 1830, 1840 e 1850. Provavelmente, o registro no inventário dessa forma de plantio remeta à novidade do novo método na região.

A despeito da omissão nas listas nominativas de 1822 e 1829, o agricultor continuou produzindo açúcar e aguardente em sua propriedade: a produção do primeiro artigo girava em torno de, no mínimo, 400 arrobas ("200 arrobas de açúcar branco" e "200 arrobas de açúcar redondo"), e a fabricação de aguardente era de cerca de "oito pipas de 220 medidas".[114] As plantações de cana ocupavam uma área relativamente grande da Fazenda Glória dos Campos: havia "um partido de canas novo em terreiro de 30 alqueires de feijão" e "um partido de canas novo plantado de novo", sendo o primeiro no valor de 4.000$000, e o segundo, na quantia de 200$000. As instalações da fazenda onde ocorria a fabricação de açúcar, aguardente e o beneficiamento dos grãos de café eram formadas por "uma casa de sobrado [...] com cômodos de morada, e fábricas dentro de dois Engenhos, um de cana, com três cilindros chapeados de ferro [...] com a fornalha de três tachos, e grande fornalha de alambique [...]; com Engenho de socar café, peneira, moinho [...] com rego d'água para a mesma Fábrica". E havia ainda "uma casa de purgar, coberta de telha, com todos os utensílios necessários". Vale ressaltar, ademais, que Nogueira continuava investindo na produção de açúcar/aguardente, pois havia, dentre os bens, "um engenho de cilindros de ferro por armar, com sua armação pronta e mais utensílios".

[112] Consiste na disposição geométrica de cinco elementos (neste caso, pé de café) em que quatro deles formam um quadrilátero e o quinto elemento está centrado no cruzamento das diagonais.
[113] AGUIAR, op. cit., p. 5-11.
[114] Durante o processo de inventário, declarava-se apenas a produção estocada na propriedade e não a quantidade produzida ao longo do ano. Por isso, a produção de açúcar e de aguardente, provavelmente, deveria ser maior que a arrolada no processo.

Além do mais, o fazendeiro continuou produzindo gêneros alimentícios em sua unidade produtiva. As lavouras de milho ocupavam uma área de "40 alqueires de planta de milho", a de arroz "quatro alqueires de planta de arroz" e a de feijão "30 alqueires de feijão". Produzia igualmente farinha de mandioca, haja vista a declaração de "uma roda de sevar mandioca [...] com prensa de lagar e cocho", e um forno de cobre. O milho era beneficiado no "moinho coberto de telha com todos os pertences", além do "batedor de milho".

Os animais existentes na fazenda, que correspondiam a 3,4% da riqueza do cafeicultor, eram constituídos principalmente por aqueles ligados ao transporte de açúcar e café para o mercado (13 bestas e 25 burros "arreados, de carga" e 39 "bois de carro"). Havia ainda aqueles utilizados na alimentação dos indivíduos residentes na propriedade (onze porcos "capados de ceva" e 50 porcos "de criar"), e uma pequena parcela ligada à procriação (seis vacas com cinco crias). Por fim, outros animais voltavam-se ao deslocamento dos sujeitos (oito bestas, quatro burros e seis cavalos "de sela"). Para o abrigo do rebanho, foram encontrados "três lanços de casas cobertos de telhas, que servem de chiqueiros de porcos"; "um galinheiro coberto de telha"; "um galinheiro coberto de palha" e "a casa da tropa que se compõe de um lanço coberto de telha, com uma porta na frente, feita de madeira roliça".

As dívidas ativas arroladas no inventário somaram 10:977$368, equivalente a 8,8% de toda a fortuna, e indicam, a princípio, que os empréstimos a juros tinham um peso importante dentre as atividades econômicas exercidas por Luiz Gomes Nogueira. Possivelmente, a diversificação de investimentos contribuiu de maneira decisiva para o enriquecimento do cafeicultor. Vale frisar que dois dos maiores comerciantes de Bananal, Tourin Domingos Monsier e Felles Translau, constavam dentre os seus devedores, denotando assim a importância do fazendeiro na região.[115]

Sua numerosa escravaria, composta por 144 indivíduos (aproximadamente 12% da mão de obra inventariada nos anos 1830), expandiu-se substantivamente entre 1829 e 1838. Houve um crescimento, portanto, de 67,4% no número de cativos no período. Todos viviam nos "oito lanços de senzalas, cobertos de telhas, com sete portas e um portão para a entrada do pomar". O perfil demográfico de sua mão de obra sofreu pequena alteração em relação a 1829: a proporção de africanos e de homens reduziu-se, respectivamente, a 77,8% (**Tabela 1.16**) e 70,1% (**Tabela 1.18**). Tal declínio relativo foi causado pelo término temporário do tráfico atlântico de africanos entre 1831 e 1835, reaberto ilegalmente em larga escala a partir

[115] Em boa parte do conjunto de inventários consultados entre as décadas de 1830 e 1850, na parte correspondente às dívidas passivas, há referências a esses dois comerciantes, o que denota a importância desses sujeitos no comércio local. Cf. MMN, **Inventários post mortem**, 1830-1859.

de 1836. Em relação aos cativos casados e viúvos, sua participação relativa manteve-se praticamente inalterada em relação ao ano antecedente, cerca de um terço, embora o grupo tenha se expandido fisicamente (de 25 para 39 escravos) (**Tabela 1.17**). Quanto à idade dos escravos, não foi possível estabelecer nenhuma comparação com os dados das listas antecedentes, pois ela não foi declarada no inventário, exceto as 20 crianças nascidas na fazenda.

Em resumo, pode-se depreender que, no decorrer de sua vida, Luiz Gomes Nogueira acumulou um patrimônio maior que o de Joaquim Manoel de Freitas e do Sargento-Mor José Ramos Nogueira. Certamente, o respaldo financeiro de seu pai, o Capitão Hilário Gomes Nogueira, contribuiu de modo decisivo para seu futuro enriquecimento, haja vista que, em 1817, Luiz Gomes já era um destacado senhor de engenho e cafeicultor. Com a alta global acentuada nos preços do café (1812-1822), ele ampliou expressivamente suas plantações de café, combinando tal atividade com a produção de açúcar e de aguardente. Desse modo, para atender às demandas de sua propriedade, entre 1817 e 1822, o fazendeiro recompôs sua escravaria, adquirindo no mercado atlântico escravos africanos adultos do sexo masculino. Durante todo o período, assim como os outros escravistas, combinou o cultivo de mantimentos com o de café, em virtude do padrão adotado no Vale do Paraíba de se cultivar milho e feijão entre as fileiras dos arbustos. No final de sua vida, acumulou grande fortuna, a maioria dela concentrada em escravos, terras e situações. Além da fortuna angariada por meio da atividade cafeeira, açucareira e da venda de mantimentos no mercado interno, Luiz Gomes ter-se-ia enriquecido por meio da concessão de empréstimos a juros.

1.3.4 José de Aguiar de Toledo

O último escravista analisado, José de Aguiar de Toledo, nasceu em Angra do Heroísmo, localizada na costa sul da Ilha Terceira, nos Açores,[116] por volta de 1770.[117] Segundo Píndaro Rodrigues, Toledo chegou a Bananal no final do século XVIII, após ter

[116] RODRIGUES, op. cit., p. 48.
[117] Nas listas nominativas de 1817, 1822 e 1829 há uma grande variação nas idades de José de Aguiar de Toledo: na primeira, o agricultor tinha 43 anos; na segunda, 55 anos e, na terceira, 60 anos. Assim, Toledo teria nascido entre 1767 e 1774.

minerado ouro em São João del Rey e Baependi, Minas Gerais.[118] Em 1817, José de Aguiar, com cerca de 43 anos, era casado com Maria Ribeiro, natural de Minas, 37 anos, e tinha seis filhos: Maria, 20 anos, Antônio, 17 anos, João, 12 anos, Manoel, onze anos, Águeda, dez anos, e José, três anos. Todos eles nasceram na Freguesia, indicando que o casal se estabeleceu, de fato, em Bananal no final do Setecentos.

A principal atividade econômica de Toledo era o cultivo de café, com uma modesta produção de 99 arrobas (2,4% da safra colhida na Freguesia). Produzia, além disso, gêneros alimentícios: milho (60 alqueires), feijão (19 alqueires) e toucinho (20 arrobas) (**Tabela 1.21**). A quantidade de mantimentos colhidos atesta que, provavelmente, os excedentes também eram vendidos no mercado interno. Sua escravaria, composta por 17 indivíduos, era superior à posse média de cativos dos cafeicultores escravistas (10,4).[119] Desses, somente dois eram africanos (**Tabela 1.22**); todos os cativos eram solteiros (**Tabela 1.23**); 70,6% eram do sexo masculino (**Tabela 1.24**); e 76,5% eram adultos (**Tabela 1.25**). Provavelmente, existiam uniões ilegítimas entre os escravos em sua propriedade, visto que, das quatro crianças declaradas, todas crioulas, uma delas teve o nome dos pais registrado.

Tabela 1.21 – Distribuição da Produção Agrícola e de Toucinho de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1817-1829

Ano Produção	1817	1822	1829
Milho[A]	60	200	300
Feijão[A]	19	200	150
Arroz[A]	-	200	20
Toucinho[B]	20	100	60
Café[B]	99	1.000	2.500

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.
Nota: **(A)** Avaliado em *alqueires*; **(B)** Avaliado em *arrobas*.

Em 1822, houve uma ampliação expressiva na lavoura de Toledo: colheu-se 200 alqueires de milho, 200 de feijão, 200 de arroz e mil arrobas de café (4,5% do montante colhido na Freguesia). Destaca-se a estreita correlação entre a produção de mantimentos e a de café. Além disso, produziu-se 100 arrobas de toucinho (**Tabela 1.21**). Nesse ano, a novidade foi a produção de arroz, inexistente – ou não arrolada – no período precedente. É interessante notar que, a despeito do aumento na produção, não houve grande incremento no

[118] RODRIGUES, op. cit., p. 173. Nota-se que o autor não fornece as fontes em que se fundamentam suas afirmações.
[119] MOTTA, op. cit., p. 150.

número de trabalhadores, pois a escravaria elevou-se apenas a 20 indivíduos. No entanto, a composição demográfica desses cativos sofreu profundas alterações: os africanos elevaram-se a três quartos (**Tabela 1.22**), enquanto a taxa de homens e adultos reduziu-se a dois terços (**Tabelas 1.24** e **1.25**, respectivamente). Verificou-se também uma ligeira queda na idade média dos cativos, que passou de 18,6 para 17,7 anos. Todos os escravos adultos foram novamente descritos como solteiros, ainda que quatro crianças (três meninas e um menino) tenham nascido na propriedade. Em suma, percebe-se que entre 1817 e 1822, Toledo adquiriu no mercado escravos africanos e jovens com o objetivo de expandir sua produção agrícola, assim como fizeram os outros escravistas analisados. Vale apontar ainda que, em 1822, dois de seus filhos, Manoel de Aguiar Vallim e Maria Ribeiro do Espírito Santo, deixaram de residir em seu domicílio.[120]

Tabela 1.22 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo a Origem. Bananal, 1817-1829

Ano	1817		1822		1829	
Origem	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Africanos	2	11,8	15	75,0	73	89,0
Crioulos	15	88,2	5	25,0	9	11,0
Total	**17**	**100,0**	**20**	**100,0**	**82**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.

Tabela 1.23 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo o Estado Conjugal. Bananal, 1817-1829

Ano	1817		1822		1829	
Estado Conjugal	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Casados	-	-	-	-	-	-
Solteiros	13	100,0	13	100,0	71	100,0
Viúvos	-	-	-	-	-	-
Total	**13**	**100,0**	**13**	**100,0**	**71**	**100,0**

Fonte: AESP, 1817, **Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.
Nota: escravos com 15 anos ou mais.

[120] Poder-se-ia cogitar que o motivo de não ter havido aumento substancial na escravaria de José de Aguiar de Toledo, entre 1817 e 1822, poderia ser explicado pelo fato de que alguns cativos teriam sido dados em dote a seus filhos, Manoel de Aguiar Vallim e Maria Ribeiro do Espírito Santo. No entanto, ao analisar a escravaria pertencente a Apolinário Pereira Ribeiro, marido de Maria Ribeiro, no ano de 1822, constatou-se que nenhum cativo era remanescente à posse escrava de Toledo de 1817. Assim, conclui-se que de fato nenhum cativo teria sido dado em dote a sua filha ou, caso isso tenha ocorrido, o(s) escravo(s) não teria(m) sobrevivido. Vale notar, por último, que o domicílio de Manoel de Aguiar Vallim não foi encontrado na lista de 1822. Cf. AESP, **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**.

Por sua vez, em 1829, mais dois descendentes, Antônio Ourique de Aguiar e Águeda Maria de São José, não foram registrados no domicílio do agricultor: o primeiro, assim como Manoel de Aguiar, foi morar em fogo próprio; a segunda, por sua vez, casou-se com Francisco Antônio de Moura. Nesse mesmo ano, a produção cafeeira mais do que duplicou, atingindo 2.500 arrobas (5,5% da safra colhida em Bananal). Também houve expansão na colheita de milho (300 alqueires) e retração na de feijão (150 alqueires), arroz (20 alqueires) e na produção de toucinho (60 arrobas), indicando que José de Aguiar estava especializando-se na produção de café (**Tabela 1.21**).

O aumento na colheita de café tornou-se possível devido ao incremento numérico de cativos nesse período, que triplicou, atingindo a soma 82 indivíduos. Além disso, o perfil demográfico da escravaria sofreu algumas mudanças: o grupo dos africanos aumentou sua participação relativa, elevando-se a 89% (**Tabela 1.22**); o percentual de adultos subiu para 82,9% (**Tabela 1.25**) e, por fim, os homens atingiram a marca de 80,5% da população escrava (**Tabela 1.24**). De novo, não houve nenhum registro de cativos unidos por laços matrimoniais, ainda que das onze crianças registradas, seis tenham nascido na propriedade. Portanto, entre 1822 e 1829, houve acréscimo relativo e absoluto de africanos, homens e adultos, que resultou no aumento da idade média da escravaria (25,4 anos).

Tabela 1.24 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo o Sexo. Bananal, 1817-1829

Ano	1817		1822		1829	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	12	70,6	13	65,0	66	80,5
Feminino	5	29,4	7	35,0	16	19,5
Total	**17**	**100,0**	**20**	**100,0**	**82**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.

Tabela 1.25 – Distribuição dos Escravos de José de Aguiar de Toledo Segundo a Faixa Etária. Bananal, 1817-1829

Ano	1817		1822		1829	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	4	23,5	7	35,0	11	13,4
15-49	13	76,5	13	65,0	68	82,9
50 ou +	-	-	-	-	3	3,7
Total	**17**	**100,0**	**20**	**100,0**	**82**	**100,0**

Fonte: AESP, **1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças**; **1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças**.

Em 1838, José de Aguiar de Toledo faleceu aos 60 anos de idade. Como todos os herdeiros eram maiores de idade, fez-se o "inventário amigável" dos bens do casal. Além da esposa, Maria Ribeiro de Aguiar, o fazendeiro deixou oito filhos: Francisco de Aguiar Vallim, casado com Maria Ribeiro de Aguiar (homônimo de sua sogra), Maria Ribeiro do Espírito Santo, casada com Apolinário Pereira Ribeiro, Antônio Ourique de Aguiar, solteiro, Manoel de Aguiar Vallim, solteiro, Águeda Maria de São José, casada com Francisco Antônio de Moura, José de Aguiar Vallim, casado com Mônica Maria de Aguiar, Eufrásia Maria de São José, casada com José Gonçalves Pereira, e, por último, Inácia Ribeiro do Evangelho, casada com Francisco Luiz da Costa. Vale ressaltar que Francisco, Eufrásia e Inácia não foram arrolados em nenhuma das listas nominativas consultadas, pois contraíram núpcias antes do ano de 1817.

Nos últimos nove anos de vida, Toledo acumulou uma fortuna colossal, avaliada em 282:631$840. Em seu patrimônio, constavam a Fazenda Pinheiros e a Fazenda do Resgate, além de duas casas na Vila. A Fazenda Pinheiros e as casas na Vila foram estimadas em 141:315$920, correspondente à metade da soma dos bens; nesta fazenda, havia 155 escravos (12,8% da escravaria inventariada nos anos 1830) e 60 bestas arreadas. Nenhuma outra informação acerca desta unidade produtiva foi possível extrair do documento, pois a fazenda e as duas casas na Vila foram legadas à viúva inventariante, não havendo, portanto, necessidade de se avaliar os bens individualmente. Quanto aos escravos desta propriedade, a Fazenda Pinheiros, sabe-se apenas que 77,4% (120) eram do sexo masculino e 22,6% (35) eram mulheres. Apenas alguns cativos tiveram sua origem descrita no processo (15 no total); nesse caso, tudo leva a crer que grande parte dos escravos era composta pelos africanos, pela elevada razão de sexo (120/35x100 = 342,8 homens para cada grupo de 100 mulheres). Ademais, nenhum cativo teve sua idade e estado conjugal declarados.

Na Fazenda do Resgate, a maioria dos bens foi assinalada no inventário, uma vez que ela foi dividida entre os oito herdeiros de Toledo. A maior parte dos bens da fazenda estava distribuída em escravos (32,9%), situações (52%) e terras (13,6%). Uma pequena parcela estava dividida em animais (1,4%) e "cobres e miudezas" (0,1%). Além disso, nenhuma dívida passiva ou ativa fora arrolada no processo, de praxe nos inventários amigáveis (**Tabela 1.26**). A fazenda ocupava uma enorme área (300 alqueires) e possuía uma vasta quantidade de cafezais, que totalizavam 324 mil pés (500 "velhos", 40 mil "novos", 283.500 sem descrição). Como se vê, o fazendeiro estava ampliando suas plantações, uma vez que, no mínimo, 12% dos arbustos eram novos. A produção de café nas duas propriedades girava em torno de 12

mil arrobas;[121] indicando, assim, a expansão exorbitante da colheita do artigo entre 1829 e 1838, que cresceu 380%.

Tabela 1.26 – Composição do Patrimônio (*Fazenda do Resgate*) de José de Aguiar de Toledo. Bananal, 1838

Patrimônio	Valo Nominal (em Mil-Réis)	%
Escravos	46:452$000	32,9
Situações (Lavouras e Benfeitorias)	75:575$700	52,0
Terras	19:200$000	13,6
Animais	1:978$000	1,4
Cobres e Miudezas	110$220	0,1
Total	**141:315$920**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventário Amigável de José de Aguiar de Toledo**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 427, 09/02/1838.

Os cafezais da Resgate eram cultivados por uma escravaria bastante numerosa, 142 no total (11,7% da escravaria inventariada na década de 1830).[122] Destes, 79,6% (113) eram homens e 20,4% (29) eram do sexo feminino. Poucos escravos tiveram sua origem descrita (14 ao todo). Levando-se em conta a alta razão de sexo (113/29x100 = 389,6 homens para cada 100 mulheres), pode-se, novamente, sugerir que a maioria destes trabalhadores nasceu no continente africano. Por último, vale destacar que as relações familiares e as idades dessa escravaria também não foram anotadas no processo.

O inventário não traz informação direta sobre a produção de gêneros alimentícios na Fazenda do Resgate. Todavia, a existência de "um paiol com quatro lanços" e "um moinho, roda de mandioca, monjolo, um lanço de casa que os cobre, e o respectivo rego d'água" indicam que a propriedade produzia gêneros alimentícios. A Fazenda ainda tinha "uma casa de morar e sua respectiva cozinha, contendo sete lanços e um mirante", no valor de 5:600$000; uma tulha de café; tenda de ferreiro e rancho de tropa; "engenho de serra com respectivo rego d'água e bicame"; "engenho para socar café" e, por fim, "25 lanços de senzalas, cobertos de telhas", apontando que o cafeicultor adotava os métodos mais modernos no beneficiamento dos grãos de café. Finalmente, a propriedade contava ainda com alguns

[121] Cf. AESP. **1836, Bananal**. A lista nominativa, no entanto, não indica a produção de mantimentos nas propriedades rurais.

[122] Com base na mesma documentação, Eduardo Schnoor afirmou equivocadamente que José de Aguiar de Toledo possuía 148 escravos e 285 mil pés de café na Fazenda do Resgate. Cf. SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62.

animais, tais como: onze bois de carro; um boi; dois garrotes; uma novilha; 17 burros e 15 bestas.

Como foi possível observar, José de Aguiar de Toledo acumulou um extraordinário patrimônio entre 1817 e 1838. Assim como os demais agricultores, combinava o cultivo de mantimentos com o de café. Em 1822, ainda com uma pequena escravaria, mas marcadamente africana, adulta e do sexo masculino, aumentou subitamente sua produção de café, milho, arroz e feijão. Tal expansão deveu-se, sobretudo, à alta lucratividade proporcionada pela atividade cafeeira. Em 1829, já com um número elevado de cativos, houve uma ampliação ainda maior na colheita de grãos de café e de milho. Quase uma década depois, o agricultor contava com duas fazendas de grande porte e com pouco menos de três centenas de cativos sob seu comando (24,5% dos escravos inventariados nos anos 1830). Toledo enriqueceu-se basicamente com a exploração de terras, cafezais e, sobretudo, com a exploração da mão de obra cativa africana.

Dentre seus herdeiros, Manoel de Aguiar Vallim foi o que mais se destacou. No decorrer da segunda metade do século XIX, tornou-se um dos fazendeiros de café mais abastados do Vale do Paraíba. Vallim casou-se, em 1844, com Domiciana Maria de Almeida, filha de um dos mais ilustres cafeicultores da região, o Comendador Luciano José de Almeida. Seu casamento selou a união do ramo familiar de maior prestígio econômico, político e social de Bananal, os Almeida Vallim.

***

Em linhas gerais, pôde-se depreender que a implantação e o deslanche da cafeicultura escravista foi de suma importância para o desenvolvimento econômico-social de Bananal. Os primeiros arbustos cafeeiros surgiram na última década do século XVIII, logo após sua fundação. No decurso da primeira metade do Oitocentos, a expansão da economia cafeeira transformou a localidade em uma típica região de *plantation* escravista, ao lado de outros grandes municípios produtores de café do médio Vale do Paraíba (Vassouras, Valença, Barra Mansa, Resende, Piraí, Paraíba do Sul e Cantagalo).

No início do século XIX, a região de Bananal dedicava-se, basicamente, à produção de gêneros de subsistência (milho, arroz, feijão e farinha de mandioca) e à criação de animais (suínos e bovinos). Havia um comércio precário de excedentes, principalmente de milho, destinado às tropas de mulas que transitavam pelo Caminho Novo da Piedade. Além disso, o

povoado produzia açúcar e aguardente para o mercado externo. Com a saída de Saint Domingue do mercado mundial de café, em uma conjuntura marcada pela contínua ascensão da demanda pelo produto, os agricultores logo passaram a se dedicar ao cultivo de café.

A partir de meados dos anos 1810, a produção de café recebeu um novo impulso, devido, especialmente, ao aumento das cotações dos preços do artigo no mercado internacional. Com efeito, os senhores de escravos aceleraram as importações de escravos africanos para dar início ou mesmo expandir suas plantações e, com isso, abastecer os portos consumidores do Atlântico Norte. Nesse contexto, os agricultores de Bananal foram abdicando da produção de gêneros alimentícios para o mercado interno e se converteram gradualmente à cafeicultura, jamais abandonando a produção de mantimentos para o autoconsumo.

Esse processo foi devidamente observado por meio da análise da trajetória dos quatro cafeicultores escravistas. De modo geral, tais lavradores investiram na atividade cafeeira por volta de 1815, justamente no momento em que os preços do produto dispararam no mercado mundial. Mas tal investimento era ainda muito modesto em comparação à expansão que se verificaria nos anos 1820. Dos quatro agricultores elencados, três deles não dispunham de recursos suficientes para inverter seus capitais na cafeicultura. Em decorrência disso, a estratégia que elegeram consistiu no autofinanciamento da atividade: eles adotaram a prática de cultivar gêneros alimentícios entre as fileiras dos pés de café, e, a partir disso, todo o lucro era reinvestido no plantio de mais cafezais e na compra de mais escravos.

A despeito da queda acentuada das cotações dos preços do café no mercado externo, os cafeicultores ampliaram expressivamente as plantações do arbusto na década de 1820. A redução nos preços do produto foi determinada pelo próprio ritmo da produção brasileira. As colheitas de grãos aumentaram substantivamente a oferta mundial de café, que, por sua vez, induziu à queda de seus preços no mercado. O crescimento exponencial da oferta combinado com a diminuição do preço e que resultou na acumulação de capital é característico do mercado mundial capitalista que está se formando exatamente nesse período. Depreende-se, portanto, que a opção dos cafeicultores foi a de produzir muito, a um preço mais baixo, a ter de produzir menos, a um preço mais caro.

A produção de café permitiu que os quatro agricultores investigados se tornassem destacados senhores de escravos em Bananal. Com exceção de Luiz Gomes Nogueira, que já era um reputado senhor de engenho e cafeicultor, em 1817, Joaquim Manoel de Freitas, José Ramos Nogueira e José de Aguiar de Toledo se enriqueceram paulatinamente no decorrer de

suas vidas. A atividade cafeeira permitiu que tais cafeicultores dominassem boa parte dos escravos, terras e cafezais da região nos anos 1830, destacando-se no contexto político, econômico e social da região. Seus herdeiros, com algumas exceções, também se tornaram destacados cafeicultores, que, para tanto, se uniram a outras famílias importantes, por meio de alianças matrimoniais, para perpetuar a riqueza auferida durante a montagem da cafeicultura na localidade.

CAPÍTULO 2
SENHORES E ESCRAVOS EM BANANAL, 1830-1860

A economia cafeeira acelerou-se entre meados da década de 1820 e início de 1830, transformando o município de Bananal em uma típica região de *plantation* escravista. Nesse contexto, os cafeicultores escravistas exerceram importância fundamental na conformação da economia agroexportadora da região. Por tal motivo, o *corpus* documental selecionado para desenvolver a análise proposta neste capítulo foram os inventários *post mortem* desses cafeicultores escravistas, autuados entre as décadas de 1830 e 1850. Desse modo, o presente capítulo tem como principal objetivo, de um lado, examinar a estrutura da posse de escravos e, por outro, analisar a composição demográfica da população cativa segundo o sexo, a idade, a origem, o estado conjugal e o preço. Contudo, antes de partir para a investigação propriamente dita, é imprescindível delinear brevemente o debate historiográfico no qual esta pesquisa de mestrado se insere para que se possa compreender a relevância deste trabalho.

No final da década de 1970 e princípio dos anos 1980, a demografia histórica,[123] introduzida no Brasil por Maria Luiza Marcílio, em meados de 1960,[124] passou a ganhar cada vez mais adeptos no cenário científico e acabou se firmando como área promissora, sobretudo, nos estudos sobre o passado escravista brasileiro.[125] Mediante a análise de uma documentação pouco explorada até o momento, as listas nominativas de habitantes, os demógrafos colocaram em xeque o paradigma elaborado por Caio Prado Junior – e reafirmado

[123] Sobre a definição de demografia histórica, ver: COSTA, Iraci del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, ano I, n. 2, jul. 1994; NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

[124] A tese de doutorado de Marcílio, defendida na França, em 1968, *La ville de São Paulo. Peuplement et population. 1750-1850*, inaugurou a demografia história no Brasil. O trabalho foi traduzido para o português pelas editoras Pioneira e Edusp em 1973, sob o título *A cidade de São Paulo. Povoamento e população – 1750-1850*.

[125] Para um balanço e/ou reflexão crítica sobre a demografia histórica no Brasil, ver: MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 133-149, jan./dez. 1995. MOTTA, José F.; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica: da semeadura à colheita. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 14, n. 1/2, p. 151-157, jan./dez. 1997; MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez. 1997. MOTTA, José F. Demografia histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da. (Org.). **Brasil–Portugal**: história, agenda para o milênio. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, p. 473-507. BACELLAR, Carlos de Almeida P.; SCOTT, Ana Silvia V.; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 339-350, dez. 2005.

por alguns estudiosos que o sucederam[126] – da grande propriedade rural monocultora, que, na visão dos autores "tradicionais", seria composta por mais de uma centena de trabalhadores escravizados e dedicada exclusivamente ao fornecimento de gêneros tropicais para os mercados metropolitanos.

O estudo pioneiro de Francisco Vidal Luna[127] e o conjunto de trabalhos dedicados à temática da posse de escravos produziram três efeitos básicos: 1) permitiram uma revisão do conhecimento presente na historiografia "tradicional" a respeito dos padrões de distribuição da propriedade cativa em relação à atividade mineratória e, em menor intensidade, à economia açucareira; 2) possibilitaram aos estudiosos o aprofundamento da compreensão da economia escravista brasileira, tanto nas regiões comprometidas com as duas atividades mencionadas quanto em outras localidades; 3) a análise da posse de cativos contribuiu sobremaneira, em termos quantitativos e qualitativos, para o conhecimento do perfil demográfico dos cativos e escravistas nos séculos XVIII e XIX.[128]

Luna foi o primeiro autor a examinar a posse de escravos na economia mineira, nos séculos XVIII e XIX.[129] Investigando diferentes localidades e abordando fases distintas da exploração aurífera (introdução, consolidação e declínio), o autor demonstrou que havia presença majoritária de escravistas donos de cinco ou menos cativos, e que esses proprietários possuíam parcela significativa da mão de obra escrava na região.[130] A pesquisa de Luna, desse

---

[126] Cf. PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004. STEIN, Stanley J. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001.

[127] LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE-USP, 1981.

[128] MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 68.

[129] LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE-USP, 1981. Para saber mais sobre a posse de escravos em Minas Gerais e em São Paulo, ver: LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. et al. **Escravismo em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. O livro reúne uma série de artigos, que se encontravam distribuídos em dezenas de periódicos, oferecendo uma visão abrangente sobre a história demográfica e econômica de Minas e São Paulo.

[130] LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE-USP, 1981. Para saber mais acerca da posse de escravos em Minas Gerais, ver outros dois trabalhos do mesmo autor: LUNA, F. V. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, Antônio Emílio Muniz et al. **História econômica**: ensaios. São Paulo: IPE-USP, 1983, p. 25-41. (Relatórios de Pesquisa, 13); LUNA, F. V. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 157-171.

modo, rompeu com o paradigma da grande propriedade monocultora escravista presente na historiografia dita "tradicional".[131]

O estudo da estrutura da posse da mão de obra cativa para o caso da economia açucareira no século XIX apresentou igualmente resultados expressivos, embora menos surpreendentes em relação à economia mineira. A pesquisa de Stuart Schwartz sobre a Bahia é um dos trabalhos mais relevantes.[132] O autor valeu-se de um recenseamento de escravistas, realizado entre 1816 e 1817, no qual constavam mais de 4.600 escravistas, donos de 33.750 escravos (23% do total), que incluíam os proprietários e a escravaria de 165 engenhos nas paróquias pertencentes aos povoados de São Francisco e Santo Amaro.[133]

Schwartz apontou que, em tais povoados, "o coração da economia açucareira do Recôncavo", os 165 senhores de engenho correspondiam somente a 7,7% dos 2.152 escravistas existentes na região. A despeito do esperado, apenas 15% desses senhores de engenho (25 ao todo) possuíam 100 ou mais cativos, muito embora detivessem quase um terço de toda a escravaria. O que os dados levantados pelo autor demonstram é que, não obstante a região apresentasse características típicas de uma economia de *plantation*, "a maioria dos proprietários possuía menos do que quatro escravos, e cerca de metade dos escravos vivia em unidades menores do que vinte".[134] De todo modo, o que salta aos olhos é que apenas 25 senhores de engenho concentravam em suas mãos cerca de 30% de toda a escravaria da região de São Francisco e Santo Amaro.

Outras pesquisas foram igualmente realizadas visando à investigação do mesmo tema para São Paulo. Tais estudos basearam-se, fundamentalmente, nas listas nominativas de habitantes, privilegiando o período correspondente ao final do século XVIII e início do XIX. Luna e Costa, por exemplo, investigaram a estrutura da posse de escravos em dez regiões paulistas (Campinas, Curitiba, Guaratinguetá, Iguape, Itu, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes,

---

[131] Vide nota 126.

[132] SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983. Ver também, do mesmo autor: **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011, p. 356-376.

[133] SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 260-261, jan./abr. 1983.

[134] Ibid., p. 272-281. Iraci del Nero da Costa, examinando a estrutura da posse de escravos na capitania do Rio de Janeiro, no século XVIII, também chegou à mesma conclusão: parcela significativa dos escravos concentrada nas mãos de poucos escravistas, principalmente nas unidades voltadas à produção de açúcar, e, ao mesmo tempo, posse de cativos disseminada por toda a sociedade, já que boa parte dos escravistas possuía poucos escravos. Cf. COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 111-113, 1988.

São Sebastião e Sorocaba), no ano de 1804.[135] Os autores apontaram que, em média, cerca de 70% dos proprietários de escravos eram detentores de cinco ou menos cativos e que, além disso, possuíam 25% de toda a população escrava existente nas localidades.[136]

Francisco Luna e Herbert Klein analisaram, por sua vez, a capitania (mais tarde província) de São Paulo, no período de 1750 a 1850.[137] Os autores fizeram uma avaliação global do crescimento da economia e da sociedade paulista, desde suas origens, no período da conquista e colonização europeia, até às vésperas da introdução em massa do café, na primeira metade do século XIX. Vale destacar o crescimento da economia cafeeira na Vila de Areias (centro mais importante da produção de café do Vale do Paraíba paulista), nas primeiras décadas do Oitocentos. Em 1817, data da criação da Vila de Areias, cerca de duzentos cafeicultores, donos de quase mil cativos, colheram 95 t de café. Já em 1829, os mil domicílios, que contavam com a mão de obra de 7 mil cativos, produziram ao todo 1.651 t do artigo. Os autores apontaram que o crescimento vertiginoso nas exportações de café se tornou viável pela entrada cada vez maior de escravos africanos na região. Nesse sentido, houve uma profunda concentração social da propriedade escrava nas mãos de poucos cafeicultores: os "grandes proprietários" (com mais de 20 escravos) detinham a posse de 9% dos cativos, em 1817, e pouco mais de 50% em 1836.[138] Esses dados indicam que os "grandes proprietários" aumentaram sua importância relativa ao longo do tempo em relação à parcela de escravos possuídos, muito embora os "pequenos proprietários" (donos de cinco ou menos cativos) representassem a maioria dos cafeicultores durante todo o período em análise.

Esse breve panorama historiográfico não esgota, em hipótese alguma, a pluralidade de trabalhos dedicados à temática da estrutura da posse de escravos no Brasil. No entanto, é possível mapear as tendências gerais constatadas pelos inúmeros pesquisadores. De modo geral, a análise da posse de escravos nas diversas regiões do Brasil mostrou a marcante presença dos proprietários de cativos, que possuíam pequenas escravarias, e que, além de

---

[135] LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983. Vale lembrar que estas distintas localidades eram representativas da economia paulista e, além disso, seus habitantes correspondiam a quase um terço da população existente na capitania.

[136] Ibid., p. 213-215. Para saber mais sobre a posse de escravos em Sorocaba, Jacareí e Lorena, ver, respectivamente: LUNA, Francisco V. Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836). **Primeiro Seminário do Centenário da Abolição do Escravismo**: da Época Colonial à Situação do Negro na Atualidade. São Paulo, IPE-USP, 1986, 21 p.; LUNA, F. V. Estrutura da posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 23-35, 1988; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989.

[137] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005.

[138] Ibid., p. 85-86; 100; 152-160.

tudo, detinham parcela significativa da mão de obra servil. De fato, as pesquisas revelaram que a ideia corrente na historiografia "tradicional" de que a fazenda típica era a grande propriedade rural, composta por mais de uma centena de cativos, constituiu-se a exceção do passado escravista brasileiro. Entretanto, a questão ainda permanece em aberto, haja vista que quase todas as pesquisas centraram o foco, *grosso modo*, no período de ca. 1710 a ca. 1830, e nos primeiros anos da década de 1870.

O exame da estrutura da posse de escravos no período de deslanche da cafeicultura, ou seja, entre os anos 1830 e 1850, não recebeu a devida atenção dos pesquisadores, apesar do destacado papel do Vale do Paraíba para a formação do mercado mundial de café e na expansão da instituição escravista no Brasil imperial. O trabalho de Ricardo Salles sobre Vassouras é um dos poucos estudos disponíveis a tratar da análise sistemática da posse de escravos no médio Vale do Paraíba, coração da economia cafeeira, após os anos 1830.[139]

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende contribuir para o debate historiográfico acerca da posse de escravos em nosso país investigando o assunto por meio de uma análise sistemática de Bananal entre as décadas de 1830 e 1850. Para tanto, será examinada, em primeiro lugar, a estrutura da posse de escravos na região, e, posteriormente, a composição demográfica da população escrava, segundo o sexo, a idade, a origem, o estado conjugal e, por fim, o preço.

2.1 A ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS

O inventário *post mortem* é um processo legal exigido pelo Estado, que tem como principal objetivo o arrolamento e a avaliação dos bens de um indivíduo e a formalização de sua partilha entre os herdeiros, sucessores e legatários. Na América portuguesa, a legislação dos inventários pautava-se pelas *Ordenações Filipinas* de 1603.[140] A partir do Alvará Régio nº 3, de 17 de junho de 1809, passou a vigorar na colônia o imposto da décima das heranças e

[139] SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Renato Leite MARCONDES, em dois artigos, também investigou o tema, centrando-se, no entanto, nos anos 1870. Ver, de sua autoria, A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002; Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.

[140] ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006, p. 55-60.

legados, que incidia sobre a transmissão dos bens deixados em testamento, exclusivamente para os indivíduos que não eram parentes ascendentes (pais) ou descendentes (filhos).[141] Por seu turno, o Decreto nº 4.355, de 17 de abril de 1869, que regulou a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade, estabeleceu a obrigatoriedade do pagamento de impostos das heranças por testamento e *ab intestato*, dos legados e doações *inter vivos*; no entanto, a meação e as legítimas continuaram isentas de cobrança até o ano de 1880.[142]

Os descendentes e ascendentes do sujeito falecido eram os herdeiros necessários dos bens. O cônjuge, em regime de comunhão de bens, era o meeiro e sua parcela da herança era chamada de meação. A outra metade dos bens era partilhada entre os herdeiros, de acordo com a seguinte ordem: filhos, pais, colaterais até o décimo grau e o cônjuge; na falta destes, o Estado ficava com os bens.[143] A herança que cabia aos filhos era chamada de legítima paterna, no caso do falecimento do pai, e legítima materna, por ocasião da morte da mãe.[144]

A legislação que pautava os processos de inventário estabelecia como norma o princípio da igualdade jurídica da partilha entre os filhos. Nesse sentido, os indivíduos casados, com filhos, podiam reservar em testamento apenas a terça parte dos bens destinados a eles. Além disso, os filhos que tivessem recebido bens a título de dote deviam descontar meio dote durante a partilha, no falecimento do primeiro cônjuge, e outro meio dote por morte do segundo consorte.[145] Os filhos naturais somente se tornavam herdeiros caso fossem declarados em testamento ou reconhecidos em cartório.[146]

Sabe-se bem que a morte de um indivíduo nem sempre resultava na abertura de inventário *post mortem*. O Estado exigia, por lei, a autuação de um processo dessa natureza tão somente em três casos: se houvesse herdeiros menores de 21 anos; se o indivíduo, sem herdeiros necessários, falecesse com testamento; e, por último, se, na ausência de herdeiros, sua fortuna fosse transferida para as mãos do Estado. Os inventários, portanto, não abrangiam

---

[141] BRASIL. Alvará Régio nº 3, de 17 de junho de 1809. Estabelece os impostos do papel sellado e das heranças e legados. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809**, v. 1, p. 82. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresa1824/alvara-40073-17-junho-1809-571728-publicacaooriginal-94857-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2012.

[142] BRASIL. Decreto nº 4.355, de 17 de abril de 1869. Dá Regulamento para a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1869**, v. 1, pt. II, p. 174. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4355-17-abril-1869-552944-publicacaooriginal-70560-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2012.

[143] Quando não havia herdeiros necessários e, por conseguinte, os bens passavam às mãos do Estado, o processo autuado em cartório recebia o título de "Autos de Arrecadação" ou "Arrecadação de Bens".

[144] SAMARA, Eni de Mesquita. **A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 1980, p. 261. ARAÚJO, op. cit., p. 60.

[145] ARAÚJO, op. cit., p. 60

[146] Os processos autuados em cartório utilizados no reconhecimento da paternidade de filhos naturais recebiam o nome de "Perfilhação".

todos os agentes socioeconômicos de uma determinada região, já que nem todos eles eram obrigados por lei a dar abertura a esses processos.

Nesse sentido, o principal problema metodológico das pesquisas que se utilizam deste *corpus* documental – o inventário *post mortem* – nos estudos dedicados à temática da riqueza, da estrutura da posse de escravos, da demografia dos cativos e da estrutura fundiária reside no fato de que os processos existentes para uma dada região abarcam tão somente uma parcela de toda a população. A despeito disso, o estudo da posse de escravos, a partir da análise serial de inventários ao longo do tempo, é bastante frutífero, na medida em que é possível mapear, *grosso modo*, as grandes tendências demográficas da população escrava em uma determinada localidade.

No caso de Bananal, foram encontrados 262 processos de inventário *post mortem*, lavrados entre as décadas de 1830 e 1850, no Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes (MMN), localizado na cidade de Cruzeiro-SP. Chegaram até nós 66 processos da década de 1830, 88 do decênio subsequente e, por fim, 108 inventários dos anos 1850 (**Tabela 2.1**). Esta tabela apresenta a quantidade de processos de inventário segundo o envolvimento do inventariado com a produção de café e com a posse de escravos, ao longo do período em tela. Como se pode observar, não foi possível determinar a principal ocupação e/ou atividade econômica de todos os inventariados, haja vista que a execução de tal tarefa exigiria uma investigação pormenorizada do conjunto de bens desses indivíduos. Os inventários, normalmente, não informam de modo claro a atividade econômica dos inventariados. Nesse sentido, o principal objetivo foi o de averiguar apenas quais os sujeitos que produziam café e, ao mesmo tempo, detinham a posse de cativos.

Tabela 2.1 – Distribuição dos Processos de Inventário por Décadas. Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859	Total
Cafeicultor Escravista	51	50	65	166
Escravista Não Cafeicultor	6	23	23	52
Cafeicultor Não Escravista	3	2	4	9
Não Cafeicultor, Nem Escravista	6	11	13	30
Processo Incompleto	-	2	3	5
Total	**66**	**88**	**108**	**262**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Assim, de todos os processos levantados entre as décadas de 1830 e 1850, 166 inventários (63,4% do total) eram de *cafeicultores escravistas*.[147] Vale destacar que são esses inventários que fundamentam as análises deste e do próximo capítulo dessa dissertação: 51 deles foram autuados nos anos 1830, 50 no decênio de 1840 e 65 no último período (**Tabela 2.1**). O número expressivo de processos relacionados aos cafeicultores escravistas indica a importância que estes indivíduos exerceram na conformação da economia agroexportadora da região de Bananal.

Os inventários sugerem que a propriedade cativa estava disseminada por todas as camadas livres de Bananal, pois a posse de, pelo menos, um escravo foi registrada em 218 processos (166 + 52 = 218, 83,2% do total de inventários) (**Tabela 2.1**). Como se depreende, é inegável a existência de um contexto marcadamente escravista.[148] Os cafeicultores escravistas detinham a posse de quase toda a população cativa na região: 6.992 indivíduos (96,4% do total), o que denota claramente o papel fundamental da cafeicultura escravista no desenvolvimento da região durante todo o período em análise.[149]

Os cafeicultores escravistas de Bananal eram compostos, em sua maior parte, pelos indivíduos do sexo masculino (60,8% do total). Se, de um lado, o grupo de casados era constituído basicamente pelos homens (65,4%), por outro, o grupo de viúvos tinha uma presença relativa maior de mulheres (70,4%). Era natural que as mulheres falecessem depois dos homens, pois, no geral, a idade média com que se casavam era menor que a dos homens e, além disso, tinham expectativa de vida maior em relação aos homens. No que se refere ao grupo dos solteiros, ele era constituído apenas pelos sujeitos do sexo masculino, indicando que as mulheres se tornavam administradoras de unidades produtivas de café somente após a morte de seu consorte (**Tabela 2.2**).

---

[147] Doravante, somente neste capítulo, as expressões "cafeicultores escravistas", "cafeicultores", "proprietários", "escravistas" serão utilizadas como sinônimos quando se referir ao caso de Bananal, pois elas remetem aos indivíduos que detinham a posse de escravos e produziam café.

[148] Sobre a disseminação da propriedade cativa na província do Rio de Janeiro, a partir dos inventários *post mortem*, ver: FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 86-89; CASTRO, Hebe M. de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 1. ed., 1995. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 31; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 27-31.

[149] É preciso destacar que, na verdade, foram registrados ao todo 7.214 escravos nos inventários pertencentes aos cafeicultores. Optou-se por excluir da análise 222 cativos, que foram declarados nos processos como pertencentes aos herdeiros, uma vez que foram dados a título de dote de casamento. A eliminação desses cativos justifica-se haja vista que os cafeicultores, que concederam o dote, não usufruíam em princípio da força de trabalho de tais sujeitos, visto que eles não detinham a posse desses escravos, muito embora fizessem parte do monte mor (soma de todos os bens mais as dívidas ativas) dos inventariados.

Tabela 2.2 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1830-1859

Estado Conjugal	Casados		Viúvos		Solteiros		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	87	65,4	8	29,6	6	100,0	101	60,8
Feminino	46	34,6	19	70,4	-	-	65	39,2
Total	**133**	**100,0**	**27**	**100,0**	**6**	**100,0**	**166**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Nos anos 1830, 77,3% dos inventários (51 ao todo) eram de cafeicultores escravistas (**Tabela 2.1**), e eles detinham quase toda a mão de obra inventariada: 1.214 cativos (97,2% do total).[150] Nesse período, quase três quintos dos cafeicultores eram do sexo masculino (58,8%), sendo que eles representavam 63,6% dos casados e 28,6% dos viúvos. Por seu turno, as mulheres (41,2% do total de escravistas) tinham peso relativo menor em relação ao grupo de casados (36,4%) e maior no de viúvos (71,4%) (**Tabela 2.3**).

Tabela 2.3 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1830-1839

Estado Conjugal	Casados		Viúvos		Total	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	28	63,6	2	28,6	30	58,8
Feminino	16	36,4	5	71,4	21	41,2
Total	**44**	**100,0**	**7**	**100,0**	**51**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

No período seguinte (anos 1840), 56,8% dos processos (50 ao todo) eram de cafeicultores escravistas (**Tabela 2.1**), e esse grupo, tal como no decênio anterior, mantinha sob seu domínio a posse da maioria dos escravos da região: 1.344 cativos (93,9% do total).[151] Os indivíduos do sexo masculino perfaziam pouco mais da metade dos cafeicultores escravistas (52%). No grupo de indivíduos unidos por laços matrimoniais, novamente os homens (55,8%) detinham participação mais significativa que as mulheres, ao passo que elas eram preponderantes no grupo de viúvos (83,4%). Por fim, somente um sujeito do sexo masculino era solteiro quando de seu falecimento (**Tabela 2.4**).

[150] MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.
[151] MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Tabela 2.4 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1840-1849

Estado Conjugal	Casados		Viúvos		Solteiros		Total	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	24	55,8	1	16,6	1	100,0	26	52,0
Feminino	19	44,2	5	83,4	-	-	24	48,0
Total	**43**	**100,0**	**6**	**100,0**	**1**	**100,0**	**50**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Na década de 1850, os inventários dos cafeicultores escravistas, 65 ao todo, representavam 60,2% da amostra (**Tabela 2.1**) e, seguindo a tendência verificada nos outros dois períodos, os cafeicultores eram senhores de parcela majoritária da escravaria de Bananal, pois concentravam 4.434 indivíduos (96,9% do total) em suas mãos.[152] Nota-se que grande parte dos cafeicultores era do sexo masculino (69,2%), assim como nas outras décadas. O grupo dos casados era composto em sua maioria pelos homens (76,1%) e, no caso do grupo de viúvos, as mulheres eram majoritárias (64,3%). Por último, o grupo de solteiros era representado apenas pelos indivíduos do sexo masculino (**Tabela 2.5**).

Tabela 2.5 – Estado Conjugal dos Cafeicultores Escravistas por Sexo. Bananal, 1850-1859

Estado Conjugal	Casados		Viúvos		Solteiros		Total	
Sexo	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Masculino	35	76,1	5	35,7	5	100,0	45	69,2
Feminino	11	23,9	9	64,3	-	-	20	30,8
Total	**46**	**100,0**	**14**	**100,0**	**5**	**100,0**	**65**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Após esses esclarecimentos, passemos então para a análise específica da estrutura da posse de escravos em Bananal. Para investigar a posse de cativos nessa região, optou-se pela classificação desenvolvida pelo historiador Ricardo Salles.[153] Buscando compreender a dinâmica histórica da relação de forças entre senhores e escravos no momento em que se abria a crise do escravismo brasileiro, Salles investigou a estrutura da posse de escravos em Vassouras-RJ, um dos maiores municípios produtores de café do século XIX. Para tanto, valendo-se de uma função linear que representa a dificuldade que os senhores de escravos enfrentariam ao migrar de uma faixa de tamanho de posse para outra, Salles reuniu os

[152] MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.
[153] SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

escravistas em cinco grupos: 1) miniproprietário, que detinha a posse de quatro ou menos escravos; 2) pequeno proprietário, que mantinha sob seu domínio entre cinco e 19 cativos; 3) médio proprietário, que tinha entre 20 e 49 escravos; 4) grande proprietário, que possuía entre 50 e 99 cativos e, por fim, 5) megaproprietário, que era senhor de uma centena ou mais escravos.[154]

O modelo de Salles é bastante pertinente aos objetivos dessa dissertação de mestrado, haja vista que, em primeiro lugar, Vassouras e Bananal eram regiões de *plantation* escravista, cuja economia se voltava basicamente à produção de café para abastecer o mercado mundial. E, em segundo lugar, conforme se observará, a distribuição de escravistas e cativos, de acordo com as cinco faixas de tamanho de posse, era muito semelhante nas duas regiões de grande lavoura.

A distribuição dos escravistas e dos escravos, segundo as cinco faixas de tamanho de posse, entre as décadas de 1830 e 1850, pode ser vislumbrada a partir da **Tabela 2.6**. Observa-se que, de um lado, a maior parte dos cafeicultores era composta por mini e pequenos proprietários de escravos (62,7% do total); por outro, nota-se que os grandes e megacafeicultores representavam pouco menos de um quinto do total de escravistas. Por fim, os médios cafeicultores compunham 17,5% de todos os escravistas da região. Como se vê, a propriedade cativa estava bastante disseminada na população inventariada de Bananal, haja vista que quase um quarto dos cafeicultores detinha a posse de, pelo menos, um cativo.[155]

Tabela 2.6 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	38	22,9	87	1,2
Pequenos	66	39,8	641	9,2
Médios	29	17,5	863	12,3
Grandes	14	8,4	1.027	14,7
Mega	19	11,4	4.374	62,6
Total	**166**	**100,0**	**6.992**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

[154] Ibid., p. 156-157.

[155] Sobre a estrutura da posse de escravos, a partir dos inventários *post mortem*, ver: FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 86-89; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 27-31.

Se, por um lado, a propriedade de escravos estava difundida pelas camadas sociais livres da região, por outro, havia uma brutal concentração social dessa mesma propriedade. Os mini e pequenos cafeicultores detinham apenas 10,4% de toda a mão de obra, enquanto os grandes e megacafeicultores eram senhores de grande parte da população cativa, 77,3% do total. Contudo, vale notar que somente o grupo dos megacafeicultores (11,4% do total) concentrava em suas mãos pouco mais de três quintos de toda a escravaria. Por último, os médios cafeicultores possuíam 12,3% do total de escravos de Bananal (**Tabela 2.6**).[156]

A estrutura da posse de escravos em Vassouras, no mesmo período, era muito semelhante à de Bananal, de acordo com o banco de dados (BD) organizado por Salles, Grinberg e Borges.[157] Este BD, que serviu de base para o livro *E o Vale era o escravo*,[158] apresenta basicamente os dados referentes aos 729 inventários *post mortem* abertos no período de 1821 a 1880. O BD é composto por duas tabelas apenas: uma denominada "Inventários", que contém informações acerca dos processos ("número do inventário", "tipo de plantel", "ano", "inventariado", "número de propriedades", "inventariante", "local", "data de avaliação" e "observações"); outra chamada "Escravos", com dados acerca da escravaria ("número do inventário", "nome do escravo", "sexo", "nacionalidade", "procedência", "idade", "estado civil", "número do cônjuge", "filho(a) de", "número de filhos", "ofício", "valor", "observações", "cor" e "deficiência").

O BD de Vassouras não apresenta informações relativas à principal ocupação e/ou atividade econômica dos inventariados; assim, não se conhece a proporção de escravistas produtores de café nessa região. Em todo caso, pode-se supor que, tal como em Bananal, o grupo dos cafeicultores escravistas não só compunha a maior parte dos inventariados, como também concentrava parcela majoritária da população cativa. Nesse sentido, a estrutura da posse de escravos em Vassouras teria sofrido igualmente o impacto da economia agroexportadora de café, haja vista que a região foi uma das maiores produtoras mundiais de café no Oitocentos.

---

[156] Nas Vilas de São Francisco e Santo Amaro, coração da economia açucareira na Bahia, os senhores de engenho, que possuíam 60 ou mais cativos em suas propriedades, correspondiam a pouco menos da metade dos escravistas e detinham a posse de três quartos dos escravos. Observa-se que a propriedade cativa nessa região não era tão concentrada quanto em Bananal. Cf. SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011, p. 356-376.

[157] SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br>. Acesso em: 15 set. 2011.

[158] SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Para estabelecer a análise comparada da estrutura da posse de escravos nas duas regiões, é preciso ressaltar que, para o caso de Vassouras, levaram-se em consideração todos os inventários cuja posse de cativos foi constatada, ao passo que, para Bananal, como já se destacou, foram apreciados exclusivamente os inventários dos cafeicultores escravistas.

Dito isso, nota-se que, como em Bananal, a propriedade de cativos estava amplamente disseminada por todas as camadas livres de Vassouras: dentre os 320 processos, autuados entre as décadas de 1830 e 1850, 306 deles (95,6% do total) apresentaram a posse de, pelo menos, um escravo, proporção mais elevada que em Bananal, cujo percentual correlato se igualou a 83,2%. Em relação à posse de escravos, destaca-se o mesmo padrão na distribuição de escravistas e de escravos nas localidades de Vassouras e Bananal. Os mini e pequenos escravistas (52% do total) detinham somente 11,7% dos cativos de Vassouras. Do outro lado da balança, os grandes e megaescravistas (22,8% do total) concentravam em suas mãos 67,1% de toda a escravaria inventariada. Só os megaescravistas (9,1% do total) eram senhores de pouco mais de dois quintos dos escravos. E, por fim, os médios escravistas (25,2% do total) possuíam 21,2% da população cativa da região (**Tabela 2.7**).

Tabela 2.7 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	48	15,7	147	1,2
Pequenos	111	36,3	1.241	10,5
Médios	77	25,2	2.501	21,2
Grandes	42	13,7	2.977	25,2
Mega	28	9,1	4.942	41,9
Total	**306**	**100,0**	**11.808**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Em linhas gerais, o que se depreende mediante a análise da posse de escravos nos dois municípios cafeeiros é que, tanto em Vassouras quanto em Bananal, mais da metade dos escravistas tinham 19 ou menos cativos em suas propriedades, ao passo que apenas um décimo dos senhores concentrava mais de 40% de toda a população escrava inventariada. Não obstante, vale frisar que há algumas distinções na distribuição de escravistas e cativos entre as duas localidades. No que se refere à distribuição de escravistas, a proporção de mini e pequenos escravistas em Bananal (62,7%) era mais elevada que em Vassouras (52%). O

grupo dos grandes e megaescravistas era ligeiramente menor em Bananal (19,8%) do que em Vassouras (22,8%). Por último, o percentual correlato de médios escravistas em Bananal (17,5%) também era menor em comparação a Vassouras (25,2%). Em relação à distribuição da escravaria, os mini e pequenos escravistas detinham praticamente a mesma proporção de cativos tanto em Bananal (10,4%) quanto em Vassouras (11,7%). O grupo dos grandes e megaescravistas dominava, proporcionalmente, mais escravos em Bananal (77,3%) que em Vassouras (67,1%). E os médios escravistas eram proprietários de uma percentagem menor de cativos em Bananal (12,3%) que em Vassouras (21,2%).

Os dados parecem indicar a tendência a uma proliferação mais marcante de mini e pequenas propriedades escravistas em Bananal que em Vassouras. Possivelmente, trata-se de uma característica inerente ao próprio processo de formação da cafeicultura em Bananal. Conforme se mostrou no primeiro capítulo, os agricultores, que não tinham à sua disposição o crédito agrícola bancário, necessário para financiar a montagem da cafeicultura em suas unidades produtivas, adotaram a prática de cultivar milho e feijão entre as fileiras dos arbustos de café recém-plantados. Com isso, enquanto os pés de café não entravam em plena produção, os lavradores vendiam o excedente de sua produção de mantimentos no mercado interno e, paulatinamente, foram deslocando-se para a atividade cafeeira. Isso permitiu que os lavradores que dispunham de poucos recursos financeiros, até mesmo os indivíduos destituídos da posse de escravos, se tornassem produtores de café.

Já em Vassouras, ao que tudo indica, o processo de montagem da cafeicultura ocorreu de modo distinto. A abertura da Estrada da Polícia (1822) e da Estrada do Comércio (1822), que conectou a região do sul de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, permitiu o rápido povoamento da região e o estabelecimento de grandes unidades produtivas de café. Nesse contexto, tanto a estrutura fundiária quanto a estrutura da posse de escravos nasceram concentradas nessa região do médio Vale do Paraíba. Portanto, a propriedade de escravos, embora amplamente disseminada, permitiu uma participação relativamente menor de mini e pequenos escravistas em Vassouras que em Bananal.

No entanto, os dados sugerem, igualmente, que a concentração de riqueza em escravos era mais acentuada em Bananal que em Vassouras. As informações disponíveis nas **Tabelas 2.6** e **2.7** indicam a tendência, no período em análise, à concentração mais exacerbada da propriedade cativa em Bananal. Pode-se cogitar que, na fase de introdução da cafeicultura em Bananal (c.1800 – c.1830), os indivíduos que dispunham dos insumos básicos de produção – como a terra e a mão de obra cativa – para ampliar as plantações de café, nos períodos de alta

nos preços do artigo no mercado mundial, ter-se-iam beneficiado dessa conjuntura de maneira mais satisfatória que os sujeitos que ingressaram "tardiamente" na atividade cafeeira.

Em linhas gerais, procurou-se evidenciar que, entre as décadas de 1830 e 1850, a propriedade de escravos em Bananal, assim como em Vassouras, era amplamente disseminada por todas as camadas sociais e, ao mesmo tempo, concentrada nas mãos de poucos sujeitos, principalmente os megaescravistas. Esses escravistas, provavelmente, dominavam a produção e a exportação de café para o mercado mundial, em vista do montante de indivíduos escravizados, confinados nas senzalas dessas propriedades rurais. No entanto, é importante que se levante uma questão: a posse de cativos já nasceu concentrada nas unidades produtivas, ou houve uma concentração gradual dessa propriedade ao longo do período em tela? Vejamos então de que maneira ocorreu o processo de distribuição da propriedade escrava nas décadas de 1830, 1840 e 1850, primeiro em Bananal e, em seguida, na região de Vassouras. Assim, será possível averiguar as similaridades e as divergências na conformação da estrutura da posse de escravos nas duas localidades.

Tabela 2.8 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1839

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	13	25,5	21	1,7
Pequenos	25	49,0	228	18,8
Médios	8	15,7	238	19,6
Grandes	2	3,9	150	12,4
Mega	3	5,9	577	47,5
Total	**51**	**100,0**	**1.214**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

A **Tabela 2.8** apresenta o perfil da posse de escravos na década de 1830 em Bananal. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a população cativa inventariada nesse período (1.214 indivíduos) corresponde a 35% do total de escravos existentes na localidade, no ano de 1836.[159] Logo, os dados dispostos na tabela em questão abrangem boa parcela da mão de obra da região. Observa-se, de um lado, que mini e pequenos cafeicultores (74,5% do total) mantinham sob seu domínio somente um quinto da população cativa inventariada. Já os grandes e megacafeicultores (9,8% do total) eram senhores de três quintos deles. Ressalta-se,

[159] MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

aqui, que só os megacafeicultores (5,9% do total) possuíam quase a metade de toda a escravaria. E, por último, os médios cafeicultores (15,7% do total) detinham um quinto de todos os escravos da região. É possível perceber, portanto, que, na década de 1830, a propriedade de cativos já se encontrava difundida na sociedade e, ao mesmo tempo, demasiadamente concentrada pelos megacafeicultores.

O maior cafeicultor escravista inventariado nesse período era o fazendeiro José de Aguiar de Toledo, casado com D. Maria Ribeiro de Aguiar. O casal possuía uma enorme escravaria, 297 cativos (24,5% do total), em suas duas propriedades rurais: a Fazenda do Resgate e a Fazenda dos Pinheiros. O segundo maior proprietário de escravos era o Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira, casado com D. Justina Fortunata Melinda Franco. Além de ser um grande cafeicultor, Nogueira produzia grande quantidade de açúcar e de aguardente para o mercado mundial, e detinha a posse de 144 cativos (11,9% do total) em sua Fazenda Glória dos Campos. Por fim, Dona Domiciana Maria da Conceição, consorte do Sargento-Mor José Ramos Nogueira, destacava-se como a terceira maior escravista da região: possuía 136 escravos (11,2% do total) em sua Fazenda Boa Vista (em meados dos anos de 1850, seu nome seria alterado para Fazenda Loanda) (**Quadro 2.1**).[160]

Quadro 2.1 – Os Megacafeicultores Escravistas. Bananal, 1830-1839

Cafeicultor	Cônjuge	Escravos	Propriedades Rurais
José de Aguiar de Toledo	D. Maria Ribeiro de Aguiar	297	Fazenda do Resgate e Fazenda dos Pinheiros
Ten. Cel. Luiz Gomes Nogueira	D. Justina Fortunata Melinda Franco	144	Fazenda Glória dos Campos
D. Domiciana Maria da Conceição	Sarg. Mor José Ramos Nogueira	136	Fazenda Boa Vista

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

José Flávio Motta mostrou que, nas duas primeiras décadas do século XIX, houve um processo de desconcentração social da propriedade cativa em Bananal. O autor, que pautou sua análise com base nas listas nominativas, afirmou que, entre 1801 e 1817, teriam proliferado na região indivíduos com parcos recursos, inclusive aqueles com poucos escravos.[161] Os dados coligidos e apresentados na **Tabela 2.9** permitem vislumbrar esse fenômeno. Nesse período, os proprietários pertencentes à primeira FTP (quatro ou menos

[160] A trajetória destes três cafeicultores escravistas foi devidamente investigada no Capítulo 1.
[161] MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 168.

cativos) aumentaram sua participação relativa: em 1801 perfaziam 52,3% dos escravistas e, em 1817, 60,3%. A proporção de cativos do grupo também se elevou no período: no primeiro ano, tinha pouco menos de um décimo deles e, no segundo, 15,1%. Todavia, houve um declínio na distribuição dos escravistas da segunda FTP (cinco a 19 escravos) bem como da terceira FTP (20 a 39 cativos), que resultou na diminuição da proporção de escravos residentes em suas unidades produtivas. Por seu turno, o grupo atinente aos maiores escravistas (40 ou mais cativos) sofreu ligeira redução, passando de 4,5% para 3,3%; porém, verificou-se um ligeiro acréscimo na percentagem de sua mão de obra: em 1801, possuíam 30,9% e, em 1817, um terço dela.

Tabela 2.9 – Evolução da Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP) Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829[162]

Ano	1801		1817		1829	
FTP	Escravistas (%)	Escravos (%)	Escravistas (%)	Escravos (%)	Escravistas (%)	Escravos (%)
1 a 4	52,3	9,2	60,3	15,1	49,7	8,6
5 a 19	36,4	40,2	32,2	37,6	35,9	29,2
20 a 39	6,8	19,7	4,2	14,3	6,7	13,3
40 ou +	4,5	30,9	3,3	33,0	7,7	48,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MOTTA, op. cit., p. 168.

Já no segundo período (1817-1829), evidenciou-se um processo de concentração social da posse de escravos, devido, principalmente, ao desenvolvimento da lavoura cafeeira na região. De um lado, os escravistas da quarta FTP aumentaram sua participação relativa a 7,7% dos proprietários e possuíam a metade da mão de obra, em 1829. De outro, houve um decréscimo na proporção dos proprietários da primeira FTP, que agora perfaziam metade dos escravistas, e seus cativos somavam apenas 8,6% dos indivíduos escravizados. Os escravistas pertencentes à segunda FTP, por sua vez, expandiram-se a 35,9% do total de proprietários, mas a proporção de seus cativos reduziu-se a pouco menos de 30%. Por fim, a terceira FTP manteve praticamente o mesmo porcentual correlato de cativos do período anterior, a despeito do pequeno incremento sofrido pelo grupo (**Tabela 2.9**).

[162] Importante frisar que José F. Motta considerou em sua análise seis faixas de "tamanho de plantel" (FTP) de escravos: "1 a 4", "5 a 9", "10 a 19", "20 a 29", "30 a 39" e "40 ou mais". Resolveu-se rearranjar as FTPs nesta tabela para efeitos de comparação com as FTPs adotadas nesta dissertação.

As listas nominativas, também conhecidas por maços de população, começaram a ser confeccionados a partir de 1765, na capitania São Paulo, e foram concebidas, a princípio, como instrumento de auxílio no processo de recrutamento militar no contexto de conflito com os castelhanos na Bacia do Prata. Os indivíduos responsáveis pelo levantamento populacional deveriam, em teoria, percorrer todos os domicílios e coletar e sistematizar informações sobre as famílias (nome, cor, idade e estado conjugal de cada indivíduo, inclusive os agregados e os escravos) e suas lavouras (tipo e quantidade de gêneros produzidos, consumidos e vendidos). No decorrer das décadas posteriores, essas listagens de habitantes continuaram a ser elaboradas em São Paulo, cada vez mais detalhadas muito por conta das novas demandas administrativas.[163]

Além das resistências ao levantamento populacional, os sujeitos encarregados de coletar e sistematizar as informações tinham suas limitações pessoais, dificuldades de locomoção e interesses diversos em colaborar. A despeito disso, o resultado global desta série documental é extraordinário e permite aos historiadores conhecer o passado de parcela significativa da população de São Paulo, entre os anos de 1765 e 1836.[164]

As listas nominativas e os inventários apresentam particularidades no que diz respeito à análise da estrutura da posse de escravos. O primeiro *corpus* documental abarcaria, em princípio, o arrolamento de toda a população e a riqueza produzida em cada um dos domicílios de uma determinada localidade. O inventário, por seu turno, envolveria apenas uma parcela da população e a fortuna acumulada pelos indivíduos que eram obrigados por lei a registrarem o processo em cartório. A despeito disso, o estudo da posse de escravos com base nesse tipo de fonte primária é suficientemente apropriado, na medida em que permite mapear as tendências gerais da população cativa de uma dada região.

Diante de tal quadro, pode-se afirmar que, comparando os dados das **Tabelas 2.8** e **2.9**, houve tendência à concentração social da propriedade cativa em Bananal, entre as décadas de 1820 e 1830. Os dados sugerem que o deslanche da economia cafeeira na região interferiu diretamente no perfil da propriedade escrava. Cada vez mais, novos indivíduos, sobretudo os agricultores produtores de gêneros alimentícios, invertiam seus capitais na

[163] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 14, p. 114-120, 2008.

[164] Ibid., p. 116. Para outras críticas sobre as listas nominativas, ver: FERNANDEZ, Ramon V. Garcia. A consistência das Listas Nominativas da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 3, p. 477-496, 1989; NOZOE, Nelson H.; COSTA, Iraci del Nero da. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991; NOZOE, Nelson H.; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 34, p. 175-182, 1992.

cafeicultura em decorrência dos elevados rendimentos proporcionados pela atividade. E estes cafeicultores dependeram fundamentalmente da importação maciça de escravos africanos e, por conseguinte, da exploração de sua força de trabalho para aumentar a produção de café.

Com a reabertura ilegal do tráfico transatlântico de africanos em larga escala, a partir da segunda metade dos anos 1830, aprofundaram-se as desigualdades sociais em relação à posse de escravos em Bananal. Tal movimento pode ser vislumbrado por meio da **Tabela 2.10**. Na década de 1840, os dados indicam que houve, por um lado, redução na proporção do grupo dos mini e pequenos cafeicultores bem como de sua escravaria em relação à década antecedente: o grupo representava 68% dos cafeicultores e possuía apenas 15,4% dos escravos da região. Por outro, observa-se a tendência à concentração social da posse de cativos: os grandes e megacafeicultores, que aumentaram sua participação relativa (de 9,8% para 14% do total), detinham em suas mãos cerca de dois terços da escravaria inventariada no período. Só os megacafeicultores (8% do total) tinham em suas propriedades metade de todos os cativos. Por último, o grupo dos médios cafeicultores manteve-se praticamente inalterado: ele correspondia a 18% de todos os proprietários e possuía 19,2% dos sujeitos escravizados. Portanto, pode-se sugerir que, a despeito da retração na posse de cativos pertencente aos mini e pequenos cafeicultores, a concentração social de escravos pelos grandes e megaescravistas deu-se em virtude da capacidade destes grupos de adquirir e acumular, sobretudo, por meio do tráfico atlântico, uma quantidade maior de cativos que os demais cafeicultores.

Tabela 2.10 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1840-1849

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	14	28,0	33	2,5
Pequenos	20	40,0	173	12,9
Médios	9	18,0	259	19,2
Grandes	3	6,0	195	14,5
Mega	4	8,0	684	50,9
Total	**50**	**100,0**	**1.344**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

A maior escravista de Bananal nesse período, D. Antônia Maria da Conceição, casada com o Tenente José Ferreira Gonçalves (o "Ferreirinha"), e proprietária da Fazenda das Marrecas, Fazenda dos Martins, Fazenda do Carioca e Fazenda Capitão Mor, tinha 215 escravos (16% do total). Em segundo lugar, destacava-se o Guarda-Mor Joaquim Ferreira

Pena, casado com D. Inácia Gonçalves Pena. Ele era proprietário da Fazenda da Arribada (poucos anos depois, a propriedade ganharia o nome de Fazenda Rialto) e tinha 213 escravos (15,8% do total). O terceiro maior escravista, José Gonçalves Pereira, casado com a filha do então falecido José de Aguiar de Toledo, D. Eufrásia Maria de São José, possuía propriedades na Fazenda dos Pinheiros, no Retiro, na Bocaina e em Ariró (Vila de Angra dos Reis-RJ), e tinha 149 escravos (11,1% do total). Por último, Manoel Joaquim de Siqueira, viúvo de D. Joaquina Maria, era senhor de 107 escravos (8% do total) e possuía duas propriedades rurais: o Sítio no Curato do Espírito Santo e o Sítio no Curato do Soares (**Quadro 2.2**).

Quadro 2.2 – Os Megacafeicultores Escravistas. Bananal, 1840-1849

Cafeicultor	Cônjuge	Escravos	Propriedades Rurais
D. Antônia Maria da Conceição	Ten. José Ferreira Gonçalves	215	Fazenda das Marrecas, Fazenda dos Martins, Fazenda Carioca, Fazenda Capitão Mor
Guarda-Mor Joaquim Ferreira Pena	D. Inácia Gonçalves Pena	213	Fazenda da Arribada
José Gonçalves Pereira	D. Eufrásia Maria de São José	149	Fazenda dos Pinheiros, Retiro, Bocaina, Ariró
Manoel Joaquim de Siqueira	D. Joaquina Maria	107	Sítio no Curato do Espírito Santo, Sítio no Curato do Soares

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

A importação desenfreada de africanos no tráfico atlântico, na segunda metade dos anos de 1840, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais no que concerne à riqueza em escravos na década de 1850, como se pode depreender mediante a **Tabela 2.11**. Antes, porém, de expor os resultados desta tabela, vale notar que a escravaria inventariada nesse período correspondia a 58,2% de toda a mão de obra empregada nas fazendas de café em 1854.[165] É inegável, desse modo, a abrangência dos dados levantados pelos processos de inventário. O grupo dos mini e pequenos cafeicultores reduziu sua participação relativa a 49,2% dos proprietários, e a proporção de sua escravaria sofreu igualmente um declínio, totalizando tão somente 6,1% de toda a mão de obra. Os grandes e megacafeicultores expandiram-se absoluta e proporcionalmente, assim como suas posses de escravos: eles compunham quase um terço dos escravistas e concentravam quase todos os cativos da região (85,6% do total). Nas

[165] OLIVEIRA, José J. Machado de. Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000023.html>. Acesso em: 26 nov. 2011. MOTTA, op. cit., p. 62.

unidades produtivas dos megacafeicultores (18,5% do total), residiam 7 de cada 10 cativos inventariados em Bananal. Por fim, o grupo dos médios cafeicultores (18,5% do total) não sofreu oscilações significativas, apesar da redução proporcional em suas posses, que agora compunham apenas 8,3% da escravaria da região.

Tabela 2.11 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1850-1859

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	11	16,9	33	0,7
Pequenos	21	32,3	240	5,4
Médios	12	18,5	366	8,3
Grandes	9	13,8	682	15,4
Mega	12	18,5	3.113	70,2
Total	**65**	**100,0**	**4.434**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

O Comendador Luciano José de Almeida, casado com D. Maria Joaquina de Almeida, era o maior escravista da região na década de 1850. Ele era senhor de uma enorme escravaria, 833 indivíduos (18,8% do total), e possuía sete propriedades rurais: a Fazenda da Boa Vista, a Fazenda da Cachoeira, a Fazenda da Jararaca, o sítio denominado Ricardo, posses no Capitão Mor, a Fazenda do Campo Alegre (localizada em Barra Mansa-RJ) e, por fim, a Fazenda da Bocaina (Silveiras-SP). O Alferes Francisco de Aguiar Vallim, filho do então finado José de Aguiar de Toledo, consorte de D. Maria Ribeiro de Aguiar, possuía o segundo maior contingente de cativos, com 364 indivíduos escravizados (8,2% do total), divididos em suas três unidades produtivas: Fazenda da Formiga, Fazenda do Rio Manso e Fazenda da Bella Vista, sendo esta última em sociedade com seu único filho, José de Aguiar Toledo (futuro Barão da Bella Vista). Em terceiro lugar, com 344 escravos (7,7% do total), destacava-se o Comendador Antônio Barbosa da Silva (conhecido como "Gordo" e "Baú"), marido de D. Placidina Carolina Nogueira Barbosa, cunhado do falecido Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira. Era proprietário da Fazenda do Bom Retiro, Fazenda dos Coqueiros e Fazenda dos Campinhos.[166] Em seguida, o Tenente José Ferreira Gonçalves, casado com D. Faustina Maria de Almeida, possuía 250 escravos (5,6% do total), além da Fazenda das Marrecas e Fazenda do Bom Retiro (localizadas, respectivamente, nas Vilas de Barra Mansa-RJ e Rio Claro-RJ).

[166] Agradeço a Marco Aurélio dos Santos que gentilmente cedeu uma cópia digital do inventário do Comendador Antônio Barbosa da Silva. O documento estava anexado a um processo de Libelo, movido por Antônio Barbosa da Silva, filho do Comendador, contra a "preta Alexandrina e seu curador".

O Major João Brás de Oliveira Arruda, que era marido de D. Gertrudes Umbelina de Souza Arruda, também cunhado do finado Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira, detinha a posse de 239 escravos (5,4% do total), e era dono da Fazenda das Antinhas e de umas posses na Serra do Rio Claro (Rio Claro-RJ). Por fim, Dona Maria Ribeiro de Aguiar, viúva de José de Aguiar de Toledo, tinha 220 escravos (5% do total), e era proprietária da Fazenda dos Pinheiros e da Fazenda do Rio Manso (**Quadro 2.3**).

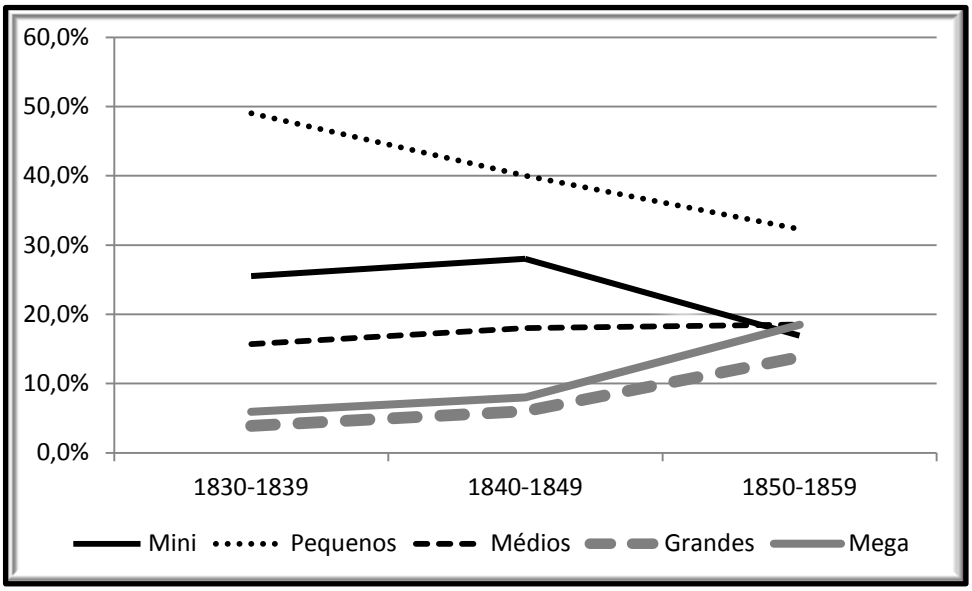
Quadro 2.3 – Os Megacafeicultores Escravistas. Bananal, 1850-1859

Cafeicultor	Cônjuge	Escravos	Propriedades Rurais
Com. Luciano José de Almeida	D. Maria Joaquina de Almeida	833	Fazenda da Boa Vista, Fazenda da Cachoeira, Fazenda da Jararaca, Sítio Ricardo, posses no Capitão Mor, Fazenda do Campo Alegre, Fazenda da Bocaina
Alf. Francisco de Aguiar Vallim	D. Maria Ribeiro de Aguiar	364	Fazenda da Formiga, Fazenda do Rio Manso, Fazenda da Bela Vista
Com. Antônio Barbosa da Silva	D. Placidina Carolina Nogueira Barbosa	344	Fazenda do Bom Retiro, Fazenda dos Coqueiros, Fazenda dos Campinhos
Ten. José Ferreira Gonçalves	D. Faustina Maria de Almeida	250	Fazenda das Marrecas, Fazenda do Bom Retiro
Major João Brás de Oliveira Arruda	D. Gertrudes Umbelina de Souza Arruda	239	Fazenda das Antinhas, posses na Serra do Rio Claro
D. Maria Ribeiro de Aguiar	José de Aguiar de Toledo	220	Fazenda dos Pinheiros, Fazenda do Rio Manso

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

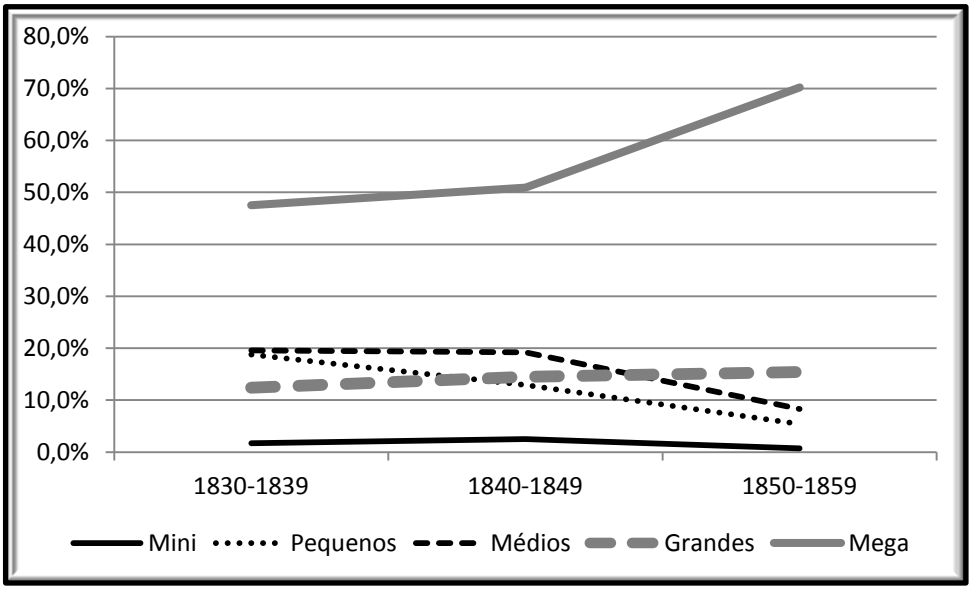
Os **Gráficos 2.1 e 2.2** permitem visualizar de forma clara a evolução na distribuição de escravistas e escravos em Bananal ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850. Os dados do **Gráfico 2.1** indicam, de um lado, que os mini e pequenos escravistas reduziram sua participação entre os grupos de escravistas no decurso do período em análise. Por outro lado, nota-se a tendência à expansão proporcional dos grandes e megaescravistas frente aos demais grupos de proprietários de escravos, no decurso do mesmo período. O **Gráfico 2.2**, por seu turno, sugere, em primeiro lugar, que os mini, pequenos e médios escravistas diminuíram sua participação relativa no que se refere à posse de escravos. E indica também que os megaescravistas aumentaram a concentração de escravos sob o seu domínio, entre as décadas de 1830 e 1850.

Gráfico 2.1 – Evolução da Distribuição dos Escravistas por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Gráfico 2.2 – Evolução da Distribuição dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Na região de Vassouras, a posse de escravos também estava amplamente disseminada pelas camadas sociais na década de 1830, haja vista que 86,9% dos inventariados eram senhores de, pelo menos, um escravo. Porém, nesse período, não se verificou uma concentração da escravaria tão acentuada quanto em Bananal. Isso porque a montagem da cafeicultura em Vassouras (c.1820) ocorreu em período posterior à implantação desta cultura

naquela Vila. Os mini e pequenos proprietários, que representavam 62,3% de todos os escravistas, detinham a posse de pouco mais de um quinto dos cativos. Já os grandes e megaproprietários, 13,2% do total, mantinham sob seu domínio metade da escravaria local. Por seu turno, os médios proprietários, 24,5% do total, eram donos de 28,4% de todos os escravos (**Tabela 2.12**). Com o arranque da cafeicultura, a partir de 1835, e com a reabertura ilegal do tráfico atlântico de africanos, esse quadro sofreria intensas alterações em Vassouras, aprofundando significativamente as desigualdades na distribuição da propriedade cativa.[167]

Tabela 2.12 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1839

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	11	20,8	48	3,2
Pequenos	22	41,5	267	18,1
Médios	13	24,5	420	28,4
Grandes	2	3,8	160	10,8
Mega	5	9,4	582	39,5
Total	**53**	**100,0**	**1.477**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Assim, na passagem dos anos 1830 para 1840, houve uma profunda concentração social da propriedade escrava pelos grandes e megaescravistas em Vassouras. Esses grupos expandiram-se absoluta e proporcionalmente no período: eram sete (13,2% do total), nos anos de 1830, e agora somavam 30 indivíduos (28,9% do total). Isso contribuiu sobremaneira para o aumento de suas posses de cativos: eles concentravam quase três quartos de toda a mão de obra da região. Entretanto, mini e pequenos escravistas reduziram sua participação absoluta e relativa dentre os proprietários: eles representavam 45,2% de todos os escravistas, e seus cativos reduziram-se expressivamente a 8,1% do total. Os médios proprietários, por sua vez, a despeito do crescimento absoluto, mantiveram sua participação relativa em torno de um quarto dos escravistas, ao passo que suas posses sofreram uma queda proporcional, retraindo-se a 17% do total de indivíduos escravizados (**Tabela 2.13**).

[167] SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 156-157.

Tabela 2.13 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1840-1849

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	9	8,7	23	0,4
Pequenos	38	36,5	404	7,7
Médios	27	25,9	887	17,0
Grandes	19	18,3	1.242	23,8
Mega	11	10,6	2.672	51,1
Total	**104**	**100,0**	**5.228**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

E, finalmente, na década de 1850, não houve tendência à concentração de riqueza em escravos tal como em Bananal no mesmo período. Verificou-se, antes, uma sensível redistribuição na propriedade de escravos. O grupo dos mini e pequenos escravistas expandiu-se a 53% dos inventariados, e sua escravaria elevou-se a 12,7%, enquanto os grandes e megaescravistas reduziram sua participação relativa a 22,2%, e os seus cativos retraíram-se a 63,9% de toda a mão de obra da região. O grupo dos médios escravistas manteve sua proporção (24,8% do total), em relação ao decênio de 1840, ao passo que suas posses se elevaram a 23,4% do total de cativos (**Tabela 2.14**).

Tabela 2.14 – Distribuição de Escravistas e Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1850-1859

FTP	Escravistas		Escravos	
	N	%	N	%
Mini	28	18,8	76	1,5
Pequenos	51	34,2	570	11,2
Médios	37	24,8	1.194	23,4
Grandes	21	14,1	1.575	30,9
Mega	12	8,1	1.688	33,0
Total	**149**	**100,0**	**5.103**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Comparando o perfil da posse de escravos nestas duas regiões de *plantation* escravista, Bananal e Vassouras, pode-se destacar que, na década de 1830, a propriedade de cativos estava mais concentrada na primeira do que em Vassouras: os grandes e megacafeicultores escravistas (9,8% do total) detinham 6 de cada 10 trabalhadores cativos em Bananal; em Vassouras, o mesmo grupo (13,3% do total) tinha 5 de cada 10 cativos inventariados. Como

se afirmou, a introdução da cultura cafeeira nesta última região ocorreu em momento posterior à implantação da cafeicultura em Bananal, o que pode explicar, em parte, a concentração menos elevada de escravos pelos grandes e megaescravistas. No entanto, a montagem de grandes unidades produtivas na década de 1830 e o consequente deslanche da atividade cafeeira, a partir de 1835, em Vassouras,[168] surtiria efeito já no decênio de 1840: os grandes e megaescravistas (28,9% do total) dominavam 7,5 cativos de cada 10 existentes na região, enquanto, em Bananal, tal grupo (14% do total) possuía 6,5 cativos de cada 10 inventariados. Como se vê, nas duas regiões houve um processo de concentração social da escravaria nas mãos de poucos senhores entre as décadas de 1830 e 1840, motivado, sobretudo, pelo aumento da demanda de café no mercado mundial e pelo consequente acréscimo na produção dessa *commodity* nas unidades produtivas. Deve-se destacar que o processo de concentração social da propriedade cativa foi mais acentuado em Vassouras que em Bananal. Entretanto, na passagem da década de 1840 para 1850, houve um processo de desconcentração social da propriedade de escravos em Vassouras, ao passo que, em Bananal, houve uma brutal concentração da mão de obra servil pelos grandes e megaescravistas: na primeira localidade, estes senhores (22,2% do total) tinham 6,3 de cada 10 cativos inventariados, enquanto em Bananal o mesmo grupo (32,3% do total) possuía 8,5 de cada 10 escravos.

A despeito dessas pequenas distinções entre as regiões de Bananal e Vassouras, ressalta-se que havia um padrão comum no que concerne à estrutura da posse de escravos. Havia uma disseminação da propriedade cativa e, ao mesmo tempo, uma profunda acumulação de escravos por poucos indivíduos, sobretudo, os megaescravistas (donos de 100 ou mais cativos). As duas regiões estão situadas no médio Vale do Paraíba, que era o coração da cafeicultura escravista brasileira do século XIX. Além de Bananal e Vassouras, o médio Vale do Paraíba era constituído por outros municípios cafeeiros: Barra Mansa, Resende, Piraí, Valença, Paraíba do Sul e Cantagalo. Tais regiões estavam intrinsecamente voltadas à produção em larga escala de café para o mercado mundial. Os dados levantados para Bananal e Vassouras podem sugerir, portanto, que naquelas localidades havia igualmente uma profunda concentração da posse de escravos pelos megaescravistas. Desse modo, o "coração do Império" não era apenas o município de Vassouras, como afirmou Ricardo Salles,[169] mas sim a *plantation* escravista de café, que dominava a paisagem das principais localidades do médio Vale do Paraíba. Trata-se, portanto, de uma região historicamente unificada.

[168] SALLES, op. cit.
[169] SALLES, op. cit.

De tudo o que foi dito até o momento, o que salta aos olhos é a brutal concentração social da mão de obra cativa pelos grandes e, sobretudo, megaescravistas nos dois municípios cafeeiros da Bacia do Paraíba. Nesse sentido, outra maneira de se averiguar as desigualdades de riqueza em escravos pode ser vislumbrada pela análise de um conjunto de indicadores estatísticos, tais como a média, a moda, a mediana, o desvio-padrão e o índice de Gini.[170] Esses dados estatísticos, dispostos na **Tabela 2.15**, permitem evidenciar os níveis de concentração de riqueza em escravos ao longo do período em análise. Nota-se que, em primeiro lugar, a média de escravos por cafeicultor foi crescente ao longo do período: na década de 1830, igualou-se a 23,8, subiu para 26,9 no período seguinte e, na década de 1850, cresceu cerca de 150%, atingindo a marca de 68,2 cativos por cafeicultor. A moda, por sua vez, igualou-se à unidade (1) nos anos 1830 e 1840, e aumentou para 3 no último período. A mediana, que no decênio de 1830 se igualou a 9, reduziu-se a 8 no período seguinte e, na década de 1850, experimentou um crescimento considerável, atingindo a casa dos 22.

Tabela 2.15 – Indicadores Estatísticos da Posse de Escravos. Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
Média	23,8	26,9	68,2
Moda	1	1	3
Mediana	9	8	22
Desvio-Padrão	48,9	47,7	125,6
Índice de Gini	0,694	0,687	0,689

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Por seu turno, o desvio-padrão da distribuição em análise mostrou-se bastante elevado já no primeiro período (48,9), mantendo-se praticamente estável na década de 1840 (47,7) e, no último decênio, aumentou brutalmente para 125,6. Finalmente, o índice de Gini manteve-se constante e bastante elevado no decurso do tempo: na década de 1830, igualou-se a 0,694,

[170] A *média* de um conjunto de dados numéricos obtém-se somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados. A *moda* é o valor mais frequente de um conjunto de dados. Já a *mediana*, depois de ordenado os valores por ordem crescente ou decrescente, é o valor que ocupa a posição central se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais se a quantidade desses valores for par. O *desvio-padrão* mede a dispersão dos valores de uma distribuição normal em relação à sua média. O valor mínimo do desvio-padrão é zero, indicando que não há variabilidade, isto é, que todos os valores são iguais à média; no entanto, quanto maior o *desvio-padrão*, maior a dispersão e mais afastados da média estão os eventos extremos. O *índice de Gini* geralmente é utilizado para medir a igualdade ou desigualdade de distribuição de renda entre os países, mas no nosso caso pode ser usado para aferir a concentração de riqueza em escravos. O coeficiente varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que quanto mais próximo de 0 (zero) maior é o equilíbrio na distribuição de cativos entre os cafeicultores; quanto mais próximo de 1 (um) maior é a concentração de riqueza em escravos. O índice de Gini foi calculado pelo *site* <http://www.wessa.net/co.wasp>. Agradeço a Bruno Stelmach Pessi pela indicação desse *site*.

reduziu-se a 0,687 no período seguinte e, nos anos de 1850, experimentou um pequeno acréscimo, atingindo a marca de 0,689 (**Tabela 2.15**). De modo geral, todos os indicadores estatísticos analisados indicam a tendência à concentração de riqueza em escravos no decorrer do período discutido.

Motta destacou que a média de cativos no grupo dos cafeicultores de Bananal foi crescente entre 1817 e 1829, igualando-se, respectivamente, a 10,4 e a 13,8 cativos por cafeicultor.[171] Em relação ao conjunto de escravistas, a moda não apresentou oscilações ao longo do tempo, pois o índice correspondeu à unidade (1) nos anos de 1801, 1817 e 1829. Por seu turno, a mediana era equivalente a 4 em 1801 e 1817, elevando-se a 5 em 1829. O desvio-padrão foi crescente no decorrer do período: era igual a 14,36 em 1801, subiu para 17,94 em 1817, e, em 1829, elevou-se a 19,92. Por último, o índice de Gini elevou-se igualmente no tempo, pois em 1801 era equivalente a 0,631, subiu para 0,649 em 1817 e, em 1829, atingiu a marca de 0,657 (**Quadro 2.4**).[172] O que os índices demonstram é que a atividade cafeeira permitiu um crescente enriquecimento dos lavradores ao longo do período em tela.

Quadro 2.4 – Indicadores Estatísticos da Posse de Escravos Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829

Ano	1801	1817	1829
Média	-	10,4	13,8
Moda	1	1	1
Mediana	4	4	5
Desvio-Padrão	14,36	17,94	19,92
Índice de Gini	0,631	0,649	0,657

Fonte: MOTTA, op. cit., p. 150; 158.

Em linhas gerais, procurou-se evidenciar que, em Bananal, a implantação do complexo cafeeiro e seu consequente desenvolvimento alterou de maneira decisiva a estrutura da posse de escravos dos produtores de café, transformando o município numa típica região de *plantation* escravista. Ao longo da primeira metade do século XIX, o grupo dos cafeicultores escravistas ampliou-se expressivamente, em termos numéricos e proporcionais, em relação aos demais senhores de escravos. A acentuada demanda pelos grãos de café nos circuitos mercantis da Europa Ocidental e dos Estados Unidos incentivou os produtores a expandirem

[171] MOTTA, op. cit., p. 150; 158.
[172] Vale destacar que os índices referentes à moda, mediana, desvio-padrão e índice de Gini foram calculados por Motta com base em todos os escravistas recenseados em Bananal. Cf. MOTTA, op. cit., p. 150; 158.

suas plantações de café que, em virtude disso, investiram pesadamente na compra de escravos africanos no mercado atlântico.

A posse de escravos, embora acessível à boa parte dos homens livres, devido à oferta elástica de africanos, estava basicamente concentrada nas mãos de poucos senhores. Como se viu, entre as décadas de 1830 e 1850, os mini e pequenos escravistas (donos de 19 ou menos escravos) representavam 62,7% dos cafeicultores e detinham tão somente a posse de 10,4% da população cativa de Bananal. Já os grandes e megaescravistas (proprietários de 50 ou mais escravos) perfaziam 19,8% dos cafeicultores e concentravam 77,3% de toda a mão de obra da região. A propriedade de cativos já se encontrava concentrada nas mãos dos grandes e, sobretudo, megaescravistas, na década de 1830; no entanto, a expansão da cafeicultura incidiu diretamente na estrutura da posse de escravos e, nesse sentido, intensificou-se a concentração da propriedade escrava especialmente nas megaunidades produtivas de café.

Os dados acerca da estrutura da posse de escravos em Vassouras indicam a mesma tendência constatada para o caso de Bananal. Em Vassouras, os mini e pequenos escravistas compunham 52% dos proprietários de cativos e possuíam apenas 11,7% da mão de obra. Os grandes e megaescravistas, por outro lado, constituíam 22,8% dos senhores de escravos e concentravam 67,1% da população cativa da região. Assim como em Bananal, a propriedade de cativos estava concentrada na década de 1830 e, ao longo do tempo, ampliou-se a acumulação de escravos pelos megaproprietários. Em suma, as informações coligidas a partir dos processos de inventário *post mortem* apontam que a cultura cafeeira permitiu a participação de lavradores com escassos recursos e que detinham a posse de até mesmo um escravo, mas, ao mesmo tempo, impulsionou o enriquecimento de poucos indivíduos, evidenciada pela tendência à concentração social da propriedade de cativos pelos megaescravistas.

Os dados sugerem, em princípio, que nos demais municípios cafeeiros do médio Vale do Paraíba houve processo semelhante no que diz respeito à distribuição da propriedade cativa. Esses senhores de escravos, a depender do número de trabalhadores confinados nas grandes e megapropriedades rurais de Bananal e Vassouras, dominaram a produção de café em todo o médio Vale do Paraíba. As sacas de café, conduzidas pelas tropas de mulas ao porto do Rio de Janeiro e exportadas para os mercados consumidores do Atlântico Norte, provavelmente, foram produzidas, em sua maior parte, em unidades produtivas com mais de uma centena de trabalhadores escravizados. Os megacafeicultores escravistas de Bananal e Vassouras – e de todo o médio Vale do Paraíba – se enriqueceram na medida em que o café

brasileiro conquistou os trabalhadores livres assalariados da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Este poderio econômico e social, provavelmente, difundiu-se e alcançou a esfera política da sociedade oitocentista do Império do Brasil. Esses indivíduos passaram a ocupar as câmaras municipais, os juizados de órfãos e, de modo geral, boa parte dos órgãos públicos, ao mesmo tempo em que o aparato institucional do Estado nacional brasileiro estava sendo gestado.

A maior parte dos trabalhos dedicados à análise da estrutura da posse de escravos no Brasil averiguou que a maioria dos escravistas eram detentores de poucos cativos e que, não obstante, esses proprietários de escravos detinham parcela considerável da mão de obra cativa.[173] Os dados levantados para Bananal e Vassouras sobre a distribuição de escravistas e escravos, entre as décadas de 1830 e 1850, sugerem que, em primeiro lugar, havia de fato uma disseminação da propriedade cativa, haja vista que a maior parte dos proprietários detinha a posse de poucos escravos. No entanto, uma pequena parcela dos escravistas concentrava a maioria dos cativos, ao contrário do que a historiografia vem ressaltando nos últimos quarenta anos. Nesse sentido, pode-se afirmar que em Bananal e Vassouras e, de modo geral, nos municípios cafeeiros do médio Vale do Paraíba, o coração da cafeicultura escravista do Império do Brasil, a propriedade rural cafeeira típica era aquela que possuía uma centena ou mais escravos.

2.2 O PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO ESCRAVA

O tráfico transatlântico de africanos impactou diretamente a demografia da população escrava, sobretudo em regiões de economia mais dinâmica voltadas à produção de mercadorias consumidas nos centros da economia mundial capitalista. Nos portos do Centro-Sul do Brasil, entre 1821 e 1825, desembarcaram cerca de 135 mil africanos. No quinquênio seguinte, 1826-1830, o volume de desembarques pulou para 201 mil, principalmente por conta do tratado assinado em 1826 entre D. Pedro e a coroa inglesa, que previa o término do tráfico no ano de 1830. Na primeira metade dos anos 1830, houve uma drástica redução na

[173] Dentre os inúmeros trabalhos dedicados a essa temática, destaca-se apenas dois que, em linhas gerais, oferecem um bom panorama acerca do escravismo no Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Cf. LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. et al. **Escravismo em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. LUNA, Francisco V; KLEIN, Herbert S. **Escravismo no Brasil**. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

importação de africanos, uma vez que tão somente 57.800 cativos desembarcaram ilegalmente nos portos do Centro-Sul, indício de que a lei antitráfico não havia sido feita para "inglês ver".[174] Vale notar, contudo, que do total de africanos desembarcados nos portos do Centro-Sul, quase 38 mil o foram somente no ano de 1835 (**Quadro 2.5**).

Quadro 2.5 – Quantidade de Escravos Desembarcados nos Portos do Centro-Sul do Brasil, 1821-1850

Período	Escravos	Média Anual
1821-1825	134.955	26.991
1826-1830	201.495	40.299
1831-1835	57.800	11.560
1836-1840	208.109	41.622
1841-1845	99.215	19.843
1846-1850	208.899	41.780

Fonte: VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009.

Por seu turno, entre 1836 e 1840, com a reabertura ilegal do trafico atlântico, cerca de 208 mil africanos escravizados foram trazidos para a mesma região. No primeiro quinquênio de 1840, houve uma retração no volume de cativos vindos da África: pouco menos de 100 mil desembarcaram nos portos do Centro-Sul. Por fim, entre 1845-1850, voltou a subir a importação de cativos africanos, cuja soma atingiu 209 mil almas (**Quadro 2.5**).[175] O impacto que essa importação maciça de escravos africanos gerou na população cativa das propriedades rurais cafeeiras de Bananal pode ser vislumbrado na análise de algumas variáveis demográficas, como o sexo, a origem, a idade, o estado conjugal e o preço dessa mão de obra.

2.2.1 Homens e mulheres

Os estudiosos que, nos últimos quarenta anos, valeram-se da demografia histórica para desenvolver suas pesquisas acerca da estrutura da posse de escravos e das variáveis demográficas dessa população na América portuguesa (mais tarde, Brasil), entre os séculos

[174] Sobre a Lei de 1831, ver: GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: "Para inglês ver"? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 29, v. 1/2/3, p. 91-340, jan./dez. 2007.
[175] Sobre o tráfico atlântico para o Rio de Janeiro, ver: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. Para a Bahia, ver: SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011, p. 280-286.

XVIII e XIX, acabaram desvendando, em linhas gerais, o grau de desenvolvimento econômico de determinadas regiões por seu envolvimento com o tráfico atlântico de africanos. Nesse sentido, é possível seguir os mesmos passos trilhados por tais pesquisadores para determinar em que medida o tráfico atlântico impactou a composição da população escrava das propriedades rurais de Bananal e, ao mesmo tempo, inferir o lugar que a localidade ocupou na produção de café no Vale do Paraíba.[176]

Tabela 2.16 – Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
Pequenos	449	279	161
Médios	573	290	198
Grandes*	3.701	1699	218
Total	**4.723**	**2.268**	**208**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: (*) excluiu-se um escravo da amostra, cujo gênero não foi identificado.

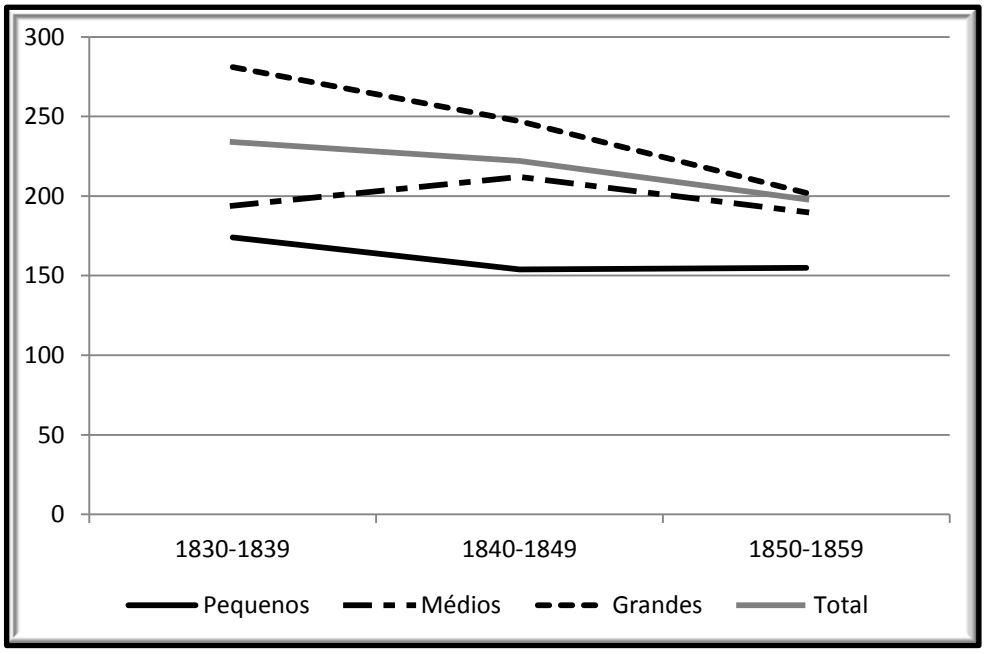
No que se refere à razão de sexo[177] da população escrava de Bananal, os dados podem ser vislumbrados a partir da **Tabela 2.16**. Em primeiro lugar, observa-se que os cinco grupos de escravistas (mini, pequenos, médios, grandes e mega), anteriormente discriminados, foram agrupados em apenas três faixas de tamanho de posse: *pequenos*, *médios* e *grandes*. Esse critério foi adotado para evitar distorções nos valores, em virtude da pequena amostragem de cativos, sobretudo, dos miniescravistas. Nesse sentido, os pequenos escravistas correspondem aos proprietários de 19 ou menos cativos; os médios escravistas constituem o grupo que possuem entre 20 e 49 escravos; e os grandes escravistas compõem os proprietários que têm 50 ou mais cativos. Feita essa ressalva, nota-se, em primeiro lugar, a elevada razão de sexo total dos cativos: 208 homens para cada grupo de 100 mulheres. Noutras palavras, havia o dobro de homens em relação às mulheres nas propriedades rurais inventariadas.[178] Esse dado permite inferir, a princípio, o elevado grau de desenvolvimento econômico alcançado por essa região de grande lavoura cafeeira. Um segundo aspecto a ser destacado, é a relação entre o tamanho da posse (FTP) e a razão de sexo da mão de obra servil: as pequenas, médias e

[176] A respeito da demografia do tráfico atlântico, ver: KLEIN, Herbert. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987.
[177] A razão de sexo é obtida pela divisão do número de homens pelo de mulheres, multiplicando-se, em seguida, por 100. O equilíbrio de gênero absoluto da população em análise dá-se quando o resultado é igual a 100.
[178] Sobre a razão de sexo dos escravos na Bahia, ver: **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port.. São Paulo: Cia. da Letras, 2011, p. 286-291. Para o caso de São Paulo, ver: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005, p. 167-186.

grandes propriedades apresentaram razão de sexo igual a 161, 198 e 218, respectivamente. O que os dados parecem apontar é que, com o aumento no tamanho da posse de escravos, elevava-se a proporção de homens nas propriedades rurais cafeeiras. O que implica afirmar que havia uma demanda por mão de obra masculina maior nas grandes do que nas médias e nas pequenas propriedades. E implica dizer, também, que os grandes proprietários de escravos tinham recursos suficientes para adquirir no mercado a melhor força de trabalho disponível.

A evolução da razão de sexo por décadas, em Bananal, permite observar que a distribuição de homens perante as mulheres decresceu ao longo do período discutido. Na década de 1830, a razão de sexo total era igual a 234, reduziu-se a 222 no período seguinte e, nos anos 1850, caiu para 198 homens para cada 100 mulheres (**Gráfico 2.3**). O que chama a atenção é o fato de que o declínio na razão de sexo, entre os anos 1830 e 1840, ocorreu na vigência do tráfico transatlântico de africanos. É evidente que a queda verificada ocorreu em virtude do crescimento na proporção de mulheres nas propriedades rurais: elas representavam 29,9% de toda a escravaria, na década de 1830, 31% nos anos 1840 e 33,6% no último período.[179] Qual dos grupos de mulheres (africanas ou crioulas), portanto, teria sido responsável pelo fenômeno?

Gráfico 2.3 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.[180]

[179] MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
[180] Os dados para os valores desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.1)**.

A princípio, não se pode afirmar, a partir dos dados disponíveis, que o aumento na proporção de mulheres teria ocorrido por conta da ampliação na importação de africanas, haja vista que elas compunham 22,9% dos cativos oriundos da África, na década de 1830, 22,6% no período seguinte e 22,9% nos anos 1850.[181] Do mesmo modo, não se pode apontar que teria havido expansão na aquisição de crioulas pelo tráfico intra e interprovincial, ou que houve aumento no nascimento de meninas via reprodução natural da escravaria: na década de 1830, as mulheres correspondiam a 50,4% dos crioulos; nos anos 1840, compunham 47,7% deles; e, na década subsequente, representavam 46,5% de toda a população nascida no Brasil.[182]

Portanto, pode-se depreender que os dados acerca da distribuição de mulheres em relação à origem indicam que um dos grupos de mulheres (africanas ou crioulas) está sub-representado nos inventários. Na década de 1830, os escravos sem origem declarada nos processos representavam 31% (279 homens e 97 mulheres) de toda a mão de obra. Já no decênio seguinte, a proporção correlata igualou-se a 4,8% do total (37 homens e 27 mulheres). Na década de 1850, a mesma taxa correspondia a 14,7% (427 homens e 226 mulheres). Nesse sentido, não é possível solucionar o impasse, pois a única maneira de pôr termo à questão reside na identificação da proporção de escravas que não tiveram sua origem determinada nos inventários.

Um segundo aspecto a ser destacado, presente no **Gráfico 2.3**, diz respeito à relação entre o tamanho da posse (FTP) e a razão de sexo da escravaria: em todas as décadas, a razão de sexo era mais elevada nas grandes, seguida pelas médias e pequenas propriedades. No primeiro período, a razão de sexo igualou-se, respectivamente, a 281, 194 e 174; na década de 1840, era igual a 247, 212 e 154; e, por último, nos anos 1850, havia 202, 190 e 155 homens para cada grupo de 100 mulheres. O que se evidencia, desse modo, é a tendência ao decréscimo, no decorrer do período em tela, da participação de homens em relação às mulheres em todas as FTPs; todavia, a diminuição na razão de sexo foi progressiva e mais acentuada entre os escravos residentes nas grandes propriedades. O decréscimo na razão de sexo nas grandes escravarias sugere que havia uma tendência ao crescimento vegetativo da população escrava. Ao que parece, nessas propriedades havia a conjugação entre tráfico

[181] Ibid.
[182] Ibid.

atlântico de africanos e reprodução natural da escravaria.[183] Essa tendência à diminuição da razão de sexo é contrária à tendência de aumento na razão no processo de montagem da cafeicultura escravista em Bananal.

José Flávio Motta, com base nas informações extraídas das listas nominativas, demonstrou que a distribuição de homens em relação às mulheres cresceu conforme a atividade cafeeira se difundiu na região de Bananal: em 1817, a razão de sexo dos escravos pertencentes aos cafeicultores igualou-se a 172,2 elevando-se a 225,8 em 1829.[184] Vê-se, portanto, que houve ligeiro crescimento na razão de sexo da mão de obra servil entre as décadas de 1820 e 1830 (**Gráfico 2.3**). É importante frisar, uma vez mais, que as fontes primárias utilizadas por Motta são distintas das empregadas nessa dissertação, o que, por si só, pode gerar curvas destoantes. No entanto, a variável demográfica em questão, compilada a partir dos inventários *post mortem*, provavelmente, não deve ter apresentado oscilações significativas, haja vista que os dados extraídos desses processos contemplam cerca de 35% de toda a população escrava existente em Bananal, em 1836.[185]

Tabela 2.17 – Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859

FTP	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
Pequenos[A]	837	544	154
Médios[B]	1.559	930	168
Grandes[C]	5.171	2.736	189
Total	**7.567**	**4.210**	**180**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: excluiu-se da amostra o seguinte número de escravos, cujo gênero não se pôde determinar **(A)** 7; **(B)** 12; **(C)** 12.

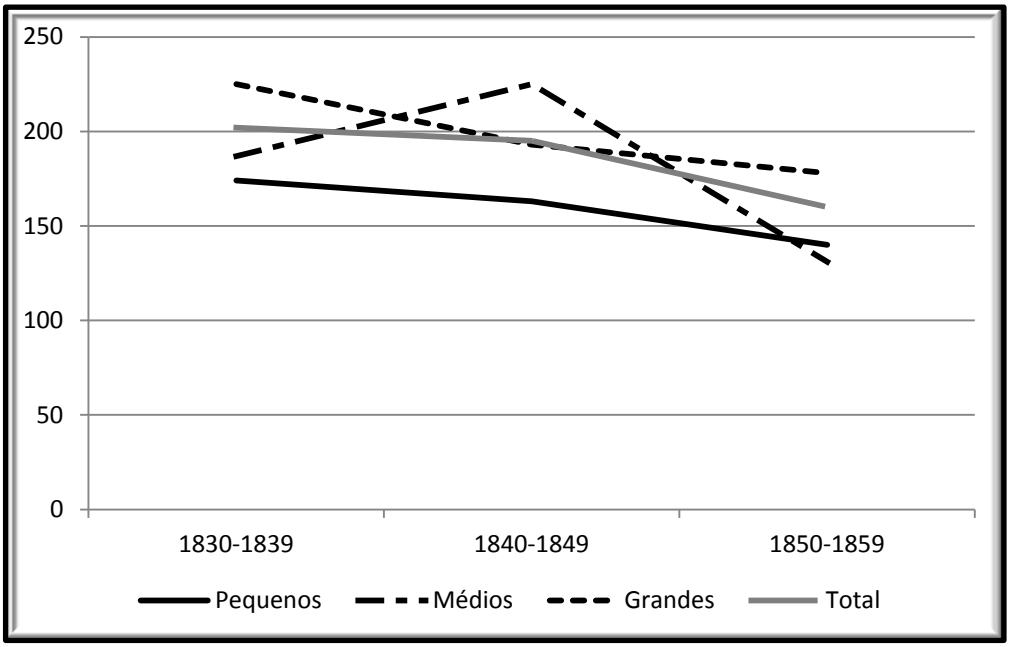
Na região de Vassouras, a razão de sexo total da população escrava, entre os decênios de 1830 e 1850, mostrou-se menos acentuada em relação à de Bananal, uma vez que o índice se igualou a 180 homens para cada grupo de 100 mulheres. De todo modo, deve-se destacar

[183] Sobre a associação entre reprodução natural da escravaria e tráfico atlântico de africanos, ver: PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 1992. PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995. BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004.
[184] MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 129.
[185] MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 132.

que a cifra em questão não deixa de ser elevada. A despeito disso, observou-se um padrão comum entre as duas regiões na razão de sexo por faixas de tamanho de posse. Verificou-se igualmente a existência da relação entre o tamanho da posse e a razão de sexo: o índice, nas pequenas, médias e grandes propriedades atingiu a marca de 154, 168 e 189, respectivamente (**Tabela 2.17**).

As informações disponíveis no **Gráfico 2.4** permitem estabelecer a comparação com a localidade de Bananal acerca da razão de sexo da escravaria por grupos de escravistas (FTP). É notável a semelhança no perfil sexual das escravarias entre as duas localidades. Assim como em Bananal, na região de Vassouras houve uma redução consecutiva na proporção de homens em relação às mulheres no decurso do tempo: nos anos de 1830, a razão era igual a 202, caiu para 195 no período subsequente e, na década de 1850, reduziu-se a 160.

Gráfico 2.4 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859



Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.[186]
Nota: idem a **Tabela 2.17**.

Interessante notar, ademais, que entre as décadas de 1830 e 1840 houve acréscimo na proporção de africanos nessa região: no primeiro período, 71,2% dos trabalhadores cativos nasceram no continente africano, ao passo que, na década de 1840, o índice correlato elevou-

[186] Os dados para os valores desse gráfico encontram-se no **Apêndice B (Tabela B.1)**.

se a 75,9%.[187] Seria de se esperar, portanto, uma majoração na razão de sexo total dos escravos no mesmo período, haja vista que a maior parte dos africanos desembarcados nos portos do Centro-Sul era do sexo masculino.[188] Entretanto, observa-se que se ampliou a participação relativa de mulheres africanas nas propriedades vassourenses: na década de 1830, elas correspondiam a 25,3% dos escravos trazidos da África e, no período seguinte, a 27,7%.[189] Tal acréscimo justifica, portanto, o declínio na razão de sexo total nesse período.

Na passagem dos anos 1840 para 1850, como dito, reduziu-se novamente a razão de sexo total em Vassouras. Para tanto, justifica-se esse decréscimo pelo aumento na participação relativa de mulheres africanas e crioulas na escravaria: no grupo dos africanos, o incremento no percentual de mulheres foi mais sensível, pois subiu de 27,7% para 28,6%; no caso da população crioula, o crescimento na taxa correlata foi mais significativo, uma vez que passou de 45,3% para 49,6%.

Retomando a leitura do **Gráfico 2.4**, verificou-se igualmente a tendência, ao longo do tempo, de queda na participação relativa de homens ante o grupo de mulheres nos três grupos de escravistas. Nas pequenas e grandes escravarias, a queda na razão de sexo deu-se de forma consecutiva no decorrer do período. No primeiro grupo, a razão de sexo nas décadas de 1830, 40 e 50 igualou-se a 174, 163 e 140, respectivamente. Por sua vez, no caso dos grandes escravistas, o índice, no mesmo período, era de 225, 193 e 178, concomitantemente. Por último, nas médias propriedades, houve aumento na razão de sexo entre as décadas de 1830 e 1840 (de 187 para 225) e, no último período, reduziu-se a um patamar inferior ao primeiro decênio (131). De modo geral, os dados sobre a razão de sexo nas propriedades vassourenses parecem indicar que, nessa localidade, havia maiores possibilidades de constituição de famílias que em Bananal, devido ao baixo valor relativo da razão. O que, por sua vez, permitia uma probabilidade maior de reprodução natural da escravaria.

Quanto à razão de sexo da população cativa por grupos (africanos e crioulos), em Bananal, expressa na **Tabela 2.18**, observa-se que, no caso dos africanos, o índice permaneceu bastante elevado e não houve grandes variações ao longo do tempo: na década de 1830, a razão, que era de 337 homens para cada grupo de 100 mulheres, elevou-se a 343 no

---

[187] SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br>. Acesso em: 15 set. 2011.

[188] FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 221.

[189] SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br>. Acesso em: 15 set. 2011.

período seguinte, para, logo depois, nos anos 1850, voltar ao mesmo patamar (337) do primeiro período. No grupo dos crioulos, a razão de sexo cresceu no decorrer do período em questão: era de 99 nos anos 1830, subiu para 110 na década de 1840 e, no decênio seguinte, elevou-se a 115 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 2.18 – Razão de Sexo dos Escravos por Grupos. Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
Origem			
Africanos	337	343	337
Crioulos	99	110	115
Sem Origem	288	137	189*
Total	**234**	**222**	**198**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: (*) excluiu-se um escravo da amostra, cujo gênero não se pôde determinar.

Para o caso de Vassouras, foi possível notar divergências em relação à razão de sexo dos cativos por grupos. Quanto aos africanos, o índice decresceu paulatinamente ao longo do período: era de 295 na década de 1830, caiu para 260 nos anos 1840 e, no último período, reduziu-se a 250 homens para cada 100 mulheres. Como se vê, nos três períodos, a proporção de homens africanos era mais elevada em Bananal que em Vassouras. No caso dos crioulos, a razão de sexo tendeu ao equilíbrio absoluto entre homens e mulheres no decorrer do mesmo período em foco (**Tabela 2.19**).

Tabela 2.19 – Razão de Sexo dos Escravos por Grupos. Vassouras, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
Origem			
Africanos	295	260[B]	250[E]
Crioulos	98	120[C]	101[F]
Sem Origem	119[A]	95[D]	147[G]
Total	**202**	**195**	**160**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: excluiu-se da amostra o seguinte número de escravos, cujo gênero não se pôde determinar **(A)** 1; **(B)** 1; **(C)** 2; **(D)** 8; **(E)** 2; **(F)** 3; **(G)** 14.

Os dados sobre a razão de sexo em Bananal e Vassouras evidenciam um padrão comum no que se refere à proporção de homens em relação às mulheres. Em primeiro lugar, a razão de sexo era determinada pela dimensão da escravaria. Como se viu, a razão de sexo era relativamente maior nas grandes que nas médias e pequenas escravarias. Desse modo, pode-se

inferir que, nas duas localidades, os grandes proprietários de escravos (donos de 50 ou mais cativos) dispunham de recursos financeiros suficientes para adquirir no mercado de escravos uma proporção mais elevada de homens que os médios (donos de 20 a 49 cativos) e pequenos escravistas (donos de 19 ou menos cativos). Além disso, os dados também indicam que, a despeito da existência do tráfico atlântico de africanos, os proprietários de escravos, provavelmente, podiam contar com a reprodução natural de suas escravarias para manter ou mesmo ampliar o nível de produção de suas unidades produtivas cafeeiras.

2.2.2 Presença africana

As escravarias bananalenses eram fortemente africanizadas, com três quintos (60,2%) de seus contingentes advindos do tráfico atlântico, entre as décadas de 1830 e 1850, conforme demonstra a **Tabela 2.20**. Depreende-se, portanto, que o tráfico de africanos foi de suma importância para o deslanche da cafeicultura nas propriedades rurais de Bananal. Em segundo lugar, é possível perceber também que, ao longo do tempo, a participação relativa de africanos no seio da escravaria tendeu ao declínio: eles compunham 67,8% da mão de obra cativa na década de 1830, 68,5% no decênio subsequente e, no último período, 55,7% (**Tabela 2.20**). Como se sabe, o Parlamento Imperial promulgou a Lei de 4 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que estabeleceu a abolição do tráfico transatlântico de escravos africanos para o Brasil. Por esse motivo, reduziu-se a participação relativa de africanos nas unidades produtivas de café nos anos 1850. A partir daí, a reposição da mão de obra escrava seria feita, em grande medida, por meio do tráfico inter e intraprovincial e, secundariamente, pela reprodução natural dos cativos.[190]

[190] Sobre o tráfico interno de escravos, ver: SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 103-155. MOTTA, José F.; MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000. MOTTA, José F. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. No segundo capítulo do livro, "Historiografia e tráfico interno de escravos no Brasil", Motta analisa a historiografia dedicada ao estudo do tráfico interno de cativos no Império do Brasil. O trabalho oferece, portanto, um bom panorama acerca das principais pesquisas voltadas ao tema. Sobre a reprodução natural da escravaria, após a abolição do tráfico atlântico de africanos, ver: SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 213-271.

Tabela 2.20 – Distribuição dos Escravos por Origem. Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839[A]		1840-1849[B]		1850-1859[C]		Total	
Origem	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Africanos	568	67,8	877	68,5	2.104	55,7	3.549	60,2
Crioulos	270	32,2	403	31,5	1.676	44,3	2.349	39,8
Total	**838**	**100,0**	**1.280**	**100,0**	**3.780**	**100,0**	**5.898**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: **(A)** 376 escravos (31% do total), **(B)** 64 cativos (4,8% do total) e **(C)** 654 escravos (14,7% do total) não tiveram sua origem declarada nos processos de inventário.

Segundo José Flávio Motta, as listas nominativas de habitantes indicam que o grupo de africanos cresceu numérica e proporcionalmente no decorrer das primeiras décadas do Oitocentos: em 1801, correspondiam a 57,1% (229 ao todo) dos escravos de Bananal; com a implantação da cafeicultura, este índice elevou-se a 61,7% (623 ao todo), no ano de 1817; com o consequente desenvolvimento da economia cafeeira, houve novamente crescimento na participação relativa e absoluta dos africanos, cuja taxa atingiu a marca de 78,2% (1.785 ao todo) da mão de obra cativa, em 1829.[191]

Como explicar, então, o decréscimo da participação relativa de africanos na população escrava bananalense, entre as décadas de 1820 e 1830? Podem-se aventar duas hipóteses para explicar esse declínio. Em primeiro lugar, a elevada proporção de cativos sem origem identificada nos inventários (31% de toda a mão de obra) pode ter comprometido a amostra; a elevada razão de sexo destes cativos (279/97x100 = 288 homens para cada 100 mulheres) parece comprovar a hipótese. Isto porque, dentre os homens, os africanos constituíam a maior parcela dos indivíduos escravizados, cerca de três quartos deles (ver **Tabela 2.22**); nesse sentido, pode-se supor que grande parte dos cativos sem origem identificada nos processos seria composta de fato pelos africanos.

Poder-se-ia cogitar também que a Lei de 7 de novembro de 1831, que previa o fim do tráfico atlântico, teria repercutido na declaração de origem dos escravos, na avaliação de bens nos inventários, pelos proprietários, de modo que eles evitaram construir provas da ilegalidade, com o receio de que o Estado Imperial os incriminasse pela posse ilegal de africanos.[192] No entanto, essa hipótese parece não se sustentar, na medida em que, de todos os

[191] MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 133-135.
[192] Bacellar apontou que, em São Luiz do Paraitinga, na província de São Paulo, logo após a promulgação da Lei de 1831, o vigário da localidade passou a batizar os poucos africanos que surgiam com a indicação de que seus senhores eram ignorados. Depois, o vigário passou a assinalar que os senhores destes africanos batizados eram ignorados, mas que "dizia-se", como se fosse um boato, que pertenciam ao fulano de tal. A lei de 1831 pode ter assustado por algumas semanas pelo menos, mas depois de certo tempo tudo voltou à normalidade. Cf.

escravos sem origem identificada nos processos, somente 12 deles (3,2% do total) não possuíam a declaração de origem, nos inventários autuados entre 1830 e 1835, período no qual o tráfico atlântico foi completamente banido pelo Estado; os demais cativos sem origem identificada (364 = 96,8% do total) correspondem ao período seguinte (1836-1839), justamente no momento em que o tráfico foi reaberto ilegalmente pelo Parlamento Imperial.

Desses 364 escravos sem origem declarada nos inventários, entre 1836 e 1839, 268 (73,7% ao todo) pertenciam a apenas um único cafeicultor, José de Aguiar de Toledo, que foi investigado no primeiro capítulo. Esse processo tratava-se de "inventário amigável" e, por esse motivo, inúmeras informações sobre a escravaria, tais como a idade, a origem, o ofício, as condições de saúde e o preço, não foram registradas no processo. Desse modo, deve-se ressaltar que algumas características demográficas da população cativa de Bananal, para a década de 1830, como a origem, a idade e as condições de saúde, estão subestimadas em nossa análise, haja vista que José de Aguiar de Toledo concentrava em suas mãos quase um quarto de toda a escravaria nesse período.

Apesar disso, não se deve descartar a hipótese segundo a qual o término temporário do tráfico atlântico, em 1831, teria de fato reduzido a proporção de africanos em relação à totalidade da população servil. No município de Vassouras, na mesma década de 1830, a taxa de africanidade (71,2%) era ligeiramente superior à de Bananal (67,8%) (**Tabela 2.21**). Portanto, pode-se supor que a elevada proporção de escravos sem origem identificada nos inventários reduziu a dimensão da população africana e, ao mesmo tempo, a Lei de 1831, ao dificultar a entrada de africanos escravizados, determinou igualmente a queda na porcentagem da escravaria africana, em Bananal.

Tabela 2.21 – Distribuição dos Escravos por Origem. Vassouras, 1830-1859

Período	1830-1839[A]		1840-1849[B]		1850-1859[C]		Total	
Origem	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Africanos	1.010	71,2	3.567	75,9	2.006	58,5	6.583	68,9
Crioulos	409	28,8	1.135	24,1	1.425	41,5	2.969	31,1
Total	**1.419**	**100,0**	**4.702**	**100,0**	**3.431**	**100,0**	**9.552**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: **(A)** 58 escravos (3,9% do total), **(B)** 526 cativos (10,1% do total), **(C)** 1.672 escravos (32,8% do total) não tiveram sua origem declarada nos processos.

Em Vassouras, a população africana também aumentou sua participação relativa entre as décadas de 1830 e 1840: no primeiro período, ela representava 71,2% de todos os escravos e, nos anos 1840, 75,9%. Porém, nos anos 1850, seguindo a tendência de Bananal, houve decréscimo na proporção do grupo de africanos, que perfazia 58,5% da escravaria. Levando-se em consideração todo o período, os africanos compunham parcela mais elevada, em relação aos crioulos, em Vassouras (68,9%) do que em Bananal (60,2%) (**Tabela 2.21**).

No que diz respeito à distribuição dos escravos por origem e sexo, em Bananal, nota-se que, na década de 1830, os africanos correspondiam a três quartos dos escravos do sexo masculino, ao passo que, no grupo de mulheres, havia praticamente um equilíbrio entre crioulas e africanas (**Tabela 2.22**).

Tabela 2.22 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	438	76,6	134	23,4	572	100,0
Feminino	130	48,9	136	51,1	266	100,0

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

No decênio seguinte (1840-1849), a participação relativa dos africanos no grupo de homens permaneceu praticamente inalterada, em torno dos três quartos. No caso das mulheres, também não houve alterações significativas em comparação ao período anterior, pois manteve-se estável a proporção de crioulas e africanas (**Tabela 2.23**).

Tabela 2.23 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	679	76,3	211	23,7	890	100,0
Feminino	198	50,8	192	49,2	390	100,0

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Por fim, na década de 1850, observa-se já o impacto do término do tráfico atlântico na composição da escravaria em relação à sua origem: no grupo de homens, houve decréscimo na proporção de africanos, que se reduziu a 64,4% dos cativos e, quanto às mulheres, o declínio foi mais abrupto, pois as africanas compunham agora 38,2% de todas as mulheres (**Tabela 2.24**).

Tabela 2.24 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	1.622	64,4	896	35,6	2.518	100,0
Feminino	482	38,2	780	61,8	1.262	100,0

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Em Vassouras, nos anos 1830, os africanos representavam 78,9% dos indivíduos do sexo masculino, proporção pouco mais elevada que em Bananal (76,6%). E, no grupo de mulheres, as africanas tinham participação maior (55,3% do total), em relação às crioulas, em comparação à Bananal (**Tabela 2.25**).

Tabela 2.25 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	754	78,9	202	21,1	956	100,0
Feminino	256	55,3	207	44,7	463	100,0

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Na década de 1840, ao contrário do que se verificou em Bananal, houve pequeno aumento percentual na população africana, tanto no grupo de homens quanto no de mulheres: os homens aumentaram sua participação relativa a 80,6% dos cativos, e, no caso das mulheres, a taxa correlata elevou-se a 65,8% (**Tabela 2.26**).

Tabela 2.26 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1840-1849

Origem	Africanos[A]		Crioulos[B]		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	2.576	80,6	619	19,4	3.195	100,0
Feminino	990	65,8	514	34,2	1.504	100,0

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: excluiu-se da amostra o seguinte número de escravos, cujo gênero não se pôde determinar **(A)** 1; **(B)** 2.

Por último, no decênio de 1850, observa-se a mesma tendência ao decréscimo na participação relativa de africanos no conjunto da população escravizada: no grupo de homens,

o percentual de africanos reduziu-se a dois terços, ao passo que, em relação às mulheres, a diminuição foi mais acentuada, atingindo a marca de 44,8% (**Tabela 2.27**).

Tabela 2.27 – Distribuição dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1850-1859

Origem	Africanos[A]		Crioulos[B]		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	1.431	66,7	715	33,3	2.146	100,0
Feminino	573	44,8	707	55,2	1.280	100,0

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: excluiu-se da amostra o seguinte número de escravos, cujo gênero não se pôde determinar **(A)** 2; **(B)** 3.

No que diz respeito à distribuição de africanos por faixas de tamanho de posse,[193] em Bananal, percebe-se que, levando-se em consideração todo o período (1830-1859), praticamente não havia desequilíbrios na participação de africanos no seio da população escrava, nos três grupos de escravistas. Todavia, a análise da mesma variável demográfica por décadas demonstra que os grandes proprietários de escravos tendiam a concentrar uma proporção mais elevada de africanos que os demais grupos de escravistas na vigência do tráfico atlântico: no primeiro período (1830-1839), os grandes escravistas tinham em suas unidades produtivas 74% de africanos; nos anos 1840, a taxa correlata igualou-se a 70,7%. No entanto, na década de 1850, a proporção de africanos nos três grupos de escravistas (FTP) manteve-se praticamente equilibrada, em torno dos 55% (**Tabela 2.28**). Portanto, o que se depreende é que os grandes proprietários de escravos (donos de 50 ou mais cativos) dispunham de recursos financeiros para comprar no mercado de escravos uma proporção maior de africanos que os médios e pequenos escravistas.

Tabela 2.28 – Proporção de Africanos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1830-1859
FTP	%	%	%	%
Pequenos	65,0	63,0	55,7	61,0
Médios	59,0	65,9	56,0	59,9
Grandes	74,0	70,7	55,6	60,1
Total	**67,8**	**68,5**	**55,7**	**60,2**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

[193] Vale destacar que se adotou o mesmo procedimento metodológico utilizado no cálculo da razão de sexo em relação aos grupos de escravistas. Ou seja, as cinco faixas de tamanho de posse de escravos foram reunidas em três grandes grupos: *pequenos escravistas* (donos de 19 ou menos escravos); *médios escravistas* (donos de 20 a 49 escravos); e *grandes escravistas* (donos de 50 ou mais escravos).

No caso de Vassouras, apesar das pequenas variações, observa-se um padrão semelhante a Bananal, no que tange a distribuição de africanos quanto ao tamanho da posse de escravos. No período como um todo (1830-1859), o grupo dos grandes escravistas tendeu a concentrar uma proporção maior de africanos que os médios e pequenos escravistas. Desse modo, no grupo dos grandes proprietários de escravos, a taxa de africanos igualou-se a 71%, ao passo que, nas médias e pequenas escravarias, a proporção correlata era de 66% e 61,8%. Levando-se em consideração a taxa de africanos por décadas, observa-se que, nos anos 1830, os médios proprietários de escravos eram donos de uma proporção mais elevada de africanos, em relação aos crioulos, que os grandes e pequenos escravistas: a taxa de africanos era igual a 74%, 72,2% e 64,9%, respectivamente. Na década de 1840, por seu turno, os grandes proprietários de escravos concentravam mais africanos em suas unidades produtivas que os médios e pequenos escravistas: a proporção de africanos era de 78,5%, 69% e 65,8%, concomitantemente. Por fim, nos anos 1850, nota-se que houve tendência, assim como em Bananal, ao equilíbrio na proporção de africanos, em relação aos crioulos, nos três grupos de escravistas, cuja taxa girou em torno de 58% (**Tabela 2.29**).

Tabela 2.29 – Proporção de Africanos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1830-1859
FTP	%	%	%	%
Pequenos	64,9	65,8	56,3	61,8
Médios	74,0	69,0	58,4	66,0
Grandes	72,2	78,5	58,9	71,0
Total	**71,2**	**75,9**	**58,5**	**68,9**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Em suma, os dados levantados apontam em primeiro lugar, a supremacia numérica da população africana em relação aos escravos nascidos no Brasil, nas duas localidades investigadas, entre as décadas de 1830 e 1850. Mais de três quintos de toda a escravaria inventariada havido nascido no continente africano. Os dados indicam ainda que, na vigência do tráfico atlântico de africanos, cerca de três quartos dos cativos do sexo masculino eram compostos pelos africanos, indicando que o tráfico atlântico era responsável pela reposição da mão de obra escrava dos cafeicultores de Bananal e Vassouras. Por fim, os dados sugerem igualmente que os grandes escravistas (donos de 50 ou mais cativos) tendiam a concentrar

uma quantidade mais ampla de africanos que os médios (donos de 20 a 49 cativos) e pequenos proprietários de escravos (donos de 19 ou menos cativos). O fato sugere que os grandes escravistas, que, provavelmente, dominavam a produção de café nas regiões analisadas, detinham capitais para comprar mais africanos que os demais proprietários de escravos. Desse modo, deve-se destacar que toda a riqueza gerada pela economia cafeeira foi alicerçada a partir da exploração da força de trabalho africana.

2.2.3 Perfil etário

O perfil etário da população escrava de Bananal pode ser vislumbrado a partir da **Tabela 2.30**. Primeiramente, nota-se que os escravos foram agrupados em três grandes faixas etárias: a de crianças e infantes, formada pelos indivíduos com até 14 anos de idade; a dos jovens e adultos, com idade entre 15 e 49 anos; e, finalmente, a dos idosos, com idade igual ou acima de 50 anos. As crianças ainda não estavam integradas completamente ao mundo do trabalho, embora todas realizassem atividades auxiliares, com exceção daquelas com menos de cinco anos de idade.[194] Os adultos, que formavam o grupo de cativos em idade plenamente produtiva, compunham a verdadeira força de trabalho dos cafeicultores, enquanto os idosos eram os indivíduos que apresentavam capacidade produtiva declinante.

Tabela 2.30 – Estrutura Etária dos Escravos. Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839		1840-1849		1850-1859	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%
0-14	172	40,6	227	24,6	824	25,0
15-49	246	58,0	648	70,4	2.162	65,5
50 ou +	6	1,4	46	5,0	316	9,5
Total	**424**	**100,0**	**921**	**100,0**	**3.302**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

No tocante ao período como um todo (1830-1859), observa-se que a população adulta, força de trabalho dos cafeicultores, constituía o grupo com maior participação relativa em relação ao grupo de crianças e idosos. Os adultos compunham cerca de dois terços (65,5%) de toda a escravaria inventariada no período em análise. As crianças e infantes, por seu turno,

[194] ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989, p. 96-102.

representavam um quarto (25%) dos cativos registrados nos processos. Por fim, o grupo dos idosos era formado por apenas um décimo (9,5%) de toda a mão de obra das propriedades rurais bananalenses (**Tabela 2.30**).

Nos anos 1830, as crianças tinham uma participação bastante significativa dentre os escravos que tiveram sua idade registrada nos inventários, somando pouco mais de dois quintos deles (40,6%). Já os idosos representavam tão somente 1,4% dos cativos da região. E, os adultos, constituíam quase três quintos (58%) de toda a população escrava (**Tabela 2.30**).

Para as três primeiras décadas do século XIX, Motta demonstrou que a estrutura etária da população cativa de Bananal sofreu profundas alterações por conta da implantação da cafeicultura e de seu consequente desenvolvimento. Assim, ao mesmo tempo em que se reduziu a participação absoluta e relativa de crianças e idosos, entre 1801 e 1829, a proporção de escravos adultos elevou-se constantemente no período em questão: os adultos perfaziam 69,6% da população cativa em 1801, 72,7% em 1817 e, por fim, 76,3% em 1829 (**Quadro 2.6**).[195]

Quadro 2.6 – Estrutura Etária dos Escravos Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829

Ano	1801	1817	1829
Faixa Etária	**%**	**%**	**%**
0-14	25,9	23,2	21,1
15-49	69,6	72,7	76,3
50 ou +	4,5	4,1	2,6
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MOTTA, op. cit., p. 130.

Como se observa, houve um decréscimo significativo na proporção de escravos adultos entre as décadas de 1820 e 1830. O que ocasionou a queda na taxa de adultos, no decênio de 1830? Provavelmente, a resposta para a questão reside na elevada proporção de cativos que não tiveram a idade declarada nos inventários: 790 (65,1% do total).[196] Desse modo, os resultados, para os anos 1830, podem ter sido afetados por esse fato, já que não sabemos o perfil etário desses 790 escravos. Dentre estes 790 escravos (591 homens e 199 mulheres), 65% deles (513 ao todo) pertencem ao grupo dos megacafeicultores, sendo que

[195] Importante destacar que José F. Motta levou em consideração em sua análise nove faixas etárias ao todo: "0 a 14", "15 a 19", "20 a 29", "30 a 39", "40 a 49", "50 a 59", "60 a 69", "70 a 79" e, por fim, "80 e +". Resolveu-se rearranjar as faixas etárias neste quadro para efeitos de comparação com as faixas adotadas nesta dissertação. Cf. MOTTA, op. cit., p. 130.

[196] MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

297 correspondem aos cativos de um único cafeicultor, José de Aguiar de Toledo, analisado no primeiro capítulo.

A hipótese lançada ganha fôlego quando se comparam os dados acerca da estrutura etária dos cativos de Bananal com os de Vassouras. No mesmo período (década de 1830), os adultos representavam 69,3% dos escravos vassourenses; as crianças perfaziam 24,9% e, por último, os idosos correspondiam a apenas 5,8% da escravaria inventariada (ver **Tabela 2.31**). Vale destacar que, nesse período, apenas 72 escravos (4,9% do total) não tiveram a idade arrolada nos processos de Vassouras.[197]

Ainda de acordo com os dados coligidos na **Tabela 2.30**, nota-se que, na década de 1840, o grupo dos adultos compunha parcela majoritária dos cativos (70,4% do total), destacando-se, logo em seguida, as crianças (24,6% do total) e, por fim, os idosos (5% do total). Percebe-se, portanto, o significativo aumento na proporção de adultos em relação aos anos 1830, em Bananal. Na verdade, tudo leva a crer que os dados desse período sejam mais verossímeis que aqueles relativos à década de 1830. Isso porque, na década de 1840, apenas 423 escravos (31,5% do total) não tiveram a idade registrada nos processos, o que, por si só, compromete em menor escala a amostra.[198]

O argumento se fortalece quando se compara a composição etária da escravaria de Bananal perante Vassouras, na mesma década de 1840. Os dados são bastante semelhantes, haja vista que os adultos perfaziam 68,4% da escravaria, o grupo de crianças era composto por um quarto (25,1%) dos cativos e, por último, os idosos representavam 6,6% de toda a mão de obra (**Tabela 2.31**). Nesse período, 1.413 cativos (27% do total) não tiveram a idade declarada nos processos, proporção bastante similar à de Bananal.[199]

Na década de 1850, é possível observar mudanças no perfil etário da população escrava de Bananal: houve, primeiramente, declínio na proporção de adultos, que passou de 70,4% para 65,5%; o grupo de crianças, por sua vez, permaneceu praticamente inalterado, pois sua participação relativa era de 24,6%, na década de 1840, e subiu para 25%, nos anos 1850; e, por fim, a percentagem de idosos subiu de 5%, nos anos 1840, para 9,5%, na década de 1850 (**Tabela 2.30**). Certamente, o término do tráfico transatlântico de africanos determinou o decréscimo na participação relativa de adultos no seio da população escrava

[197] SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
[198] MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.
[199] SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

bananalense. Nesse período, vale notar que as idades de 1.132 escravos (25,5% do total) não foram descritas nos inventários.[200]

Tabela 2.31 – Estrutura Etária dos Escravos. Vassouras, 1830-1859

Período	1830-1839		1840-1849		1850-1859	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	350	24,9	956	25,1	748	30,8
15-49	973	69,3	2.609	68,4	1.456	60,0
50 ou +	82	5,8	250	6,6	221	9,1
Total	**1.405**	**100,0**	**3.815**	**100,0**	**2.425**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Em Vassouras, os dados disponíveis na **Tabela 2.31** apontam que, na década de 1850, a participação de adultos no seio da população escrava sofreu igualmente decréscimo em relação aos anos 1840, numa escala maior que em Bananal: passou de 68,4% para 60%. Todavia, aumentou-se o percentual correlato de crianças, que foi de 25,1%, nos anos 1840, para 30,8%, na década de 1850. Por fim, elevou-se a proporção de idosos, que era 6,6% e chegou a 9,1%. Nesse período, a quantidade de escravos sem origem declarada nos processos cresceu significativamente: 2.678 dos escravos (52,5% do total).[201] Provavelmente, tal fato ajuda a compreender o motivo pelo qual a redução na taxa de adultos foi mais abrupta se comparada a Bananal.

No que tange ao perfil etário dos escravos por sexo, em Bananal, nota-se que, na década de 1830, o grupo dos adultos era composto majoritariamente pelos homens (69,5% do total), como era de se esperar, ao passo que no grupo de crianças e idosos havia um perfeito equilíbrio entre homens e mulheres (**Tabela 2.32**).[202]

[200] MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

[201] SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

[202] A respeito do perfil etário da população escrava de Vassouras, ver: SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 223-233. Sobre o mesmo assunto, para o caso de Minas Gerais, ver: BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004, p. 197-227. Para São Paulo, ver: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005, p. 167-196.

Tabela 2.32 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo. Bananal, 1830-1839

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	86	50,0	86	50,0	172	100,0
15-49	171	69,5	75	30,5	246	100,0
50 ou +	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Total	**260**	**61,3**	**164**	**38,7**	**424**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Por seu turno, na década de 1840, elevou-se pouco a diferença entre homens (72,1% do total) e mulheres (27,9% do total) no grupo dos adultos. No caso das crianças, aumentou a participação de meninos (55,5% do total) em relação às meninas (44,5% do total). Quanto aos idosos, a divergência na proporção de homens ante as mulheres foi mais significativa, pois eles correspondiam a 63% dos escravos dessa faixa etária (**Tabela 2.33**).

Tabela 2.33 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo. Bananal, 1840-1849

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	126	55,5	101	44,5	227	100,0
15-49	467	72,1	181	27,9	648	100,0
50 ou +	29	63,0	17	37,0	46	100,0
Total	**622**	**67,5**	**299**	**32,5**	**921**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Por fim, no último período (década de 1850), percebe-se que, no grupo dos adultos, manteve-se praticamente análoga a participação relativa de homens (72,3% do total) ante as mulheres (27,7% do total) em relação à década de 1840. No entanto, a proporção de meninos, na faixa etária das crianças, reduziu-se a 50,6%. Tal equilíbrio entre os sexos, a princípio, pode indicar o crescimento na reprodução natural da escravaria em comparação com os anos 1840. No grupo dos idosos, os indivíduos do sexo masculino aumentaram sua participação relativa a 72,8% dos cativos dessa faixa etária, o que pode denotar o envelhecimento dos escravos, que, nas décadas precedentes, pertenciam ao grupo dos adultos (**Tabela 2.34**). Em linhas gerais, os dados acerca da composição sexual, quanto ao grupo de adultos, nas décadas de 1830, 1840 e 1850, parecem indicar basicamente a preferência dos escravistas – ou a oferta do mercado – pela força de trabalho masculina nas lavouras cafeeiras.

Tabela 2.34 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo. Bananal, 1850-1859

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	417	50,6	407	49,4	824	100,0
15-49	1.562	72,3	597	27,7	2.159	100,0
50 ou +	230	72,8	86	27,2	316	100,0
Total	**2.209**	**67,0**	**1.090**	**33,0**	**3.299**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

No que diz respeito à estrutura etária dos escravos por origem, depreende-se que os africanos perfaziam quase a metade dos cativos (49% do total) com origem e idade declarada nos inventários de Bananal, na década de 1830. Na faixa etária relativa às crianças, os crioulos (93,9% do total) eram predominantes em relação aos africanos (6,1% do total).[203] No grupo dos adultos, parcela significativa dos indivíduos era proveniente da África, quatro quintos do total. Já os idosos eram todos nascidos no continente africano. Em suma, estes dados demonstram o impacto que o tráfico atlântico exerceu na composição da população cativa da região com idade igual ou superior a 15 anos (**Tabela 2.35**).

Tabela 2.35 – Estrutura Etária dos Escravos por Origem. Bananal, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	10	6,1	154	93,9	164	100,0
15-49	177	80,1	44	19,9	221	100,0
50 ou +	3	100,0	-	-	3	100,0
Total	**190**	**49,0**	**198**	**51,0**	**388**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Por sua vez, na década de 1840, cujos dados para o período são mais fidedignos, a população cativa africana era equivalente a dois terços de toda a escravaria com origem e idade arroladas nos processos. No grupo de crianças, os africanos compunham apenas 16,3% de toda a escravaria, ao passo que, na faixa etária de adultos e de idosos, eles eram majoritários: compunham 82,7% de toda a mão de obra no primeiro grupo, e 84,4% no segundo (**Tabela 2.36**). Fica claro, portanto, o papel preponderante do tráfico transatlântico de africanos na composição das escravarias dos cafeicultores.

[203] Sobre o tráfico atlântico de crianças e infantes, ver: GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 120, n. 120, p. 59-72, jan./jul. 1989.

Tabela 2.36 – Estrutura Etária dos Escravos por Origem. Bananal, 1840-1849

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	37	16,3	190	83,7	227	100,0
15-49	530	82,7	111	17,3	641	100,0
50 ou +	38	84,4	7	15,6	45	100,0
Total	**605**	**66,3**	**308**	**33,7**	**913**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Por fim, na década de 1850, já é possível notar o impacto do término do tráfico atlântico na composição da escravaria. A proporção de africanos no conjunto de cativos reduziu-se em comparação ao período anterior: passou de 66,3% para 53,2% do total de escravos com origem e idade anotadas nos inventários. O decréscimo na taxa de africanos, em relação aos crioulos, foi mais impactante no grupo de adultos e de crianças: no primeiro caso, a população africana foi de 82,7% para 71,4% e, na faixa etária das crianças, caiu de 16,3% para somente 0,2% de toda a mão de obra. Mesmo os senhores de escravos tendo recorrido ao tráfico inter e intraprovincial para expandir e/ou repor a mão de obra para cultivar suas lavouras de café, a composição demográfica da escravaria sofreu alterações, após a abolição do tráfico atlântico (**Tabela 2.37**).

Tabela 2.37 – Estrutura Etária dos Escravos por Origem. Bananal, 1850-1859

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
0-14	2	0,2	811	99,8	813	100,0
15-49	1.351	71,4	540	28,6	1.891	100,0
50 ou +	221	86,7	34	13,3	255	100,0
Total	**1.574**	**53,2**	**1.385**	**46,8**	**2.959**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Os dados disponíveis na **Tabela 2.38**, acerca do perfil etário da população escrava por origem e sexo, na década de 1830, em Bananal, apontam a preferência – ou a oferta do mercado – dos cafeicultores pelos indivíduos do sexo masculino quanto às crianças oriundas do continente africano. Os informes sugerem também a primazia de homens africanos, em relação às mulheres, no grupo dos adultos, denotando, uma vez mais, a predileção dos escravistas pela força de trabalho masculina ante a feminina.

Tabela 2.38 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo e Origem. Bananal, 1830-1839

Origem	Africanos				Crioulos				Total	
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		M + F	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	7	4,3	3	1,8	75	45,7	79	48,2	164	100,0
15-49	133	60,2	44	19,9	19	8,6	25	11,3	221	100,0
50 ou +	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
Total	**142**	**36,6**	**48**	**12,4**	**94**	**24,2**	**104**	**26,8**	**388**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Na década de 1840, por seu turno, observa-se a mesma tendência verificada no período anterior acerca da supremacia numérica de homens africanos, em relação às mulheres, para as três faixas etárias. No grupo dos escravos nascidos no Brasil, destaca-se a tendência ao equilíbrio de homens e mulheres, nas três faixas etárias (**Tabela 2.39**).

Tabela 2.39 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo e Origem. Bananal, 1840-1849

Origem	Africanos				Crioulos				Total	
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		M + F	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	28	12,3	9	4,0	98	43,2	92	40,5	227	100,0
15-49	401	62,6	129	20,1	61	9,5	50	7,8	641	100,0
50 ou +	25	55,6	13	28,9	3	6,7	4	8,9	45	100,0
Total	**454**	**49,7**	**151**	**16,5**	**162**	**17,7**	**146**	**16,0**	**913**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Finalmente, nos anos 1850, pode-se perceber a permanência de algumas características em relação ao último período: no grupo de adultos e no de idosos havia uma preponderância numérica de homens africanos ante as mulheres. Todavia, notam-se algumas alterações em relação ao perfil etário dos crioulos: no caso das crianças, permaneceu a tendência ao equilíbrio sexual, indicando, possivelmente, o impacto da reprodução natural da escravaria; no caso dos adultos, cujas mudanças foram mais significativas, destaca-se a superioridade numérica de homens em relação às mulheres, o que pode indicar que os cafeicultores estavam adquirindo cativos nascidos no Brasil para repor ou até mesmo aumentar sua força de trabalho, uma vez que, nesse período, o Parlamento Imperial havia posto um fim definitivo ao tráfico atlântico de escravos (**Tabela 2.40**).

Tabela 2.40 – Estrutura Etária dos Escravos por Sexo e Origem. Bananal, 1850-1859

Origem	Africanos				Crioulos				Total	
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		M + F	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	2	0,2	-	-	408	50,2	403	49,6	813	100,0
15-49	1.072	56,7	279	14,8	325	17,2	215	11,4	1.891	100,0
50 ou +	169	66,3	52	20,4	20	7,8	14	5,5	255	100,0
Total	**1.243**	**42,0**	**331**	**11,2**	**753**	**25,4**	**632**	**21,4**	**2.959**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

De modo geral, os dados sobre a composição etária da população escrava de Bananal e Vassouras apontam, em primeiro lugar, a tendência ao aumento na proporção da força de trabalho (escravos adultos) dos escravistas, na passagem da década de 1830 para 1840, durante a vigência do tráfico transatlântico de africanos. No entanto, com a extinção do tráfico internacional, o processo constatado no período anterior se alterou, na medida em que a força de trabalho dos escravistas sofreu um pequeno declínio, entre os anos 1840 e 1850. Mas esse decréscimo foi relativo, pois, no mesmo período, houve aumento na proporção de crianças e idosos no seio da população escrava. Esses dados parecem indicar que os senhores de escravos recompunham sua mão de obra a partir da conjugação do tráfico atlântico de africanos e da reprodução natural de seus escravos.

A teoria oitocentista sobre a gestão escravista, expressa nos manuais agrícolas, estimulou a formação de famílias, o crescimento natural da escravaria e o cuidado com os cativos recém-nascidos, além da melhoria na alimentação, vestimenta e moradia dos cativos.[204] Durante a vigência do tráfico atlântico, as possibilidades de constituição de famílias e, portanto, de reprodução da escravaria eram menores, haja vista que a recomposição da mão de obra poderia ser adquirida por um preço relativamente baixo no mercado de escravos. Todavia, após o fim do tráfico internacional, é bem provável que os senhores de escravos do médio Vale do Paraíba tenham acatado as medidas preconizadas nos manuais agronômicos, como forma de lidar com a escassez de braços para os trabalhos da lavoura cafeeira.[205]

[204] MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 268-298.
[205] Cf. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 241-271.

2.2.4 Laços familiares

Antes de tudo, vale esclarecer que, ao longo de todo o período investigado, uma parcela considerável da escravaria não teve seu estado conjugal registrado nos inventário *post mortem*. Nesse caso, o procedimento metodológico adotado consistiu em considerar esses escravos como solteiros. Além disso, para analisar o perfil conjugal da população cativa de Bananal, foi necessário considerar todos os escravos, e não somente os adultos (com 15 anos ou mais), como é de praxe na historiografia.[206] Dado que, para boa parte da escravaria, sobretudo na década de 1830, não houve o registro de sua idade nos processos, os resultados poderiam ficar comprometidos, se fossem levados em conta apenas os adultos.

As informações relativas ao estado conjugal dos escravos podem ser vislumbradas na **Tabela 2.41**. Observa-se, primeiramente, a presença marcante de cativos solteiros na população escrava de Bananal, em todo o período: na década de 1830, eles perfaziam 87,6% dos cativos, 92,2% no período seguinte e, por fim, 88,3% na década de 1850. Os casados, que representavam 11,8% da escravaria no primeiro período, diminuíram sua importância relativa

[206] A bibliografia sobre a família escrava no Brasil é vastíssima. Nesse caso, pontuarei apenas alguns trabalhos, correndo séries riscos de deixar de lado outras tantas obras de suma importância para a historiografia da família escrava. GRAHAM, Richard. A "família" escrava no Brasil colonial. In: GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 41-57. COSTA, Iraci del Nero da; GUTIÉRREZ, Horácio. Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). **História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-321, dez. 1984. FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 151-173, maio/ago. 1987. COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987. SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011, p. 310-334. BACELLAR, Carlos A. Prado; SCOTT, Ana S. Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luiza; BALHANA, Altiva Pillati (Org.). **História e população. Estudos sobre a América Latina**. São Paulo: ABEP/CELADE/IUSSP, 1990, p. 213-217. PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 1992. PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. 1. ed., 1999. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p.179-370. MOTTA, José F.; MARCONDES, Renato L. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). **População e família**, São Paulo: Humanitas, CEDHAL/FFLCH/USP, n. 3, p. 93-128, 2000. ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 213-223. SANTOS, Camila dos. **Laços cativos**: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882). Dissertação (Mestrado em História) – FFP-UERJ, São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2011.

a 7,7% na década subsequente e, nos anos 1850, atingiram quase a mesma proporção do primeiro período (11,6%). O grupo dos viúvos permaneceu praticamente inexpressivo em todo o período histórico analisado, não atingindo sequer 1% da escravaria inventariada. O decréscimo na participação relativa de cativos unidos por laços matrimoniais, na década de 1840, provavelmente, foi fruto da retomada em larga escala do tráfico atlântico, a partir de 1836. Em contrapartida, o aumento na participação relativa desse grupo, nos anos 1850, foi determinado pela abolição definitiva do tráfico atlântico de almas.

Tabela 2.41 – Estado Conjugal dos Escravos. Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839		1840-1849		1850-1859	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%
Solteiros	1.063	87,6	1.239	92,2	3.916	88,3
Casados	143	11,8	104	7,7	514	11,6
Viúvos	8	0,7	1	0,1	4	0,1
Total	**1.214**	**100,0**	**1.344**	**100,0**	**4.434**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Na região de Vassouras, entretanto, verificou-se tendência oposta à de Bananal no que tange ao estado matrimonial da escravaria: a despeito da retomada do tráfico atlântico de africanos, na segunda metade dos anos 1830, houve aumento na taxa de cativos casados na década de 1840 em relação ao período anterior, que passou de 7,4% para 9,5%. Por seu turno, com o término do tráfico atlântico, em 1850, decresceu a participação absoluta e relativa de uniões nupciais: 6,9% de todos os cativos encontravam-se casados nesse período (**Tabela 2.42**).

Tabela 2.42 – Estado Conjugal dos Escravos. Vassouras, 1830-1859

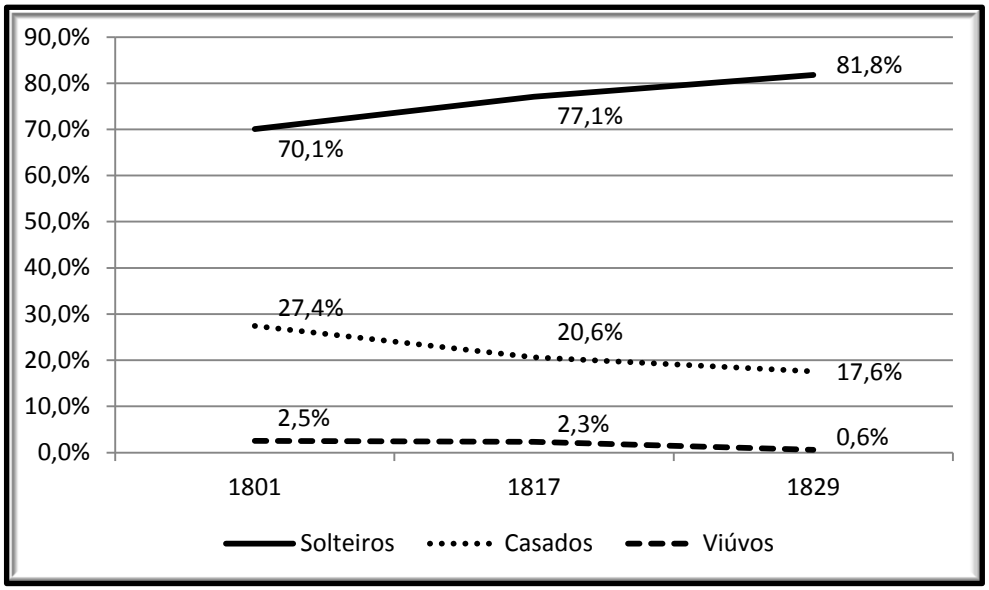
Período	1830-1839		1840-1849		1850-1859	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%
Solteiros	1.368	92,6	4.726	90,4	4.751	93,1
Casados	109	7,4	498	9,5	350	6,9
Viúvos	-	-	4	0,1	2	0,0
Total	**1.477**	**100,0**	**5.228**	**100,0**	**5.103**	**100,0**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Nas três primeiras décadas do século XIX, o estado conjugal da população cativa de Bananal sofreu profundas alterações, segundo José Flávio Motta. O autor destacou que a implantação e o consequente desenvolvimento da cultura cafeeira interferiram diretamente na

redução da proporção dos escravos unidos por laços matrimoniais: em 1801, 27,4% de todos os cativos encontravam-se casados; em 1817, o percentual reduziu-se a 20,6% e, por último, em 1829, a participação relativa da mão de obra casada caiu para 17,6%. O autor argumenta que a diminuição gradual nas taxas de casamentos entre os escravos ocorreu devido à importação maciça de cativos africanos. O consequente aumento na proporção de homens nas unidades agrícolas diminuía, assim, as possibilidades de os cativos encontrarem parceiros para dividir o fardo da escravidão (**Gráfico 2.5**).[207]

Gráfico 2.5 – Evolução do Estado Conjugal dos Escravos Segundo as Listas Nominativas de Habitantes. Bananal, 1801-1829



Fonte: MOTTA, op. cit., p. 301.
Nota: os dados incluem todos os escravos, inclusive as crianças (14 ou menos anos de idade).

O tratado assinado entre D. Pedro e a coroa inglesa, em 1827, e ratificado pelo Parlamento Imperial em 7 de novembro de 1831, previa o fim do tráfico transatlântico de escravos. A Lei de 1831 não foi lida pelos agentes econômicos como mera simulação diplomática, mas como medida efetiva para coibir o tráfico atlântico de almas.[208] Vale lembrar que, entre 1831-1835, desembarcaram no Centro-Sul somente 72.500 africanos.[209] Nesses termos, a drástica redução na importação de africanos, teoricamente, teria influenciado

[207] MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 301.
[208] PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 68-74. Ver também: RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.
[209] VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 10 jan. 2013.

os senhores de escravos a estimularem os enlaces matrimoniais entre seus cativos, visando assim a aumentar a escravaria via reprodução natural. Rafael Marquese afirmou que, em virtude do problema do eventual término do tráfico atlântico de africanos, a teoria oitocentista sobre a gestão escravista, contida nos manuais agrícolas, estimulou a formação de famílias, o crescimento vegetativo da escravaria e o cuidado com os cativos recém-nascidos, além da melhoria na alimentação, na vestimenta e na habitação dos escravos.[210]

De todo modo, o decréscimo na proporção de escravos casados entre as décadas de 1820 e 1830 (de 17,6% para 11,8%), a princípio, parece não corroborar tal assertiva. Em primeiro lugar, deve-se destacar que, em relação aos anos 1820, Motta valeu-se das listas nominativas de habitantes para calcular os índices sobre o estado conjugal da escravaria, ao passo que, quanto à década de 1830, os dados foram extraídos a partir dos inventários *post mortem*. Isso, por si só, pode provocar oscilações nos índices analisados. Cabe lembrar também que um dos fatores que, provavelmente, incidiram sobre a taxa de casamentos, nos anos 1830, diz respeito ao aumento na razão de sexo da escravaria, entre as décadas de 1820 e 1830 (de 225,8 para 234), que teria dificultado aos escravos de Bananal o acesso ao casamento. É preciso ressaltar, além disso, que, nos inventários, apenas as uniões legítimas, consagradas pela Igreja Católica, são levadas em consideração pelos avaliadores no ato da declaração do estado conjugal dos cativos, ficando de fora, portanto, todas – ou quase todas – as uniões ilegítimas. Isso se comprova pela presença significativa de crianças nas propriedades rurais, filhas de mães solteiras.[211] Se tanto as uniões legítimas quanto as ilegítimas pudessem ser aferidas, provavelmente a taxa de escravos casados seria mais elevada que a encontrada no período histórico analisado.

Por fim, deve-se destacar, uma vez mais, que a proporção de escravos envolvidos em laços matrimoniais, na década de 1830, provavelmente está sub-registrada por conta do "inventário amigável" de José de Aguiar de Toledo, cujo notário não arrolou nenhum registro matrimonial da escravaria. Como já se destacou, o cafeicultor concentrava em suas duas fazendas quase um quarto de toda a escravaria inventariada no período. Assim, apesar de o término temporário do tráfico atlântico, na primeira metade dos anos 1830, ter estimulado a formação de famílias escravas pelos cafeicultores, os dados colhidos dos inventários podem estar comprometidos em decorrência do inventário de Toledo.[212]

---

[210] MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 268-298.
[211] MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
[212] Cf. MMN, **Inventário Amigável de José de Aguiar de Toledo**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 427, 09/02/1838.

Levando-se em consideração as relações matrimoniais por sexo, na década de 1830, em Bananal, observa-se que, no grupo dos solteiros, como se esperava, os homens eram predominantes, representando 73,1% da escravaria. Entre os casados, havia apenas um homem a mais que o número de mulheres, podendo indicar que esse cativo nutria relações matrimoniais com uma escrava de outra propriedade; que o estado conjugal de sua esposa não foi declarado no processo, ou que sua esposa fosse livre (**Tabela 2.43**).

Tabela 2.43 – Estado Conjugal dos Escravos por Sexo. Bananal, 1830-1839

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%
Solteiros	777	73,1	286	26,9	1.063	100,0
Casados	72	50,3	71	49,7	143	100,0
Viúvos	2	25,0	6	75,0	8	100,0
Total	**851**	**70,1**	**363**	**29,9**	**1.214**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Na década de 1840, reduziu-se a participação relativa de homens solteiros em relação aos anos de 1830, que passou de 73,1% para 70,6%. Certamente, a queda na razão de sexo da mão de obra escrava, entre os anos 1830 e 1840 (de 234 para 222), determinou o decréscimo na taxa de homens solteiros. O grupo dos casados, entretanto, estava perfeitamente equilibrado (**Tabela 2.44**).

Tabela 2.44 – Estado Conjugal dos Escravos por Sexo. Bananal, 1840-1849

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%
Solteiros	875	70,6	364	29,4	1.239	100,0
Casados	52	50,0	52	50,0	104	100,0
Viúvos	-	-	1	100,0	1	100,0
Total	**927**	**69,0**	**417**	**31,0**	**1.344**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Na década de 1850, houve novamente um declínio na proporção de homens solteiros ante as mulheres, que baixou de 70,6% para 68,6%. É provável que a diminuição na razão de sexo da escravaria, entre os 1840 e 1850 (de 222 para 198), incidiu na redução da taxa de homens solteiros. No grupo dos casados, havia duas mulheres a mais, cuja referência ao cônjuge não foi possível determinar nos inventários, podendo indicar que seus maridos

pertenciam a outros escravistas; que seus nomes não foram registrados no processo, ou que fossem homens livres (**Tabela 2.45**).

Tabela 2.45 – Estado Conjugal dos Escravos por Sexo. Bananal, 1850-1859

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%
Solteiros*	2.686	68,6	1.229	31,4	3.915	100,0
Casados	256	49,8	258	50,2	514	100,0
Viúvos	3	75,0	1	25,0	4	100,0
Total	**2.945**	**66,4**	**1.488**	**33,6**	**4.433**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.
Nota: (*) excluiu-se um escravo da amostra, cujo gênero não se pôde determinar.

Quanto ao estado matrimonial dos escravos por origem e sexo, nos anos 1830, em Bananal, nota-se que, por um lado, no grupo dos africanos, a proporção de homens solteiros (84,7%) era maior que a de casados (14,8%) e viúvos (0,5%), resultado esperado, devido à preponderância numérica de homens em relação às mulheres. Por outro lado, dentre as mulheres, embora a maior parte delas também fosse solteira (57,7%), havia uma proporção maior de casadas (38,5%) e viúvas (3,8%) em relação aos homens do mesmo grupo. O que fica claro, portanto, é que as mulheres tinham maiores chances que os homens de contrair núpcias, dada à escassez de mulheres nas propriedades rurais cafeeiras. No tocante aos escravos nascidos no Brasil, observa-se a mesma tendência encontrada para o grupo oriundo do continente africano: as mulheres envolvidas em laços matrimoniais compunham 11% de seu grupo, ao passo que os homens formavam 4,5% ao todo. Desse modo, o que vale ressaltar é que as crioulas também nutriam maiores chances que os crioulos de contrair matrimônio. E, além disso, comparando os grupos de africanos e crioulos entre si, vê-se que os primeiros se casavam numa proporção maior que os crioulos. (**Tabela 2.46**).[213]

Os africanos, que passaram pela experiência traumática da travessia atlântica, provavelmente, perceberam que uma das maneiras de superar esse trauma poderia ser conquistada por meio da socialização com seus parceiros de cativeiro. Uma dessas formas de socialização dava-se essencialmente por meio da formação de laços familiares, o que, certamente, deve ter cumprido um papel importante na vida dos cativos que passaram pela experiência do tráfico atlântico.

[213] Sobre a hierarquização entre escravos africanos e crioulos, ver: PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia (UFBA)**, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

Tabela 2.46 – Estado Conjugal dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839

Origem	Africanos				Crioulos				Total	
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		M + F	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiros	371	84,7	75	57,7	128	95,5	121	89,0	695	82,9
Casados	65	14,8	50	38,5	6	4,5	15	11,0	136	16,2
Viúvos	2	0,5	5	3,8	-	-	-	-	7	0,8
Total	**438**	**100,0**	**130**	**100,0**	**134**	**100,0**	**136**	**100,0**	**838**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Segundo Florentino e Góes, os escravos tendiam a estabelecer relações matrimoniais endogâmicas.[214] Nesse sentido, do ponto de vista numérico, a maior parte dos homens africanos tenderiam a ficar solitários para o resto de suas vidas, ao passo que as africanas, crioulas e crioulos teriam maiores oportunidades de localizar parceiros no cativeiro. Entretanto, levando-se em conta novamente a **Tabela 2.46** e comparando os dados entre a população africana e a crioula, é possível observar que os homens nascidos no continente africano eram mais bem-sucedidos que os crioulos quanto a possibilidade de conseguir uma esposa. No caso das mulheres, ocorreu o mesmo fenômeno: as africanas tinham maiores chances que as crioulas de encontrar um marido.

Carlos Engemann encontrou a mesma tendência de escravos africanos contraírem uma proporção maior de casamentos que os crioulos e, argumentou que, além dos aspectos demográficos, outros fatores poderiam influenciar a escolha dos cônjuges. Um deles seria a "ordem de elementos culturais manipuladas pelos pretendentes". Os africanos que cruzaram o Oceano Atlântico e passaram pelo processo de ladinização, aponta o autor, provavelmente, levavam certa vantagem em relação aos crioulos que só tiveram contato com a cultura local. Desse modo, "ao se adaptarem aos códigos culturais, dominando razoavelmente as simbologias da cultura escravista brasileira, os africanos tornaram-se aptos a dialogar com ambas as origens de cônjuges", o que teria facilitado seu acesso ao casamento.[215]

Quanto ao estado conjugal dos cativos por origem e sexo, na década de 1840, observa-se a mesma tendência verificada no período anterior: as mulheres – africanas e crioulas – nutriam maiores chances que os homens de encontrar um parceiro na população escrava como um todo; e quanto aos homens, o acesso ao casamento era igualmente mais fácil aos africanos.

[214] FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

[215] ENGEMANN, Carlos. Gerações em conflito: diferenças entre crioulos e africanos na dinâmica da construção de comunidades de grandes propriedades no Sudeste brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009, Maringá. **Anais...** Maringá: Ângelo Priori, v. 1, p. 2312-2313.

No primeiro caso, as africanas casadas representavam 13,6% de seu grupo, ao passo que, no grupo das crioulas, as casadas constituíam 3,1% delas. No grupo dos africanos, 5,9% dos homens estavam casados, enquanto os crioulos correspondiam a 1,4% (**Tabela 2.47**).

Tabela 2.47 – Estado Conjugal dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849

Origem	Africanos				Crioulos				Total	
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		M + F	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiros	639	94,1	171	86,4	208	98,6	185	96,4	1.203	94,0
Casados	40	5,9	27	13,6	3	1,4	6	3,1	76	5,9
Viúvos	-	-	-	-	-	-	1	0,5	1	0,1
Total	**679**	**100,0**	**198**	**100,0**	**211**	**100,0**	**192**	**100,0**	**1.280**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

No último período, novamente se observa a tendência, verificada nas décadas anteriores, de escravos africanos – tanto os homens quanto as mulheres – contraírem matrimônio numa proporção maior que os crioulos. No grupo dos homens, 9,5% dos africanos e 5,8% dos crioulos eram casados. No caso das mulheres, 24,7% das africanas e 8,1% das crioulas contraíram núpcias (**Tabela 2.48**).

Tabela 2.48 – Estado Conjugal dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859

Origem	Africanos				Crioulos				Total	
Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		M + F	
Estado Conjugal	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiros	1.466	90,4	362	75,1	844	94,2	717	91,9	3.389	89,7
Casados	154	9,5	119	24,7	52	5,8	63	8,1	388	10,3
Viúvos	2	0,1	1	0,2	-	-	-	-	3	0,1
Total	**1.622**	**100,0**	**482**	**100,0**	**896**	**100,0**	**780**	**100,0**	**3.780**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Em resumo, os dados apontam que o tráfico atlântico de africanos repercutiu de forma negativa nas uniões matrimoniais da população escrava de Bananal. Durante sua vigência, houve declínio na proporção de escravos casados. No entanto, com o término definitivo do comércio de almas (1850), a taxa de uniões conjugais dos cativos experimentou um pequeno crescimento. Entre as décadas de 1830 e 1850, reduziu-se progressivamente a razão de sexo da escravaria bananalense: era de 234, nos anos 1830, 222 no período seguinte e, no decênio de 1850, diminui para 198 homens para cada 100 mulheres. A queda foi mais significativa na passagem dos anos 1840 para 1850, cuja redução foi da ordem de 11%; no período anterior

(dos anos 1830 para 1840), a taxa correlata igualou-se a 5%. Esses índices indicam que a redução na razão de sexo aumentava as possibilidades de união matrimonial pela escravaria.[216] Porém, o crescimento de uniões conjugais dependia, em grande medida, de uma redução mais acentuada na razão de sexo, conforme se constatou entre as décadas de 1840 e 1850.

Os dados sobre o estado conjugal dos escravos, segundo a origem, indicam que as taxas de uniões matrimoniais eram mais expressivas entre a população africana (homens e mulheres), o que sugere que os cativos nascidos na África levavam certa vantagem, em relação aos crioulos, na escolha de seus cônjuges. Um dos fatores que podem explicar esse fenômeno se refere ao fato de que os africanos, que passaram pela experiência da travessia atlântica e pelo processo de ladinização, se tornaram capazes de estabelecer um diálogo mais profícuo com ambas as origens de cônjuges; ao contrário dos crioulos, que só tiveram contato com a cultura local.[217] Pode-se cogitar, também, que, no caso dos homens, os africanos poderiam oferecer às mulheres outras vantagens que os crioulos não lhes proporcionavam. O domínio de um ofício especializado, por exemplo, poderia influenciar a decisão das mulheres na escolha de seus cônjuges. Os cativos que desempenhavam algum ofício especializado, provavelmente, gozavam de certo prestígio diante dos demais companheiros de senzala, pois a ocupação de um ofício permitiria a acumulação de um pecúlio e a consequente compra da alforria para um ou mais membros de sua família.[218]

2.2.5 Preços de escravos

Antes de analisarmos o preço da população escrava de Bananal, deve-se ter em vista que os valores monetários declarados nos inventários *post mortem* não podem ser tomados como correspondentes aos preços de mercado, pois se baseavam mais em estimativas de

[216] Cf. SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 217-228, maio/ago. 1987.
[217] ENGEMANN, op. cit.
[218] Sobre os escravos que exerciam ocupação especializada, ver: EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. CASTRO, Hebe M. de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 1. ed., 1995. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. PIROLA, Ricardo. **Senzala insurgente**: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

valores do que em reais transações comerciais. De todo modo, como se trata de uma amostragem homogênea, que contempla um período relativamente amplo, é possível mapear as tendências gerais do preço dos escravos da região investigada.

Os índices de preço disponíveis para o século XIX foram construídos com base em preços de alguns produtos específicos e apresentam certos problemas para uso em comparações.[219] Desse modo, optou-se pela análise dos preços dos escravos levando-se em conta os valores nominais (em mil-réis) em equivalentes de café (sacas) e em libras. Os dados que serviram de base para a elaboração das **Tabelas 2.50** e **2.51** e do **Gráfico 2.6** foram extraídos e calculados a partir das informações coligidas na **Tabela 2.49**.[220]

Tabela 2.49 – Exportações de Café. Brasil, 1830-1860

Período	Quantidade 1000 sacas (1)	Valor 1 Contos de Réis (2)	Valor 2 1000 Libras (3)	Preço 1 Mil-Réis/Saca (4) = (2)/(1)	Preço 2 Libra/Saca (5) = (3)/(1)	Taxa Cambial Implícita Mil-Réis/Libra (6) = (2)/(3)
1830-1835	4.397	70.450	10.052	16,02	2,29	7,01
1835-1840	7.066	106.737	14.440	15,11	2,04	7,39
1840-1845	7.112	88.681	10.291	12,47	1,45	8,62
1845-1850	10.009	112.788	12.364	11,27	1,24	9,12
1850-1855	12.572	183.391	21.565	14,59	1,72	8,50
1855-1860	13.681	255.999	28.176	18,71	2,06	9,09

Fonte: BRASIL. IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. (2. ed.). Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 350 (Tabela 6.43) (Séries Estatísticas Retrospectivas).
Nota: os dados das colunas 1, 2 e 3 constam da fonte. As colunas 4, 5 e 6 foram calculadas.

A **Tabela 2.49** apresenta os dados sobre as exportações de café do Brasil, entre as décadas de 1830 e 1850. As colunas 1, 2 e 3 contemplam, respectivamente, o volume de café (em sacas) exportado, bem como o valor em Contos de Réis e em Libras. Por seu turno, as colunas 4, 5 e 6 mostram, respectivamente, o preço da saca de café em Mil-Réis, o preço da saca em Libras e a taxa cambial do Mil-Réis em relação à Libra Esterlina, simultaneamente. Dentre as informações disponíveis nessa tabela, deve-se destacar o aumento consecutivo no volume de café exportado entre os quinquênios de 1830-1835 e 1855-1860, o que denota o

[219] ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1960. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro 1820-1930 - resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 24-5, p. 235-265, out./dez. 1971. BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

[220] Agradeço a Heitor Pinto de Moura Filho, que gentilmente elaborou as **Tabelas 2.49, 2.50 e 2.51**, além de indicar as referências bibliográficas da nota anterior.

aumento da demanda pelo produto nos mercados consumidores e sua correspondente relação com o crescimento da oferta brasileira.

A partir dos dados coligidos na **Tabela 2.49**, foi possível estabelecer a comparação do preço mediano dos escravos em relação ao preço da saca de café em Mil-Réis (coluna 8) e da taxa cambial em Libras (coluna 9). Como se pode notar, os dados disponíveis na **Tabela 2.50** sugerem, em primeiro lugar, que o preço mediano da escravaria (em valores nominais) diminuiu entre 1830-1834 e 1835-1839 (de 380 mil-réis para 300 mil-réis). No período seguinte (1840-1844), o preço elevou-se a 400 mil-réis (aumento de 33%), mantendo-se estável no quinquênio subsequente. Com a abolição do tráfico transatlântico de africanos, em 1850, os preços da população escrava dispararam: na primeira metade dos anos 1850, o preço mediano dos cativos dobrou (de 400 mil-réis para 800 mil-réis) em relação ao quinquênio anterior; e, no período seguinte (1855-1859), os preços subiram cerca de 30%, passando de 800 mil-réis para 1:050$000.

Tabela 2.50 – Preço Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859

Período	Em Mil-Réis (7)	Em Sacas de Café (8) = (7)/(4)	Em Libras (9) = (7)/(6)
1830-1834	380$000 (161)	23,7	54,2
1835-1839	300$000 (898)	19,9	40,6
1840-1844	400$000 (699)	32,1	46,4
1845-1849	400$000 (622)	35,5	43,9
1850-1854	800$000 (2.074)	54,8	94,1
1855-1859	1:050$000 (2.329)	56,1	115,5

Fontes: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859. **Tabela 2.49**.
Nota: os dados da coluna 7 constam da fonte (Inventários *post mortem*, 1830-1859).
As colunas 8 e 9 foram calculadas com base nos valores da **Tabela 2.49**.
Os números entre parênteses da coluna 7 correspondem à amostragem de dados.

Para facilitar a leitura dos dados contidos na **Tabela 2.50**, os valores foram convertidos para uma base 100 no primeiro período (1830-1834), e os resultados podem ser vislumbrados na **Tabela 2.51** ou no **Gráfico 2.6**. Ambos permitem notar o maior aumento proporcional dos preços de escravos, relativamente ao do café, até o período de 1845-1850, e depois uma elevação menos que proporcional à dos preços de escravos. Portanto, o que se depreende é que foi preciso mais sacas de café em 1845-1849 para comprar um escravo do que em 1830-1834. Isso porque os preços do café sofreram um declínio entre 1835 e 1850: a saca de café, que custava, em média, cerca de 16 mil-réis, em 1830-1835, reduziu-se a quase 11 mil-réis, em 1845-1850 (**Tabela 2.49**). Nesse sentido, os cafeicultores tinham que produzir

uma quantidade muito maior de café em 1845-1849, em comparação a 1830-1834, para conseguir comprar escravos.

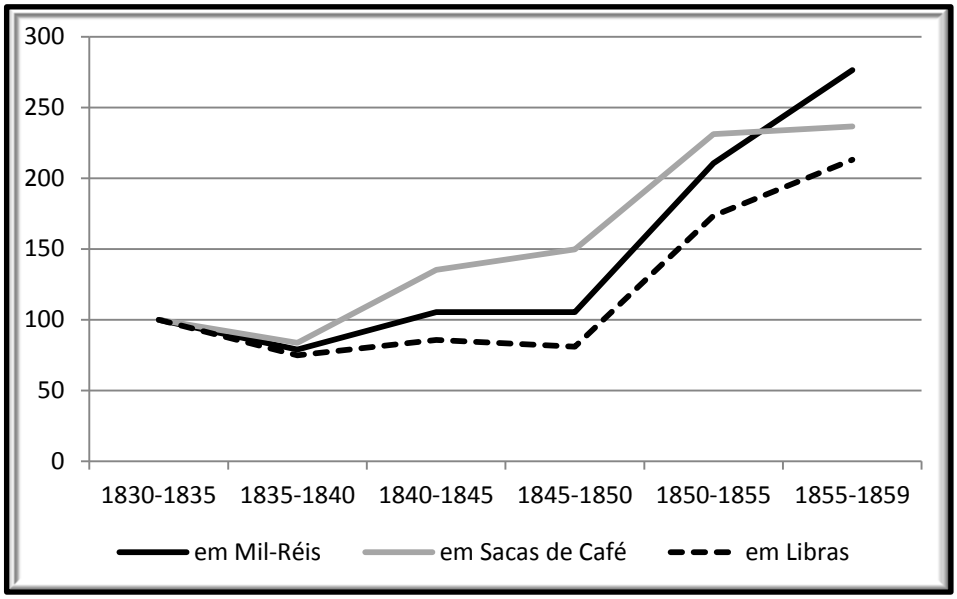
Tabela 2.51 – Preço Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 (Período 1830-1834 = 100)

Período	Em Mil-Réis	Em Sacas de Café	Em Libras
1830-1835	100,0	100,0	100,0
1835-1840	78,9	83,7	74,9
1840-1845	105,3	135,3	85,6
1845-1850	105,3	149,7	80,9
1850-1855	210,5	231,2	173,5
1855-1859	276,3	236,6	213,1

Fonte: **Tabela 2.50**.

É por esse motivo que os megaescravistas conseguiram acumular uma parcela significativa da escravaria de Bananal – e das terras e cafezais, conforme será demonstrado mais adiante. Esses senhores produziam um volume muito maior de café justamente por manterem sob seu domínio parcela considerável dos escravos, todos comprados no tráfico atlântico ilegal. Conforme se indicou, os megaescravistas possuíam quase a metade (47,5% do total) da escravaria, na década de 1830, e 70,2% nos anos 1850 (ver **Tabelas 2.8** e **2.11**).

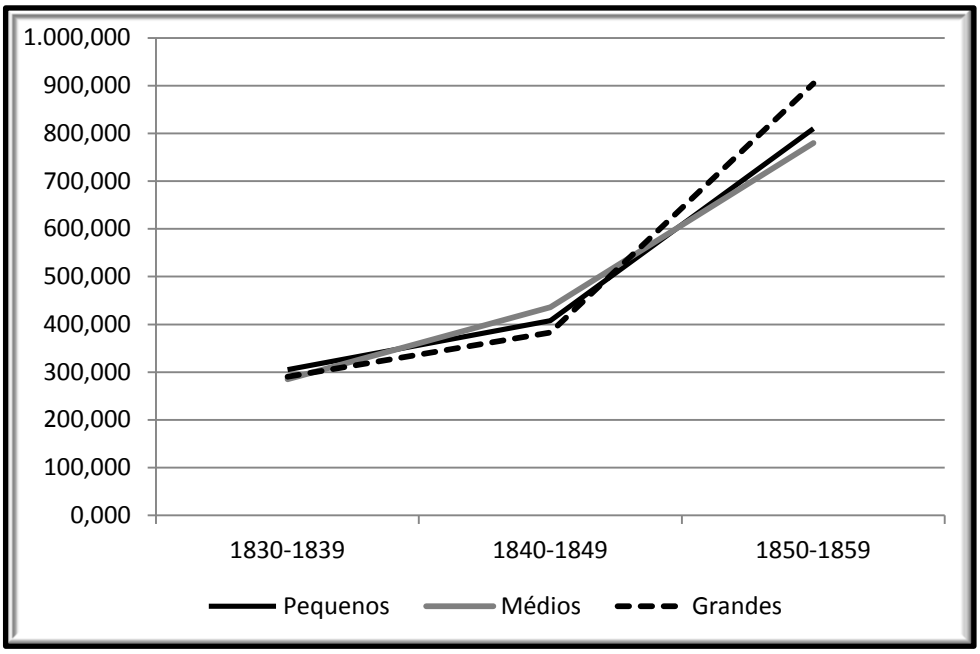
Gráfico 2.6 – Preço Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 (Período 1830-1834 = 100)



Fonte: **Tabela 2.51**.

A despeito dessa concentração quantitativa da mão de obra escrava pelos megaproprietários de escravos, é possível afirmar que esses cafeicultores concentravam os cativos mais valiosos disponíveis no mercado regional? Para identificar o preço médio (em valores nominais) dos escravos, entre as décadas de 1830 e 1850, foi necessário adotar a mesma metodologia utilizada para o cálculo da razão de sexo e da proporção de africanos. Isto é, as cinco faixas de tamanho de posse de escravos, anteriormente discriminadas, foram reunidas em apenas três grandes grupos: *pequenos escravistas* (donos de 19 ou menos escravos); *médios escravistas* (donos de 20 a 49 escravos); e *grandes escravistas* (donos de 50 ou mais escravos).

Gráfico 2.7 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.[221]

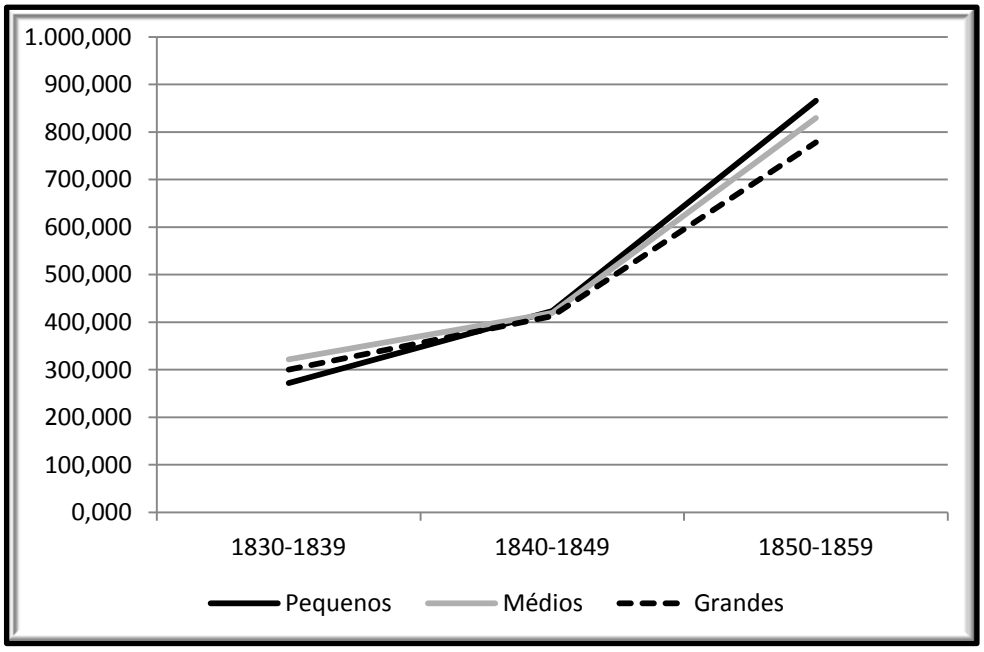
O que se observa, mediante a análise do **Gráfico 2.7**, é que os preços médios da escravaria permaneceram notavelmente semelhantes, nos anos 1830 e 1840, independentemente do tipo de proprietário. No entanto, é possível perceber que, na década de 1850, houve tendência à distinção nos preços médios dos escravos de acordo com os grupos de escravistas: o preço médio dos escravos pertencentes aos médios escravistas igualou-se a 780 mil-réis; no caso dos pequenos, seus cativos custavam, em média, 4% mais caros (810

[221] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.2)**.

mil-réis) que aqueles; já a escravaria dos grandes escravistas atingiu preço médio de quase 905 mil-réis, diferença de 12% e 16% em relação aos cativos dos pequenos e médios escravistas, respectivamente. Portanto, pode-se afirmar que, nas décadas de 1830 e 1840, os *grandes escravistas* não concentraram em suas propriedades rurais os escravos mais valiosos da região; todavia, nos anos 1850, esses cafeicultores tenderam a acumular os melhores cativos em suas senzalas, em relação aos *pequenos* e *médios escravistas*.

Em Vassouras, os dados dispostos no **Gráfico 2.8** permitem notar tendências semelhantes à encontrada em Bananal, no que tange aos preços médios da população escrava. Em primeiro lugar, os preços médios dos escravos, na década de 1830, giraram em torno dos 300 mil-réis; no período seguinte, igualou-se a aproximadamente 400 mil-réis; e, nos anos 1850, atingiu, em média, a cifra de 800 mil-réis. Quanto aos preços médios da escravaria, de acordo com os três grupos de escravistas (FTP), nota-se que não havia distinções significativas no valor dos escravos, independentemente do tipo de proprietário, em todo o período histórico investigado (**Gráfico 2.8**). Logo, depreende-se que os *grandes escravistas* de Vassouras não concentraram os escravos mais valiosos da região, como aconteceu em Bananal, na década de 1850.

Gráfico 2.8 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859

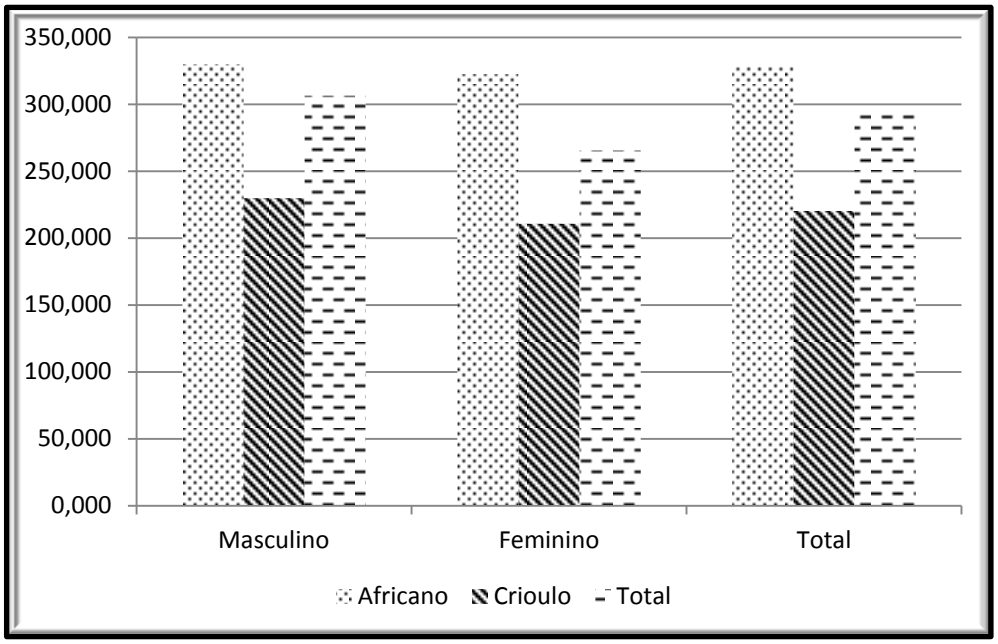


Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.[222]

[222] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice B (Tabela B.2)**.

Alguns fatores influenciavam no preço dos escravos registrados em inventários *post mortem*. Provavelmente, a expressiva demanda por mão de obra, ligada diretamente à expansão da cafeicultura no médio Vale do Paraíba, exerceu papel fundamental na cotação dos valores dos cativos. De acordo com o **Gráfico 2.9**, constata-se que, de acordo com a origem, o preço médio dos africanos (328 mil-réis) era bastante superior em relação ao dos crioulos (220 mil-réis), na década de 1830. Laird Bergad, que analisou a região das Minas Gerais (Diamantina, Ouro Preto/Mariana, São João del Rei e São José del Rei), comprovou que os africanos também custavam, em média, mais caro que os crioulos, no mesmo período.[223] Entretanto, conforme se evidenciará mais adiante, no grupo dos adultos, que compunham a verdadeira força de trabalho dos cafeicultores, o preço médio dos crioulos, tendencialmente, eram mais elevados que o preço dos africanos.

Gráfico 2.9 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839



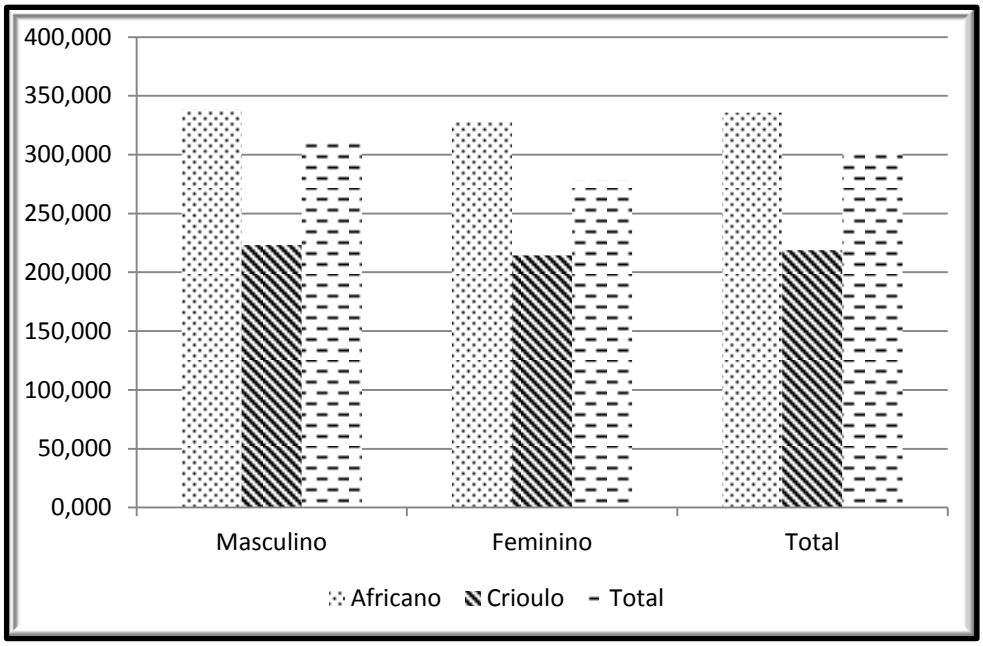
Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.[224]

Além disso, é possível afirmar que o gênero tinha, do mesmo modo, um peso preponderante na avaliação dos cativos: o preço dos homens (306 mil-réis) atingiu cifra maior

[223] BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004, p. 358 (Tabela E.1.). Ver também: NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e social. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, nº especial, p. 539-564, 2002.
[224] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.3)**.

que o das mulheres (265 mil-réis). Quanto ao preço médio dos cativos por origem e sexo, observa-se a mesma tendência: no caso dos africanos, os homens (330 mil-réis) apresentaram preço médio ligeiramente mais elevado que o das mulheres (322 mil-réis); no grupo dos crioulos, os indivíduos do sexo masculino (230 mil-réis) também valiam mais que as mulheres (210 mil-réis). Desse modo, pode-se inferir que os senhores de escravos consideravam que o trabalho realizado pelos homens era mais produtivo em comparação ao das mulheres (**Gráfico 2.9**).

Gráfico 2.10 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1830-1839



Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.[225]

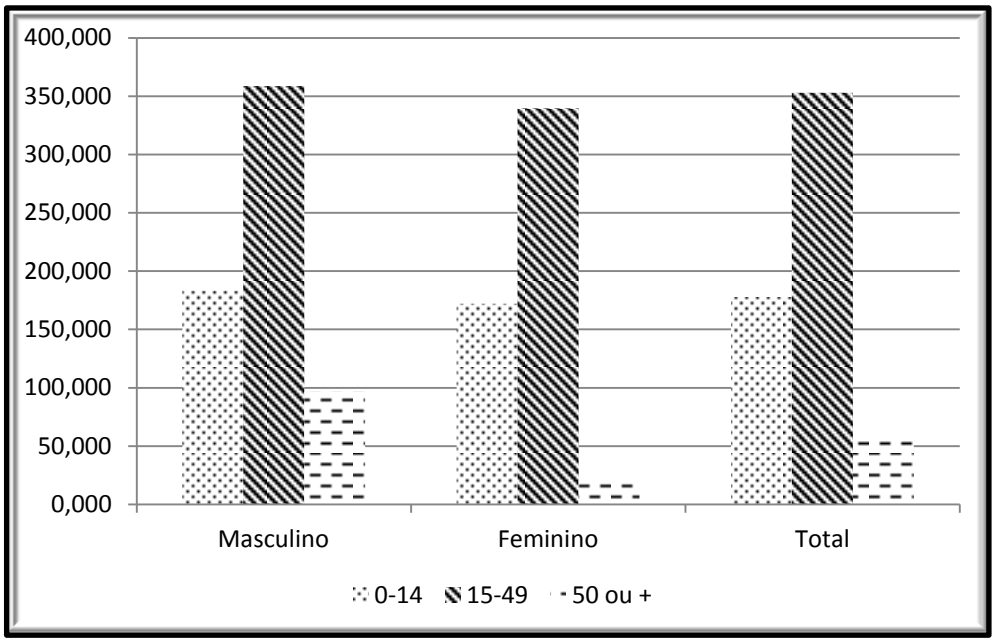
Novamente, os dados acerca dos preços de escravos em Vassouras são bastante semelhantes aos de Bananal. No mesmo período (década de 1830), aquela região estava em fase de expansão da cafeicultura. Assim, havia forte demanda por mão de obra escrava, o que certamente refletiu, assim como em Bananal, na discrepância entre os preços médios de africanos (335 mil-réis) e de crioulos (219 mil réis). Do mesmo modo, o gênero interferiu diretamente nos preços de homens e mulheres: o preço médio dos homens (314 mil-réis) atingiu valor mais elevado que o das mulheres (278 mil-réis). Quanto ao valor dos cativos de acordo com a origem e sexo, nota-se que, tal como em Bananal, as africanas (328 mil-réis)

[225] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice B (Tabela B.3)**.

custavam menos que os africanos (338 mil-réis); e, as mulheres nascidas no Brasil (214 mil-réis), também, tinham preço médio menos elevado que os homens (223 mil-réis) (**Gráfico 2.10**).

Outro fator que determinava o preço da escravaria era a idade. Mediante a análise do **Gráfico 2.11**, é possível apreender que o preço médio dos adultos (353 mil-réis) atingiu cifra bem mais elevada que o das crianças (177 mil-réis) e de idosos (58 mil-réis), nos anos 1830. Os adultos, como se afirmou, compunham a força de trabalho dos senhores de escravos, e, por esse motivo, seu preço médio era mais alto. No mesmo grupo dos adultos, o preço médio dos homens (358 mil-réis) foi superior ao das mulheres (339 mil-réis), denotando uma vez mais a diferença na produtividade do trabalho quanto ao gênero.

Gráfico 2.11 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.[226]

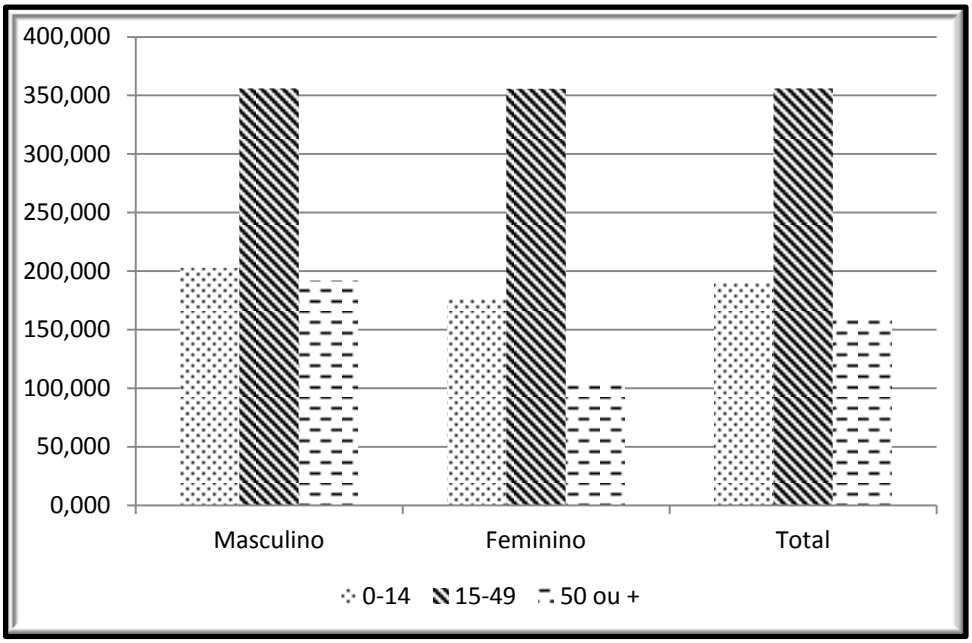
Em relação às crianças, o preço médio das meninas (172 mil-réis) também era menor em comparação ao dos meninos (183 mil-réis). Quanto aos idosos, verificou-se a maior variação entre os preços de homens e mulheres: no primeiro caso, o preço médio atingiu a cifra de 97 mil-réis, quase quatro vezes maior que o das mulheres (20 mil-réis). O motivo principal que determinava o preço mais elevado das crianças em relação aos idosos residia no fato de que os senhores poderiam contar com a sua força de trabalho por um longo período,

[226] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.4)**.

enquanto os idosos teriam menos tempo de vida que aquelas. A percepção dos senhores no que tange às idosas era mais assintomática, uma vez que a impossibilidade de gerar novos escravos resultava num preço bem menor que os idosos (**Gráfico 2.11**).

O que desperta a atenção, uma vez mais, é a semelhança entre as regiões de Bananal e Vassouras no que tange aos preços médios da escravaria quanto ao sexo e à faixa etária, no mesmo período. Os adultos custavam, em média, 356 mil-réis, valor bem mais elevado que as crianças (191 mil-réis) e os idosos (163 mil-réis). No entanto, observa-se que os idosos custavam mais caro em Vassouras que em Bananal. É provável que a diferença possa ser explicada pela pequena amostragem de dados para Bananal (seis casos ao todo), o que pode ter deturpado a curva de preços. Além disso, em Vassouras, as mulheres também valiam menos que os homens, sobretudo, na faixa etária relativa às crianças e idosos (**Gráfico 2.12**).

Gráfico 2.12 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839



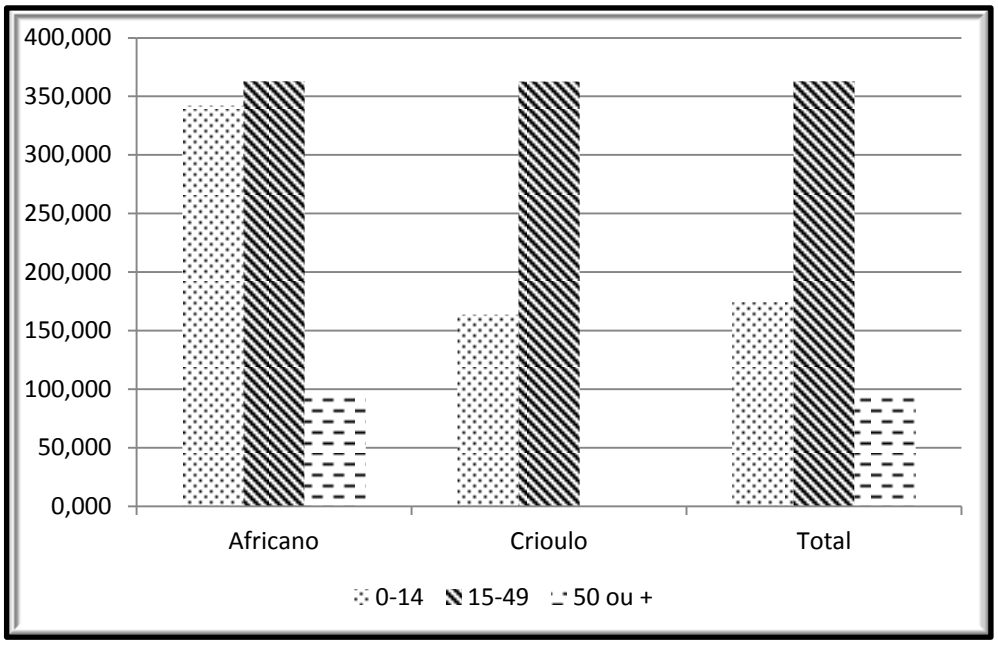
Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.[227]

Os dados atinentes ao preço médio dos escravos em função da origem e da faixa etária, coligidos no **Gráfico 2.13**, trazem informações bastante interessantes para a presente discussão. A despeito da assombrosa diferença nos preços médios totais de africanos e crioulos, já indicada no **Gráfico 2.9**, nota-se que a população africana apresentava valor

[227] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice B (Tabela B.4)**.

superior somente na faixa etária correspondente às crianças: o preço médio das crianças africanas atingiu a cifra de 342 mil-réis e, no caso das crioulas, o valor respectivo totalizou 163 mil-réis. Antes de tudo, é preciso fazer uma pequena ressalva nesse resultado. Para além do reduzido número de casos de crianças africanas (10 ao todo), vale notar que todas tinham idade superior a nove anos, o que, possivelmente, determinou seu preço médio mais elevado. O grupo das crianças nascidas no Brasil, no entanto, incluía indivíduos, na maior parte dos casos, com menos de nove anos (121, do total de 154), cujo preço era bem menor que o das crianças africanas. Por fim, no grupo dos adultos, observa-se que o preço médio dos crioulos era semelhante ao dos africanos: no primeiro caso, o valor atingiu a cifra de 362$588 e, no segundo, 362$500.

Gráfico 2.13 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839



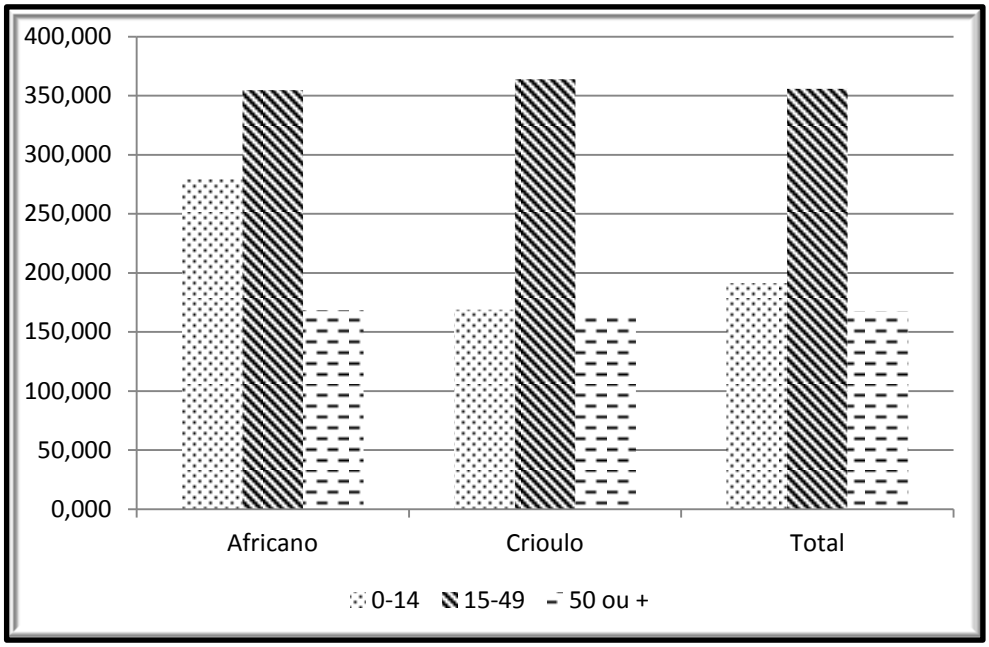
Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.[228]

Em Vassouras, foi possível averiguar a mesma tendência apontada no parágrafo anterior. No grupo dos adultos, o preço médio da escravaria nascida no Brasil (364 mil-réis) era pouco mais elevado que o da população africana (355 mil-réis). Os africanos atingiram preço médio mais elevado que os crioulos somente no grupo correspondente às crianças (**Gráfico 2.14**). Portanto, o que fica claro é que, em virtude do fato de a população africana constituir a maior parcela dos escravos adultos, cujo preço médio era mais elevado que o das

[228] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.5)**.

demais faixas etárias, a curva geral de preços dos africanos foi elevada a um patamar superior ao dos crioulos, dando a entender – erroneamente, vale dizer – que eles custavam mais caro que os crioulos. Todavia, os dados coligidos nos **Gráficos 2.13** e **2.14** sugerem que, no grupo dos adultos, a verdadeira força de trabalho dos cafeicultores, o preço médio dos crioulos era semelhante ao preço dos africanos, nos anos 1830, tanto em Vassouras quanto em Bananal.

Gráfico 2.14 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839



Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.[229]

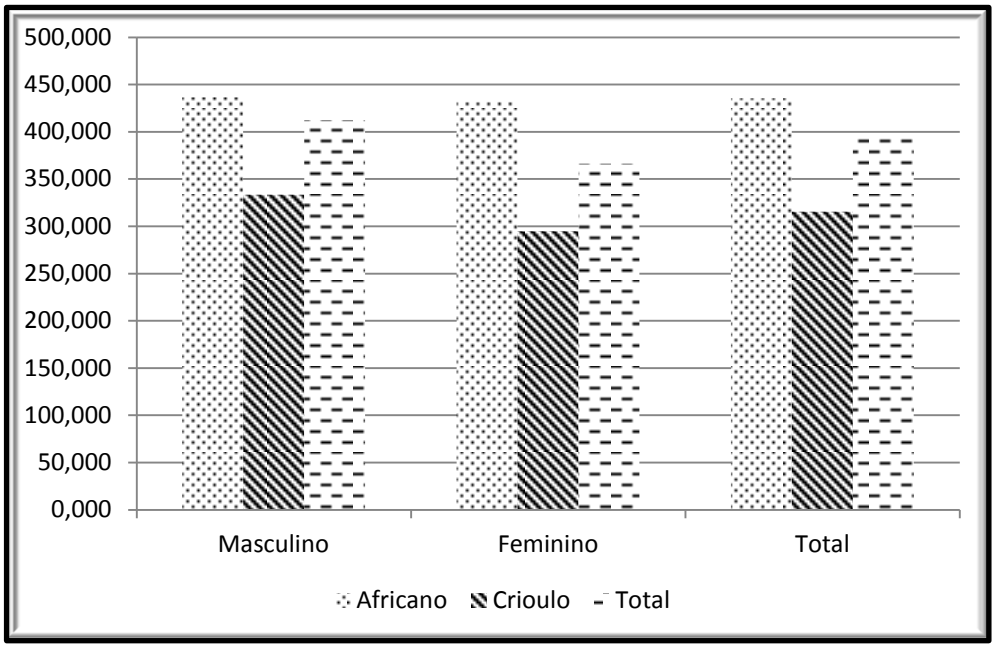
Pelo que se viu, havia um padrão nos preços de escravos em Bananal e em Vassouras. Sem dúvida, a produção de café unificou tais mercados. Luiz Paulo Nogueról, que analisou os preços dos cativos em Porto Alegre-RS e Sabará-MG, entre 1800 e 1887, demonstrou claramente que, mesmo nessas regiões marginais da economia brasileira, caracterizadas principalmente pela produção de mercadorias não exportáveis, os mercados de escravos eram influenciados pelos preços do café no mercado mundial. Nesses termos, Nogueról aponta que, a despeito da existência de circuitos mercantis, entre 1790 e 1830, que seriam responsáveis pela acumulação de capitais em mãos dos colonos e, posteriormente, dos brasileiros,

[229] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice B (Tabela B.5)**.

conforme argumentam Fragoso e Florentino,[230] os movimentos externos da economia brasileira, ditados sobretudo pela elevada demanda de café no mercado mundial, tiveram um peso preponderante em relação aos movimentos internos.[231] Nas palavras do próprio autor

> [...] embora com acumulações internas alimentadas por circuitos comerciais endógenos, nossa razão de ser torna-se compreensível se reportada ao domínio do capital mercantil europeu [...] Províncias como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora não fossem diretamente exportadoras, ou o fossem em escala relativamente pequena em face do que eram Rio de Janeiro e São Paulo, em relação à cafeicultura, e o Nordeste, em relação à sucrocultura, eram amplamente influenciadas pelas relações que o País mantinha com os centros consumidores dos produtos que exportava.[232]

Gráfico 2.15 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849



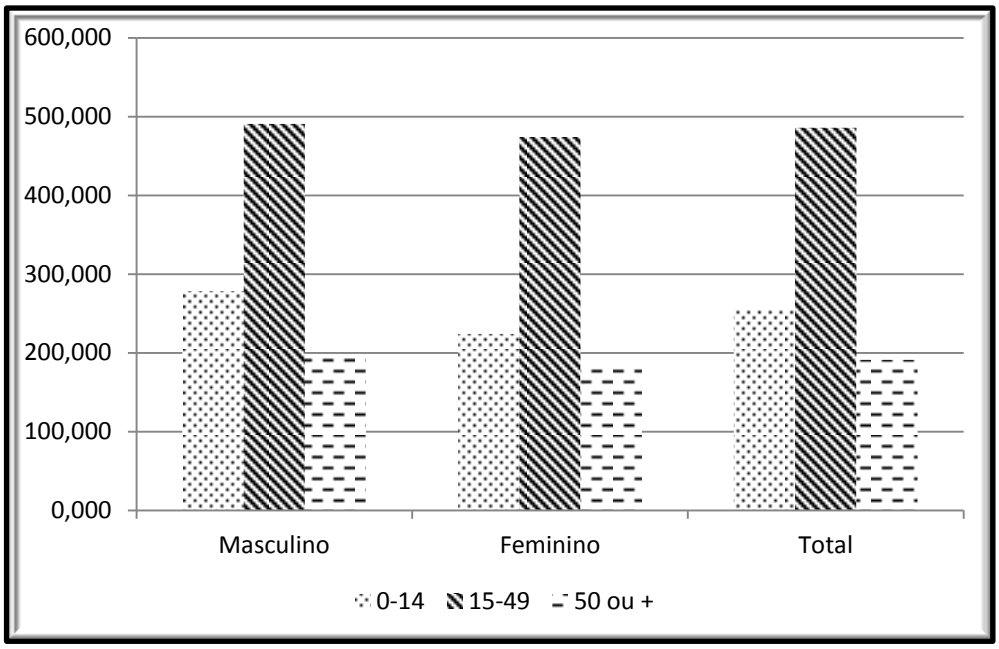
Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.[233]

[230] FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
[231] NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e social. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, nº especial, p. 539-564, 2002.
[232] Ibid., p. 548.
[233] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.7)**.

Na década de 1840, por seu turno, houve aumento nos preços dos escravos em relação aos anos 1830: o preço médio passou de 293 mil-réis para 397 mil-réis, e o mediano, que era de 300 mil-réis, elevou-se a 400 mil-réis.[234] De acordo com o **Gráfico 2.15**, que apresenta o preço médio dos escravos por origem e sexo, é possível constatar que, assim como foi indicado para os anos 1830, os homens custavam em média mais caro que as mulheres: no primeiro caso, o preço médio atingiu a cifra de 412 mil-réis, ao passo que, no grupo das mulheres, totalizou 366 mil-réis. Nesse sentido, no grupo dos africanos, o preço dos homens (436 mil-réis) era um pouco mais elevado que o das mulheres (432 mil-réis); quanto aos crioulos, o preço médio dos indivíduos do sexo masculino (333 mil-réis) era maior em comparação ao das mulheres (295 mil-réis).

No que tange ao preço médio dos cativos por sexo e faixa etária em Bananal nos anos 1840, disposto no **Gráfico 2.16**, vê-se novamente que os adultos (486 mil-réis) tinham preço mais elevado que as crianças (254 mil-réis) e os idosos (191 mil-réis). Observa-se, além do mais, que os indivíduos do sexo masculino eram mais caros que as mulheres nas três faixas etárias analisadas.

Gráfico 2.16 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849

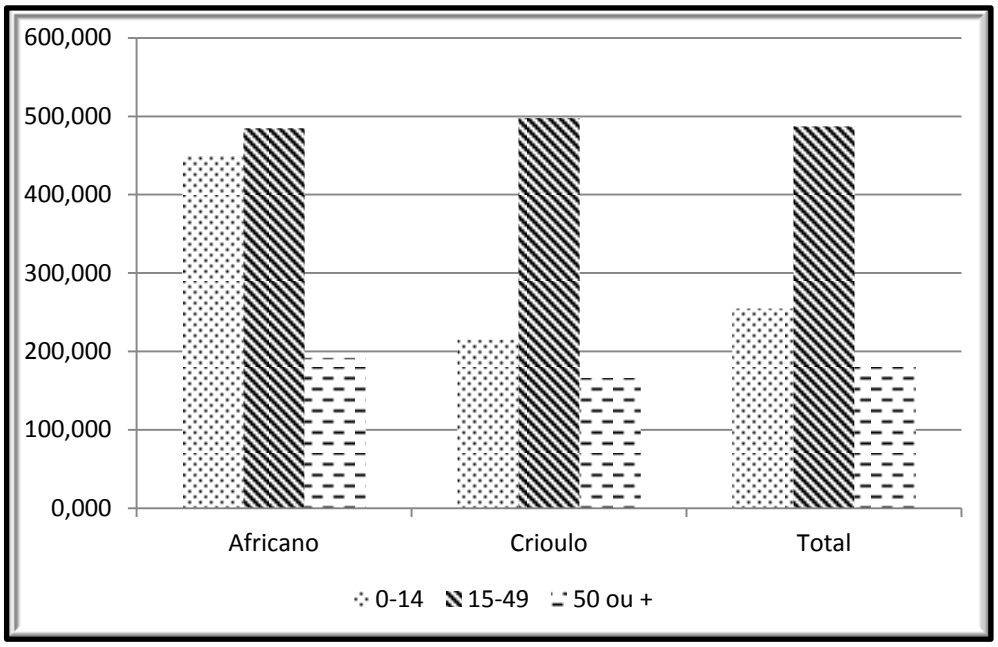


Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.[235]

[234] Cf. **Apêndice A (Tabela A.6)**.
[235] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.8)**.

Por fim, vale destacar que, em relação ao preço médio dos escravos por origem e faixa etária, na década de 1840, nota-se a mesma tendência encontrada no período precedente: o preço médio das crianças africanas (450 mil-réis) era mais elevado que o das crioulas (215 mil-réis), assim como o dos idosos oriundos da África (192 mil-réis) ante os crioulos (166 mil-réis). É importante frisar que, no grupo das crianças africanas, apenas uma delas tinha oito anos de idade, e as demais eram todas maiores de onze anos, o que explica seu preço médio demasiadamente alto em comparação ao preço das crianças nascidas no Brasil. Quanto aos adultos, o preço médio dos crioulos (497 mil-réis) atingiu valor pouco mais elevado que o preço dos africanos (484 mil-réis), ao contrário da tendência constatada nos anos 1830 (**Gráfico 2.17**).

Gráfico 2.17 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849



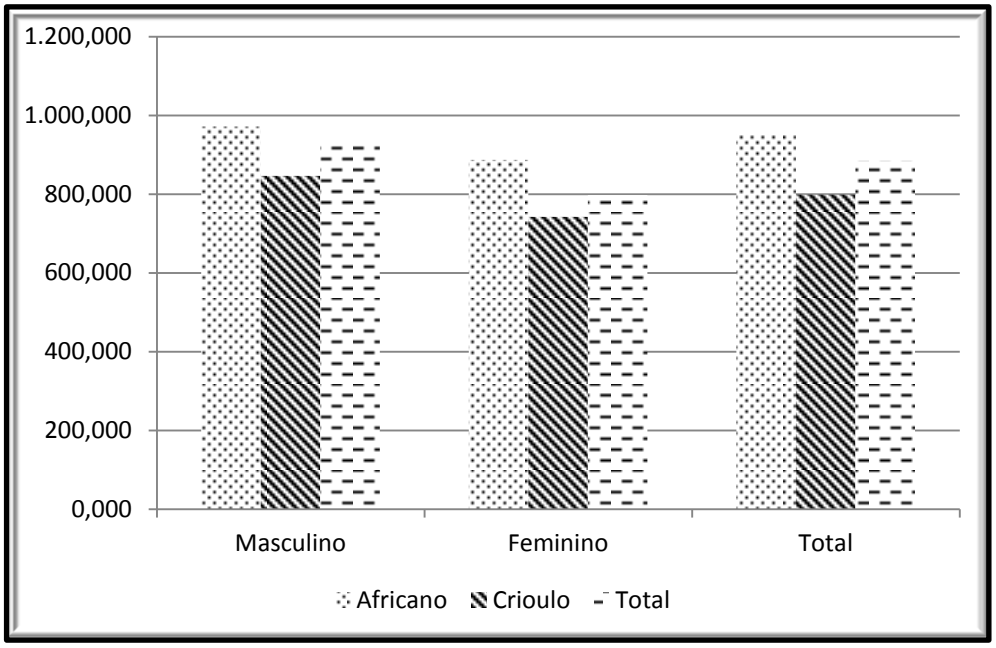
Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.[236]

A abolição do tráfico atlântico de africanos, em 1850, causou um impacto direto nos preços da população cativa de Bananal.[237] Na década de 1850, os preços médio e mediano elevaram-se significativamente em relação ao período precedente, atingindo a cifra de 889 mil-réis e 950 mil-réis, respectivamente. Houve um aumento, portanto, de cerca de 130% nos

[236] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.9)**.
[237] Slenes afirma que os preços da população escrava aumentaram significativamente nos anos 1850, em todas as regiões do Brasil. Cf. SLENES, Robert. **The demography and economics of Brazilian Slavery**: 1850-1888. Doctoral thesis in History. Stanford: Stanford University, 1976.

preços da escravaria.[238] No que tange ao preço médio quanto à origem e ao sexo, nos anos 1850, nota-se, uma vez mais, a tendência constatada para as outras duas décadas contempladas: o preço médio da população cativa africana (952 mil-réis) era mais elevado que o dos crioulos (798 mil-réis). Além disso, os homens (927 mil-réis) custavam, em média, mais caro que as mulheres (797 mil-réis) (**Gráfico 2.18**).

Gráfico 2.18 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859



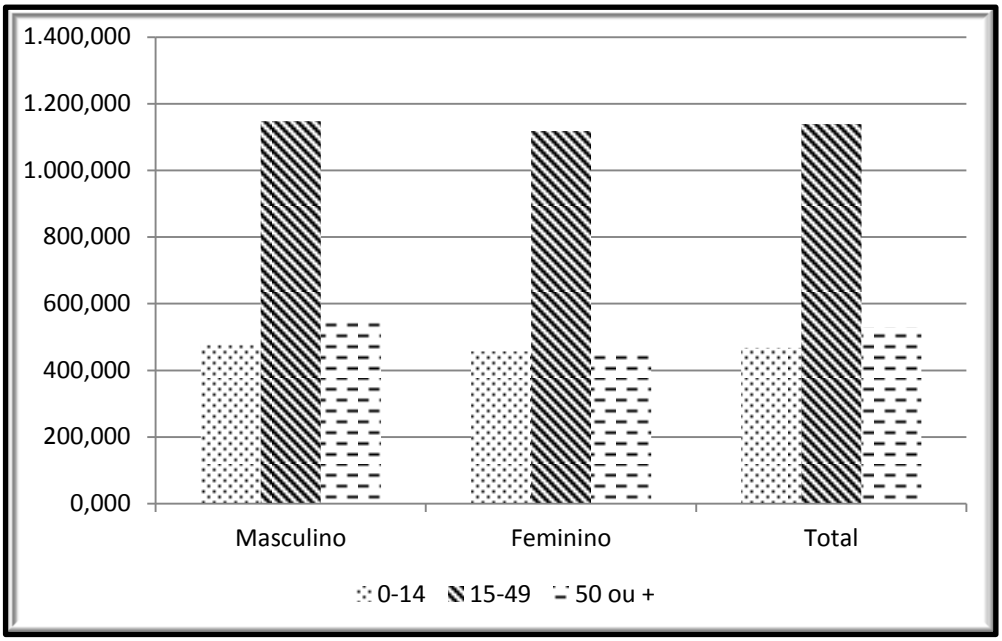
Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.[239]

Por sua vez, os dados disponíveis no **Gráfico 2.19** demonstram que o preço médio dos adultos (1:138$272) era bastante superior em relação às demais faixas etárias. Ao contrário do que se constatou nas décadas antecedentes, pela primeira vez, o preço médio dos idosos (529 mil-réis) tendeu a ser mais elevado que o das crianças (466 mil-réis). Pode-se cogitar que, por conta do término do tráfico atlântico e da consequente crise de mão de obra nas unidades produtivas cafeeiras, os senhores de escravos teriam começado a exigir de seus escravos idosos um aumento de produtividade, visando a atender as demandas necessárias para a produção de café. Essa hipótese, no entanto, só poderia ser testada caso tivéssemos uma amostragem suficientemente segura para os anos 1830 e 1840. Conforme se afirmou, nessas

[238] Cf. **Apêndice A (Tabela A.6)**.
[239] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.10)**.

duas décadas, a amostra é bastante frágil, pois havia poucos idosos com idade registrada nos inventários.

Gráfico 2.19 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859

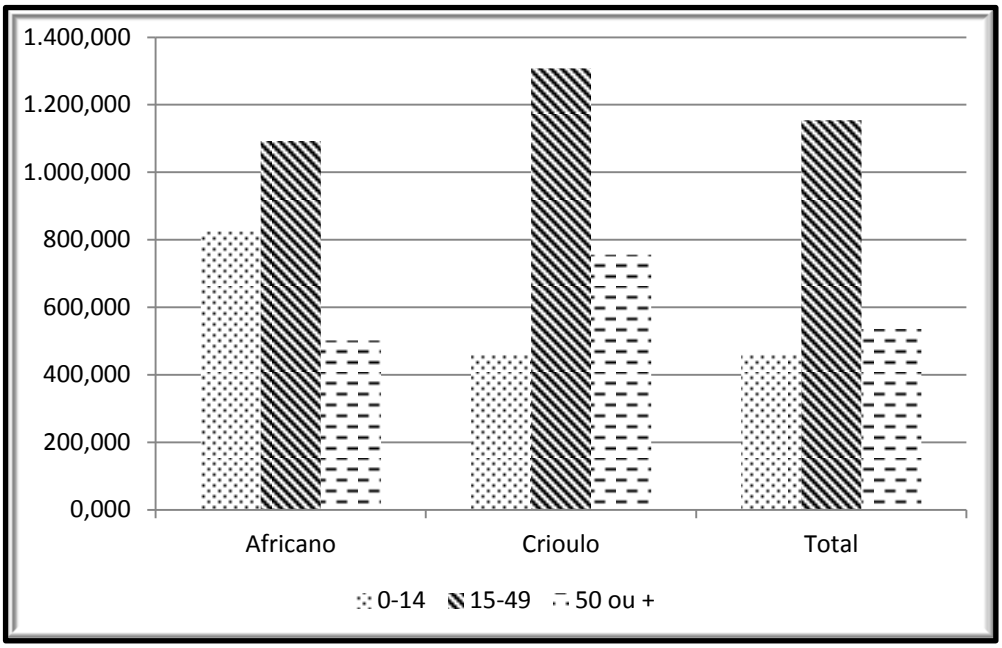


Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.[240]

Finalmente, o **Gráfico 2.20** destaca que, no grupo dos adultos, o preço médio dos crioulos (1:307$291) atingiu cifra mais elevada que o dos africanos (1:092$550), confirmando a tendência detectada para os anos 1840. No grupo das crianças, a população africana (825 mil-réis) alcançou, em média, preço maior que a crioula (458 mil-réis); contudo, deve-se destacar, novamente, que apenas dois casos compõem a amostra de africanos, o que, por si só, compromete os resultados. No caso dos idosos, constatou-se que, ao contrário do período anterior, os crioulos (755 mil-réis) custavam mais caro que os africanos (502 mil-réis).

[240] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.11)**.

Gráfico 2.20 – Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.[241]

O que os dados sobre o preço dos escravos apontam é que, entre 1830-1834 e 1845-1849, houve um maior aumento proporcional dos preços de escravos, em relação ao preço do café, e, a partir daí, verificou-se uma elevação menos que proporcional à dos preços de cativos. Os cafeicultores precisaram, portanto, desembolsar cada vez mais capitais para comprar escravos no tráfico transatlântico de africanos. Para os detentores de parcos recursos, sobretudo os miniescravistas, as possibilidades de aumentar suas posses de cativos tornou-se cada vez mais difícil nesse contexto. Assim, os megaescravistas, que já detinham a posse de quase a metade da população escrava nos anos 1830, conseguiram acumular, ao longo do tempo, uma proporção ainda maior de escravos em suas propriedades rurais cafeeiras.

Os dados ainda sugerem que havia um padrão comum dos preços de escravos em Bananal e Vassouras. Em primeiro lugar, o preço médio dos cativos era muito semelhante em ambas as regiões, ao longo de todo o período histórico analisado. Além disso, os escravos do sexo masculino (africanos e crioulos) custavam, em média, mais caro que as mulheres. Já os escravos nascidos no Brasil, tendencialmente, atingiam preço médio mais elevado que os africanos. Por fim, os adultos tinham preço médio mais alto que as crianças e os idosos.

[241] Os dados para as cifras desse gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.12)**.

***

De modo geral, pôde-se averiguar que, em Bananal, a implantação do complexo cafeeiro e seu consequente desenvolvimento alterou de maneira decisiva a composição demográfica da escravaria no decorrer da primeira metade do século XIX. Em virtude da alta lucratividade proporcionada pela economia cafeeira, os senhores de escravos adquiriram um contingente cada vez maior de escravos africanos no mercado atlântico para atender a elevada demanda de café nos circuitos mercantis da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Ao que tudo indica, na década de 1830, a cafeicultura escravista em Bananal – e em todo o médio Vale do Paraíba – encontrava-se em plena fase de expansão econômica, motivada, sobretudo, pelo aumento constante da demanda pelo produto. Tanto que, nesse período, o Brasil passou a deter o *status* de maior produtor mundial de café do mundo, ultrapassando todos os demais competidores (Cuba, Java, Jamaica, Demerara e Haiti).

A atividade cafeeira permitia a participação de indivíduos detentores de poucos capitais, pois os investimentos iniciais para a montagem de uma unidade produtiva de café eram relativamente baixos se comparados à economia açucareira.[242] No entanto, a partir de 1830, tornou-se cada vez mais difícil para alguns cafeicultores, sobretudo, os miniescravistas, competir com os maiores produtores de café, principalmente os megaescravistas, haja vista que os preços dos escravos aumentaram em relação ao café. Desse modo, os proprietários de escravos precisaram produzir, com o transcorrer do tempo, um volume cada vez maior de sacas de café para poder adquirir o insumo básico de sua produção agrícola: a mão de obra cativa.

Nesse contexto, os megaescravistas levaram vantagem em relação aos miniproprietários de escravos. Na década de 1830, período no qual o preço da escravaria começa a encarecer, relativamente ao café, os megacafeicultores dominavam a maior parte dos escravos da região de Bananal. Conforme se demonstrou, esses escravistas correspondiam a apenas 5,9% dos inventariados, mas mantinham sob seu domínio a posse de 47,5% de toda a população escrava. Por outro lado, os miniescravistas, que constituíam 25,5% dos inventariados, detinham a posse de apenas 1,7% da população escrava. Já os pequenos escravistas (49% do total), eram donos de 18,8% dos cativos inventariados. Os médios proprietários de escravos (15,7% do total), por sua vez, possuíam 19,6% da mão de obra da

[242] FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.

localidade. E os grandes escravistas (3,9% do total) eram senhores de 12,4% de todos os cativos. Portanto, depreende-se que os megaescravistas produziam a maior parte dos grãos de café remetidos ao Rio de Janeiro e, daí, exportados para os mercados consumidores. Por conta disso, esses cafeicultores conseguiram acumular, ao longo do período histórico investigado, uma proporção cada vez maior da escravaria de Bananal.

Nos anos 1840, os megaescravistas, compunham 8% dos inventariados e concentravam 50,9% da população cativa. Os miniescravistas, que correspondiam a 28% dos inventariados, possuíam apenas 2,5% da mão de obra regional. Os pequenos proprietários de escravos (40% do total) tinham 12,9% dos cativos. Já os médios escravistas (18% do total) eram donos de 19,2% dos indivíduos escravizados. Os grandes proprietários de cativos (6% do total) dominavam 14,5% dos escravos inventariados. Percebe-se que, nesse período, o grupo dos megacafeicultores aumentou sua participação relativa em relação aos demais proprietários de escravos e, ao mesmo tempo, ampliou a quantidade de cativos sob seu domínio.

Por fim, na década de 1850, o grupo dos megaescravistas expandiu-se novamente e, por esse motivo, estendeu ainda mais seu controle sobre a mão de obra da região: eles constituíam 18,5% dos proprietários de escravos e detinham a posse de 70,2% dos cativos inventariados. Os mini (16,9% do total), pequenos (32,3% do total) e médios escravistas (18,5% do total) reduziram sua participação relativa quanto à posse escrava: o primeiro grupo possuíam somente 0,7% da mão de obra; ao passo que, os pequenos e os médios proprietários de cativos eram donos de 5,4% e 8,3% da população escravizada, respectivamente. O grupo dos grandes escravistas (13,8% do total), apesar de sua expansão, manteve o domínio sobre a mesma parcela de escravos, em relação ao período anterior: 15,4% dos cativos inventariados residiam nas senzalas desses cafeicultores.

Em suma, depreende-se que a posse de cativos, em Bananal, era disseminada pelas camadas livres e, ao mesmo tempo, profundamente concentrada nas mãos de poucos cafeicultores. Tal característica não permaneceu restrita à região de Bananal: em Vassouras, encontrou-se o mesmo padrão de distribuição de escravistas e escravos ao longo de todo o período analisado. Provavelmente, esse padrão demográfico se fez presente em todas – ou quase todas – as localidades do médio Vale do Paraíba, o coração da cafeicultura do Império do Brasil.

Desde, pelo menos, os anos 1980, os pesquisadores que se dedicaram à análise da estrutura da posse de escravos no Brasil ressaltaram que a propriedade escravista típica era

aquela constituída por poucos cativos. Os dados levantados sobre a posse de escravos em Bananal e Vassouras não desmente esse quadro, mas demonstra que a grande propriedade escravista dominou a paisagem geográfica, econômica e social. A disputa acirrada pelo controle da oferta de café entre as principais produtoras mundiais (Cuba, Java, Jamaica, Demerara e Haiti) estabeleceu esse novo padrão de posse de escravos no Vale do Paraíba cafeeiro. Nesse contexto, o Brasil conseguiu rivalizar e ultrapassar todos os seus demais concorrentes. Os dados sobre a propriedade cativa em Bananal e Vassouras sugerem que isso se tornou possível devido à concentração da posse de cativos por um grupo exclusivo de cafeicultores, os megaproprietários. Esses escravistas não concentraram somente a propriedade escrava, mas mantiveram o domínio da propriedade fundiária e dos pés de café cultivados, conforme se demonstrará.

A estreita congruência entre Bananal e Vassouras no que se refere à estrutura da posse cativa, manifestou-se igualmente por meio da composição demográfica de seus escravos. Em ambas as regiões, a maior parte da população cativa era do sexo masculino: entre as décadas de 1830 e 1850, havia 208 homens para cada 100 mulheres, em Bananal; ao passo que, em Vassouras, o número correlato era de 180 homens para cada 100 mulheres. No entanto, a distribuição de homens em relação às mulheres oscilou de acordo com a dimensão da posse de cativos: nas *grandes escravarias*, que tinham 50 ou mais cativos, havia tendência a uma concentração maior de homens do que nas *médias* (de 20 a 49 cativos) e *pequenas escravarias* (19 ou menos cativos), tanto em Bananal quanto em Vassouras.

No tocante à origem da mão de obra escrava, em ambas as localidades, havia uma marcante presença de africanos em relação aos crioulos: entre os anos 1830 e 1850, cerca de 60% de toda a população cativa era oriunda do continente africano, em Bananal; enquanto, em Vassouras, o percentual correlato igualou-se a 69%. Tendencialmente, nas *grandes escravarias* havia uma proporção mais alta de africanos do que nas médias e pequenas escravarias. A distinção existente entre os grupos de escravistas, quanto à taxa de homens e de africanos no seio da população escrava, sugere que os *grandes escravistas* possuíam recursos suficientes para comprar no mercado a melhor força de trabalho disponível, em detrimento dos demais proprietários de escravos.

Quanto ao perfil etário da população escravizada, os dados também apontam a existência do mesmo padrão demográfico nas duas regiões. Entre as décadas de 1830 e 1850, os adultos – verdadeira força de trabalho dos cafeicultores –, constituíam a maioria dos escravos: eles agregavam cerca de dois terços da população escravizada, tanto em Bananal

quanto em Vassouras. As crianças correspondiam a aproximadamente um quarto da escravaria e, os adultos, reuniam pouco menos de um décimo dos indivíduos escravizados.

Em relação ao perfil conjugal, mostrou-se que apenas uma pequena parcela dos cativos era unida por laços matrimoniais: nas duas regiões, cerca de um décimo da escravaria era casava e/ou viúva. A única diferença constatada entre Bananal e Vassouras ocorreu nos anos 1840 e 1850. Durante a vigência do tráfico atlântico de africanos, a proporção de escravos casados, em Bananal, decresceu em relação à década de 1830, voltando ao mesmo patamar, desse último período, após a abolição do comércio negreiro; já em Vassouras, ocorreu justamente processo inverso ao averiguado em Bananal.

Além disso, foi possível observar, também, que, em Bananal, os africanos (homens e mulheres) levaram certa vantagem, em relação aos crioulos, nas relações conjugais. No decorrer do período investigado, os africanos tenderam a contrair núpcias em uma proporção maior que os crioulos (homens e mulheres). Argumentou-se, em primeiro lugar, que os africanos perceberam que a consagração do matrimônio poderia repercutir positivamente na tentativa de se integrar à sociedade escravista, na qual foram inseridos à força. Os africanos que chegaram ao Brasil, nos porões dos navios negreiros, trouxeram consigo toda a bagagem cultural em que foram criados; suas experiências eram, portanto, distintas em relação aos crioulos, que só tiveram contato com a cultura local. Por conta disso, durante o processo de ladinização, os africanos foram capazes de dialogar com ambas as origens de cônjuges.

No que diz respeito ao preço da mão de obra escravizada, mostrou-se, uma vez mais, a notável semelhança existente entre Bananal e Vassouras. Primeiramente, havia um padrão nos preços médios dos escravos no decurso de todo o período analisado. Nas décadas de 1830, 1840 e 1850, o preço médio da escravaria era praticamente idêntico nas duas regiões. Observou-se, igualmente, padrões de preços quanto ao sexo, à origem e à idade dos cativos. Os homens custavam, em média, mais caro que as mulheres, tanto no grupo de africanos quanto no grupo de crioulos; quanto aos adultos, os crioulos, tendencialmente, atingiram preço médio mais elevado que os africanos; e, os adultos, tinham preço médio mais alto que as crianças e os idosos. De forma sucinta, os dados demonstram o apreço dos senhores de escravos pelos indivíduos do sexo masculino, pelos crioulos e pelos cativos em idade produtiva (entre 15 e 49 anos de idade).

Entre as décadas de 1830 e 1840, os dados apontam que não havia distinções significativas nos preços médios dos escravos, em Bananal, independentemente do tipo de proprietário. No entanto, nos anos 1850, os *grandes escravistas* tenderam a concentrar em

suas unidades produtivas a melhor força de trabalho disponível no mercado, haja vista que os preços médios de sua mão de obra eram mais elevados em comparação aos *pequenos* e *médios escravistas*. Desse modo, pode-se afirmar que, ao longo do período histórico investigado, houve concentração *quantitativa* e *qualitativa* da propriedade escrava pelos *grandes cafeicultores*, donos de 50 ou mais cativos. Nessas propriedades, as senzalas eram habitadas pelos escravos mais valiosos, os jovens e adultos do sexo masculino.

O que se evidencia, portanto, é que, em Bananal, apesar de todos os indivíduos investigados serem produtores de café, havia distinções hierárquicas entre os grupos de escravistas. A propriedade cativa era um dos fatores, talvez o principal, que proporcionava esse grau de distinção. Nesse sentido, é de extrema relevância que se examine a composição regional da propriedade fundiária e da capacidade produtiva de café pelos mesmos grupos de escravistas. Assim, será possível depreender o papel ocupado individualmente pelos escravistas na oferta da produção regional de café. É esse, portanto, o objetivo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3
ESTRUTURA FUNDIÁRIA, PRODUÇÃO DE CAFÉ E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO EM BANANAL, 1830-1860

3.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

3.1.1 A apropriação de terras na América Portuguesa

O instituto jurídico da sesmaria na América portuguesa remonta a um passado longínquo, precisamente aos tempos do reinado de Fernando I (1367-1383) em Portugal. A legislação, que ficou conhecida como Lei das Sesmarias, foi promulgada no ano de 1375 e teve como principal objetivo resolver os problemas de abastecimento no contexto de crise demográfica do século XIV. O regime sesmarial visava acabar com a ociosidade das terras, obrigando os senhorios a cultivá-las. Assim, objetivava-se incrementar a produção agrícola para evitar as crescentes importações de cereais (trigo, aveia e cevada).[243]

Na América portuguesa, uma das primeiras iniciativas da metrópole acerca do estatuto do solo colonial consistiu em dividir o território em capitanias hereditárias (1534), e sua principal finalidade era ocupar e defender as terras recém-conquistadas. A legislação que respaldava as doações de terras foi transformando-se e adaptando-se aos eventos ocorridos na metrópole e na colônia, muito por conta das mudanças de atitude da Coroa em relação à última. Nesse sentido, a legislação pode ser dividida em duas fases distintas. Na primeira, que se prolongou até o final do século XVII, o regime de doação de sesmarias baseava-se fundamentalmente nas *Ordenações do Reino*: as Afonsinas (1446), as Manuelinas (1511-1512) e as Filipinas (1603). As principais características do "sesmarialismo colonial", durante esse período, consistiam basicamente na gratuidade e na condicionalidade da doação

[243] MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 1979, p. 26. SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1. ed., 1996. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 41. MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996, p. 151.

(aproveitamento das terras no prazo máximo de cinco anos). As *Ordenações* estabeleciam ainda que o colono receberia somente a quantidade de terras que fosse capaz de aproveitar no tempo estipulado. Contudo, as autoridades coloniais desrespeitaram na prática essa proposição, assim como desprezaram a cláusula que determinava a utilização das terras. As sesmarias concedidas nos séculos XVI e XVII eram imensos latifúndios, atingindo muitas vezes a dimensão de 4, 5, 10 e 20 léguas quadradas.[244]

O modo pelo qual se deu a inserção da Colônia no mercado mundial determinou, em linhas gerais, o modelo de agricultura que se instituiu na América portuguesa, baseado no latifúndio, na monocultura e na escravidão.[245] Assim, compreende-se a plena disposição da metrópole na concessão de sesmarias para a montagem de engenhos de cana-de-açúcar, desde que os colonos pudessem comprovar a posse de cabedais para o empreendimento.[246] A ampla disponibilidade de terras permitiu também a criação de outro sistema econômico, dependente da atividade açucareira e responsável, *grosso modo*, pela ocupação do sertão: a pecuária. As sesmarias concedidas para a criação de gado foram igualmente responsáveis pela formação de grandes latifúndios, por vezes maiores que as concessões destinadas aos senhores de engenho.[247]

Uma das características internas da economia colonial, determinada pelo caráter externo da acumulação de capital, que explica, em grande medida, o modo pelo qual se deu a formação de grandes latifúndios pela economia açucareira e pela pecuária, reside no fato de que todo o crescimento do sistema se fazia por extensão. A mobilidade, o caráter predatório e

---

[244] SILVA, op. cit., p. 34-50. NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 591, set./dez. 2006. Uma légua quadrada é igual a 900 alqueires mineiros ou 4.356 hectares.

[245] Cf. PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001. Ver também: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[246] CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores.** Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1977. SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. 1. ed., 1988. Bauru: Edusc, 2003.

[247] ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C. Impressores, 1907. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00157600#page/1/mode/1up>. Acesso em: 12 jun. 2012. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 1. ed., 1978. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, abr. 1997.

o crescimento extensivo eram as principais características da agricultura na América portuguesa, desde os primórdios da colonização.[248] São estas características que explicam a liberalidade da Coroa e das autoridades coloniais em relação ao tamanho das propriedades e ao descumprimento das condições de concessões estipuladas nas *Ordenações do Reino*.

Por volta do último quarto do século XVII, período no qual se iniciou a segunda etapa da legislação que procurou regulamentar a apropriação territorial na América portuguesa, a Coroa procurou aumentar o controle sobre as concessões de sesmarias na Colônia. Uma das principais medidas estabeleceu o pagamento de um foro na obrigação dos sesmeiros, cujo objetivo era desestimulá-los a manter o domínio sobre terras improdutivas. Tal medida alterou a situação jurídica do solo colonial, pois modificava uma das características essenciais do regime de sesmarias: a gratuidade.[249] Além dessa providência, a Coroa procurou limitar o tamanho das doações – que até então eram irrestritas – em uma légua de largura e três de comprimento, e estabeleceu a necessidade de confirmação do Rei para as concessões de terras. As exigências burocráticas, no entanto, não surtiram os efeitos desejados pela Coroa, uma vez que os sesmeiros se recusaram a cumprir as obrigações estipuladas e, assim, tornou a situação da propriedade territorial ainda mais confusa, colocando um número cada vez maior de sesmeiros na ilegalidade.[250]

No decorrer do século XVIII, houve a difusão de outra forma de apropriação territorial, que já existia desde os primeiros tempos de colonização: a posse pura e simples. A disseminação da posse foi um dos efeitos mais importantes das alterações ocorridas na América portuguesa nesse período, resultado, em grande medida, do desenvolvimento da economia mineira. A posse foi particularmente importante na região da pecuária, que estava diretamente ligada à região de produção de açúcar no Nordeste. Normalmente, os criadores de animais ocupavam uma porção de terras e só depois solicitavam a concessão da sesmaria; outros, porém, evitavam o pedido de doação por não poderem provar que eram "homens de posse". Essa forma particular de ocupação do território também foi largamente empregada pelo pequeno lavrador, que não tinha condições de solicitar uma sesmaria. Os pequenos lavradores, que proliferaram ao entorno dos latifúndios, dedicavam-se tanto à produção de

---

[248] SAINT-HILAIRE, Auguste de. V**iagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 89-106. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1. ed., 1936. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 18-19. BOSERUP, Ester. **Las condiciones del desarrollo en la agricultura**. Madrid: Editorial Tecnos, 1967, p. 39-52. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983, p. 15-37.
[249] FERLINI, op. cit. SILVA, op. cit., p. 55-58. NOZOE, op. cit., p. 592-593.
[250] MUNIZ, op. cit., p. 27-29. MOTTA, op. cit., p. 152.

mantimentos para a subsistência quanto ao abastecimento das grandes propriedades. No decorrer do período colonial, a posse acabou adquirindo características de grandes latifúndios, pois a falta de controle na dimensão das sesmarias também permitiu ao posseiro ampliar o tamanho de suas terras. [251]

Com a expansão da economia e o adensamento populacional na Colônia, no transcorrer do Setecentos, agravou-se ainda mais a situação jurídica da propriedade territorial. Os sesmeiros continuaram burlando as exigências de demarcação, medição e confirmação das doações e, além disso, as autoridades coloniais tiveram de enfrentar o problema do aumento das terras ocupadas pelos posseiros. No final desse século, ocorreram novas transformações na economia colonial que se refletiram diretamente na questão da apropriação territorial. A decadência da mineração e as novas possibilidades abertas para os produtos coloniais no mercado mundial contribuíram de modo decisivo para o renascimento da agricultura na América portuguesa. Com isso, houve uma reversão do fluxo populacional em direção ao litoral, que acirrou ainda mais os conflitos entre os sesmeiros e os posseiros, e entre esses grupos e as autoridades coloniais.[252]

No mesmo período, houve uma mudança de postura da Coroa em relação às posses. As autoridades coloniais reconheciam, cada vez mais, a existência de posseiros nas terras, e uma das medidas adotadas para tentar solucionar a questão foi a de estimular os colonos a legalizar suas posses. Aos poucos, a obtenção de terras pela posse com cultura efetiva acabou tornando-se um costume, que, mais tarde, dada sua importância como forma de aquisição de domínio, incorporou-se ao direito consuetudinário. Esta forma particular de ocupação do território colonial cresceu sistematicamente ao longo desse período e, no século XIX, continuou sendo a principal forma de aquisição de terras.[253]

A despeito das inúmeras tentativas da Coroa para regulamentar as formas de ocupação do território colonial, entre os séculos XVI e XVIII, os colonos (sesmeiros e posseiros) desobedeceram todas, ou quase todas, as cláusulas da legislação. O principal motivo que explica a desobediência dos colonos relaciona-se diretamente ao padrão de ocupação estabelecido na Colônia desde os primórdios da colonização. A agricultura praticada esgotava

---

[251] ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 1. ed., 1951. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990. MUNIZ, op. cit., p. 31-32. NOZOE, op. cit., p. 596-597. PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os mandarins do sertão**: os criadores de gado do São Francisco, 1650-1750. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH-UFMG, Belo Horizonte, 2006.

[252] PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: a América Latina Colonial II. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Funag, 1999.

[253] MOTTA, op. cit., 153-158.

rapidamente o solo, obrigando o colono a incorporar em sua unidade produtiva novas terras para garantir a reprodução e/ou o crescimento de sua produção. Diante desse quadro, não era do interesse dos colonos cumprir as disposições legais relativas à medição e à demarcação das terras, em virtude do próprio padrão de ocupação do território. O desenvolvimento da economia colonial, impulsionado ao longo do século XVIII pela expansão da mineração e, posteriormente, pelo renascimento das atividades agrícola-exportadoras, contribuiu para o acirramento das tensões envolvendo a metrópole e a Colônia, o que tornava cada vez menos legítima a legislação imposta pela Coroa. Desse modo, a Resolução de 17 de julho de 1822, que procurou atender aos anseios dos senhores de terras (sesmeiros e posseiros), extinguiu o regime de concessão de sesmarias. A posse pura e simples tornou-se, então, a única maneira de aquisição de domínio sobre as terras até a promulgação da Lei de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como Lei de Terras.[254]

3.1.2 A apropriação de terras no Império do Brasil

Após a independência política do Brasil (1822), o padrão de ocupação desenvolvido até então prevaleceu, pois a posse havia conquistado, no decorrer do século XVIII, o reconhecimento das autoridades. Apesar de a questão da apropriação territorial ter permanecido na agenda de alguns políticos empenhados na organização do Estado nacional brasileiro, ainda não havia uma preocupação generalizada das elites quanto ao ordenamento jurídico da terra. Em virtude disso, nada seria feito até a abdicação de D. Pedro I (1831) e a volta dos grandes proprietários de terras ao centro da ação política. Nos anos 1830, dois projetos foram apresentados à Câmara dos Deputados para a apreciação dos parlamentares. Um deles versava sobre a legitimação das sesmarias, e o outro tratava do arrendamento de terras públicas. No entanto, os deputados não deram sequência a ambos os projetos.[255]

No início da década de 1840, as alterações advindas no quadro político e econômico do Império possibilitaram a retomada das discussões no Parlamento acerca do ordenamento jurídico da propriedade territorial. A reorganização das forças políticas em torno de D. Pedro II, no movimento que ficou conhecido como “regresso conservador”, e a expansão desenfreada da cafeicultura no Vale do Paraíba permitiram a abertura de uma fase de

[254] MUNIZ, op. cit., p. 33. MOTTA, op. cit., p. 160-161.
[255] MUNIZ, op. cit., p. 96. SILVA, op. cit., p. 87-96. MOTTA, op. cit., p. 171.

estabilidade política e de desenvolvimento econômico para o Império, desempenhando assim um papel decisivo no processo de consolidação do Estado nacional.[256] O deslanche da economia cafeeira, entre os anos 1820 e 1830, repercutiu diretamente na questão da apropriação territorial, sobretudo no Vale do Paraíba. O avanço do café provocou o aumento da concentração populacional e da densidade demográfica na região, em relação às demais províncias do Império.[257] Uma série de indivíduos tomou posse das terras devolutas e converteu-as em fazendas e em sítios com plantações de café, gêneros alimentícios e criações de gado. Nesse contexto, a ausência de um ordenamento jurídico da propriedade da terra gerou uma série de conflitos fundiários, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento do clima de insegurança dos proprietários de terras (sesmeiros e posseiros). De um lado, era conveniente para esses senhores que o Estado regulamentasse a propriedade agrária, a despeito do modelo de agricultura extensiva, móvel e predatória, praticado desde o período colonial. Por outro lado, a regularização da propriedade satisfazia a uma das etapas fundamentais para a consolidação do Estado nacional.[258]

Em 1842, diante de um gabinete conservador, composto principalmente pelos representantes da cafeicultura do Vale do Paraíba, o ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, pediu ao Conselho de Estado que elaborasse propostas referentes às sesmarias e à colonização. Um ano depois, foi apresentado o Projeto de Lei – de autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro – para ser debatido na Câmara dos Deputados, que continha algumas mudanças em relação à proposta do Conselho de Estado.[259] O Projeto apresentado provocou controvérsias na Câmara dos Deputados, na medida em que contrariava os interesses de uma parcela dos parlamentares. Tais deputados não concordaram com as cláusulas que determinavam a medição, a demarcação e a revalidação das sesmarias e que impunham limites ao tamanho das posses. Em virtude disso, a versão final do projeto estabeleceu que as posses anteriores a 1822 poderiam ser legitimadas sem qualquer restrição

---

[256] MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004. NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense** (*online*), São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009. SALLES, Ricardo. Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. **Almanack Braziliense** (*online*), São Paulo, n. 10, p. 48-53, nov. 2009. PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

[257] PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

[258] STEIN, Stanley J. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. MUNIZ, op. cit., p. 44. MOTTA, op. cit., p. 172.

[259] MUNIZ, op. cit., p. 39-41. MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 332. SILVA, op. cit., p. 105-108. MOTTA, op. cit., p. 171-173.

legal. Instituiu, ademais, que a taxa referente ao Imposto Territorial, à revalidação e à legitimação das propriedades rurais seria de apenas mil-réis. Em relação à colonização estrangeira, porém, manteve-se a proposta do Conselho de Estado, que vetava aos imigrantes a possibilidade de comprar ou de arrendar terras e, até mesmo, de estabelecer comércio por um período de três anos a contar de sua chegada ao Brasil.[260]

A proposta de regulamentação da propriedade da terra e da imigração foi aprovada na Câmara dos Deputados. No entanto, o projeto ficou aguardando a aprovação pelo Senado por um período de sete anos, durante a vigência dos gabinetes liberais. Naquele momento, não havia uma preocupação imediata em solucionar a eventual escassez de mão de obra e, além do mais, existia certa resistência por parte dos liberais em relação a medidas centralizadoras, dentre as quais figurava a questão do ordenamento jurídico da terra. Com a volta dos conservadores ao poder, retomou-se, em 1848, o projeto sobre a questão da apropriação territorial e a imigração, que foi reformulado e reapresentado na Câmara e no Senado para a apreciação dos parlamentares.[261]

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, procurou regulamentar o acesso à terra, deter o avanço indiscriminado das posses e, por fim, previa a venda de terrenos devolutos em pequenos lotes para os colonos imigrantes. A Lei estabelecia, em relação às terras devolutas, que a compra era a única forma legal de adquiri-las. Estipulava também que os terrenos devolutos seriam definidos por exclusão das terras sob o domínio de particulares e, por fim, estabelecia a reserva de terras para a colonização, fundação de povoações, abertura de estradas e construção naval. Quanto às atribuições dos proprietários de terras, a Lei estipulava que as sesmarias e as posses "mansas e pacíficas" seriam revalidadas, desde que estivessem cultivadas ou que contassem com princípios de cultura e de morada habitual do sesmeiro ou posseiro. Cada posse em terras de cultura ou em campos de criação incluiria, além do terreno aproveitado ou do necessário para a pastagem dos animais, outro tanto de terras devolutas contíguas à propriedade. Os proprietários que não executassem a medição e a demarcação das sesmarias e das posses "mansas e pacíficas" nos prazos determinados teriam suas terras em comisso, conservando tão somente a posse da área cultivada. Por fim, a lei obrigava os possuidores a tirarem o título de suas terras.[262]

O governo imperial ficaria responsável pela medição das terras devolutas, respeitando, no ato da medição, os limites das concessões e posses. Forneceria também o modo prático de

[260] CARVALHO, op. cit., p. 332-338. SILVA, op. cit., p. 108-116. MOTTA, op. cit., p. 173-193.
[261] CARVALHO, op. cit., p. 339. SILVA, op. cit., p. 117-124.
[262] CARVALHO, op. cit., p. 341. SILVA, op. cit., p. 153-155. MOTTA, op. cit., p. 193-195.

distinguir o domínio público do particular, atribuindo sua execução às autoridades convenientes. O mesmo governo organizaria o registro das terras por Freguesias, sob pena de multa para aqueles que não fizessem a declaração nos prazos determinados. Cabia ao governo, também, vender as terras devolutas em hasta pública ou fora dela. No que se refere aos imigrantes, a Lei estabelecia que os estrangeiros que comprassem terras e nelas se estabelecessem poderiam ser naturalizados depois de dois anos de residência no País. Estipulava, igualmente, que o produto dos direitos de chancelaria e da venda de terras seria exclusivamente aplicado na medição das terras devolutas e na importação de colonos livres. Por fim, a lei autorizava o governo imperial a estabelecer, por meio de um regulamento, uma repartição especial, denominada Repartição Geral das Terras Públicas, encarregada de administrar a medição, divisão, descrição e conservação das terras devolutas; fiscalizar a venda de terras e sua distribuição; promover a colonização nacional e estrangeira; e organizar o registro das terras no domínio particular.[263]

O Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei de Terras, definiu as atribuições e as competências da Repartição Geral das Terras Públicas. O registro de terras, que ficou conhecido como Registro Paroquial de Terras ou Registro do Vigário, determinava que todos os proprietários seriam obrigados a registrar suas terras nos prazos definidos pelos presidentes de província. As declarações seriam recebidas pelos vigários de cada uma das Freguesias do Império e deveriam conter o nome do possuidor e da Freguesia em que estivessem situadas, a denominação particular da propriedade, sua extensão e seus limites. Por último, os possuidores deveriam redigir, de próprio punho, as declarações, em duas vias.[264]

Diversos pesquisadores dedicaram-se – e têm se dedicado – à temática da questão agrária no Brasil. Uma das perspectivas de análise suscitada pelo tema refere-se às polêmicas acerca da Lei de Terras de 1850. Dentre os principais trabalhos a tratarem do impacto da Lei na sociedade brasileira, destaca-se, em primeiro lugar, o do sociólogo José de Souza Martins, pois grande parte das pesquisas dedicadas ao tema foi tributária do viés interpretativo presente em sua obra clássica.[265] Publicado em 1979, o livro teve como principal objetivo compreender a dinâmica do processo de transição do trabalho escravo para o livre. Na obra, Martins assinala que a Lei de Terras de 1850 desempenhou um papel decisivo nesse processo, haja vista que um dos artigos da lei determinava que as terras devolutas não poderiam ser

[263] CARVALHO, op. cit., p. 341. SILVA, op. cit., p. 155-156.
[264] CARVALHO, op. cit., p. 341. SILVA, op. cit., p. 181-188. MOTTA, op. cit., p. 202-203.
[265] MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 1. ed., 1979. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

adquiridas por outro título que não fosse o de compra, instituindo assim o "cativeiro da terra". Segundo o autor,

> A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. *Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa*.[266]

O dispositivo previsto na Lei de Terras teria estabelecido, dessa forma, as garantias legais e judiciais de manutenção do padrão de exploração da força de trabalho, responsável pela acumulação de riqueza dos cafeicultores. A transição do trabalho cativo para o livre estaria garantida, na medida em que, aos imigrantes pobres, caberia tão somente a alternativa de trabalhar nas lavouras de café para os grandes fazendeiros. Assim, afirma o autor, a Lei de Terras teria sido promulgada com o objetivo de garantir os interesses dos grandes proprietários de terras, ao impedir o apossamento de terras pelos imigrantes europeus que substituiriam o escravo, no processo de transição do trabalho cativo para o livre.[267]

O livro de José de Souza Martins, assim como os trabalhos de Warren Dean, Emília Viotti da Costa, Célia Muniz e José Murilo de Carvalho[268] associaram a Lei de Terras à questão da mão de obra escrava. De acordo com esses autores, a adoção da Lei de Terras visava estimular a imigração estrangeira para o Império do Brasil para garantir a oferta de mão de obra para as fazendas de café. No entanto, ao fazerem a associação direta entre a promulgação da Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós (1850), que aboliu o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, tais autores acabaram por restringir a lei somente ao seu primeiro artigo.

Entre os trabalhos mais recentes que trataram da questão fundiária no Brasil, destacam-se os de Ligia Osório Silva e de Márcia Motta.[269] A primeira procurou compreender o processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil do período colonial até a República. Para tanto, analisou a legislação sobre terras e sua aplicação no decorrer das etapas

---

[266] Ibid., p. 47. Grifo do autor.
[267] Ibid., p. 40-67.
[268] DEAN, Warren. Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil. **Hispanic American Historical Review**, v. 51, n. 4, p. 606-629, Sept. 1971. COSTA, Emília Viotti da. Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. In:_____. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. 1. ed., 1972. São Paulo: Unesp, 1999, p. 169-193. MUNIZ, op. cit. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 329-345.
[269] SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1. ed., 1996. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996.

pela qual passou o ordenamento jurídico da propriedade territorial. A socióloga centrou o foco de sua investigação na Lei de Terras de 1850, visto que foi um marco na transição da forma de apropriação territorial da sociedade colonial para a moderna propriedade privada da terra. Segundo Silva, a lei não conseguiu atingir um de seus objetivos básicos: a demarcação das terras devolutas.[270]

A socióloga aponta dois motivos para explicar o fracasso da Lei de Terras. O processo que desencadearia a discriminação das terras devolutas dependia, em primeiro lugar, do requerimento do sesmeiro ou posseiro para medir e demarcar suas terras. Só depois de cumprida tal etapa é que o governo imperial teria as informações necessárias para discriminar e demarcar as terras devolutas, que assim seriam destinadas para a venda e a colonização. Em segundo lugar, a lei não foi clara o suficiente na cláusula que determinava a proibição da posse. Embora o primeiro artigo proibisse a aquisição de terras devolutas por outro meio que não o de compra, outros artigos davam a entender que as terras com cultura efetiva e morada habitual garantiriam a permanência de qualquer posseiro nas terras ocupadas. Em virtude disso, a lei acabou servindo para regularizar a posse e não para estancá-la.[271]

A autora aponta ainda que, a despeito de todas as facilidades oferecidas pela legislação imperial para a regularização das propriedades, poucos sesmeiros e posseiros procuraram medir e demarcar suas terras e legalizar seus títulos. Os motivos que teriam determinado a recusa desses sujeitos em legalizar sua situação residiam, primeiramente, no tipo de agricultura praticado no Brasil desde os primórdios da colonização: era uma agricultura primitiva, que esgotava rapidamente o solo, obrigando os fazendeiros a uma busca contínua por terras virgens para garantir o crescimento de sua produção agrícola. Em segundo lugar, a resistência dos proprietários foi motivada pelo consenso que foi consolidando-se no meio dos juristas, de que a Lei de 1850 garantiria a permanência de sesmeiros e posseiros nas terras ocupadas, desde que nas propriedades houvesse cultura efetiva e morada habitual.[272] Desse modo, Silva constata que "entre as intenções dos legisladores do Império e a aplicação da lei, interpuseram-se os interesses de parcelas significativas da sociedade brasileira, em especial os fazendeiros-posseiros".[273]

[270] SILVA, op. cit., p. 203-229.
[271] Ibid., p. 184-201.
[272] Ibid., p. 234-235.
[273] Ibid., p. 366-367.

A historiadora Márcia Motta preocupou-se em analisar, além da legislação agrária, os conflitos fundiários no Brasil oitocentista.[274] Sua pesquisa baseou-se em uma ampla gama de fontes primárias, composta principalmente pelos processos cíveis (de embargo, de despejo, de libelo, de execução civil, de notificação e de medição) e pelo Registro Paroquial de Terras do município de Paraíba do Sul-RJ, no médio Vale do Paraíba, entre as décadas de 1820 e 1850. Partindo da noção thompsoniana sobre o domínio da lei, a autora identificou e discutiu as distintas e contraditórias percepções acerca das leis e do direito à terra no Brasil.

No que se refere à Lei de Terras de 1850, Motta entende a lei como resultado dos inúmeros conflitos acerca da apropriação de terras, cujos sujeitos envolvidos no processo procuraram consolidar ou modificar uma determinada situação de posse. Assim, a autora mostra que a Lei de Terras não dirimiu as disputas em relação à posse da terra, mas contribuiu para que os conflitos fossem recolocados em outros patamares. Nas disputas pela posse da terra, prevaleceu o ponto de vista daqueles que conseguiram angariar os maiores esforços, que dependia, em grande medida, das relações pessoais que os fazendeiros mantinham com o poder local. A historiadora destaca igualmente os esforços empreendidos pelos agregados e arrendatários para serem reconhecidos como pequenos posseiros.[275]

A autora ainda demonstra o modo pelo qual os fazendeiros instituíram seu poder e prestígio social, o que lhes permitiu forjar títulos de propriedade nos cartórios locais, com a conivência dos funcionários públicos municipais. Assim, ela assinala que a Lei de Terras não foi capaz de impor um título de propriedade imune às estratégias dos fazendeiros empenhados em ocupar terras legalmente devolutas. Os pequenos posseiros, por seu turno, procuraram legitimar sua ocupação por meio do princípio da posse, negando nas ações judiciais, promovidas pelos grandes fazendeiros, ou no enfrentamento direto, pelas ocupações, os limites territoriais que eram impostos pelos fazendeiros.

3.1.3 A estrutura fundiária em Bananal, 1830-1860

[274] MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996. Sua pesquisa foi publicada em 1998 e recebeu uma segunda edição em 2008. Cf. MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 1. ed., 1998. Ed. rev. e ampl. Niterói: EDUFF, 2011.

[275] MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX, op. cit., p. 202-240.

Os trabalhos de Ligia Silva e, sobretudo, o de Márcia Motta, trouxeram uma perspectiva de análise inovadora acerca da legislação agrária e dos conflitos fundiários. No entanto, ambas as pesquisas não abordaram os elementos que se pretende explorar neste capítulo: demografia, propriedade territorial e produção de café. Para esta investigação, será privilegiado o mesmo *corpus* documental explorado nos dois primeiros capítulos, os inventários *post mortem*, autuados entre as décadas de 1830 e 1850. Analisar os conflitos sobre a apropriação de terras em Bananal por meio do Registro Paroquial de Terras e dos Processos Cíveis, como o fez Márcia Motta, exige outra pesquisa.

Por meio da análise dos processos de inventário, procurou-se investigar a relação entre a estrutura da posse de escravos, a estrutura fundiária e as plantações de café. Partiu-se do exame da posse de escravos, contemplado no segundo capítulo, para mapear a estrutura agrária das propriedades rurais produtoras de café. Dito de outro modo, buscou-se determinar a relação entre a estrutura da posse de escravos e a estrutura fundiária, e a relação entre a posse de cativos e a de pés de café cultivados. É bom que se diga que se trata de um esforço inicial para tentar mapear a estrutura agrária das propriedades rurais e compreender a organização do trabalho escravo na produção de café no município de Bananal.

A primeira aproximação que pode ser feita acerca da estrutura fundiária em Bananal refere-se à proporção de propriedades possuídas pelos grupos de escravistas (FTP). As informações disponíveis na **Tabela 3.1** apontam que, entre as décadas de 1830 e 1850, os miniescravistas, que perfaziam 22,9% dos proprietários de escravos e possuíam 1,2% da escravaria, correspondiam ao grupo com a menor participação relativa de propriedades rurais inventariadas (11,7% do total). O grupo dos megaescravistas, que compunha 11,4% dos proprietários de escravos e detinha a posse de 62,6% da mão de obra cativa, dominava a maior parcela relativa dos imóveis rurais da região (25,1% do total). Por sua vez, o grupo dos pequenos escravistas, que correspondia a 39,8% dos proprietários de escravos e tinha 9,2% da escravaria, detinha praticamente a mesma proporção de propriedades rurais que os megaescravistas (23,4% do total). Já os grandes escravistas, que representavam 8,4% dos proprietários de escravos e dominavam 14,7% dos trabalhadores escravizados, eram senhores de 20,8% dos imóveis rurais. Por fim, o grupo dos médios escravistas, que constituía 17,5% dos proprietários de escravos e possuía 12,3% da escravaria, detinha 19% das propriedades rurais de Bananal.[276]

[276] O miniproprietário detinha a posse de quatro ou menos escravos; o pequeno proprietário mantinha sob seu domínio entre cinco e 19 cativos; o médio proprietário tinha entre 20 e 49 escravos; o grande proprietário possuía entre 50 e 99 cativos e, por fim, o megaproprietário era senhor de uma centena ou mais escravos.

O que os dados podem sugerir é que, entre os decênios de 1830 e 1850, houve tendência à concentração de propriedades rurais pelo grupo dos megaescravistas, em relação aos demais proprietários de escravos de Bananal. A despeito disso, os dados apontam que não havia diferenças significativas na posse de propriedades entre os pequenos, médios e grandes escravistas. Somente os miniescravistas se distinguiam dos demais grupos, na medida em que possuíam proporcionalmente menos propriedades rurais que aqueles.

Tabela 3.1 – Número de Propriedades Rurais dos Cafeicultores por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839		1840-1849		1850-1859		Total	
FTP	N	%	N	%	N	%	N	%
Mini	11	17,2	18	18,9	11	6,0	40	11,7
Pequenos	28	43,8	18	18,9	34	18,6	80	23,4
Médios	11	17,2	23	24,2	31	16,9	65	19,0
Grandes	10	15,6	17	17,9	44	24,0	71	20,8
Mega	4	6,3	19	20,0	63	34,4	86	25,1
Total	**64**	**100,0**	**95**	**100,0**	**183**	**100,0**	**342**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

As informações coligidas na **Tabela 3.1** indicam, ainda, que pode ter havido uma concentração paulatina na participação relativa de imóveis rurais pelos megaescravistas no decurso do tempo: o grupo possuía 6,3% das propriedades nos anos 1830, 20% na década de 1840 e, no decênio posterior, 34,4% de todos os imóveis inventariados. Essa tendência é igualmente observada para o caso dos grandes escravistas, pois o grupo detinha 15,6% das propriedades rurais na década de 1830 e 24% nos anos 1850. No entanto, em relação aos mini e pequenos escravistas, houve tendência oposta à constatada para os grupos dos grandes e megaescravistas. A proporção de imóveis rurais pertencentes aos mini e pequenos escravistas decresceu de forma progressiva ao longo do período: os dois grupos possuíam, respectivamente, 17,2% e 43,8% das propriedades rurais inventariadas nos anos 1830 e, no decênio de 1850, 6% e 18,6%. Por último, no caso dos médios escravistas, houve tendência ao equilíbrio na participação relativa das propriedades rurais a eles pertencentes: na década de 1830, o grupo detinha a posse de 17,2% dos imóveis, 24,2% nos anos 1840 e, no decênio seguinte, 16,9% deles.

Os dados sugerem também que o número absoluto de propriedades rurais se elevou a taxas maiores, quanto maior a FTP. Isso parece indicar que o grupo dos megaescravistas cresceu (de quatro para 63), entre os anos 1830 e 1850, sem avançar necessariamente sobre os

menores escravistas, cujas propriedades também aumentaram em quantidade, exceto no caso dos mini. Nesse sentido, o crescimento dos megaescravistas teria ocorrido sobre os indivíduos que não possuíam escravos ou sobre as terras devolutas, e não em detrimento dos menores escravistas.

De modo geral, o que se pode destacar é que as oscilações constatadas na posse de propriedades rurais pelos escravistas, no decurso das décadas de 1830, 1840 e 1850, seguiram a mesma tendência da posse de escravos. A proporção de cativos pertencentes aos mini e pequenos escravistas reduziu-se ao longo do período em foco, ao mesmo tempo em que houve decréscimo na participação relativa de propriedades rurais sob seu domínio. No caso dos grandes e megaproprietários de escravos, houve tendência ao incremento percentual de seus cativos, que foi seguida pelo acréscimo na proporção de propriedades rurais pertencentes a ambos os grupos. Apenas os médios escravistas não seguiram nenhum das duas tendências, pois a porcentagem de sua escravaria diminuiu no mesmo período, ao passo que o grupo tendeu a manter o domínio sobre a mesma parcela relativa da propriedade fundiária (ver **Tabelas 2.8, 2.10 e 2.11**).

A Resolução de 17 de julho de 1822 aboliu o regime de concessão de sesmarias, instituído na América portuguesa desde os primórdios de sua colonização. Em virtude disso, a posse pura e simples tornou-se a única forma de aquisição de terras até a aprovação da Lei de Terras de 1850.[277] Os dados da **Tabela 3.1** sugerem que a extinção do regime sesmarial pode ter beneficiado mais os megaescravistas que os demais proprietários de cativos, pois aquele grupo detinha uma proporção mais elevada de propriedades rurais em comparação aos outros grupos de escravistas. Os inventários *post mortem* não apresentam informações suficientemente claras a respeito das formas de apropriação de terras pelos cafeicultores. Nesse sentido, é imprescindível que outras fontes documentais sejam utilizadas para averiguar se a hipótese se fundamenta, como o Registro Paroquial de Terras dos anos 1850, cujas informações não puderam ser até o momento cruzadas com o banco de dados elaborado com base nos inventários. De todo modo, deve-se ter em vista que, se a posse pura e simples tornou-se a única maneira de aquisição de terras entre 1822 e 1850, as possibilidades de um indivíduo apossar-se de terras devolutas eram, em teoria, iguais a todos. Na prática, porém, quem tinha mais poder econômico e político tinha condições de tomar a terra alheia, ou forçar a venda, que era garantido pela conivência das autoridades.[278] Todavia, os megaescravistas

[277] MUNIZ, op. cit., p. 33. MOTTA, op. cit., p. 160-161.

[278] O inventário da pequena escravista Ana Maria dos Santos, autuado em 1844, ilustra de forma clara o poder econômico dos grandes fazendeiros. Depois de permanecer em suspenso por quatro anos, o processo foi

provavelmente levaram certa vantagem no processo de apossamento de terras em detrimento dos demais proprietários de cativos, haja vista que conseguiram acumular mais propriedades que os outros escravistas.

Os cafeicultores escravistas de Bananal eram, em sua maioria, proprietários de terras. De acordo com a **Tabela 3.2**, observa-se que, dentre os cafeicultores escravistas (166 ao todo), 80,7% deles possuíam ao menos uma propriedade rural voltada à produção de café, entre as décadas de 1830 e 1850. Todavia, 19,3% dos cafeicultores escravistas eram destituídos da posse da terra no mesmo período, ou seja, eram os "sem terra" da região. A mesma tabela sugere ainda que *todos* os grandes e megaescravistas detinham a posse de imóveis rurais. Já os mini e pequenos escravistas, detentores de propriedades rurais, perfaziam cerca de 70% dos cafeicultores destes grupos. Por último, os médios escravistas, que possuíam terras, correspondiam a 93,1% dos cafeicultores pertencentes a esta FTP. Portanto, a posse da terra era um fator de produção que distinguia os grandes e os megaescravistas ante os outros grupos de proprietários de escravos.

Tabela 3.2 – Proprietários de Terras e "Sem Terras" Frente ao Total de Cafeicultores por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Cafeicultores	Prop. de Terras		"Sem Terras"	
	N	N	%	N	%
Mini	38	27	71,1	11	28,9
Pequenos	66	47	71,2	19	28,8
Médios	29	27	93,1	2	6,9
Grandes	14	14	100,0	0	0,0
Mega	19	19	100,0	0	0,0
Total	**166**	**134**	**80,7**	**32**	**19,3**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

retomado, em 1848, mediante a petição apresentada por Francisco de Matos Madeira, genro da falecida, ao Juiz de Órfãos de Bananal. O peticionário impetrava uma ação contra o inventariante, Jerônimo Alves da Silva, seu cunhado, alegando que as terras da falecida sua sogra não haviam sido dadas para a avaliação. Em resposta, Jerônimo da Silva afirmou que "as terras em questão sempre foram da propriedade dos falecidos meus sogros, mas depois da morte destes, João Dias Valadão intentou contra mim e os mais herdeiros uma ação, cuja natureza ignoramos, sobre essas mesmas terras e com temor de sustentarmos demanda contra homem tão poderoso, compramos, eu e alguns outros herdeiros, do mesmo Valadão, cada um o seu pedaço dessas terras, com o que parece havermos reconhecido senhorio da parte do referido Valadão". A depender da veracidade do depoimento, fica claro que o abuso dos grandes fazendeiros não tinha limites. Alguns herdeiros de Ana Maria dos Santos tiveram de comprar as terras que já pertenciam à própria inventariada, pois Valadão moveu uma ação alegando que as terras faziam parte de seu domínio. Não foi possível identificar o grande fazendeiro em nosso banco de dados. Mas, ao que tudo indica, João Dias Valadão era irmão ou sobrinho de Joaquim Manoel de Freitas, investigado no primeiro capítulo. Cf. MMN, **Inventário de Ana Maria dos Santos**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 41, Nº 729, 27/04/1844.

Os mini, pequenos e médios cafeicultores escravistas desprovidos da posse de terras, provavelmente, possuíam escassos recursos, na medida em que não conseguiram comprar ou tomar posse das terras devolutas para fazer suas plantações de café e de gêneros alimentícios ou criar seus animais. Os processos de inventário não apresentam informações a respeito do modo pelo qual esses escravistas conseguiram obter acesso à terra de outros indivíduos para cultivarem seus cafezais. A despeito disso, pode-se cogitar que tais cafeicultores arrendavam terras de outros proprietários rurais ou eram agregados de outros possuidores de terras. Pode ser, também, que eram filhos que recebiam quinhões da terra paterna para plantar seus cafezais.[279] O que vale ressaltar é que, nos dois primeiros casos, a produção de café dependia de outros fatores, que iam além do aumento da demanda do artigo nos mercados consumidores ou da elevação na cotação de seu preço no mercado mundial. Para esses cafeicultores, especialmente os agregados de outros proprietários de terras, a manutenção de sua produção de café e, portanto, as possibilidades de ascender na hierarquia social estavam sujeitas ao bom nível de relacionamento com os donos das terras. Portanto, a despeito da marcante presença de mini e pequenos escravistas, uma parcela deles (cerca de 30% do total – **Tabela 3.2**) vivia numa situação no mínimo desconfortável, haja vista que qualquer desentendimento com os proprietários de terras podia resultar em sua expulsão da propriedade.

A propriedade fundiária no município de Bananal e, provavelmente, em todo o médio Vale do Paraíba era semelhante a uma colcha de retalhos, ou seja, fragmentada em diversas unidades produtivas.[280] De acordo com a **Tabela 3.3**, nota-se que os mini e pequenos escravistas tinham, em média, 1,5 e 1,7 propriedade rural, respectivamente. Os médios escravistas, por sua vez, possuíam, em média, 2,4 imóveis rurais. E, por fim, os grandes e megaescravistas detinham, em média, 5,1 e 4,5 propriedades rurais, respectivamente. Vê-se que o número médio de propriedades rurais estava atrelado à dimensão da escravaria: quanto maior a escravaria, maior o número médio de propriedades rurais.

---

[279] Bacellar demonstrou que o senhor de engenho (pai) cedia terras aos filhos para estes plantarem seus talhões de café; a terra continuava pertencendo ao espólio do pai, embora os filhos a cultivassem. Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.

[280] STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. LAËRNE, C.F. van Delden. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa**. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885.

Tabela 3.3 – Número Médio de Propriedades Rurais dos Cafeicultores por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Proprietários de Terras (A)	Propriedades Rurais (B)	(B)/(A)
Mini	27	40	1,5
Pequenos	47	80	1,7
Médios	27	65	2,4
Grandes	14	71	5,1
Mega	19	86	4,5
Total	**134**	**342**	**2,6**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Os dados da **Tabela 3.3** podem sugerir que as unidades produtivas cafeeiras tinham um tamanho ideal para atender às demandas da produção de café. A área territorial das propriedades rurais cafeeiras era determinada principalmente pela dimensão da escravaria e pelo processo produtivo. Os escravos tinham de residir próximos à sede das unidades produtivas, pois isso facilitava seu controle. Todas as manhãs, o sino era tocado pelo feitor, e os escravos reuniam-se no terreiro, onde eram, primeiramente, revistados e, logo em seguida, eram dadas as ordens e distribuídas as turmas para o trabalho do dia. Dali, a escravaria deslocava-se para os cafezais, levando os alimentos para suas refeições, e só regressava à noite, no fim da jornada. Desse modo, ter mais de uma propriedade rural permitia aos cafeicultores a descentralização de sua administração, facilitando, portanto, a vigilância e o manejo da mão de obra.[281]

A dimensão das propriedades rurais era igualmente determinada pelo processo produtivo. Possuir mais de uma propriedade facilitava a secagem e o beneficiamento dos grãos de café. Não raro cada um dos imóveis rurais constituía uma unidade produtiva completa: possuía suas tulhas, o terreiro para a secagem do café e as máquinas empregadas no beneficiamento dos grãos, além dos animais para o transporte, a escravaria, os cafezais e as lavouras de gêneros alimentícios.[282] Portanto, a lógica intrínseca à administração da paisagem rural pelos cafeicultores escravistas repousava especialmente no controle da escravaria e no processo de produção de café.

Os dados levantados até o presente momento da discussão acerca da propriedade fundiária em Bananal sugerem que os megaescravistas podem ter concentrado uma proporção maior de propriedades rurais que os demais proprietários de escravos da região (**Tabela 3.1**).

[281] STEIN, Stanley J. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. MUNIZ, op. cit., p. 131-142.
[282] STEIN, op. cit. MUNIZ, op. cit., p. 131-142. MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Além disso, tanto os grandes quanto os megaescravistas compunham os únicos grupos de proprietários de escravos cujos membros eram todos proprietários de terras, ao passo que nos demais grupos de escravistas nem todos os integrantes detinham a posse da terra (**Tabela 3.2**). As informações extraídas dos processos de inventário também indicam que os grandes e megaescravistas possuíam, em média, uma quantidade maior de propriedades rurais que os outros grupos de proprietários de escravos (**Tabela 3.3**). A par dessas sugestivas constatações empíricas, vale levantar a seguinte questão: qual o tamanho médio de uma propriedade rural para cada um dos grupos de escravistas da região de Bananal? Antes, porém, de entrar no mérito da questão, faz-se necessário apresentar a amostragem de dados que embasaram as análises sobre a propriedade agrária em Bananal.

Em primeiro lugar, nem todas as *propriedades* rurais dos cafeicultores escravistas foram registradas em sua dimensão completa nos inventários autuados entre as décadas de 1830 e 1850. De acordo com a **Tabela 3.4**, observa-se que das propriedades rurais inventariadas (342), 58,8% delas (201 no total) apresentaram o registro completo de seu tamanho. Nota-se ainda que, de acordo com os grupos de escravistas, apenas metade (50%) dos imóveis rurais pertencentes aos miniproprietários de escravos recebeu o registro de sua dimensão territorial. No entanto, 70,9% das propriedades rurais dos megaescravistas foram contempladas com suas medidas completas.

Tabela 3.4 – Número de *Propriedades* Rurais com Registro Completo de seu Tamanho por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Propriedades	Propriedades com Registro Completo de seu Tamanho	
	N	N	%
Mini	40	20	50,0
Pequenos	80	43	53,8
Médios	65	34	52,3
Grandes	71	43	60,6
Mega	86	61	70,9
Total	**342**	**201**	**58,8**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Nesse mesmo sentido, nem todos os cafeicultores escravistas *proprietários* de terras "forneceram" aos avaliadores, nos trâmites dos processos de inventário, informações relativas à dimensão exata de suas propriedades rurais. Segundo os dados da **Tabela 3.5**, de todos os proprietários de imóveis rurais (134), 72,4% (97 no total) deles tinham propriedades em que

se declarou sua extensão. Observa-se, ademais, que quase todos os megaescravistas (94,7%) registraram o tamanho de, pelo menos, um de seus imóveis. Em contrapartida, apenas 55,6% dos miniescravistas declararam nos processos a medida territorial de suas propriedades.

Tabela 3.5 – Número de *Proprietários* de Terras com Registro Completo de pelo menos uma de suas Propriedades Rurais por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Proprietários	Proprietários com Registro Completo das Propriedades	
	N	N	%
Mini	27	15	55,6
Pequenos	47	34	72,3
Médios	27	20	74,1
Grandes	14	10	71,4
Mega	19	18	94,7
Total	**134**	**97**	**72,4**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

O que se nota, pela análise das **Tabelas 3.4 e 3.5**, é que há um padrão comum entre os cinco grupos de escravistas em omitir a extensão de suas propriedades rurais. Os miniescravistas declararam com uma frequência menor a medida de seus imóveis rurais em relação aos demais grupos de escravistas, ao mesmo tempo em que os megaescravistas registraram com maior frequência a dimensão de suas propriedades. Quais motivos teriam levado os cafeicultores escravistas a omitirem a informação relativa à extensão territorial de suas propriedades? Havia uma política deliberada pelos cafeicultores escravistas em suprimir a dimensão de suas propriedades? Já se indicou nas páginas precedentes que a agricultura praticada no Brasil impelia os agricultores a uma busca incessante por terras virgens, necessárias para a manutenção e ampliação da produção agrícola. Em virtude disso, os agricultores valeram-se do recurso à posse de terrenos devolutos contíguos às suas propriedades para manter ou ampliar o nível de sua produção agrícola. A Lei de Terras de 1850 proibiu o apossamento de terras devolutas pelos agricultores. A partir daí, o acesso aos terrenos devolutos deveria ser realizado mediante a compra. É possível que, após a aprovação da Lei de 1850, os cafeicultores escravistas tenham omitido a declaração da dimensão de suas propriedades para evitar que, caso tomassem posse de forma ilegal dos terrenos devolutos ou invadissem as terras pertencentes a outros proprietários, houvesse contestação pelo Estado ou pelos legítimos proprietários. Do total de propriedades sem a declaração de sua extensão,

53,9% (76 ao todo) delas pertenciam à década de 1850 e 46,1% correspondiam aos anos 1830 e 1840.[283] Em termos proporcionais, a maior parte das omissões estava concentrada no período em que a posse de terras devolutas foi abolida pela legislação imperial. Entretanto, nas décadas de 1830 e 1840, em teoria, não haveria motivos para os cafeicultores não declararem o tamanho de suas propriedades, já que a posse de terrenos devolutos era permitida nesse período.

Deve-se cogitar, também, que muitos proprietários não sabiam de fato a dimensão de suas propriedades rurais, pois não havia a preocupação em medi-las. Outros, porém, ocupavam terras de forma duvidosa, e evitavam declarar o que não tinham como comprovar. As posses eram, muitas vezes, litigiosas, pela força. Além disso, havia uma tradição, desde o período colonial, de não se declarar com precisão os bens, devido ao medo do fisco. A não declaração de área também permitiria fazer melhor uma divisão desigual entre os herdeiros, já que não se dava áreas para calcular com precisão e checar se a igualdade de direitos era respeitada.

Seja como for, para fins de análise acerca da estrutura fundiária em Bananal, o que vale frisar é que a amostragem que fundamentará as discussões daqui em diante é composta pelas *201 propriedades rurais*, cuja dimensão territorial foi declarada nos inventários (**Tabela 3.4**) e pelos *97 cafeicultores escravistas proprietários de terras*, que registraram as dimensões de pelo menos uma de suas propriedades (**Tabela 3.5**). Todavia, antes de seguir para a análise propriamente dita, faz-se necessário tecer breves considerações acerca das unidades de medida das propriedades rurais encontradas nos processos de inventário.

Em todos os inventários pesquisados, as medidas de superfície territorial encontradas foram: a "braça", o "alqueire" e o "alqueire planta de milho".[284] Nos processos, as medidas de propriedades, quando avaliadas em braças (equivalente a 2,2m), eram apresentadas pela linha de testada (largura) e a linha de fundos (comprimento). Por sua vez, as medidas de alqueire usualmente utilizadas no século XIX, no Centro-Sul, eram: o *alqueire planta de milho*, correspondente a 5.625 braças quadradas, 27.225 m^2 ou 2,72 hectares (ha); o *alqueire mineiro*, empregado principalmente nas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, de

[283] MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

[284] O alqueire, em sua origem, não era uma medida de superfície; era medida de capacidade, utilizada para medir o volume de milho, feijão, arroz e farinha de mandioca. De acordo com Laërne, "um alqueire de terra é a superfície na qual um homem pode plantar um alqueire de milho por monte de 5 grãos e com espaço entre eles de 5 palmos quadrados". A dimensão de um alqueire dependia da capacidade de medida de milho empregada. Deste modo, um alqueire de terra não representava sempre uma mesma superfície e, por isso, estava sujeito às variações regionais. Cf. LAËRNE, C.F. van Delden. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa**. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885, p. 273.

10.000 braças quadradas, 48.400 m^2 ou 4,84 ha; e, por último, o *alqueire paulista*, utilizado em São Paulo, equivalente a 5.000 braças quadradas, 24.200 m^2 ou 2,42 ha.[285]

Os agricultores de Bananal empregavam na avaliação de suas propriedades rurais o *alqueire mineiro* ou o *alqueire paulista*? Há evidências bastante sugestivas que indicam que, em Bananal, os agricultores empregavam o alqueire mineiro no cálculo de superfície de suas propriedades. Há uma referência explícita, nos inventários consultados, que aponta nessa direção. Uma das propriedades rurais de um megaescravista, a Fazenda do Bom Retiro, pertencente ao Tenente José Ferreira Gonçalves, localizada em Barra Mansa-RJ, município fronteiriço a Bananal, tinha "920 braças de terras de testada e 1.500 de fundos, contendo 138 alqueires".[286] Convertendo-se a unidade de medida "braças" para o "alqueire mineiro",[287] nota-se que a superfície da propriedade corresponde exatamente a 138 alqueires mineiros, conforme a declaração presente no processo. Ora, por mais que a propriedade citada estivesse localizada em um município da província do Rio de Janeiro, não faria nenhum sentido que, ao atravessar a fronteira, os agricultores de Bananal empregassem o alqueire paulista para avaliar suas propriedades.

Além dessa evidência, pode-se destacar também que, do ponto de vista geográfico, o município de Bananal, localizado no médio Vale do Paraíba, possuía as mesmas características geomorfológicas das localidades situadas nesta mesma região da província do Rio. Com frequência, Bananal fez-se arrolar no *Almanak Laemmert* do Rio de Janeiro, ao contrário de todas as demais localidades da província de São Paulo.[288] Outra evidência a destacar-se, refere-se à estreita conexão que os agricultores bananalenses mantinham com o Rio de Janeiro e com Minas Gerais, materializada pelo fluxo regular de mercadorias e indivíduos entre essas regiões.[289] Por fim, deve-se ressaltar as frequentes demandas de Bananal para ser incorporada à província do Rio de Janeiro.[290] De acordo com essas

---

[285] MUNIZ, op. cit., p. 20-21.

[286] MMN, **Inventário do Tenente José Ferreira Gonçalves**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 86, Nº 1764, 16/09/1858.

[287] Vide nota **291**.

[288] O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ou *Almanak Laemmert*, foi editado no Rio de Janeiro pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert entre os anos de 1844 e 1889. Seu conteúdo abrangia informações sobre a Corte, os ministérios, as províncias, além de apresentar dados censitários e anúncios publicitários.

[289] José Flávio Motta aponta que, nos anos de 1801, 1817 e 1829, 50%, 45,5%, 37,4% dos escravistas, respectivamente, eram oriundos das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Cf. MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999, p. 122-123.

[290] MOTTA, op. cit., p. 54-56. PRADO JUNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de S. Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Sociedade de Sociologia, v. 2, n. 19, p. 223-237,

evidências, assumiu-se, portanto, que em Bananal os agricultores empregaram o *alqueire mineiro* na avaliação de suas propriedades rurais, pois que, do ponto de vista histórico, os senhores de escravos de Bananal sempre se viram como pertencentes ao Vale do Paraíba fluminense.

A medida de superfície frequentemente declarada nos processos de inventário, conforme se indicou, era a braça: entre as décadas de 1830 e 1850, de todos os imóveis rurais que receberam o registro completo de sua dimensão (192 ao todo), 69,3% (133 do total) foram avaliados em braças, dando-se a linha de testada e a de fundos. Em segundo lugar, o alqueire mineiro foi empregado na avaliação de 43 propriedades (22,4% do total). Por fim, as propriedades declaradas em alqueire planta de milho ocuparam a terceira posição, com um total de 16 registros (8,3%). Assim, para analisar a estrutura fundiária, as distintas unidades de medida, registradas nos processos em braça e em alqueire planta de milho, foram padronizadas e convertidas para o alqueire mineiro.[291]

Com esses esclarecimentos, pode-se retomar a questão elaborada anteriormente: qual era o tamanho médio de uma propriedade rural em cada um dos grupos de escravistas da região de Bananal?

O ponto de partida consistiu em empregar as faixas de tamanho de posse de escravos (FTPs) anteriormente discriminadas para estabelecer padrões entre os grupos de escravistas e a dimensão de suas propriedades rurais. Para evitar as possíveis distorções nos indicadores estatísticos levantados (média, mediana e moda), eliminou-se da amostragem de dados duas propriedades rurais (a menor e a maior) de cada uma das FTPs. Conforme a **Tabela 3.6**, nota-se que o número total de propriedades rurais contempladas na análise corresponde a *191 imóveis*, já que dez propriedades foram excluídas da amostra. Esta metodologia permitiu a

---

jan. 1836. ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861**. Pref. de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p. 41-42.

[291] A conversão de *braças quadradas* em *alqueire mineiro* foi realizada da seguinte maneira: em primeiro lugar, multiplicou-se a linha de testada pela linha de fundos e, em seguida, dividiu-se o resultado por 10 mil, haja vista que 1 alqueire mineiro corresponde a 10 mil braças quadradas. Por exemplo: a Fazenda do Resgate de José de Aguiar de Toledo tinha "1.200 braças de testada de nascente a poente, e 2.500 de fundo de norte a sul". Pois bem, ao multiplicar a testada pelos fundos, temos que a área da fazenda era de 3 milhões de braças quadradas; aplicando-se a regra de três, em que 1 alqueire é igual a 10 mil braças quadradas, temos que sua propriedade tinha uma superfície equivalente a 300 alqueires mineiros. Cf.: MMN, **Inventário de José de Aguiar de Toledo**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 427, 09/02/1838. Quanto às propriedades registradas em *alqueire planta de milho*, adotou-se o seguinte procedimento: sabe-se que 1 alqueire planta de milho corresponde a 27.225 m^2 e que 1 alqueire mineiro equivale a 48.400 m^2; então, o alqueire planta de milho corresponde a aproximadamente 0,562 alqueire mineiro. Por exemplo: a propriedade de João da Cunha Lopes era formada por "uma sorte de terras que leva 120 alqueires de planta de milho [...]"; assim, ao aplicarmos a regra de três, em que 1 alqueire planta de milho é igual a 0,562 alqueire mineiro, temos que a sua propriedade tinha uma superfície igual a aproximadamente 67 alqueires mineiros. Cf. MMN, **Inventário de João da Cunha Lopes**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 42, Nº 744, 27/08/1844.

correção dos índices e, desse modo, foi possível estabelecer o tamanho médio das propriedades rurais dos cafeicultores de acordo com as FTPs.

Segundo os indicadores estatísticos coligidos na **Tabela 3.6**, observa-se que, em relação à dimensão média das propriedades rurais, os dados podem sugerir que em Bananal havia três faixas de tamanho de propriedades rurais, que expressam, *grosso modo*, a hierarquia entre os grupos de escravistas. As *pequenas propriedades* seriam aquelas cujo tamanho médio girava em torno de 10 alqueires, que correspondiam, em linhas gerais, aos imóveis pertencentes aos miniescravistas. As *médias propriedades*, por sua vez, seriam aquelas compostas pelos imóveis de dimensão média equivalente a quase 25 alqueires, que pertenciam aos pequenos, médios e grandes escravistas. Finalmente, as *grandes propriedades* seriam aquelas que tinham uma superfície média por volta de 100 alqueires, cujos donos eram, em linhas gerais, os megaescravistas.[292]

Tabela 3.6 – Indicadores Estatísticos da Estrutura Fundiária por *Propriedades* (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Média	Moda	Mediana	N
Mini	10	5	9	18
Pequenos	24	3	11	41
Médios	26	12	15	32
Grandes	28	15	15	41
Mega	106	113	70	59
Total	**49**	**15**	**16**	**191**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: os valores foram arredondados para a casa decimal mais próxima.

Atualmente, o INCRA estabelece que, em relação à classificação da extensão de propriedades rurais, o imóvel que possui menos de um módulo fiscal configura-se como minifúndio; de um a quatro módulos, pequena propriedade; entre quatro e 15 módulos, média propriedade; e superior a 15, grande propriedade rural. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. Um módulo fiscal equivale a um determinado número de hectares, variável conforme cada município do Brasil.[293] No município de Bananal, que particularmente nos interessa, o

[292] Doravante, o alqueire mineiro será denominado apenas por alqueire.
[293] Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=article&id=11904:stf-acolhe-entendimento-do-incrapgf-sobre-classificacao-da-extensao-de-propriedades-rurais&catid=327:destaques&Itemid=279>. Acesso em: 10 mar. 2013.

módulo fiscal corresponde a 24 hectares (cerca de 5 alqueires mineiros).[294] Assim, nos dias correntes o minifúndio em Bananal possui área igual ou inferior a 5 alqueires, a pequena propriedade tem entre 5 e 20 alqueires, a média propriedade detém de 20 a 75 alqueires e, por fim, a grande propriedade compreende os imóveis com superfície superior a 75 alqueires.

É relevante a semelhança existente entre a classificação das propriedades rurais fundamentada nos dados da **Tabela 3.6** e a atual categorização elaborada pelo INCRA, sobretudo no caso das pequenas e grandes propriedades rurais. De todo modo, há um intervalo temporal bastante longo (cerca de 150 anos) entre uma realidade e outra, embora ela corresponda ao mesmo recorte geográfico. A questão da classificação das propriedades rurais deve ser abordada com as lentes voltadas às práticas correntes na região do Vale do Paraíba durante o século XIX.

O agrônomo holandês C.F. van Delden Laërne, que visitou inúmeras fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense e mineiro entre 1883 e 1884, apontou que as propriedades rurais denominadas de *situação* e *fazendola* correspondiam aos imóveis menores que as *fazendas* e os *sítios*. A *situação* era a propriedade rural que possuía até 50 alqueires. Já o *sítio* tinha uma dimensão que não excedia a 150 alqueires. Por fim, a *fazenda* era a propriedade rural que tinha mais de 150 alqueires.[295] O memorialista Eloy de Andrade (1872-1948), autor de um belíssimo livro, baseado nas reminiscências de seu pai, que foi médico de partido em Valença-RJ, na segunda metade do século XIX, assinalou que, na província do Rio de Janeiro, a propriedade denominada *fazenda* tinha, em média, uma área de 120 alqueires e uma escravaria que variava de 40 a 50 trabalhadores. Já a propriedade denominada *sítio* possuía, no máximo, 34 alqueires. O autor não esclarece a dimensão média da escravaria empregada no sítio, mas pode-se supor que seria inferior a 40 indivíduos. A *grande propriedade*, por fim, tinha um tamanho médio que variava de 250 a 600 alqueires e possuía mais de 200 escravos.[296]

Ambos os autores se eximem de classificar os imóveis em pequena, média e grande propriedade rural. Somente a *grande propriedade* recebeu a atenção de Eloy de Andrade. É provável que a razão dessa omissão possa ser explicada pelo simples fato de que os próprios agricultores coevos não classificassem suas terras de acordo com estas categorias. Nesse

---

[294] INCRA. **Instrução Especial Nº 20 – 28/05/1980**, p. 106. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980>. Acesso em: 20 dez. 2012.
[295] LAËRNE, op. cit., p. 273.
[296] ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989, p. 189-190.

sentido, pode-se conjecturar que os agricultores qualificassem suas propriedades nos termos empregados por Laërne e Andrade: *sítio*, *situação*, *fazendola* e *fazenda*.

Segundo os inventários dos cafeicultores escravistas de Bananal, as nomenclaturas usualmente empregadas para denominar as propriedades rurais eram *fazenda*, *sítio*, *chácara* e *lugar* e/ou *paragem*. Os dados disponíveis na **Tabela 3.7** sugerem que a *fazenda* era normalmente utilizada para nomear as propriedades rurais dos grandes e megaescravistas, ou seja, dos cafeicultores que tinham 50 ou mais escravos. Dentre os grandes e megacafeicultores escravistas (33 ao todo), 81,8% deles (27) possuíam ao menos uma propriedade denominada fazenda e 9,1% (três) tinham sítios. Os médios escravistas também eram donos de fazendas: dos 27 proprietários de terras, 37,1% deles (dez) eram senhores de fazendas, 14,8% (quatro) de sítios, 3,7% (um) de chácara, e, em 40,7% dos casos (onze), foram mencionados o *lugar* ou a *paragem*, em cujas propriedades se localizavam. O *lugar* ou *paragem* era geralmente utilizado nos processos de inventário para designar o bairro ou a freguesia na qual os imóveis estavam estabelecidos. Tratava-se de uma denominação genérica, não correspondendo, portanto, a uma classificação das propriedades.

No grupo dos pequenos escravistas, por seu turno, poucas propriedades foram denominadas de fazenda ou de sítio: dos 47 donos de terras, apenas 10,6% (cinco) tinham fazendas e 4,3% (dois) eram proprietários de sítios. Para a maior parte dos pequenos escravistas, 76,6% (36 ao todo), os imóveis foram nomeados segundo o lugar ou a paragem. Por fim, quanto aos miniescravistas, somente 3,7% (um ao todo) tinham fazendas e 3,7% (um ao todo) eram proprietários de sítios. Os demais mini escravistas, 81,5% (22 ao todo), possuíam apenas propriedades rurais com a denominação do lugar ou paragem (**Tabela 3.7**).

Tabela 3.7 – Classificação das Propriedades Rurais por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Prop. de Terras	Sítio	Chácara	Fazenda	Lugar/Paragem	Sem Nome
Mini	27	1	-	1	22	3
Pequenos	47	2	-	5	36	4
Médios	27	4	1	10	11	1
Grandes	14	2	-	10	1	1
Mega	19	1	-	17	1	-
Total	**134**	**10**	**1**	**43**	**71**	**9**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

O que os dados da **Tabela 3.7** podem sugerir é que, apesar de haver fazendeiros de café em todos os grupos de escravistas, o título de fazendeiro era praticamente uma

prerrogativa dos grandes e megaescravistas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a dimensão da escravaria é o elemento-chave para compreender a distinção existente entre sitiantes e fazendeiros de café. E, conforme será demonstrado mais adiante, o tamanho da escravaria tinha implicações diretas sobre a extensão das propriedades e sobre o número de cafezais cultivados.

O sítio era a propriedade rural que tinha tamanho médio relativamente menor que a fazenda. O *Sítio do Formoso*, pertencente à pequena escravista Mariana Delfina do Nascimento, casada com Jerônimo Alves da Cunha, tinha cinco escravos e 4.800 pés de café (dois mil de "três anos", 1.800 de "dois anos" e mil "em mudas"). Todos os cafezais dessa unidade produtiva eram novos, o que denota que a escravista havia há pouco investido na atividade cafeeira. As terras do sítio eram compostas por "uma sorte de terras de três alqueires, ocupadas por um pasto [...] e casa de vivenda" e "uma sorte de terras de três alqueires próprias para cultura". Tratava-se, portanto, de uma *pequena propriedade rural*, segundo a classificação por nós atribuída (**Tabela 3.6**). A unidade produtiva do casal era formada por "uma morada de casas coberta de telha [...] e três lanços de rancho pegado à mesma casa", duas casas cobertas de palha (sem utilidade explicitada), além de uma "engenhoca para cana". O sítio tinha ainda uma "roda de mandioca" e "um forno de cobre", ambos empregados na fabricação de farinha. Por fim, a propriedade contava também com dois cavalos.[297]

O *Sítio do Formoso* não correspondia a uma unidade produtiva cafeeira completa, pois não apresentava nenhum monjolo, utilizado no beneficiamento dos frutos dos cafeeiros, e, aparentemente, nem terreiro para a secagem dos grãos. Como se viu, tratava-se de uma propriedade rural recém-convertida à cafeicultura, indício de que o casal ainda teria certo tempo para adquirir o maquinário necessário para beneficiar os grãos, já que a colheita dos primeiros frutos ocorria entre o terceiro e o quinto ano após o seu plantio. É possível também que, dada a escassez de recursos do casal, a alternativa para viabilizar sua produção de café seria a de beneficiar os grãos colhidos em unidades produtivas de outros cafeicultores. A respeito disso, Laërne afirma que a distinção entre um sitiante e um fazendeiro não consistia tanto na extensão de sua plantação, mas em sua importância. Esta diferença residia principalmente no valor de sua produção e no aperfeiçoamento dos maquinários utilizados no beneficiamento do café para o mercado. Grandes plantações de café, cujos grãos eram

[297] Cf. MMN, **Inventário de Mariana Delfina do Nascimento**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 59, Nº 1143, 24/10/1849.

beneficiados em outras fazendas, eram chamadas de sítios.[298] Se este parece ser o caso da sitiante Mariana Delfina do Nascimento, os próximos casos selecionados parecem contrariar a afirmação de Laërne.

O sítio do pequeno escravista José Pinto Cabral, situado na paragem Rio de Santo Antônio, tinha seis escravos e 23 mil pés de café (oito mil "velhos", seis mil "novos" e nove mil sem descrição de seu estado de conservação), além de dois mandiocais e um pequeno canavial. Ele era constituído por "uma sorte de terras" com cerca de oito alqueires, sendo três em matas virgens e cinco em capoeiras (terras outrora empregadas na lavoura de café) e "uma sorte de terras [...] compreendendo as casas de vivenda, campos e cafezais", que tinha por volta de 7,5 alqueires, sendo 1,5 em pastos e seis ocupados com cafezais. No sítio, havia "casas de vivenda cobertas de telha [...] inclusive cozinha, com uma prensa de espremer mandioca", "um lanço de casa [...] no terreiro", "uma casa [...] com engenho de cana e cochos", "um monjolo com pilão ainda não assentado", "um monjolo assentado", "uma casa ordinária, onde reside o coerdeiro João D'Amasceno" e "valos e chanfrados que fecham o pasto". O sítio contava ainda com "um aparelho de ferrar" e "uma roda de sevar mandioca". O rebanho, por sua vez, era composto por gado bovino (duas vacas, dois bois e dois bezerros), muar (quatro burros arreados de cangalha), suíno (entre porcas e capados, onze ao todo) e cavalar (oito cavalos arreados).[299]

Como se pode observar, o sítio de José Pinto Cabral era uma unidade produtiva completa,[300] haja vista que possuía tanto o maquinário, para beneficiar os grãos de café, quanto o terreiro, para a secagem dos frutos. O sítio correspondia, *grosso modo*, a uma *pequena propriedade rural* (**Tabela 3.6**). A unidade produtiva de Cabral produzia, provavelmente, aguardente e/ou rapadura para o próprio consumo, dada a dimensão de seu canavial. E também se dedicava à criação de animais para a subsistência, principalmente bovinos e suínos.

Por seu turno, o sítio do médio escravista João Paim da Câmara, situado na Sesmaria da Cachoeirinha, possuía 26 escravos e 37.600 pés de café (25.800 "novos", 6.300 "velhos" e 5.500 sem descrição). A propriedade era composta pelas "terras do sítio ocupadas com as benfeitorias e pastos", cerca de 25 alqueires, e por "terras de matas virgens, inclusive o

---

[298] LAËRNE, op. cit., p. 276. MUNIZ, op. cit., p. 103-104.

[299] Cf. MMN, **Inventário de José Pinto Cabral**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1566, 21/04/1856.

[300] Sobre a acepção do terno "unidade produtiva completa" ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

pedaço de terras de capoeiras", que tinha por volta de dois alqueires. Tratava-se, portanto, de uma *média propriedade rural* (**Tabela 3.6**). Os "bens de raiz" do sítio eram formados pela "casa de vivenda de três lanços, coberta de telhas, com cozinha e despensa anexas", "uma casa coberta de telha com moinho e roda de mandioca" e "uma casa de tulha, de dois lanços, velha, coberta de palha". Além disso, tinha "dois monjolos e competente [casa] coberta de palha", "uma casinha de porcos, coberta de palha", "um rego d'água do monjolo e moinho", "uma casa de galinhas coberta de palha", "uma casa de dois lanços que serve de paiol, coberta de palha", "uma casa de tropa de três lanços, coberta de telha" e, finalmente, "uma casa nova assoalhada, que foi de monjolo". Apresentava ainda 29 bestas "arreadas de cangalha", e "duas vacas com cria". O sítio ainda contava com um "forno de cobre de torrar farinha", "uma prensa [de mandioca]" e "um ventilador [de café]". Ao contrário dos sítios de José Pinto Cabral e de Mariana Delfina do Nascimento, a unidade produtiva possuía – ou houve o cuidado em se inventariar – ferramentas de lavoura, tais como: 13 enxadas, 11 foices e um machado.[301]

A propriedade de João Paim da Câmara diferenciava-se dos outros dois sítios supracitados por algumas razões. A primeira delas se refere à sua dimensão territorial, que girava em torno de 27 alqueires, que a alçava a uma *média propriedade rural*. Em segundo lugar, tratava-se de uma unidade produtiva completa e, mais do que isso, possuía estrutura mais adequada e, de certo modo, mais eficiente para a produção de café. O sítio apresentava todos os maquinários e os imóveis necessários para o beneficiamento de café (monjolo, ventilador, tulha). Embora não haja referência explícita ao terreiro, tudo indica que os grãos eram beneficiados em sua própria propriedade, na medida em que, como se mostrou, havia dois monjolos, um ventilador e uma tulha na unidade produtiva. Como se pôde notar, Câmara tinha o cuidado, ademais, de resguardar seu rebanho (tinha galinheiro, chiqueiro e "casa de tropa") e sua produção agrícola (tinha tulha e paiol) das intempéries. A referência ao paiol (utilizado no armazenamento de gêneros alimentícios) e ao moinho (usado na fabricação de fubá e angu) sugere, por fim, que o sítio era uma propriedade policultora.

Os sítios de José Pinto Cabral e de João Paim da Câmara, ao contrário do que se poderia depreender pela leitura de Laërne, não beneficiavam os grãos de café em outras fazendas. De fato, havia diferenças entre sítios e fazendas. Todavia, o beneficiamento dos frutos dos cafeeiros em propriedades rurais alheias não era o elemento central que distinguia sitiantes de fazendeiros. O que os três casos parecem indicar é que havia uma hierarquia

[301] Cf. MMN, **Inventário de João Paim da Câmara**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 78, Nº 1588, 07/07/1856.

social entre os próprios sitiantes, que era determinada, em larga medida, pela dimensão de suas escravarias. Mariana Delfina do Nascimento possuía cinco escravos e 4.800 pés de café. José Pinto Cabral, por sua vez, tinha seis cativos e 23 mil pés de café. Por último, João Paim da Câmara era dono de 26 escravos e 37.600 pés de café. A diferença entre a unidade produtiva de Mariana e de Cabral é que a primeira havia ingressado na cafeicultura pouco tempo antes de seu falecimento, ao passo que Cabral já era cafeicultor há pelo menos 20 anos. É provável que Mariana estivesse investindo na aquisição de maquinários para o beneficiamento de café e, nesse sentido, não seria necessário realizar o beneficiamento dos frutos colhidos em outras propriedades rurais. A distinção hierárquica entre Cabral e Câmara consistia basicamente no tamanho de suas posses de escravos – o primeiro era um pequeno escravista, e o segundo era um médio proprietário de escravos –, que implicava, no caso do sítio de Câmara, uma estrutura de produção mais especializada na produção de café que a dos sítios de Mariana e Cabral.[302]

No que se refere às fazendas de café, a média escravista Joana Poyana Monsier, esposa de Tourin Domingos Monsier, era proprietária da *Fazenda Capitão Mor*. O casal possuía 35 escravos, 81 mil pés de café (37 mil "novos" e 44 mil sem descrição) e cerca de 105 alqueires de superfície territorial. A propriedade tinha "uma morada de casas [...] coberta de telhas [...] uma cozinha para os brancos e outra para os pretos", "dois lanços de casa que servem para senzala, cobertos de telha", "um sobradinho [...] coberto de telhas [...] contendo um corredor, duas salas e duas senzalas por baixo", "uma casa que serve de tulha para café", "uma casa de cinco lanços e um puxado coberto de telha [...] que serve de paiol", "uma casa com quatro lanços coberto de telha [...] que serve para recolher café". A fazenda era composta ainda por "um chiqueiro coberto de telha", "uma casa coberta de palha [...] com dois grandes monjolos que servem para socar café", "um moinho coberto de telha", "uma casa coberta de telhas com duas portas na frente [...] com balcão e prateleiras", "uma cozinha coberta de telha no pomar". Além desses, a fazenda continha outros imóveis, cuja serventia não se pôde determinar, devido ao seu registro genérico no processo de inventário. Por fim, o casal ainda era proprietário de imóveis na Vila de Bananal: "uma casa térrea na Rua do Comércio, nº 39, com armações de botica e contendo dois grandes puxados dos lados" e "umas casas de sobrado na Rua Direita".[303]

---

[302] Sobre a propriedade denominada *sítio* de um grande escravista, ver o caso do *Sítio da Perapetinga* e *Sítio da Serra*, pertencentes ao casal Joaquim Manoel de Freitas e Felícia Maria de Santana, investigados no primeiro capítulo.

[303] Cf. MMN, **Inventário de Joana Poyana Monsier**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 48, Nº 873, 12/09/1846. A *Pharmacia Imperial* – a primeira do Brasil – foi inaugurada pelo casal Monsier em 1830. Após a

Como se pode notar, a *Fazenda Capitão Mor* era uma *grande propriedade rural*, em vista de seus 105 alqueires de área (**Tabela 3.6**). Ela continha todos os elementos indispensáveis para a produção de café e, por este motivo, era uma unidade produtiva completa. Interessante destacar que quase todos os imóveis dessa propriedade eram cobertos de telha, ao contrário dos imóveis dos três sítios analisados, que eram recobertos, em sua maioria, de palha. O casal também se dedicava à criação de gado bovino (oito vacas, dois bois, oito bezerros e três novilhas), muar (12 bestas e 13 burros arreados) e cavalar (três cavalos). Certamente, havia a criação de porcos na propriedade, haja vista a presença de um chiqueiro dentre os imóveis arrolados no inventário.

A *Fazenda de Santa Vitória*, pertencente ao grande escravista Luiz Gomes Nogueira Franco, um dos herdeiros do Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira, investigado no primeiro capítulo, tinha 60 escravos, 140 mil pés de café (10 mil "decotados" e 130 mil sem descrição) e 80 alqueires de terras. A fazenda, que era uma *grande propriedade rural* (**Tabela 3.6**), era constituída por "uma casa de vivenda", "cinco lanços de varanda, cozinha e enfermaria", "doze lanços de senzalas cobertos de telha", "cinco lanços de tulhas assoalhadas", "dois lanços de casas de tropa", "cinco lanços de paiol" e "três lanços de casas de escolha [de café]". Contava ainda com "dois lanços de cozinha dos pretos", "uma olaria", "um moinho e casa", "uma casa e monjolo", "um lavador de café", "sete lanços de casas de sapê, no terreiro de dentro", "três lanços de casas de sapê, no terreiro de fora", "uma casa de venda com o rancho na frente da beira da estrada" e "uma varanda dos carros".[304] A *Fazenda de Santa Vitória*, como se vê, era uma unidade produtiva cafeeira completa.

O maquinário da propriedade, utilizado no beneficiamento de gêneros alimentícios, correspondia a "uma roda de mandioca", "um batedor de milho", "um debulhador de milho" e "um forno de cobre", além do moinho arrolado acima. Os instrumentos de trabalho, por sua vez, eram formados basicamente pelas "diversas ferramentas de carpinteiro", "dois machados de roça", "19 foices" e "40 enxadas". O rebanho da fazenda era composto por gado bovino (13 "bois de carro", quatro vacas, cinco novilhas e dois bezerros), muar (onze bestas "arreadas de cangalha", cinco bestas "de sela" e 15 burros "arreados de cangalha"), suíno (seis porcas, oito capados e um cachaço), além de sete carneiros, três cabritos, um casal de gansos e um

---

proclamação da República, Valeriano José da Costa, proprietário da farmácia naquela época, alterou seu nome para *Pharmacia Popular*. Em 1922, a farmácia passou a pertencer ao farmacêutico Ernani Graça, que, em 1956, foi transmitida a seu filho, Plínio Graça. Infelizmente, há poucos anos, após o falecimento de Plínio Graça, a farmácia foi fechada e todo o seu acervo, que continha inúmeros utensílios originais, foi vendido.

[304] Cf. MMN, **Inventário de Luiz Gomes Nogueira Franco**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 87, Nº 1799, 19/02/1859.

casal de marrecos. Na propriedade de Luiz Gomes Nogueira Franco havia ainda a produção de feijão ("40 alqueires de feijão"), além da referência explícita ao cultivo de milho ("70 alqueires de milho").[305]

A *Fazenda do Rio Manso* e a *Fazenda dos Pinheiros*, ambas pertencentes à megaescravista Maria Ribeiro de Aguiar, viúva de José de Aguiar de Toledo, também investigado no primeiro capítulo, eram *grandes propriedades rurais*. A primeira tinha cerca de 300 alqueires, e a Fazenda dos Pinheiros possuía mais que o dobro do tamanho daquela (660 alqueires). A Fazenda do Rio Manso era uma unidade produtiva completa, ao passo que a segunda correspondia a uma unidade produtiva complementar àquela. Toda a escravaria (220 cativos ao todo) residia nos 19 lanços de senzalas da Fazenda do Rio Manso, onde havia também 214 mil pés de café plantados (140 mil "novos", 60 mil "velhos" e 14 mil sem descrição). Dentre os imóveis arrolados nessa unidade produtiva, vale destacar a "casa de morada e cozinha", "uma cozinha dos negros", "uma tulha", "três lanços de tulha com varanda" e "uma tenda de ferreiro com seus pertences". Os "bens de raiz", utilizados no abrigo dos animais, eram formados por "um galinheiro velho", "um chiqueiro velho", "três lanços de casa de tropa" e "chiqueiros". Já os imóveis ligados ao beneficiamento de café eram compostos por "um rego d'água, lavador de café, três monjolos, dois moinhos, casas para essas máquinas e um abanador de café".[306]

A Fazenda do Rio Manso apresentava um numeroso rebanho, constituído por gado bovino (24 "bois de carro", uma vaca "com cria" e uma novilha) e muar (23 bestas "arreadas", três bestas "de sela", 34 burros "arreados" e dois burros "de sela"), além de um cavalo "de sela". As ferramentas empregadas na lavoura eram relativamente pouco abundantes em relação à escravaria existente na fazenda: 22 enxadas, 50 foices, 15 machados, nove pás e 12 cavadeiras. É provável que, por se tratar de um inventário amigável, alguns bens possam ter sido ocultados durante a avaliação dos bens, sobretudo, os de menor valor agregado.[307]

A Fazenda dos Pinheiros possuía, pelo menos, 20 anos de exploração ininterrupta, pois Maria Ribeiro de Aguiar a recebeu de herança de seu finado marido, em 1838. Ela tinha 252 mil pés de café, todos sem registro algum de seu estado de conservação. Possuía também apenas dois imóveis: "umas casas onde mora [seu genro] Francisco Luiz da Costa" e "uma

[305] Ibid.
[306] Cf. MMN, **Inventário Amigável de Maria Ribeiro de Aguiar**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 68, Nº 1396, 25/06/1853.
[307] Ibid.

casa pequena". Essa fazenda, como informado, tinha 660 alqueires de área: 63 estavam "ocupados com cafezais", pertencentes à Maria Ribeiro de Aguiar, e 595 alqueires "desocupados e com cafezais dos herdeiros [Antônio] Ourique [de Aguiar], [Francisco Antônio de] Moura, Dona Eufrásia [Maria de São José] e Francisco Luiz [da Costa]".[308] A presente declaração, registrada no inventário, mostra que quatro de seus oito herdeiros utilizavam as terras desta fazenda para cultivar seus cafezais. Provavelmente, os herdeiros também construíram nessa propriedade as instalações necessárias para o beneficiamento dos grãos. Tratava-se, portanto, de uma propriedade de uso comum da família.[309]

Vale frisar, por fim, que a fazendeira de café, Maria Ribeiro de Aguiar, era proprietária de três imóveis na Vila: "umas casas térreas, velhas, na Rua do Comércio"; "uma casa na mesma rua, perto da casa do finado [João Félix]"; e "uma casa de sobrado na mesma rua, que foram do finado João Gonçalves".[310]

Laërne parece ter razão quando afirma que a diferença entre o sitiante e o fazendeiro consistia em sua "importância", e não tanto na extensão de sua plantação. E tal distinção residia, sobretudo, no valor de sua produção e no aperfeiçoamento dos maquinários empregados no beneficiamento do café.[311] As fazendas que acabaram de ser citadas, apresentavam alguns elementos em comum. Em primeiro lugar, todas eram *grandes propriedades rurais*, pois seu tamanho médio girava em torno de 100 alqueires. Tais fazendas continham todos os maquinários e as instalações indispensáveis para a produção em larga escala de café e, diga-se de passagem, empregavam os métodos mais modernos no beneficiamento dos grãos. Como se viu, as tulhas eram assoalhadas, o que evitava o contato dos grãos de café com o solo, impedindo o atraso na secagem dos grãos ou a depreciação de sua qualidade. Além disso, as fazendas continham lavadores de café, casa de escolha dos grãos e abanadores de café. Quase todos os imóveis eram recobertos de telha. Ademais, ao que tudo indica, os três fazendeiros levavam sua própria produção de café até os portos de embarque, dada a dimensão de seu rebanho (bois de carros, bestas e burros "arreados de cangalha"). Por último, todos estes fazendeiros tinham imóveis na Vila, o que denota sua importância. A conjunção de todos esses elementos conferia a seus proprietários o *status* de fazendeiro.

---

[308] Ibid.
[309] Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.
[310] Cf. MMN, **Inventário Amigável de Maria Ribeiro de Aguiar**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 68, Nº 1396, 25/06/1853.
[311] LAËRNE, op. cit., p. 276.

Os cafeicultores escravistas de Bananal tinham, em média, 2,6 propriedades rurais (**Tabela 3.3**). As propriedades rurais eram, *grosso modo*, unidades produtivas completas, principalmente no caso dos megaescravistas, ou complementares entre si. Partindo dessa premissa, deve-se ressaltar que só é possível compreender a estrutura fundiária no município em questão ao analisar o conjunto de propriedades que cada um dos cafeicultores escravistas mantinha sob sua posse. Deste modo, é imprescindível apresentar alguns indicadores estatísticos da estrutura fundiária para que se tenha uma noção mais precisa acerca da dimensão média do conjunto de propriedades rurais, segundo os grupos de escravistas (FTP). Vale frisar que, para impedir as possíveis distorções nos indicadores estatísticos levantados (média, mediana e moda), por conta de propriedades de dimensões extremas, foram eliminados da amostragem de dados duas unidades de propriedades rurais (a maior e a menor) de cada uma das FTPs.[312] De acordo com a **Tabela 3.8**, nota-se que o número total de proprietários rurais apreciados na análise corresponde a *87 cafeicultores escravistas*, já que dez proprietários foram excluídos da amostra. A metodologia utilizada permitiu a correção dos índices e, nesse sentido, foi possível estabelecer o tamanho médio do conjunto de propriedades rurais dos cafeicultores de acordo com as FTPs.

Tabela 3.8 – Indicadores Estatísticos da Estrutura Fundiária por *Proprietários* (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Média	Moda	Mediana	N
Mini	10	5	8	13
Pequenos	29	15	19	32
Médios	46	-	38	18
Grandes	122	-	125	8
Mega	275	-	187	16
Total	**83**	**30**	**36**	**87**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: os valores foram arredondados para a casa decimal mais próxima.

A **Tabela 3.8** sugere, em primeiro lugar, que a dimensão média da superfície territorial do conjunto de propriedades dos cafeicultores escravistas girava em torno de 83 alqueires. Indica ainda que o tamanho modal e mediano das "propriedades"[313] rurais desses cafeicultores correspondia a 30 e 36 alqueires, respectivamente. Estabelecendo a comparação entre os dados coligidos na **Tabela 3.6** e **Tabela 3.8**, nota-se que os valores modal e mediano dobram,

[312] O procedimento metodológico adotado foi o mesmo seguido para a confecção da **Tabela 3.6**.
[313] O termo *propriedades* foi colocado entre aspas por se referir ao conjunto de propriedades rurais que cada cafeicultor escravista mantinha sob seu domínio.

enquanto o valor médio cresce cerca de 70% quando se leva em consideração a estrutura fundiária por *proprietários* (**Tabela 3.8**) e não por *propriedades* (**Tabela 3.6**).

As informações disponíveis na mesma **Tabela 3.8** podem sugerir, também, que havia cinco faixas distintas de tamanho de "propriedades", que se relacionam diretamente às cinco faixas de tamanho de posse de escravos. Havia, portanto, uma equivalência entre a posse de escravos e a posse de "propriedades" rurais. Entre as décadas de 1830 e 1850, as "propriedades" dos miniescravistas eram, em média, menores em comparação aos demais escravistas de Bananal: o tamanho médio de suas "propriedades" rurais correspondia a apenas 10 alqueires. Entretanto, as "propriedades" dos megaescravistas eram, em média, maiores que a de todos os outros proprietários de escravos da região: a dimensão média de suas "propriedades" era de 275 alqueires. Por sua vez, as "propriedades" dos pequenos escravistas tinham um tamanho médio que girava em torno de 29 alqueires. Já as "propriedades" dos médios proprietários de escravos possuíam dimensão média de 46 alqueires. Por fim, as "propriedades" dos grandes escravistas detinham área média equivalente a 122 alqueires.

Em Saint-Domingue, a área média das propriedades cafeeiras girava em torno de 30 alqueires, no último quartel do século XVIII, período de maior opulência econômica da colônia francesa. Na Jamaica, por seu turno, a propriedade cafeeira tinha, em média, 60 alqueires, entre 1780 e 1860. Em Cuba, embora as estimativas sejam imprecisas, pode-se apontar que o tamanho médio das propriedades era semelhante à de Saint-Domingue.[314] Como se vê, as propriedades rurais cafeeiras de Bananal – e, possivelmente, em todo o médio Vale do Paraíba – eram maiores em relação às unidades produtivas daquelas três regiões escravistas. Tal diferença de escala permitiu aos senhores de escravos adotarem estratégias profundamente espoliativas de administração da paisagem e dos trabalhadores.[315]

É possível depreender, portanto, a relação direta existente entre a posse de escravos e a dimensão das "propriedades" rurais dos cafeicultores. Percebe-se que quanto maior a dimensão da escravaria (FTP) mais elevada era a área média das "propriedades" rurais. A partir disso, pode-se inferir que o tamanho da escravaria era um elemento que impactava diretamente a dimensão das "propriedades" rurais. E, conforme se verá mais adiante, a posse de escravos determinava o número de pés de café cultivados nas "propriedades" rurais. Porém, reversivamente, pode-se afirmar que o contrário também é verdadeiro: a acumulação

[314] MARQUESE, Rafael de Bivar. Espacio y poder en la caficultura esclavista de las Américas: el Valle del Paraíba en perspectiva comparada, 1760-1860. In: PIQUERAS, José Antonio (Ed.). **Trabajo libre y trabajo coactivo en sociedades de plantacion**. Madrid: Siglo XXI, 2009, p. 215-252.
[315] Ibid.

prévia de terras por um núcleo relativamente restrito de poucas famílias certamente impulsionou a tendência de concentração da posse escrava em suas mãos.[316]

A estrutura fundiária, indicada pelos inventários *post mortem* de Bananal, deve ser apreendida igualmente por meio da análise da distribuição das propriedades rurais e de sua respectiva superfície no território em tela. Antes de seguir para tal investigação, é preciso fazer uma breve digressão acerca da representatividade dos dados da amostragem (**Tabela 3.9**). Segundos dados do IBGE,[317] a área atual dos municípios de Bananal e Arapeí[318] – que no século XIX compunham a Vila de Bananal –, é de 616,428 km^2 e 156,902 km^2, respectivamente, que, somadas, correspondem a uma superfície total de 773,330 km^2. Convertendo-se a área em km^2 para alqueire, vê-se que a Vila de Bananal, no século XIX, apresentava uma superfície total de aproximadamente 16 mil alqueires. Os dados coligidos na **Tabela 3.9** apontam que a superfície total das propriedades rurais cafeeiras inventariadas era de pouco mais de 12 mil alqueires. No entanto, a dimensão das propriedades rurais localizadas em Bananal perfazia 9.747 alqueires (80,7%) e as propriedades situadas nos municípios fronteiriços (São José do Barreiro, na província de São Paulo, Barra Mansa, Rio Claro, São João do Príncipe e Angra dos Reis, na província do Rio de Janeiro) somavam 2.324 alqueires (19,3%). Destaca-se, portanto, que os dados contidos na **Tabela 3.9** demonstram que a superfície total das propriedades rurais que granjeavam café em Bananal (9.747 alqueires), englobava cerca de 60% de toda a área do município em questão.[319] Em termos de proporção, a amostra é abrangente e permite mapear as grandes tendências da estrutura fundiária das unidades produtivas de café dessa região.

Os dados disponíveis na **Tabela 3.9** podem sugerir que os megaescravistas (donos de 100 ou mais cativos) tinham uma participação relativa maior na propriedade da terra e, mais do que isso, monopolizavam parcela significativa das terras empregadas na lavoura de café. Esses senhores detinham 30,3% das propriedades e controlavam 63,5% da superfície rural inventariada. O outro lado da balança, por seu turno, era composto pelos miniescravistas (proprietários de quatro ou menos cativos), que possuíam a menor proporção de propriedades

---

[316] Bacellar demonstrou que houve acumulação prévia da propriedade fundiária antes mesmo da chegada do café no nordeste paulista. Cf.: BACELLAR, Carlos de A. P. Uma rede fundiária em transição. In: _____; BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas (FFLCH-USP), 1999, p. 91-116.

[317] BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=350490>. Acesso em: 15 jan. 2012.

[318] Arapeí emancipou-se de Bananal a 30 de dezembro de 1991, elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 7644. Cf. BRASIL. IBGE, op. cit.

[319] Vale observar, contudo, que há sempre o risco de superposição de propriedades rurais inventariadas, quando se leva em consideração um período relativamente amplo.

rurais e, ao mesmo tempo, a menor parcela fundiária da localidade: eles agregavam um décimo dos imóveis (10%) e possuíam tão somente 3,6% da área total inventariada. Por sua vez, os pequenos escravistas (detentores de cinco a 19 cativos) possuíam pouco mais de dois décimos dos imóveis (21,4%) e ocupavam 8,8% do território rural. Já os médios escravistas (donos de 20 a 49 cativos) tinham 16,9% das propriedades rurais e mantinham sob seu domínio 10,6% da superfície da região. Por último, os grandes escravistas (proprietários de 50 a 99 cativos), que eram donos de 21,4% das imóveis – proporção igual à dos pequenos escravistas – comandavam 13,5% de toda a área rural.

Tabela 3.9 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Propriedades		Área Ocupada	
	N	%	N	%
Mini	20	10,0	438	3,6
Pequenos	43	21,4	1.060	8,8
Médios	34	16,9	1.282	10,6
Grandes	43	21,4	1.631	13,5
Mega	61	30,3	7.661	63,5
Total	**201**	**100,0**	**12.071**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: os valores foram arredondados para a casa decimal mais próxima.

No mesmo período em questão, conforme se viu no segundo capítulo, os megaproprietários de escravos, que perfaziam 11,4% dos escravistas, dominavam 62,6% dos trabalhadores escravizados em Bananal. É notável, como se vê, a semelhança entre a proporção da superfície ocupada pelas propriedades rurais de tais senhores e a dimensão de suas escravarias. Portanto, os megaescravistas, apesar de sua pequena participação relativa em relação aos demais proprietários de cativos, eram os maiores produtores de café da região. Os dados sugerem que os megaescravistas dominavam a paisagem agrária, a posse de escravos e, conforme se verá, os pés de café cultivados.

O trabalho de Renato Marcondes sobre a propriedade escravista no Vale do Paraíba paulista ajuda a entender a participação dos senhores de escravos na produção de café.[320]

[320] MARCONDES, Renato Leite. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.

Mediante a análise do "Mapa do arrolamento das Fazendas de café",[321] o autor afirmou que dos 68 cafeicultores paulistas presentes na lista, 23,5% deles (16 ao todo) detinham a posse de menos de dez cativos em suas propriedades. Tais indivíduos produziram pouco mais de um décimo do total de café remetido ao Rio de Janeiro, em 1868, pelo porto de Angra dos Reis.[322] De fato, é inegável a relevância dos pequenos escravistas quanto à sua participação relativa na produção de café. No entanto, os dados apontam de forma clara que os grandes escravistas eram os maiores cafeicultores da região.

Os dados disponíveis nas **Tabelas 3.10**, **3.11** e **3.12** sugerem que pode ter havido uma concentração paulatina da propriedade fundiária pelos megaescravistas de Bananal no decorrer das décadas de 1830, 1840 e 1850. Todavia, é preciso relativizar essa hipótese. Deve-se ter em vista que efetuar a análise da evolução da estrutura fundiária por um curto espaço de tempo (por décadas), a partir dos inventários *post mortem*, não abrange a totalidade da questão pela não obrigatoriedade dos indivíduos em ter de realizar o inventário. Conforme se destacou no segundo capítulo, nem todos os indivíduos eram obrigados por lei a lavrarem um processo de inventário após o falecimento de seu parente ou cônjuge. Nesse sentido, os inventários não abarcavam todos os agentes socioeconômicos de uma determinada região. O ideal é que a estrutura agrária seja apreendida do modo como se fez anteriormente (**Tabela 3.9**); deve-se contemplar um período relativamente amplo. De todo modo, será possível estabelecer a análise da estrutura fundiária por breves períodos (décadas), desde que os resultados não sejam tomados como absolutos.

Para a década de 1830, os dados parecem indicar que havia certa pulverização da propriedade fundiária em Bananal. Os miniescravistas, donos de 12,5% das propriedades rurais, detinham apenas 1,4% da superfície inventariada. Os pequenos escravistas, apesar de constituírem o grupo com a maior participação relativa de propriedades (47,5% do total), possuíam cerca de um quarto de toda a área ocupada. Os médios escravistas, por sua vez, que tinham 15% das propriedades rurais, eram donos de 26,3% da superfície territorial. Já os grandes escravistas, que compunham o segundo grupo com maior proporção de propriedades

[321] A lista foi elaborada pelo coletor de Angra dos Reis, Antonio Francisco Corrêa Viana, em 1º de Setembro de 1868 em virtude da construção de um ramal da Ferrovia D. Pedro II. A despeito de seu nome, o Mapa não arrolava todas as fazendas produtoras de café daquelas províncias. Trata-se, na verdade, de 304 fazendas paulistas, 183 fluminenses e uma mineira, que exportavam o produto para a Corte através dos portos de Angra dos Reis. Cf. "Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas immediações das Províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de Setembro de 1860 pela Colletoria de Rendas Provinciaes do Município de Angra dos Reis". In: PEREIRA, Waldick. **Cana, café & laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977, p. 55-70. MARCONDES, op. cit., p. 279.

[322] MARCONDES, op. cit., p. 279.

(17,5%), ocupavam parcela fundiária semelhante a dos médios escravistas (29,8%). Já os megaescravistas, que detinham apenas 7,5% dos imóveis rurais, eram senhores de pouco menos de dois décimos (18,4%) da área total inventariada da região (**Tabela 3.10**).

Tabela 3.10 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839

FTP	Propriedades[323]		Área Ocupada[324]	
	N	%	N	%
Mini	5	12,5	36	1,4
Pequenos	19	47,5	615	24,1
Médios	6	15,0	671	26,3
Grandes	7	17,5	759	29,8
Mega	3	7,5	469	18,4
Total	**40**	**100,0**	**2.551**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.
Nota: os valores foram arredondados para a casa decimal mais próxima.

Os dados apresentados na **Tabela 3.11**, por seu turno, sugerem que pode ter havido mudanças na estrutura fundiária da região na passagem dos anos 1830 para 1840. De um lado, houve um sensível crescimento na participação relativa das propriedades pertencentes aos miniescravistas, que passou de 12,5% para 14,8%. Apesar deste pequeno incremento, elevou-se significativamente a porção de terras desse grupo, que era de 1,4% e passou a 19,6% da área inventariada. No caso dos megaescravistas, há indícios de que tanto a parcela de propriedades rurais quanto a superfície ocupada tenha aumentado neste período: na década de 1840, estes cafeicultores mantinham sob seu domínio 16,7% das terras e eram donos de quase dois quintos (38,8%) da área total da região. Todavia, os médios e os grandes escravistas, que vivenciaram o acréscimo na participação correlata de suas propriedades rurais, viram reduzir suas porções de terras. Os primeiros eram donos de 27,8% das terras e possuíam 20,1% de toda a superfície rural. Já os grandes escravistas, senhores de 22,2% dos imóveis, tinham 13,4% da área inventariada. Por último, em relação aos pequenos escravistas, houve uma diminuição na proporção de propriedades rurais (de 47,5% para 18,5%), entre os anos 1830 e

[323] Nesse período, encontrou-se nos inventários o total de 64 registros de propriedades rurais cafeeiras. Porém, como se vê na **Tabela 3.10**, 40 propriedades (62,5% ao todo) apresentaram o registro completo dos imóveis. As demais 24 propriedades apresentaram somente a linha de testada das terras ou nem sequer isso se declarou.
[324] A superfície total dos imóveis rurais produtores de café inventariados nesse período (2.551 alqueires) corresponde aproximadamente a 16% da área total da Vila de Bananal. Todas as propriedades estavam localizadas em Bananal.

1840, que foi seguida de perto pela redução no tamanho da área ocupada, que passou de 24,1% para 8,1%.

Tabela 3.11 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849

FTP	Propriedades[325]		Área Ocupada[326]	
	N	%	N	%
Mini	8	14,8	337	19,6
Pequenos	10	18,5	140	8,1
Médios	15	27,8	346	20,1
Grandes	12	22,2	230	13,4
Mega	9	16,7	667	38,8
Total	**54**	**100,0**	**1.719**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.
Nota: os valores foram arredondados para a casa decimal mais próxima.

Finalmente, os dados dispostos na **Tabela 3.12** sugerem que podem ter havido intensas alterações na estrutura fundiária, entre os decênios de 1840 e 1850. O maior impacto dessas transformações, sem sombra de dúvidas, ocorreu em virtude da concentração de terras pelos megaescravistas. Estes cafeicultores, que nos anos 1850 eram donos de 45,8% de todas as propriedades rurais, tinham sob seu domínio pouco mais de quatro quintos (83,7%) de toda a superfície territorial inventariada. Os demais produtores de café dividiam a fatia restante da área da região. Os miniescravistas, donos de 6,5% dos imóveis, ocupavam uma área equivalente a tão somente 0,8% do território. Os pequenos escravistas tinham 13,1% das propriedades e mantinham o controle de 3,9% da área rural. Os médios escravistas, que possuíam pouco mais de um décimo (12,1%) dos imóveis, detinham 3,4% do território ocupado. Por último, os grandes escravistas, que dominavam 22,4% dos imóveis, detinham pouco menos de um décimo (8,2%) da superfície da região. Como se pode notar, houve redução na proporção de propriedades rurais para quase todos os grupos de escravistas, entre os anos de 1840 e 1850. Os megaescravistas foram os únicos que aumentaram a participação relativa no que se refere à proporção de imóveis rurais.

[325] Na década de 1840, 95 propriedades rurais foram declaradas nos inventários dos cafeicultores escravistas. No entanto, como se observa na **Tabela 3.11**, 54 propriedades (56,8% ao todo) continham o registro completo dos imóveis. Na maior parte das demais 41 propriedades havia tão somente a denominação genérica de "sorte de terras", "terras da fazenda", "posses de terra" ou até mesmo deu-se apenas a linha de testada.
[326] A área total das propriedades rurais situadas em Bananal, que foram inventariadas nesse período (1.714 alqueires), compreende aproximadamente 11% da superfície total da Vila de Bananal.

Tabela 3.12 – Distribuição das Propriedades Rurais Cafeeiras (em Alqueires) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859

FTP	Propriedades[327]		Área Ocupada[328]	
	N	%	N	%
Mini	7	6,5	64	0,8
Pequenos	14	13,1	304	3,9
Médios	13	12,1	265	3,4
Grandes	24	22,4	641	8,2
Mega	49	45,8	6.526	83,7
Total	**107**	**100,0**	**7.800**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.
Nota: os valores foram arredondados para a casa decimal mais próxima.

O que se depreende, portanto, é que pode ter havido tendência, ao longo do tempo, à concentração paulatina de terras pelos megaescravistas, tanto no que diz respeito à proporção de propriedades rurais quanto à superfície ocupada por elas. O "monopólio" da estrutura fundiária e da posse de escravos pelos megaescravistas pode ter sido gestado no processo de expansão da economia cafeeira a partir dos anos de 1830. Não por acaso, na década de 1850, período no qual houve a maior concentração de terras e escravos – e cafezais, conforme se verá mais adiante – pelos megaescravistas, o município de Bananal tornou-se o maior produtor de café da província de São Paulo, com a safra de mais de 8 mil toneladas métricas.

Entre as décadas de 1810 e 1830, destacou-se que os escravistas que investiram na atividade cafeeira tiveram de financiar a si próprios, devido à inexistência de crédito agrícola bancário. Assim, os agricultores adotaram a prática de cultivar gêneros alimentícios (milho e feijão) entre as fileiras dos cafezais. Nesse processo, os lucros auferidos mediante a comercialização de mantimentos no mercado interno e a venda dos grãos de café no mercado externo foram reinvestidos na cafeicultura. Isso permitiu que os agricultores se tornassem cafeicultores. No entanto, a partir dos anos 1840, parece que houve uma diferenciação: as mesmas famílias (grandes e megaescravistas) que acumularam capitais no período de montagem da cafeicultura (ca. 1810 – ca. 1830) estavam munidas de recursos suficientes para ampliar notavelmente a escala e o número de suas propriedades rurais nas duas décadas

[327] No período em questão, 183 imóveis foram registrados nos processos de inventário. A **Tabela 3.12** apresenta um total de 107 propriedades (58,5%) cuja área se declarou por completo. As restantes 76 propriedades rurais receberam apenas a designação genérica de "porção de terras", "posses de terra", "parte de terras" e "terras da fazenda".

[328] A superfície total dos imóveis rurais localizados em Bananal, inventariados neste período (5.483 alqueires), representa cerca de 36% de toda a área de Bananal.

seguintes. Por esse motivo, concentraram boa parte das terras, escravos e cafezais nos anos 1840 e 1850.

3.1.4 O preço da terra

A expansão desenfreada da economia cafeeira entre as décadas de 1820 e 1830 provocou o aumento na demanda por terras em todo o médio Vale do Paraíba. A partir desse período, a apropriação de terras por meio da posse "mansa e pacífica" tornou-se a única maneira de aquisição de domínio com a extinção do regime de sesmarias (1822). Assim, a busca incessante por terras virgens para serem desmatadas e convertidas em unidades produtivas de café acabou encarecendo seu preço.

É importante ressaltar que a posse nem sempre era mansa e pacífica. Ao contrário, os conflitos fundiários eram frequentes nas regiões de economia em franca expansão, conforme atestam os diversos processos judiciais. "Mansa e pacífica" era a versão que muitos indivíduos proclamavam, para garantir essa posse, mesmo depois de terem agregado esforços, por meio de seus capangas, para espantar os pequenos posseiros e roceiros. As terras devolutas eram, de modo geral, ocupadas por roceiros, que a desbravavam, abrindo clareiras nas matas para fazer suas plantações, e que serviam, sem querer, como sinalizadores da existência de boas terras para os poderosos, que tratavam de expulsá-los mais para longe, onde reiniciavam o processo, ou então aceitavam ser agregados do novo posseiro.[329]

Antes de se investigar os preços da terra, faz-se necessário frisar, novamente, que os valores monetários registrados nos inventários *post mortem* não podem ser adotados como correspondentes aos preços de mercado, pois se firmavam mais em estimativas de valores que em legítimas transações comerciais. No entanto, como se trata de uma amostra homogênea, que abarca um período relativamente amplo, é possível mapear as tendências gerais dos preços da terra da região em análise. Deve-se destacar, também, que o procedimento metodológico adotado consistiu em examinar os preços da terra levando-se em consideração os valores nominais (em mil-réis) em equivalentes de café (sacas) e em libras, tal como

[329] Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997. BACELLAR, Carlos de A. P. Uma rede fundiária em transição. In: _____; BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas (FFLCH-USP), 1999, p. 91-116.

utilizado na análise dos preços dos escravos, no segundo capítulo. Os dados que serviram de base para a elaboração das **Tabelas 3.13** e **3.14** e do **Gráfico 3.1** foram extraídos e calculados por meio das informações disponíveis na **Tabela 2.49**.

Os dados coligidos na **Tabela 2.49** permitiram estabelecer relações do preço mediano da braça de terra (equivalente a 2,2 m) em sacas de café (coluna 8) e em libras (coluna 9). Nota-se que os dados da **Tabela 3.13** indicam que o preço mediano da braça de terra (em valores nominais) cresceu de forma constante entre 1830-1834 e 1850-1854, mantendo-se estável no último período (1855-1859): no primeiro quinquênio, a terra custava 3$500, elevou-se a 10 mil-réis em 1840-1844 e, por fim, atingiu a cifra de 20 mil-réis em 1850-1854. No decurso de todo o período, portanto, o preço da terra aumentou cerca de 470%.

Tabela 3.13 – Preço Mediano (em Mil-Réis) da Braça de Terra em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859

Período	Em Mil-Réis (7)	Em Sacas de Café (8) = (7)/(4)	Em Libras (9) = (7)/(6)
1830-1834	3$500 (18)	0,2	0,5
1835-1839	6$000 (30)	0,4	0,8
1840-1844	10$000 (39)	0,8	1,2
1845-1849	15$000 (23)	1,3	1,6
1850-1854	20$000 (24)	1,4	2,4
1855-1859	20$000 (27)	1,1	2,2

Fontes: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859. **Tabela 2.49**.
Nota: os dados da coluna 7 constam da fonte (Inventários *post mortem*, 1830-1859).
As colunas 8 e 9 foram calculadas com base nos valores da **Tabela 2.49**.
Os números entre parênteses da coluna 7 correspondem à amostragem de dados.

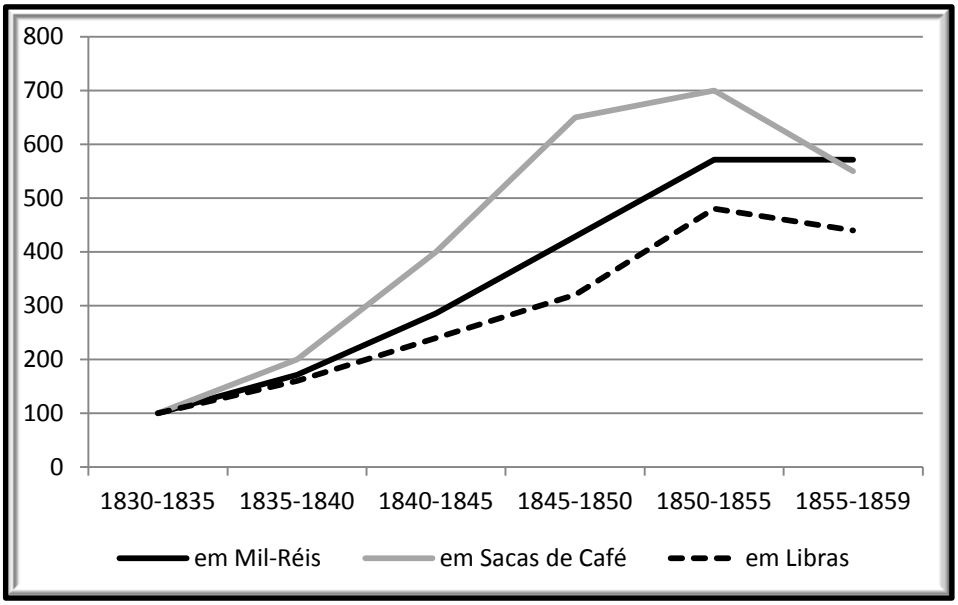
Os valores presentes na **Tabela 3.13** foram transformados para uma base 100 no primeiro período (1830-1834), e os resultados podem ser observados na **Tabela 3.14** ou no **Gráfico 3.1**. Ambos permitem notar a tendência ao aumento proporcional mais significativo do preço da terra, relativamente à saca de café, até o quinquênio de 1850-1854. Já no quinquênio seguinte (até 1855-1859) houve uma pequena redução do preço da terra relativamente ao preço do café. Desse modo, o que os dados sugerem é que se tornou cada vez mais difícil para os indivíduos que tinham poucos recursos (escravos) comprar terras, o que não ocorria com os que tinham mais capitais. O **Gráfico 3.1** mostra que foi preciso mais sacas de café em 1850-1854 para comprar uma braça de terra do que em 1830-1834.

Tabela 3.14 – Preço Mediano (em Mil-Réis) da Braça de Terra em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859 (Período 1830-1834 = 100)

Período	Em Mil-Réis	Em Sacas de Café	Em Libras
1830-1834	100,0	100,0	100,0
1835-1839	171,4	200,0	160,0
1840-1844	285,7	400,0	240,0
1845-1849	428,6	650,0	320,0
1850-1854	571,4	700,0	480,0
1855-1859	571,4	550,0	440,0

Fonte: **Tabela 3.13**.

Gráfico 3.1 – Preço Mediano (em Mil-Réis) da Braça de Terra em Equivalente de Café (Sacas) e Libras. Bananal, 1830-1859



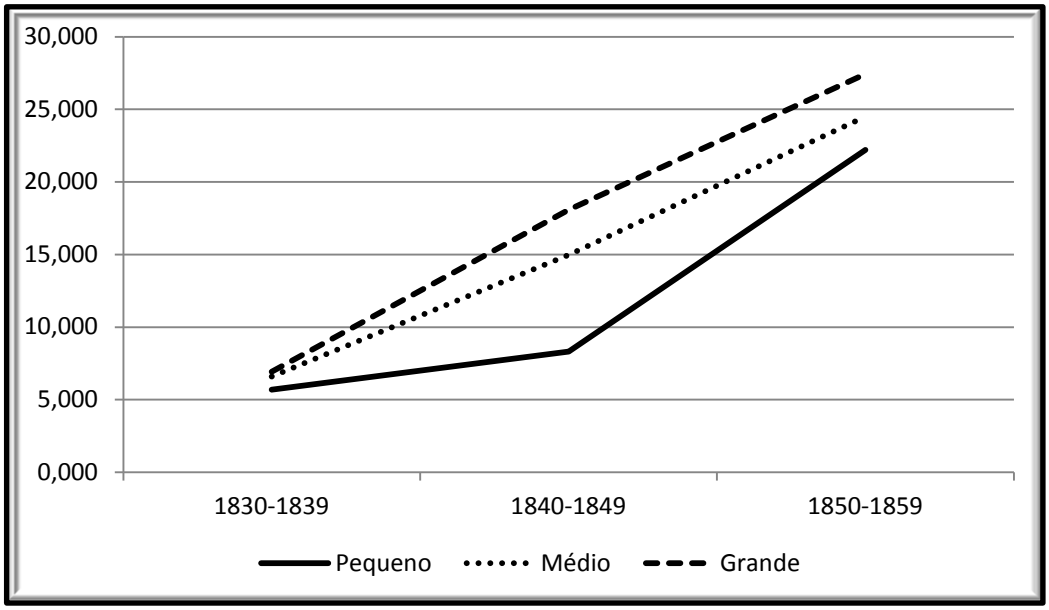
Fonte: **Tabela 3.14**.

O aumento mais que proporcional dos preços da terra em relação à saca de café ocorreram em período anterior à própria Lei de Terras (1850). O encarecimento relativo da terra coincide justamente com a reabertura do tráfico atlântico ilegal de africanos (1835). Nesse período, os cafeicultores aceleraram as compras de escravos para atender à crescente demanda pelo produto nos mercados consumidores. Conforme se afirmou, no segundo capítulo, o preço do café no mercado mundial caiu entre 1835-1850; ao mesmo tempo, subiu o preço da terra. Portanto, os cafeicultores tiveram de produzir mais sacas de café para conseguir adquirir terras. Por esse motivo, os megaescravistas conseguiram concentrar a posse da terra, assim como a posse de escravos, justamente por produzir bem mais café que os demais grupos de escravistas.

No tocante ao preço da terra por grupos de escravistas, pode-se vislumbrar outro aspecto relevante acerca da estrutura fundiária em Bananal, que complementa as ilações logo acima. No **Gráfico 3.2**, agrupou-se os proprietários de escravos, anteriormente discriminados em cinco grupos, em apenas três categorias (FTP): os *pequenos escravistas*, donos de 19 ou menos escravos; os *médios escravistas*, detentores de 20 a 49 cativos; e, por fim, os *grandes escravistas*, senhores de 50 ou mais cativos. Optou-se por este agrupamento para minimizar as possíveis distorções nos valores monetários, em decorrência do reduzido número de casos elencados.

O que os dados disponíveis no **Gráfico 3.2** podem sugerir é a tendência, ao longo do tempo, de uma distinção no que se refere à qualidade da terra possuída pelos grupos de escravistas. As terras dos grandes escravistas atingiam, em média, um preço mais elevado em relação às terras pertencentes aos médios e aos pequenos proprietários de escravos. Tal constatação pode indicar que os grandes escravistas, além de deterem o domínio de grande parte da superfície inventariada, 77% do total (**Tabela 3.9**), eram donos das melhores terras.

Gráfico 3.2 – Preço Médio (em Mil-Réis) da Braça de Terra por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.[330]

Na década de 1830, não havia distinções significativas nos preços da terra entre os três grupos de escravistas: o preço médio, nas pequenas propriedades, era de 5$689; no caso dos médios, era de 6$600; e, por fim, nas grandes propriedades, atingiu a cifra de 6$917. Nos anos

[330] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.13)**.

1840, por seu turno, nota-se a tendência à diferenciação nos preços médios das terras pertencentes a cada um dos grupos de escravistas, uma vez que as terras dos grandes proprietários de escravos (18$093) eram, em média, mais elevadas que a dos médios (14$969) e pequenos escravistas (8$307). Por fim, no decênio de 1850, o quadro não sofreu nenhuma alteração substantiva, haja vista que o preço médio das terras dos grandes escravistas (27$425) se manteve mais elevada que o das propriedades dos médios (24$500) e dos pequenos escravistas (22$200) (**Gráfico 3.2**). Ao que tudo indica, os megaescravistas estavam comprando terras em matas virgens, que valiam mais que as terras cultivadas. A reprodução (extensiva) do sistema agrário vigente no Vale do Paraíba se fazia pela incorporação de mais terras e força de trabalho sem a mediação de um desenvolvimento técnico na agricultura. Nesse sentido, a capacidade de reprodução do sistema estava diretamente ligada à fronteira agrícola.[331] Os *grandes escravistas*, que possuíam as terras mais caras da região, se distinguiam dos demais cafeicultores porque, ao longo de todo o período, garantiram a manutenção de seu *status* mediante a constante incorporação de terras em matas virgens, elemento fundamental para a reprodução do sistema agrário.

3.2 A PRODUÇÃO DE CAFÉ E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A revolução escrava de Saint Domingue (1791-1804) solapou as *plantations* escravistas de café – e de açúcar, vale dizer –, que, em 1790, eram responsáveis pelo fornecimento de cerca da metade de todo o café – e de pouco menos de um terço do açúcar – consumido nas regiões centrais da economia-mundo. A saída de Saint Domingue provocou um vácuo no mercado mundial de café, justamente no período de aumento na demanda pelo artigo nos mercados metropolitanos. Desse modo, entraram em cena novas regiões produtoras, como Cuba e Brasil. Na América portuguesa, o arbusto de café foi introduzido na década de 1720 e aclimatado no Centro-Sul na segunda metade do Setecentos. Entretanto, o deslanche da economia cafeeira nessa área viria somente na segunda metade de 1810, com a

[331] STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

volta da paz na Europa e a reorganização do mercado mundial, juntamente com a entrada de novos mercados consumidores.

O saber agronômico gestado nas possessões holandesas, inglesas e francesas, no decorrer do século XVIII, foi transmitido aos agricultores da América portuguesa logo nos primeiros anos de formação da cafeicultura na região do Centro-Sul. Essas técnicas agrícolas difundiram-se mediante traduções de manuais agronômicos, destacando-se a coleção *O fazendeiro do Brazil*, editada pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso, em onze volumes, entre 1798 e 1806. A coleção apresentava o tratado de P.J. Laborie, *Cultura do café. Plantador de café de São Domingos*, publicado originalmente em inglês, no ano de 1798. Laborie era cafeicultor escravista em Saint Domingue e, após a revolução escrava na colônia francesa, exilou-se na Jamaica. O manual elaborado pelo cafeicultor foi um dos mais importantes sobre a cafeicultura durante o século XIX.[332]

Dentre as técnicas agronômicas contidas no *Plantador de café de São Domingos*, que foram seguidas pelos cafeicultores do Vale do Paraíba, podem-se destacar o plantio alinhado e o decote dos cafezais. No decurso do tempo, porém, os produtores de café foram adquirindo experiência conforme a cafeicultura escravista ganhava importância no Vale do Paraíba e, em pouco tempo, elaboraram um saber agronômico fundado nas práticas locais. Não cabe aqui estabelecer comparações acerca das técnicas agronômicas elaboradas no Caribe e no Vale do Paraíba, que já foram bem delineadas por Rafael Marquese.[333] No entanto, é importante salientar o padrão agronômico adotado no Vale do Paraíba para que se compreendam os elementos constitutivos da produção de café.

A *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*, elaborada pelo padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, publicada em 1836, foi a primeira obra baseada nas práticas locais da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba.[334] O autor residiu durante cinco anos na Fazenda Desengano Feliz, localizada no município de Valença-RJ, e lá tomou conhecimento das técnicas gestadas na região. Em seu trabalho, Aguiar apontou que as melhores terras utilizadas na plantação dos pés de café eram as de matas virgens dos morros altos e íngremes, chamados de "meias-laranjas" (paisagem típica da região do médio Vale do Paraíba), de preferência as das encostas voltadas ao poente. Os cafezais plantados em terrenos baixos e de planície, assim como os outeiros voltados para o nascente, conhecidos por

[332] MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense** (*online*), v. 7, p. 142, maio 2008.
[333] Ibid., p. 138-152, 2008.
[334] AGUIAR, Padre João Joaquim Ferreira de. **Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836.

“noruegas”, embora crescessem bastante, davam poucos frutos devido à pouca exposição aos raios solares; por este motivo, esses terrenos não eram ideais para o cultivo de pés de café.[335]

No terreno destinado à plantação, os troncos e as raízes das árvores – não consumidos pelo fogo – eram extraídos, pois eles “dificultam a plantação e obstam ao bom alinhamento dos cafezais”.[336] As covas eram então abertas e devidamente alinhadas a certa distância, de 14 a 16 palmos (3,1 a 3,5 m). Por sua vez, as mudas eram retiradas dos viveiros ou debaixo dos cafezais, nos dias nublados ou chuvosos, e plantadas no mesmo dia em que foram extraídas. Decotavam-se os cafezais a uma altura de nove ou dez palmos (2,0 a 2,2 m), o que facilitava a colheita, impedia a quebra dos galhos, permitindo aos ramos carregarem-se de frutos. Os pés de café eram decotados na primeira capina, logo após a colheita. Durante o decote, limpavam-se os cafezais, extraindo-se os cipós, trepadeiras, ramos secos e, principalmente, as ervas de passarinho, que tanto assolavam as plantações.[337]

Os cafezais produziam seus primeiros frutos a partir do terceiro ano e a carga completa era obtida do quinto ano em diante. Nos três primeiros anos, os agricultores aproveitavam o terreno de uma nova plantação cultivando milho, feijão e mandioca entre as fileiras dos arbustos. A medida tinha um duplo objetivo: sombrear os pés recém-plantados e, ao mesmo tempo, manter a escravaria trabalhando no cultivo dos mantimentos.[338]

Os lavradores de café realizavam três capinas anuais em seus cafezais: a primeira era feita logo depois da colheita; a segunda, por seu turno, quando os frutos estavam formados; e a terceira era efetuada quando os grãos se encontravam próximos ao estado de maturação. Nesta última capina, os escravos já preparavam o terreno para a colheita. O procedimento consistia basicamente na limpeza ao entorno dos pés de café, na qual se fazia um círculo no declive da encosta com a terra e as ervas capinadas para conter os grãos maduros que se desprendessem dos ramos, evitando que eles descessem pelo declive da encosta. Nas grandes plantações, as colheitas principiavam em fins de abril e estendiam-se até o mês de outubro; os cafeicultores não esperavam o final da colheita para realizar a primeira capina, haja vista que os arbustos floresciam logo após a colheita dos grãos e, se a primeira capina não fosse executada em tempo hábil, a próxima colheita poderia ficar comprometida.[339]

A partir dos vinte anos de idade, os pés de café, considerados velhos, rendiam poucos frutos. Desse modo, o cafezal era cortado rente a terra para que os novos brotos florescessem

[335] Ibid., p. 5-6.
[336] Ibid., p. 7.
[337] Ibid., p. 8-10.
[338] Ibid., p. 8-9.
[339] Ibid., p. 10.

e novas colheitas pudessem ser obtidas. Todavia, efetuava-se o corte em três anos consecutivos, pela terça parte de cada ano, pois assim o cafeicultor não seria privado de colher os grãos dos velhos cafezais. Por conta do progressivo envelhecimento dos cafezais e dos que produziam poucos frutos – num ano de boa colheita sobrevinha outro de má colheita – os lavradores replantavam, anualmente, cerca de 10% do total de pés existentes em suas propriedades.[340]

Durante a safra (colheita), os escravos eram alocados de acordo com o alinhamento dos cafezais, em que cada um ficava responsável por uma fileira. Os trabalhadores iniciavam a colheita partindo do cume do outeiro até atingir a base, sempre seguindo sua fileira. Assim, o feitor controlava visualmente o trabalho executado pelos cativos, de modo que todos os arbustos fossem colhidos. Os escravos, que portavam um cesto (de um alqueire) e uma peneira, lançavam os grãos de café ao chão, e tinham de tomar cuidado necessário para não desfolhar ou quebrar os galhos. Depois, os grãos eram apanhados do chão, passados na peneira – para retirar as folhas e a terra – e colocados no cesto, que, quando completo, era levado ao local destinado para o depósito dos frutos colhidos.[341]

Em relação à tarefa diária imputada a cada um dos escravos no período de colheita, Aguiar apontou que "cada trabalhador pode muito bem colher, por dia, três a três alqueires e meio, e mesmo quatro alqueires nos anos abundantes". Todavia, alguns cafeicultores acordaram com seus cativos que, os que cumprissem sua tarefa, seriam dispensados do trabalho pelo restante do dia; outros fazendeiros, porém, preferiam pagar certa quantia aos escravos que excedessem a tarefa estipulada.[342]

O café colhido pelos cativos era levado ao terreiro em carros de boi. Os grãos eram então medidos em alqueires para que o fazendeiro pudesse computar o volume de sua safra com maior precisão. Segundo Aguiar, "três alqueires, ou, como alguns querem, dois alqueires e meio de café com polpa dão uma arroba dele seco e pronto a ser levado para o comércio".[343] Nesse sentido, o senhor de escravos saberia se os trabalhadores alocados na colheita correspondiam a três alqueires por indivíduo. Caso o volume não correspondesse à tarefa imputada, o cafeicultor tomava as providências necessárias para se evitar a negligência na execução da tarefa. Nas palavras do autor:

[340] Ibid., p. 11.
[341] Ibid., p. 12.
[342] Ibid., p. 12-13.
[343] Ibid., p. 13.

> Sem regime nada se faz, e o lavrador, que tolerar uma e outra vez a preguiça natural de quase todos os escravos e a indolência da maior parte dos feitores, deve contar que tudo será atraso e relaxação; e noto que é muito e muito conveniente que o fazendeiro visite pessoalmente os serviços no ato dos trabalhos, afim de tudo dispor e regular.[344]

No processo de beneficiamento do café, os grãos colhidos eram depositados em pequenos montes até o dia seguinte, quando eram espalhados no terreiro com rodos. Ao longo do dia, dois ou mais escravos passavam o rodo por todo o café para que os grãos recebessem por igual a luz solar. Ao término do dia, o café era novamente amontoado até o próximo dia, sendo novamente disperso com rodos. Efetuava-se este procedimento até a secagem completa dos grãos, que durava em média cerca de dois meses. Assim, recolhia-se o café nas tulhas, onde era medido novamente. O fazendeiro procurava manter o controle do volume de sua produção, precavendo-se de possíveis furtos em sua colheita.[345]

O café era então levado aos pilões, também chamado de "engenho de socar café" nos inventários, para se retirar um dos invólucros – o pergaminho – que envolviam a cereja. Em algumas propriedades, a existência de ventiladores, unidos ao eixo da roda, ajudava a limpar toda a poeira do café. Nas unidades produtivas sem pilões, os cafeicultores empregavam os monjolos, cujo processo gastava muito mais tempo e trabalho. Os cafeicultores que não contavam com nenhuma dessas máquinas apenas batiam o café com varas, tal como se praticava com o feijão, o que tornava o processo muito mais moroso, além de prejudicar em demasia a saúde dos escravos.[346]

O último passo no processo de beneficiamento consistia na escolha dos grãos. O café, depois de limpo e retirado o pergaminho, era levado à casa de escolha, onde se separavam os grãos podres, quebrados ou esbranquiçados. Este trabalho podia ser realizado pelas escravas com filhos pequenos, no qual o cafeicultor conseguia obter, em média, cerca de três a quatro arrobas/dia por escravo alocado nesse trabalho.[347]

Como se pode observar, o manual agronômico de Aguiar apresenta, em suas linhas gerais, as terras propícias para o plantio dos cafezais, os métodos de cultivo, as técnicas empregadas na manutenção dos cafeeiros, os processos de beneficiamento dos grãos e a rotina de trabalho da escravaria responsável pela execução de todas as atividades realizadas nas

[344] Ibid., p. 13.
[345] Ibid., p. 15-16.
[346] Ibid., p. 16-17.
[347] Ibid., p. 17.

unidades produtivas. Os processos de inventário não permitem elucidar de forma clara todos esses procedimentos adotados nas propriedades rurais para a produção de café. No entanto, é possível mapear, *grosso modo*, a produção de café com base no número de cafezais existentes nas unidades produtivas. Assim, pode-se estabelecer, em primeiro lugar, a comparação da capacidade produtividade das propriedades rurais entre os grupos de escravistas (FTP), mediante o cálculo da proporção de pés de café plantados pelos grupos de escravistas, individualmente. Além disso, é possível traçar o quadro da exploração do trabalho escravo por meio do cruzamento do número de pés de café cultivados pelos trabalhadores empregados nas unidades produtivas de Bananal, individualmente.

Vejamos, primeiramente, a estrutura da posse de cafezais cultivados nas propriedades rurais. Os dados coligidos na **Tabela 3.15** sugerem que os megaescravistas (donos de 100 ou mais cativos) podem ter concentrado a maior parte dos pés de café inventariados, indicando que esses proprietários de escravos eram provavelmente os maiores produtores de café da localidade. Grande parte das sacas de café, remetidas ao Rio de Janeiro e, então, exportadas para os países do Atlântico Norte, certamente eram obtidas em propriedades rurais habitadas por mais de uma centena de cativos. Entre as décadas de 1830 e 1850, os megaescravistas eram donos de dois terços (66,2%) de todos os cafezais inventariados em Bananal. Por conseguinte, os demais proprietários de escravos possuíam apenas um terço (33,8%) de todos os pés de café existentes na região. É interessante notar a correspondência entre o tamanho da posse de escravos (FTP) e a proporção de cafezais existente em cada uma destas faixas: observa-se, portanto, que quanto maior a FTP, maior era a proporção de pés de café plantados nas propriedades. Desse modo, o montante de pés de café cultivados estava diretamente atrelado à dimensão das escravarias nas propriedades rurais (ver **Tabela 2.6** e **Tabela 3.15**).

Tabela 3.15 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Pés de Café	
	N	%
Mini	225.899	2,4
Pequenos	618.433	6,5
Médios	1.014.520	10,6
Grandes	1.369.970	14,3
Mega	6.334.450	66,2
Total	**9.563.272**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Ao analisar a evolução da distribuição de pés de café por décadas, com base nas cinco faixas de tamanho de posse de escravos, observa-se, em primeiro lugar, a tendência a um processo de desconcentração relativa da propriedade de cafezais, entre as décadas de 1830 e 1840. Por um lado, decresceu a participação relativa das árvores de café pertencentes aos megaescravistas nesse período: tais senhores eram donos de 49,1% dos cafezais inventariados na década de 1830 e de 37,3% deles no decênio subsequente. Por outro, os pequenos escravistas vivenciaram igualmente a experiência de declínio relativo da propriedade de cafezais na mesma época: eles tinham 16,4% de todos os pés nos anos 1830 e 10,9% no decênio seguinte (**Tabelas 3.16** e **3.17**).

Tabela 3.16 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839

FTP	Pés de Café	
	N	%
Mini	39.999	4,1
Pequenos	160.650	16,4
Médios	154.450	15,8
Grandes	142.500	14,6
Mega	480.000	49,1
Total	**977.599**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Já os mini, médios e grandes escravistas experimentaram um crescimento de sua participação relativa na propriedade de cafezais. O primeiro grupo possuía apenas 4,1% dos pés de café plantados nos anos 1830 e 5,8% no período subsequente. Já os médios escravistas eram donos de 15,8% dos pés de café na década de 1830 e de 24,6% no decênio subsequente. Por fim, o grupo dos grandes proprietários de cativos detinha 14,6% dos arbustos no primeiro período e, na década posterior, 21,4% deles (**Tabelas 3.16 e 3.17**). O que se percebe, portanto, é que embora todos os grupos de escravistas tenham ampliado suas plantações de café (em número de pés), houve uma desconcentração proporcional dos cafezais pertencentes aos pequenos e megaproprietários de escravos. No entanto, este último grupo, provavelmente, ainda dominava a produção regional de café, haja vista que possuía a maior parte dos pés de café plantados.

Tabela 3.17 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849

FTP	Pés de Café	
	N	%
Mini	99.000	5,8
Pequenos	184.626	10,9
Médios	417.070	24,6
Grandes	362.600	21,4
Mega	631.950	37,3
Total	**1.695.246**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Os dados coligidos na **Tabela 3.18** sugerem que, entre as décadas de 1840 e 1850, houve uma inversão no processo constatado anteriormente. Os dados indicam que pode ter havido uma brutal concentração da propriedade de cafezais pelos megaescravistas em detrimento de todos os demais produtores de café de Bananal. Os megaproprietários de escravos provavelmente dominavam quase toda a produção de café da região, dado que eram donos de três quartos (75,8%) de todos os pés de café inventariados nos anos 1850. Os mini, pequenos, médios e grandes escravistas eram proprietários de apenas 1,3%, 4%, 6,4% e 12,6% dos pés de café existentes na localidade, respectivamente.

Tabela 3.18 – Distribuição de Pés de Café por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859

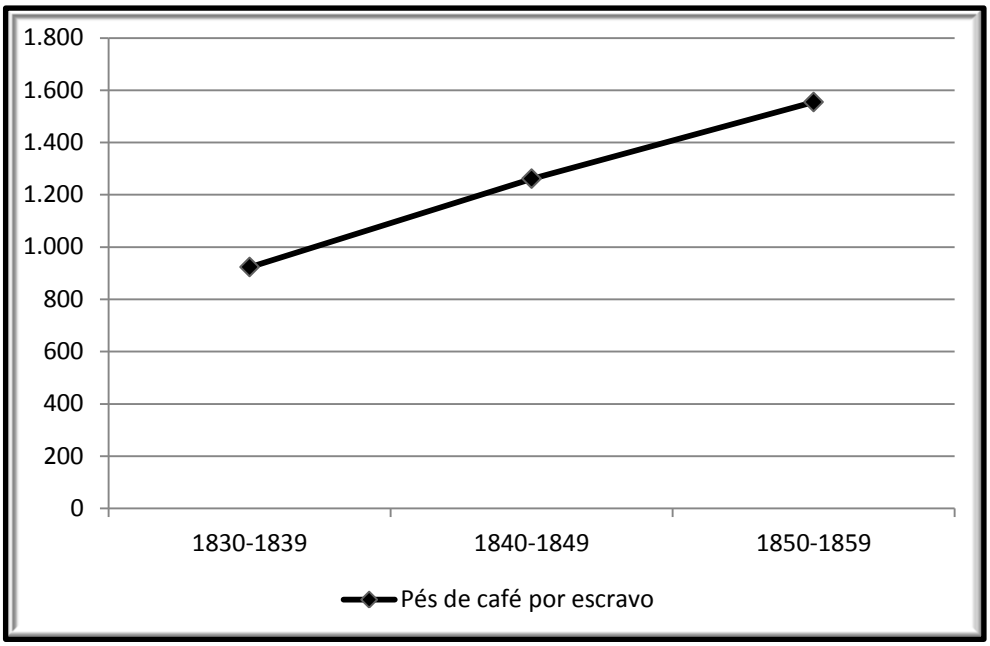
FTP	Pés de Café	
	N	%
Mini	86.900	1,3
Pequenos	273.157	4,0
Médios	443.000	6,4
Grandes	864.870	12,6
Mega	5.222.500	75,8
Total	**6.890.427**	**100,0**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

O segundo ponto a ser abordado diz respeito à exploração do trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras. Conforme se destacou nas páginas antecedentes, Aguiar apontou que os senhores de escravos produtores de café organizavam o trabalho escravo de acordo com o sistema de tarefas. No período de colheita dos grãos do café, que nos maiores estabelecimentos agrícolas começava em abril e estendia-se até outubro, os cafeicultores estabeleceram que a tarefa diária imputada a cada um dos cativos era de três alqueires

(medida de volume).[348] Como se sabe, os processos de inventário não apresentam o montante de grãos de café colhidos nas propriedades. Nesse caso, não é possível estabelecer a tarefa atribuída à população escrava. De todo modo, os inventários exibem os dados acerca da quantidade de escravos bem como do número de pés de café existentes nas propriedades rurais. Portanto, é possível mapear a produtividade do trabalho cativo pelo cruzamento do número de pés de café em relação à população cativa.

Gráfico 3.3 – Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo*). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.[349]

De acordo com o **Gráfico 3.3**, que apresenta o número médio de pés de café por escravo (independentemente de condição, estado de saúde, idade ou profissão), observa-se que, no decurso das décadas de 1830, 1840 e 1850, houve um crescimento progressivo do trabalho imputado à população escrava. Isto se deveu ao deslanche da economia cafeeira na região a partir dos anos 1830. Os dados indicam que, na década de 1830, havia cerca de 920 pés de café para cada escravo presente nas propriedades rurais cafeeiras. No período seguinte (anos 1840), por seu turno, a proporção era de cerca de 1.260 pés de café por escravo, crescimento de 37% ante a década de 1830. Por fim, no decênio de 1850, a quantidade de pés de café por escravo aumentou 23% perante o decênio antecedente, atingindo o pico de pouco

[348] AGUIAR, op. cit.
[349] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.14)**.

mais de 1.550 árvores. Percebe-se, portanto, de forma clara o aumento significativo na exploração do trabalho escravo nas unidades produtivas cafeeiras de Bananal no decorrer desse período histórico.

Em Vassouras, ocorreu o mesmo processo verificado em Bananal: aumentou-se de forma constante a exploração do trabalho escravo nas unidades produtivas de café ao longo do século XIX. Entre 1821 e 1835, o número médio de pés de café por escravo era de 461 pés e elevou-se a 820 pés nos quinze anos subsequentes (1836 a 1850). A taxa correlata cresceu novamente entre 1851 e 1865, atingindo a casa dos mil pés por cativo e, por fim, aumentou para 1.321 pés no período compreendido entre os anos de 1866 e 1880.[350] Em princípio, os dados parecem indicar que, em Bananal, a exploração da mão de obra escrava era mais elevada que em Vassouras; no entanto, para confirmar o indício seria necessário efetuar o cálculo levando-se em consideração o mesmo corte cronológico. Deve-se destacar que Adelci dos Santos não discriminou propriedades rurais com plantações de café e unidades produtivas sem café. Isso certamente interferiu na curva de exploração da mão de obra escrava. Nesse sentido, é provável que a taxa de exploração tenha sido uniforme em Bananal e em Vassouras.

Os dados disponíveis no **Gráfico 3.3** levaram em consideração toda a população escrava arrolada nos inventários *post mortem*. No entanto, sabe-se que nem todos os cativos eram trabalhadores efetivos de roça. Nas propriedades rurais, havia sempre a presença de escravos idosos e crianças. Estes cativos não eram alocados diretamente no amanho dos cafezais, embora exercessem alguma outra função nas propriedades.[351] Assim, é imprescindível que os escravos idosos e as crianças sejam eliminados da análise para traçar um quadro o mais próximo possível das taxas reais de exploração da mão de obra cativa nas propriedades cafeeiras.

As informações apresentadas na **Tabela 3.19** contemplam, de um lado, a escravaria com idade registrada nos processos de inventário (4.647 ao todo) e, por outro, a população escrava adulta ou a *força de trabalho* (3.056 no total) dos cafeicultores escravistas de Bananal. Como se nota, em média, 65,8% dos escravos correspondiam à força de trabalho dos escravistas. No tocante à força de trabalho por grupos de escravistas (FTP), observa-se que a proporção variava de 60,6% (pequenos escravistas) a 66,9% (megaescravistas) da escravaria com idade declarada nos inventários.

---

[350] SANTOS, Adelci Silva dos. **À sombra da fazenda**: a pequena propriedade agrícola na economia de Vassouras oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – DH-USS, Vassouras, Rio de Janeiro, 1999.
[351] ANDRADE, op. cit., p. 96-102.

Tabela 3.19 – Força de Trabalho (Escravos Adultos) dos Cafeicultores Escravistas por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Escravos	Força de Trabalho	
	N	N	%
Mini	54	36	66,7
Pequenos	434	263	60,6
Médios	576	364	63,2
Grandes	770	511	66,4
Mega	2.813	1.882	66,9
Total	**4.647**	**3.056**	**65,8**

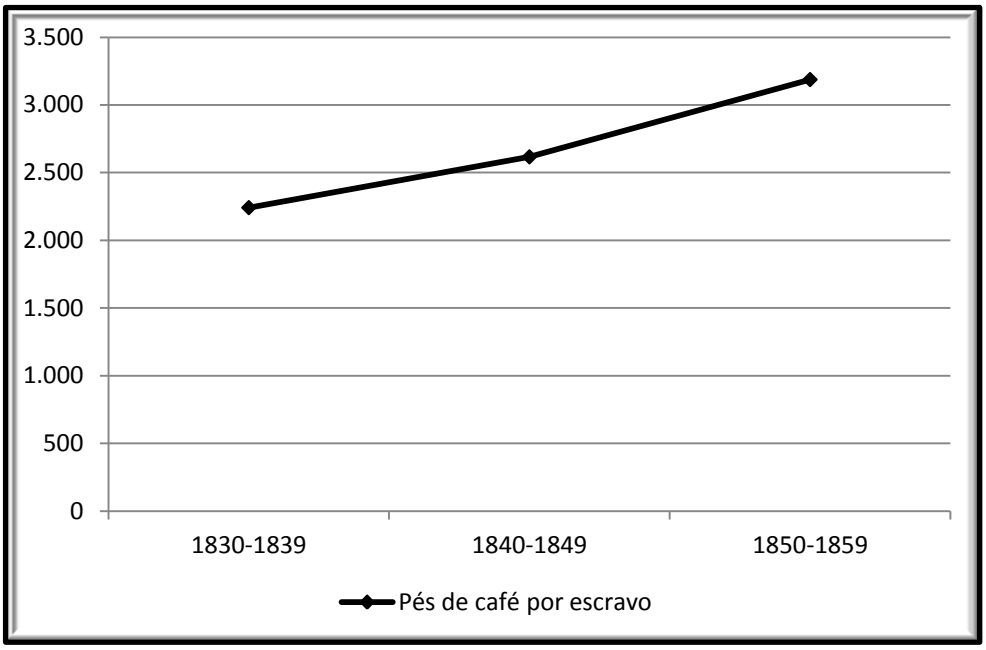
Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

A partir desta constatação, é possível esboçar, em linhas gerais, a exploração da força de trabalho dos cafeicultores escravistas por meio do cruzamento do número de pés de café pela quantidade de escravos adultos. Os dados exibidos no **Gráfico 3.4** sugerem um quadro de brutal exploração da força de trabalho, que aumentou progressivamente entre as décadas de 1830 e 1850. Nos anos 1830, cada cativo adulto era responsável, em média, por 2.241 pés de café. Uma década mais tarde, o número médio de pés de café por escravo elevou-se a 2.616 pés, aumento da ordem de 16%. Por fim, no decênio de 1850, houve novamente um acréscimo na taxa de trabalho imputada a cada trabalhador cativo: nesse período, a mão de obra cuidava, em média, de 3.187 pés, crescimento de 22% em relação aos anos 1840.

Carlos Augusto Taunay, em seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado pela primeira vez em 1839, assinalou que "para levar ao mercado 2 mil arrobas [de café] é preciso ter ao menos 100 mil pés, os quais pedem para cima de cinquenta pretos para sua lavoura".[352] Fazendo uma divisão simples entre os 100 mil pés de café pelos 50 escravos, cada trabalhador em condições de trabalho e bom estado de saúde encarregar-se-ia, em média, de 2 mil pés de café por safra.

[352] TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. 1. ed., 1839. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 130.

Gráfico 3.4 – Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo Adulto*). Bananal, 1830-1859



Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.[353]

Segundo os dados que acabaram de ser mencionados (**Gráfico 3.4**), é possível observar que a exploração da força de trabalho escrava em Bananal era muito maior que a taxa "estipulada" por Taunay. Para que se tenha uma noção precisa acerca da taxa de sobretrabalho da escravaria na localidade em análise, é importante estabelecer uma comparação com outra região de *plantation* escravista. Em 1790, Saint Domingue – maior produtora mundial de café no período – produziu cerca de 32 mil t do gênero; para esse ano, estima-se que cerca de 158 mil escravos eram empregados na cafeicultura. Para se produzir 8 mil t de café (volume equivalente a um quarto da produção), por exemplo, seriam necessários cerca de 39 mil cativos.[354] Comparando tais valores com a safra de café de Bananal, para o ano de 1854, depreende-se que o mesmo volume de café (8.100 t) foi obtido por apenas 20% da escravaria (7.621 cativos).[355] Os dados podem revelar dois aspectos ligados à produção de café: em primeiro lugar, a demasiada taxa de sobretrabalho imputada aos trabalhadores

[353] Os dados para as cifras deste gráfico encontram-se no **Apêndice A (Tabela A.15)**.
[354] MARQUESE, Rafael de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 109, 2010.
[355] OLIVEIRA, José J. Machado de. Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000023.html>. Acesso em: 26 nov. 2011. MOTTA, op. cit., p. 62.

cativos de Bananal ante a taxa atribuída à escravaria de Saint Domingue; em segundo lugar, a elevada produtividade dos pés de café bananalenses frente aos de Saint Domingue.

O segredo da excessiva exploração da mão de obra escrava em Bananal – e em todo o médio Vale do Paraíba – pode ser encontrado no método de administração da paisagem agrícola e da gestão do processo de trabalho. Os senhores de escravos adotaram como método de plantio o alinhamento vertical dos pés de café com grande espaçamento entre as fileiras dos arbustos. Este espaçamento permitia o plantio de 5.100 árvores de café por alqueire mineiro, ao contrário do plantio em quincunces empregado em Saint Domingue, cuja densidade era de cerca de 15.700 pés. O aparente desperdício de terreno – justificado pela oferta de terras no Vale – envolvido nesse tipo de plantio, tinha como principal objetivo o controle visual do trabalho escravo. Durante a safra ou a capina, cada trabalhador era disposto em uma fileira; os trabalhos se iniciavam no alto dos morros e finalizavam em sua base. Desse modo, os feitores podiam observar se, na safra, todas as árvores foram colhidas ou danificadas e, na capina, se a linha dos escravos seguia o mesmo ritmo ditado pelos escravos das pontas.[356]

Nesse sentido, os cafeicultores combinavam os dois métodos básicos de gestão do processo de trabalho escravo, que também estava presente em outras regiões de *plantation* escravista: "as turmas sob comando unificado (*gang system*) e o sistema de tarefas individualizado (*task system*)".[357] No entanto, por volta de 1830, foi introduzida uma novidade no sistema de tarefas no Vale do Paraíba, que se diferenciava dos métodos empregados no Caribe. Em Saint Domingue, em anos de boa colheita, era estipulada uma tarefa fixa de colheita, que após o seu cumprimento permitia aos escravos dispor do tempo livre da forma que lhes conviesse. No Vale do Paraíba, por seu turno, os cafeicultores empregavam três métodos distintos no sistema de tarefas. No primeiro caso, todo escravo que cumprisse sua tarefa (fixada em três alqueires) seria dispensado do trabalho pelo restante do dia. No segundo, a tarefa também era fixada em três alqueires, mas todo cativo que a excedesse, receberia certa quantia em dinheiro. Nos dois métodos, havia a preocupação em evitar que os frutos ainda não bem maduros fossem colhidos. No terceiro caso, todos os frutos deveriam ser colhidos (verdes e maduros), pois o objetivo era evitar que os cafezais fossem

[356] AGUIAR, op. cit., p. 12. MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense** (*online*), v. 7, p. 143, maio 2008.
[357] Ibid., p. 143.

colhidos mais de uma vez. Esta medida permitia a máxima economia de trabalho. Assim, o montante colhido seria maior que o estipulado como padrão.[358]

Ao que tudo indica, o terceiro método tornou-se a regra no Vale do Paraíba.[359] Dez anos após Aguiar ter redigido sua *Pequena Memória*, a tarefa imputada aos escravos era mais elevada que a registrada naquele período. Outra prática que se generalizou na segunda metade do século XIX e que serviu de estímulo para a ampliação da colheita pelos escravos foi a remuneração monetária. Os escravos recebiam uma determinada quantia em dinheiro quando excediam a tarefa estipulada pelos senhores.[360] Em linhas gerais, esse era o segredo da cafeicultura brasileira. O plantio alinhado vertical com grande espaçamento entre as fileiras permitia a estrita supervisão da escravaria, tanto nas capinas quanto na colheita. Na época da safra, o método de gestão empregado combinava trabalho coletivo, apanha indiscriminada de frutos e mensuração individual.[361]

Tabela 3.20 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	39.999	21	1.905
Pequenos	160.650	228	705
Médios	154.450	238	649
Grandes	142.500	150	950
Mega [A]	480.000	422	1.137
Total	**977.599**	**1.059**	**923**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.
Nota: (**A**) foram eliminados os escravos da Fazenda dos Pinheiros (155 ao todo), de José de Aguiar de Toledo, pois os cafezais desta unidade produtiva não foram declarados.

Outra questão interessante acerca do regime escravista refere-se à exploração do trabalho escravo entre os grupos de escravistas. A **Tabela 3.20** apresenta o número de pés de café cultivados pela população cativa segundo as faixas de tamanho de posse, na década de 1830, em Bananal. O que salta aos olhos é a elevada taxa de trabalho imputada aos trabalhadores escravos das miniescravarias frente aos trabalhadores das demais propriedades rurais. Enquanto cada cativo pertencente aos miniproprietários cultivava, em média, 1.905 pés

[358] AGUIAR, op. cit., p. 12-13. MARQUESE, op. cit., p. 143-144.
[359] WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. 1. ed, 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1985, p. 67.
[360] MARQUESE, op. cit., p. 144-145.
[361] Ibid., p. 145-146.

de café, os escravos das pequenas, médias, grandes e megaunidades produtivas cuidavam, em média, 705, 649, 950 e 1.137 pés de café, respectivamente.

Entretanto, quando se leva em consideração apenas a força de trabalho (escravos adultos), nota-se que a taxa de exploração da escravaria cresce substantivamente. Cada escravo adulto pertencente aos miniescravistas seria responsável, em média, pelo cultivo de 10 mil pés de café. Os pequenos, médios e grandes escravistas, por seu turno, atribuíam aos seus cativos que cultivassem, em média, 2.086, 1.884 e 2.415 pés de café, respectivamente.

Tabela 3.21 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1839

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	39.999	4	10.000
Pequenos	160.650	77	2.086
Médios	154.450	82	1.884
Grandes	142.500	59	2.415
Total	**497.599**	**222**	**2.241**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.
Nota: os cativos e os cafezais dos megaescravistas foram eliminados da amostragem, pois poucos indivíduos tiveram a idade declarada nos processos.

Na década de 1840, houve um aumento global na exploração do trabalho escravo das unidades produtivas cafeeiras, conforme os dados do **Gráfico 3.3** e **3.4**. Todavia, não se verificou um crescimento da taxa de trabalho em todas as faixas de tamanho de posse. No caso dos megaescravistas, houve um decréscimo (de 18,7%) na taxa de trabalho ante a década de 1830: os arbustos cultivados individualmente pelos escravos, que era de 1.137 pés nos anos 1830, reduziram-se a 924 árvores no decênio de 1840. Em relação aos demais escravistas, houve aumento na taxa de trabalho; no entanto, o crescimento não se deu de modo uniforme em todas as FTPs. O aumento foi muito mais acentuado nas miniescravarias, cuja taxa de trabalho cresceu 57,5% em relação à década de 1830, passando de 1.905 para 3.000 pés de café por escravo. Nas outras FTPs, o crescimento foi da ordem de 51,3% nas pequenas escravarias, 148,1% nas médias e 95,7% nas grandes escravarias (**Tabela 3.22**). Observa-se uma vez mais que os cativos residentes nas miniescravarias eram mais explorados que a população escrava dos demais grupos de escravistas.

Tabela 3.22 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	99.000	33	3.000
Pequenos	184.626	173	1.067
Médios	417.070	259	1.610
Grandes	362.600	195	1.859
Mega	631.950	684	924
Total	**1.695.246**	**1.344**	**1.261**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Estabelecendo a comparação da taxa de exploração da *força de trabalho* dos escravistas, entre os anos 1830 e 1840 (**Tabelas 3.21** e **3.23**), percebe-se que houve um incremento no número médio de pés de café cultivados pelos escravos adultos das pequenas, médias e grandes escravarias. O aumento foi da ordem de 42% nas pequenas escravarias, 34% nas médias e, por fim, 4% nas grandes. No entanto, decresceu a taxa de exploração dos escravos residentes nas miniescravarias: a redução foi de quase 30%; a despeito disso, a taxa de trabalho imputada a esses escravos pelos seus senhores era muito maior que aquela atribuída aos trabalhadores das outras propriedades escravistas.

Tabela 3.23 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1840-1849

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	99.000	14	7.071
Pequenos	184.626	62	2.978
Médios	417.070	165	2.528
Grandes	362.600	144	2.518
Mega	631.950	263	2.403
Total	**1.695.246**	**648**	**2.616**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Nos anos 1850, também se verificou um crescimento global da exploração da mão de obra escrava nas propriedades cafeeiras de Bananal (**Gráfico 3.3** e **3.4**). O fato é que a curva de crescimento foi causada pelo aumento da taxa de trabalho nas pequenas e, sobretudo, nas megaescravarias. Na primeira, o aumento foi de apenas 6,6% (passou de 1.067 para 1.138 pés de café por escravo), ao passo que nas megapropriedades a taxa correlata se igualou a 81,6% (foi de 924 para 1.678 cafezais por escravo) (**Tabela 3.24**). Houve, portanto, um aumento

brutal na exploração da mão de obra cativa dos megaescravistas. Como 70,2% da população cativa vivia nas senzalas de tais unidades produtivas nesse período, logo a maior parcela dos escravos de Bananal pôde "sentir na pele" os efeitos do acréscimo da taxa de trabalho a ela imputada. Já no caso das mini, médias e grandes escravarias constatou-se uma diminuição relativa na exploração do trabalho cativo. Nessas propriedades, o decréscimo na taxa de trabalho foi de 12,2%, 24,8% e 31,8%, respectivamente.

Tabela 3.24 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	86.900	33	2.633
Pequenos	273.157	240	1.138
Médios	443.000	366	1.210
Grandes	864.870	682	1.268
Mega	5.222.500	3.113	1.678
Total	**6.890.427**	**4.434**	**1.554**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Comparando os dados das **Tabelas 3.23** e **3.25**, que tratam da exploração da *força de trabalho* dos escravistas nas décadas de 1840 e 1850, é possível averiguar o aumento da exploração dos escravos adultos pertencentes aos médios, grandes e megaescravistas. Na primeira, o acréscimo foi de quase 50% (de 2.528 para 3.786 pés por escravo), ao passo que, nas grandes e mega, o aumento foi de 11,5% (de 2.518 para 2.808 pés por cativo) e 36,2% (de 2.403 para 3.274 pés por escravo), respectivamente. Já nas mini e pequenas escravarias, decresceu a taxa de exploração: em relação às mini, a redução foi de 31,7% (de 7.071 para 4.828 pés por cativo) e, nas pequenas, a taxa correlata igualou-se a 26% (de 2.978 para 2.203 pés por escravo). Observa-se que, em todos os casos, a taxa de sobretrabalho era mais elevada que a estipulada por Taunay.[362]

[362] TAUNAY, op. cit., p. 130.

Tabela 3.25 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1850-1859

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	86.900	18	4.828
Pequenos	273.157	124	2.203
Médios	443.000	117	3.786
Grandes	864.870	308	2.808
Mega	5.222.500	1.595	3.274
Total	**6.890.427**	**2.162**	**3.187**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Em suma, o que os dados das **Tabelas 3.21**, **3.23** e **3.25**, cujos valores foram agregados na **Tabela 3.26**, indicam é que a taxa de exploração da força de trabalho era distinta entre os grupos de escravistas (FTP). Nesse sentido, pode-se supor que os métodos empregados na gestão do processo de trabalho escravo poderiam sofrer alguma variação segundo a dimensão das escravarias. Provavelmente, os cafeicultores lançaram mão de medidas para incentivar seus escravos a colherem uma quantidade maior de grãos que o padrão geralmente exigido.

Nas miniescravarias, a taxa de sobretrabalho imputada aos cativos era mais elevada que nos demais grupos de escravistas: nessas propriedades, os escravos cuidavam, em média, de 6.275 pés de café. Para explicar essa exorbitante exploração, pode-se levantar, em primeiro lugar, a hipótese de que, em tais unidades produtivas, o nível de endividamento dos escravistas era maior em comparação aos outros proprietários de escravos. Nesse sentido, esses cafeicultores procuravam impor um ritmo de exploração maior de sua força de trabalho, objetivando saldar as dívidas e, com isso, adquirir mais escravos, plantar mais cafezais e comprar ou apossar-se de mais terras para aumentar a produção agrícola e ascender socialmente. Pode-se cogitar, também, que tamanha opressão fosse necessária devido ao baixo nível técnico produtivo dessas unidades agrícolas, principalmente quanto aos maquinários empregados no beneficiamento dos grãos. É mais provável, porém, que a família do cafeicultor trabalhasse lado a lado com seus cativos nas lavouras de café. Havia igualmente a possibilidade de recurso ao trabalho de mutirão, muito comum entre pequenos lavradores, onde os vizinhos se reuniam para ajudar na colheita. As quatro hipóteses elencadas não são de todo excludentes e, pelo menos, as três primeiras podem ser testadas por meio das informações extraídas dos processos de inventário. No entanto, dada a escala de trabalho, elas

só poderão ser devidamente examinadas em outra etapa da investigação, para além do mestrado.

Tabela 3.26 – Relação de Pés de Café Cultivados por *Escravos Adultos* por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Pés de Café (A)	Escravos (B)	(A)/(B)
Mini	225.899	36	6.275
Pequenos	618.433	263	2.351
Médios	1.014.520	364	2.787
Grandes	1.369.970	511	2.681
Mega[A]	5.854.450	1.858	3.151
Total	**9.083.272**	**3.032**	**2.996**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: (**A**) os cafezais (480 mil pés de café) e a escravaria (24 escravos) dos megaescravistas inventariados nos anos 1830 foram eliminados da amostragem, pois apenas alguns cativos tiveram a idade declarada nos processos.

No que tange à exploração da força de trabalho nas megaescravarias, observa-se que também havia uma imposição elevada de sobretrabalho: nessas unidades produtivas, cada cativo cuidava, em média, de 3.151 pés de café (**Tabela 3.26**). Essa taxa era contrabalançada pelas maiores possibilidades de constituição de famílias pelos escravos residentes nessas propriedades.[363] A concessão de um pedaço de terras para a escravaria cultivar sua própria roça, em teoria, também era plenamente factível, haja vista que esses cafeicultores possuíam a maior parte das terras inventariadas em Bananal. Há evidências que apontam nessa direção. No primeiro capítulo, apontou-se que, na Fazenda Boa Vista, pertencente à megaescravista Domiciana Maria da Conceição, esposa de José Ramos Nogueira, havia um cafezal pertencente aos escravos.[364] A combinação dessas duas medidas pode ter facilitado a extração de uma taxa de sobretrabalho maior que o padrão, sem que as tensões inerentes a este sistema tão opressor resultasse numa rebelião escrava.[365]

[363] Cf. SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, v. 17, n. 2, p. 217-228, maio/ago. 1987. MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002.
[364] Cf. MMN, **Inventário de Domiciana Maria da Conceição**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.
[365] SLENES, Robert. **The demography and economics of Brazilian Slavery**: 1850-1888. Doctoral thesis in History. Stanford: Stanford University, 1976. MELLO, Pedro Carvalho de. **A economia da escravidão nas fazendas de café**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984. SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. MARQUESE, Rafael de

Nas médias e nas grandes escravarias, por seu turno, as taxas de exploração da mão de obra, apesar de bastante elevadas, eram menores que nas mini e nas megaescravarias. Os cativos cultivavam, em média, 2.787 e 2.681 pés de café, respectivamente (**Tabela 3.26**). Não se deve descartar a hipótese na qual as possibilidades de formação de famílias e a cessão de terras para a elaboração de roças próprias também cumprissem um papel fundamental para arrefecer as tensões nas senzalas.[366] No entanto, é mais provável que um dos recursos empregados por esses cafeicultores consistisse na concessão de alforrias a seus cativos. Segundo os dados disponíveis na **Tabela 3.27**, é possível depreender que tais cafeicultores libertavam proporcionalmente mais escravos que os demais escravistas. Entre as décadas de 1830 e 1850, 6,1% dos cativos foram alforriados pelos médios escravistas durante a execução de seus inventários *post mortem*. No caso dos grandes escravistas, 2,5% de seus escravos foram contemplados com a carta de alforria. É válido lembrar, contudo, que essas alforrias correspondem apenas à intenção de seus proprietários em libertar seus cativos, pois foram legadas em testamento. Seria necessário examinar se esses cativos foram de fato contemplados com a carta de alforria, passo que será trilhado mais adiante, em pesquisas futuras.

Em relação aos pequenos escravistas, por fim, deve-se destacar que as taxas de sobretrabalho eram menores em relação a todos os demais escravistas, mas mantinham um nível elevado se lembrarmos da taxa tida como ideal por Taunay.[367] Nessas propriedades, os escravos cuidavam, em média, de 2.351 pés de café (**Tabela 3.26**). As hipóteses levantadas acerca das possibilidades de constituição de famílias e da cessão de espaços nas unidades produtivas para a roça escrava também devem ter cumprido um papel importante. Além da roça escrava pertencente aos cativos de José Ramos Nogueira, foi encontrada outra evidência, que pode sugerir que a medida era prática comum dos cafeicultores. No processo de inventário da pequena escravista Ana Maria de Carvalho, esposa de Domingos Antônio Gonçalves, foi declarada uma plantação de bananeiras, pertencente a seus escravos ("um quartel de bananeiras que parte com o dos escravos").[368]

Bivar. **Administração & Escravidão**: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: Hucitec, 1999.

[366] Cf. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

[367] TAUNAY, op. cit., p. 130.

[368] Cf. MMN, **Inventário de Ana Maria de Carvalho**. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 206, 13/04/1833.

Tabela 3.27 – Distribuição das Alforrias Declaradas em Testamentos por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	Alforrias	
	N	% sobre o Total de Escravos
Mini	1	1,1
Pequenos	7	1,1
Médios	53	6,1
Grandes	26	2,5
Mega	43	0,9
Total	**130**	**1,9**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Em linhas gerais, procurou-se mostrar que, entre as décadas de 1830 e 1850, os megaproprietários de escravos de Bananal (11,4% do total de escravistas), além de deterem em suas mãos parcela substantiva da população cativa (62,6% ao todo), concentravam 63,5% da superfície rural inventariada e 66,2% dos cafezais existentes nas propriedades. Nestes termos, é possível apontar que esses senhores de escravos eram responsáveis pela maior parte do volume de café remetido ao Rio de Janeiro e exportado para os mercados consumidores do Atlântico Norte.

Os dados extraídos dos processos de inventário *post mortem* apontam também que esses escravistas foram destacando-se paulatinamente no decurso do período histórico frente aos demais proprietários de escravos. A tendência à concentração da posse de escravos, terras e cafezais acompanhou o próprio ritmo da expansão desenfreada da cafeicultura escravista a partir da década de 1830 em Bananal. Nesse período, os megaproprietários de escravos (5,9% do total) detinham a posse de 47,5% da escravaria, 18,4% da superfície rural e 49,1% dos cafezais da região. Nos anos 1840, tais proprietários (8% do total) possuíam 50,9% da mão de obra cativa, 38,8% da área rural e 37,3% dos pés de café. Por fim, na década de 1850, período no qual a cidade de Bananal se transformou na maior produtora de café da província de São Paulo, os megaescravistas (18,5% do total) eram donos de 70,2% dos trabalhadores escravizados, 83,7% do território e 75,8% dos arbustos cafeeiros cultivados na região.

Esses senhores de escravos expandiram-se enquanto grupo no decurso do tempo e, além disso, ampliaram as quantidades de escravos, terras e cafezais em suas propriedades rurais. O brutal enriquecimento tornou-se possível, em primeiro lugar, devido às vantagens oferecidas pelo mercado internacional. Ao longo da primeira metade do século XIX, houve um aumento substantivo na demanda de café nos Estados nacionais que passaram pelo

processo de industrialização. O café passou então a compor a “cesta básica” dos trabalhadores assalariados livres dos países industrializados.

O segundo fator que ajuda a elucidar os motivos que permitiram aos megaproprietários de escravos enriquecerem no decorrer do mesmo período reside na brutal exploração da mão de obra cativa. Entre as décadas de 1830 e 1850, os senhores de escravos aumentaram significativamente a produtividade imputada a cada um de seus trabalhadores. Para tanto, os senhores de escravos valeram-se de vários métodos para extrair o máximo de produtividade de sua mão de obra. Dentre eles, pode-se destacar o artifício utilizado por um dos maiores fazendeiros de café de Vassouras. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão de Pati do Alferes), em seu manual agrícola, redigido em 1846, e publicado no ano seguinte, para auxiliar o filho recém-egresso da Europa que se tornara fazendeiro de café, apontava como conseguiu obter uma produtividade ótima nas colheitas de café:

> [...] um dos melhores expedientes que (em princípio quando os meus escravos não sabiam apanhar café) estabeleci, e de que tirei muito bom resultado, foi o dos prêmios, v. g., marcava cinco alqueires como tarefa, e dizia-lhes; todo aquele que exceder, terá por cada quarta 40 réis de gratificação. Com este engodo, que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral.[369]

[369] WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. 1. ed, 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1985, p. 67.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação e o deslanche da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba foi de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de seus municípios. Na região de Bananal, os primeiros arbustos cafeeiros surgiram na última década do século XVIII, logo após sua fundação. No decurso da primeira metade do Oitocentos, a expansão da economia cafeeira transformou a localidade em uma típica região de *plantation* escravista, ao lado de outros grandes municípios produtores de café do médio Vale do Paraíba (Vassouras, Valença, Barra Mansa, Resende, Piraí, Paraíba do Sul e Cantagalo).

Grande parte dos esforços empreendidos desde os anos 1980 consistiu em rever o modelo demográfico da *plantation* escravista, isto é, os pesquisadores apontaram que teria prevalecido no Brasil pequenas posses de escravos. Meu estudo, ao trabalhar com um único município, não desmente esse quadro, que possivelmente mantém validade para as demais regiões do Império do Brasil, mas comprova, de forma cabal, que a grande propriedade escravista dominou de forma inconteste a paisagem geográfica, econômica e social de Bananal.

Essa constatação pode ser estendida ao Vale do Paraíba cafeeiro. A comparação sistemática com Vassouras, efetuada no segundo capítulo, sugere a existência de tendências relativamente uniformes de concentração da propriedade escrava e no perfil demográfico dessa propriedade nos dois municípios. São necessárias investigações correlatas para outros municípios do Vale do Paraíba. No município de Piraí, localizado entre Bananal e Vassouras, aparentemente houve um padrão demográfico ainda mais concentrado em relação àquelas duas localidades, com uma presença mais acentuada do domínio dos megaescravistas sobre o espaço econômico e social. É o que sugerem as explorações iniciais da pesquisa em andamento de Rafael Marquese e Ricardo Salles.[370] Faz-se necessário examinar, também, municípios como Cantagalo, na parte oriental do médio Vale do Paraíba, aberto de forma sistemática para a exploração cafeeira apenas nos anos 1830. De todo modo, pode-se avançar a hipótese de que o que identifiquei para Bananal, em vista da correlação estreita com Vassouras, represente o padrão demográfico da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba Oitocentista.

[370] Informação fornecida por Rafael Marquese e Ricardo Salles, em 2013.

Como já havia sido originalmente sugerido por outros pesquisadores (como Klein & Luna e José Flávio Motta),[371] o processo de formação da cafeicultura em Bananal nas três primeiras décadas do século XIX – com a consequente concentração social da propriedade escrava – ocorreu mediante um processo de conversão da produção de mantimentos para a produção cafeeira. Nesse movimento de reinversão de ganhos com a produção de gêneros alimentícios voltadas ao mercado interno em pés de café, os produtores escravistas de Bananal responderam claramente aos impulsos do mercado mundial. O padrão continuou ao longo das três décadas subsequentes, notadamente nos anos de vigência do tráfico transatlântico ilegal de africanos: com os ganhos de escala em relação aos produtores menores e maior poder aquisitivo, os maiores senhores de escravos, sobretudo, os megaproprietários, tenderam a concentrar ainda mais trabalhadores e a adquirir as melhores terras, dominando um conjunto de grandes unidades produtivas rurais que chegaram a cobrir a maior parte da superfície do município de Bananal e que foram responsáveis pela maior parte da produção cafeeira local.

Após a década de 1830, no período de deslanche da cafeicultura, a queda nos preços do café em relação ao custo crescente da terra e da escravaria foi contrabalançada pela exploração crescente dos trabalhadores. A tendência de, ao longo do tempo, alocar-se mais pés de café a cada trabalhador é evidente em todos os grupos de escravistas (FTPs). No entanto, os menores proprietários, principalmente, os miniescravistas, tenderam a impor uma taxa de sobretrabalho mais elevada a seus escravos do que os maiores proprietários. As razões para essa discrepância ainda não são de todo claras, mas provavelmente elas se relacionavam a distintas estratégias de gestão da escravaria empregadas pelos grupos de proprietários.

O que me traz ao comentário final. A presente dissertação suscitou uma série de perguntas que ficaram sem resposta. Como se formou a estrutura fundiária de Bananal? Qual a natureza do poder político dos megaproprietários? Como esse poder se relacionava à estrutura demográfica e fundiária? Qual a natureza de suas relações sociais e políticas com os menores proprietários? Quais foram as tendências da demografia escrava nas três décadas finais da escravidão do município? Como a dinâmica da alforria se relacionou à concentração da propriedade escrava? Essas questões, que não podem ser resolvidas com a documentação

[371] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005. MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999.

aqui utilizada, demandarão um novo esforço de investigação. É o que pretendo fazer nos próximos anos.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Dados sobre Bananal

Tabela A.1

Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	1830-1839	1840-1849	1850-1859
Pequenos	174	154	155
Médios	194	212	190
Grandes	281	247	202*
Total	**234**	**222**	**198**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: (*) excluiu-se um escravo da amostra, cujo gênero não foi identificado.

Tabela A.2

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
FTP	**$ (N)**	**$ (N)**	**$ (N)**
Pequenos	305$494 (249)	407$697 (198)	809$849 (272)
Médios	285$085 (238)	436$153 (246)	779$513 (349)
Grandes	290$582 (572)	383$058 (877)	904$381 (3.782)
Total	**292$853 (1.059)**	**396$639 (1.321)**	**888$644 (4.403)**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: os números entre parênteses correspondem à amostra de dados.

Tabela A.3

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
Masculino	329$580	433	229$565	133	306$078	566
Feminino	322$178	129	210$433	134	265$243	263
Total	**327$881**	**562**	**219$963**	**267**	**293$123**	**829**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Tabela A.4

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
0-14	183$160	86	171$826	86	177$493	172
15-49	358$538	171	339$307	75	352$675	246
50 ou +	96$667	3	20$000	3	58$333	6
Total	**297$507**	**260**	**245$640**	**164**	**277$445**	**424**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Tabela A.5

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
0-14	342$000	10	163$369	154	174,261	164
15-49	362$588	177	362$500	44	362,570	221
50 ou +	93$333	3	-	-	93,333	3
Total	**357$253**	**190**	**200$420**	**198**	**280,894**	**388**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1839.

Tabela A.6

Preço Médio e Mediano (em Mil-Réis) dos Escravos. Bananal, 1830-1859

Período	Preço Médio	Preço Mediano	N
1830-1839	292$853	300$000	1.059
1840-1849	396$639	400$000	1.321
1850-1859	888$644	950$000	4.403

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.

Tabela A.7

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1840-1849

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
Masculino	436$379	671	333$250	207	412$065	878
Feminino	431$616	198	294$513	181	366$139	379
Total	**435$293**	**869**	**315$179**	**388**	**398$218**	**1.257**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Tabela A.8

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	$	N	$	N	$	N
0-14	278$211	123	223$975	97	254$298	220
15-49	490$268	466	473$757	181	485$649	647
50 ou +	196$552	29	181$765	17	191$087	46
Total	**434$280**	**618**	**374$799**	**295**	**415$061**	**913**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Tabela A.9

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1840-1849

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	$	N	$	N	$	N
0-14	450$000	37	214$730	183	254$298	220
15-49	484$395	529	497$477	111	486$664	640
50 ou +	191$579	38	165$714	7	187$556	45
Total	**463$866**	**604**	**317$859**	**301**	**415$305**	**905**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1840-1849.

Tabela A.10

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Bananal, 1850-1859

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	$	N	$	N	$	N
Masculino	971$421	1.619	846$144	887	927$079	2.506
Feminino	886$305	479	741$912	769	797$332	1.248
Total	**951$988**	**2.098**	**797$742**	**1.656**	**883$945**	**3.754**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Tabela A.11

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	$	N	$	N	$	N
0-14	476$147	414	456$290	403	466$353	817
15-49	1:146$438	1.561	1:116$918	597	1:138$272	2.158
50 ou +	559$261	230	448$837	86	529$209	316
Total	**959$340**	**2.205**	**818$863**	**1.086**	**912$984**	**3.291**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Tabela A.12

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Bananal, 1850-1859

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
0-14	825$000	2	458$408	804	459$318	806
15-49	1:092$550	1.349	1:307$291	539	1:153$856	1.888
50 ou +	501$742	221	755$147	34	535$529	255
Total	**1:009$151**	**1.572**	**798$014**	**1.377**	**910$563**	**2.949**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1850-1859.

Tabela A.13

Preço Médio (em Mil-Réis) da Braça de Terra por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

FTP	1830-1839	1840-1849	1850-1859
Pequenos	5$689 (28)	8$307 (19)	22$200 (15)
Médios	6$600 (8)	14$969 (16)	24$500 (4)
Grandes	6$917 (12)	18$093 (27)	27$425 (32)
Total	**6$148 (48)**	**14$288 (62)**	**25$659 (51)**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: os números entre parênteses representam a amostragem de dados.

Tabela A.14

Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo*) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP). Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
FTP	**N**	**N**	**N**
Mini	1.905	3.000	2.633
Pequenos	705	1.067	1.138
Médios	649	1.610	1.210
Grandes	950	1.859	1.268
Mega	1.137	924	1.678
Total	**923**	**1.261**	**1.554**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: (**N**) = número de pés de café/escravo

Tabela A.15

Evolução da Exploração do Trabalho Escravo (em Pés de Café por *Escravo Adulto*) por Faixas de Tamanho de Posse de Escravos (FTP).

Bananal, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
FTP	**N**	**N**	**N**
Mini	10,000	7,071	4,828
Pequenos	2,086	2,978	2,203
Médios	1,884	2,528	3,786
Grandes	2,415	2,518	2,808
Mega	- *	2,403	3,274
Total	**2.241**	**2.616**	**3.187**

Fonte: MMN, **Inventários *post mortem***, 1830-1859.
Nota: (**N**) = número de pés de café/escravo adulto.
(*) não se fez o cálculo, pois poucos escravos tiveram a idade registrada nos processos.

APÊNDICE B

Dados sobre Vassouras

Tabela B.1

Evolução da Razão de Sexo dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859

FTP	1830-1839	1840-1849	1850-1859
Pequenos	174	163[B]	140[E]
Médios	187[A]	225[C]	131[F]
Grandes	225	193[D]	178[G]
Total	**202**	**195**	**160**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: excluiu-se o seguinte número de escravos da amostra, cujo gênero não foi identificado **(A)** 1; **(B)** 3; **(C)** 2; **(D)** 6; **(E)** 4; **(F)** 9; **(G)** 6.

Tabela B.2

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Vassouras, 1830-1859

Período	1830-1839	1840-1849	1850-1859
FTP	**$ (N)**	**$ (N)**	**$ (N)**
Pequenos	271$703 (314)	423$404 (425)	865$758 (646)
Médios	321$637 (417)	419$166 (887)	829$178 (1.191)
Grandes	300$026 (734)	412$383 (3.909)	778$442 (3.261)
Total	**300$107 (1.465)**	**414$433 (5.221)**	**801$346 (5.098)**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.
Nota: os números entre parênteses correspondem à amostra de dados.

Tabela B.3

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Sexo. Vassouras, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Sexo	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
Masculino	338$196	753	223$021	198	314$217	951
Feminino	327$651	255	214$198	201	277$642	456
Total	**335$529**	**1.008**	**218$576**	**399**	**302$363**	**1.407**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Tabela B.4

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Sexo e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Faixa Etária	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
0-14	202$700	187	176$292	154	190$774	341
15-49	355$786	698	355$682	274	355$757	972
50 ou +	192$000	54	104$000	27	162$666	81
Total	**315$881**	**939**	**280$030**	**455**	**304$179**	**1.394**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

Tabela B.5

Preço Médio (em Mil-Réis) dos Escravos por Origem e Faixa Etária. Vassouras, 1830-1839

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
Faixa Etária	**$**	**N**	**$**	**N**	**$**	**N**
0-14	279$338	65	168$743	253	191$349	318
15-49	354$564	843	363$727	107	355$596	950
50 ou +	168$322	62	164$285	14	167$578	76
Total	**337$619**	**970**	**224$360**	**374**	**306$102**	**1.344**

Fonte: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (org.).
Vassouras – Século XIX. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo

1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças (Bananal).

1822, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças (Bananal).

1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças (Bananal).

1836, Bananal.

Museu Histórico e Pedagógico Major Dias Novais

Inventário de João Gonçalves Leite. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 11, Nº 160, 01/01/1830.
Inventário Amigável de Ana Ribeiro Barbosa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 11, Nº 174, 28/01/1830.
Inventário de Raimundo José de Freitas. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 15, Nº 236, 20/02/1830.
Inventário Amigável de Maria Tereza da Trindade. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa s/nº, s/nº, 28/07/1830.
Inventário de Máximo Ribeiro dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 186, 02/04/1831.
Inventário de José Pedro de Almeida Lima. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 187, 05/04/1831.
Inventário de Maria Tereza dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 192, 04/11/1831.
Inventário de José Correa Caro. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 193, 07/11/1831.
Inventário de Izabel Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 12, Nº 198, 08/05/1832.
Inventário de Joaquina Antunes Cordeira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 203, 11/04/1833.
Inventário de José Francisco Lourenço. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 204, 12/04/1833.

Inventário de José Vieira de Souza. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 205, 12/04/1833.
Inventário de Ana Maria de Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 206, 13/04/1833.
Inventário de Maria Madalena do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 207, 26/04/1833.
Inventário de Joaquina Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 14, Nº 216, 20/06/1833.
Inventário de Antônio Ribeiro Barbosa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 14, Nº 218, 02/07/1833.
Inventário de Ana Joaquina da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 14, Nº 221, 03/08/1833.
Inventário de Maria Nogueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 14, Nº 222, 23/08/1833.
Inventário de Maria Josefa da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 14, Nº 223, 23/08/1833.
Inventário de Antônio Ferreira da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 15, Nº 239, 14/02/1834.
Inventário de Joaquim Pereira da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 15, Nº 240, 17/02/1834.
Inventário de Francisco Antônio do Rosário. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 13, Nº 210, 30/04/1834.
Inventário de Manoel Homem Cordeiro. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 16, Nº 264, 02/05/1834.
Inventário Amigável de Mariana de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 16, Nº 255, 12/05/1834.
Inventário de Ana Maria de Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 16, Nº 261, 17/06/1834.
Inventário de Capitão João Gonçalves Lopes. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 17, Nº 265, 01/07/1834.
Inventário de José Vitorino Moreira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 18, Nº 278, 08/01/1835.
Inventário de Francisco Inocêncio dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 18, Nº 280, 20/01/1835.
Inventário de Domiciana Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 305, 04/04/1835.
Inventário de José Machado da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 19, Nº 306, 23/06/1835.
Inventário de José Antônio Martins e Ana Joaquina da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 20, Nº 307, 07/01/1836.
Inventário de Francisca Maria da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 20, Nº 324, 27/01/1836.

Inventário de João Francisco de Oliveira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 20, Nº 325, 09/02/1836.
Inventário Amigável do Capitão Antônio Gomes Nogueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 326, 22/02/1836.
Inventário de Felícia Maria de Santana. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, Nº 328, 22/02/1836.
Inventário de Bento de Barros. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, S/Nº, 25/06/1836.
Inventário de José Gonçalves Campos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 22, Nº 353, 08/10/1836.
Inventário de Tereza Maria dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 23, Nº 360, 21/11/1836.
Inventário e Arrecadação de Bens do Padre Lourenço Justiniano da Profecia. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 23, S/ Nº, 31/01/1837.
Inventário de Rufino Justus Correa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 24, Nº 364, 14/03/1837.
Inventário de Inácio Ribeiro Barbosa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 25, Nº 404, 02/09/1837.
Inventário de João José Inácio. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 25, Nº 412, 17/10/1837.
Inventário do Tenente-Coronel Luiz Gomes Nogueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 424, 23/01/1838.
Inventário Amigável de José de Aguiar de Toledo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 427, 09/02/1838.
Inventário de José Joaquim do Nascimento e Ana Gonçalves Pena. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 26, Nº 429, 03/03/1838.
Inventário de Ana Gonçalves Leite. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 27, Nº 439, 08/05/1838.
Inventário de Rita Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 27, Nº 447, 08/07/1838.
Inventário de Ana Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 27, Nº 450, 19/08/1838.
Inventário de Antônio Mendes da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 27, Nº 453, 21/08/1838.
Inventário de Jesuína Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 462, 20/10/1838.
Inventário de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 469, 04/12/1838.
Inventário de Marceliano Ferreira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 474, 21/01/1839.
Inventário de Maria Rodrigues. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 475, 23/01/1839.
Inventário de Capitão Joaquim José Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 28, Nº 478, 29/01/1839.

Inventário de Luciana Gonçalves Pena. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 496, 26/04/1839.
Inventário de Ana Soares Lemes. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 500, 03/05/1839.
Inventário de Maria Lemes de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 504, 17/06/1839.
Inventário Amigável de Maria Ferreira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 505, 08/06/1839.
Inventário de Manoel Dias Ramos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 506, 15/06/1839.
Inventário de Claudio Rodrigues da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 507, 20/06/1839.
Inventário de Antônio de Araújo Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 29, Nº 508, 21/06/1839.
Inventário de José Antônio de Siqueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 30, Nº 515, 27/07/1839.
Inventário de João Mendes Paiva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 30, Nº 521, 23/08/1839.
Inventário de Francisco José Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 30, Nº 530, 30/09/1839.
Inventário de Francisco José de Sousa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 30, Nº 531, 04/10/1839.
Inventário de Rosana Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 31, Nº 536, 10/10/1839.
Inventário de Manoel Inácio Bicudo e Joana Ramos das Neves. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 31, Nº 552, 01/02/1840.
Inventário de Antônio de Medeiros Torres. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 31, Nº 553, 07/02/1840.
Inventário de Antônia Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 32, Nº 561, 05/03/1840.
Inventário de Gertrudes Maria. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 32, Nº 565, 11/04/1840.
Inventário de Maria Tereza da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 32, Nº 560, 04/05/1840.
Inventário de Francisca Guilhermina Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 32, Nº 566, 04/05/1840.
Inventário de Floriano Fernandes da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Nº 571, 30/06/1840.
Inventário de Ana Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Nº 578, 24/09/1840.
Inventário de Francisco Inácio Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Nº 588, 27/11/1840.

Inventário de Ana Gonçalves Leite. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Nº 589, 01/12/1840.
Inventário de Pulucena Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 34, Nº 600, 07/05/1841.
Inventário de Elias Pinto de Sá. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 34, Nº 608, 09/07/1841.
Inventário de Joaquim José Lobato. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 35, Nº 610, 07/08/1841.
Inventário de João Carlos Guio. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 35, Nº 611, 16/08/1841.
Inventário de Mariana Rosa da Palma. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 35, Nº 618, 23/10/1841.
Inventário de Izabel Maria das Dores. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 35, Nº 622, 23/11/1841.
Inventário de Emerenciana Maria do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 35, Nº 626, 16/12/1841.
Inventário de Joaquim Alves de Araújo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 36, Nº 640, 09/04/1842.
Inventário de Esmeria Rodrigues da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 37, Nº 650, 06/07/1842.
Inventário de Domingos Dias de Vasconcelos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 37, Nº 665, 28/09/1842.
Inventário de Gertrudes Maria de Oliveira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 37, Nº 667, 13/10/1842.
Inventário de José Joaquim de Azevedo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 39, Nº 708, 15/07/1843.
Inventário de Laura da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 39, Nº 709, 20/07/1843.
Inventário de Inês Lescura Franca. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 39, Nº 713, 31/08/1843.
Inventário de Gertrudes Maria de Jesus. *Cruzeiro*, Cartório do 1º Ofício, Caixa 40, Nº 714, 26/09/1843.
Inventário de Apolinário Pereira Ribeiro. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 40, Nº 724, 12/03/1844.
Inventário de José Gonçalves Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 40, Nº 726, 12/04/1844.
Inventário de Ana Maria dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 41, Nº 729, 27/04/1844.
Inventário de João Rabelo de Mendonça. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 41, Nº 734, 09/06/1844.
Inventário de Manoel Joaquim de Siqueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 42, Nº 740, 31/07/1844.

Inventário de João da Cunha Lopes. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 42, Nº 744, 27/08/1844.
Inventário de Antônio Moreira do Prado. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 42, Nº 747, 04/09/1844.
Inventário de Maria Joaquina de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 42, Nº 748, 06/09/1844.
Inventário de Brás Pereira da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 42, Nº 749, 13/09/1844.
Inventário de Francisco Alves da Luz. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 43, Nº 754, 10/10/1844.
Inventário de João Antônio Gonçalves. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 43, Nº 776, 06/03/1845.
Inventário de Rita Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 44, Nº 778, 15/03/1845.
Inventário Amigável de Francisco Soares da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 44, Nº 782, 21/04/1845.
Inventário de Manoel da Silva Reis. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 44, Nº 787, 02/06/1845.
Inventário Amigável de Escolástica Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 46, Nº 830, 18/12/1845.
Inventário de Inácia Ribeiro Barbosa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 46, Nº 833, 26/01/1846.
Inventário de Ana Jacinta de Camargo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 46, Nº 834, 28/01/1846.
Inventário de João Rodrigues Lopes. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 46, Nº 838, 31/01/1846.
Inventário de Manoel José da Cruz. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 47, Nº 850, 04/06/1846.
Inventário de José Francisco Faria. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 47, Nº 852, 12/06/1846.
Inventário de Joana Poyana Monsier. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 48, Nº 873, 12/09/1846.
Inventário de Dinis Hilário Gomes Nogueira (China). Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 48, Nº 877, 23/09/1846.
Inventário de Mariana Leocádia de Paiva Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 48, Nº 879, 04/10/1846.
Inventário de Virgínia Angélica dos Anjos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 48, Nº 880. 05/10/1846.
Inventário de Maria da Conceição Magalhães Alvim. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 48, Nº 885, 26/10/1846.
Inventário do Capitão Francisco Pinto do Nascimento. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 889, 04/11/1846.

Inventário de José Maria de Azevedo Feio. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 891, 19/11/1846.
Inventário de Miguel Antônio da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 892, 21/11/1846.
Inventário de Benedito Ribeiro Mendes. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 901, 24/02/1847.
Inventário de José Feles de Macedo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 912, 31/05/1847.
Inventário de Ana Pereira da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 913, 02/06/1847.
Inventário de Joaquina Maria de Santiago. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 914, 02/06/1847.
Inventário de Antônia Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, Nº 915, 05/06/1847.
Inventário de Martinho Gonçalves Teixeira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 50, Nº 918, 19/06/1847.
Inventário Amigável de Rosa Maria do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 50, Nº 923, 30/06/1847.
Inventário de Ana Maria de Souza. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 50, Nº 924, 05/07/1847.
Inventário de Antônio Ferreira Tinoco. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 50, Nº 930, 20/08/1847.
Inventário de José Antônio Martins. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 50, Nº 933, 06/09/1847.
Inventário de Lina Cândida de São José. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 50, Nº 935, 24/09/1847.
Inventário de Lourenço Marcondes do Amaral. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 51, Nº 936, 08/10/1847.
Inventário de João Gonçalves Leite. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 51, Nº 943, 29/10/1847.
Inventário de Carlos Dias dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 52, Nº 961, 22/11/1847.
Inventário de Antônio Gonçalves Leite Filho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 52, Nº 964, 30/11/1847.
Inventário de Capitão José Joaquim da Silva Reis. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 52, Nº 973, 21/01/1848.
Inventário de Francisco Ferreira Gonçalves. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 52, Nº 976, 10/02/1848.
Inventário Amigável de José Antônio Martins. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 53, Nº 986, 14/03/1848.
Inventário do Guarda Mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 53, Nº 987, 23/03/1848.

Inventário Amigável de José Pereira Goulart. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 54, Nº 996, 26/05/1848.
Inventário de Maria Francisca dos Reis Grellet. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 54, Nº 1003, 27/06/1848.
Inventário de Mônica Maria de Aguiar. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 55, Nº 1010, 09/08/1848.
Inventário de Teodoro Rodrigues dos Ouros. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 55, Nº 1017, 23/08/1848.
Inventário de Bento Bernardes de Faria. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 55, Nº 1034, 21/09/1848.
Inventário de Maria do Carmo Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa S/Nº, S/Nº, 12/01/1849.
Inventário de Januário Martiniano Lopes. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 56, Nº 1077, 20/03/1849.
Inventário de Leopoldina Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 57, Nº 1080, 24/03/1849.
Inventário de João Ferreira de Aguiar. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 57, Nº 1088, 23/04/1849.
Inventário de João Martins de Oliveira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 58, Nº 1113, 22/05/1849.
Inventário de Antônio Gonçalves Leite Pai. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 58, Nº 1117, 04/06/1849.
Inventário de Ana Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 58, Nº 1125, 04/07/1849.
Inventário de Joaquina Maria do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 58, Nº 1129, 12/07/1849.
Inventário de Joaquim Antônio de Oliveira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 59, Nº 1134, 31/08/1849.
Inventário de José da Cunha Mesquita. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 59, Nº 1142, 16/10/1849.
Inventário de Maria Delfina do Nascimento. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 59, Nº 1143, 24/10/1849.
Inventário de Miguel Cardoso dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 60, Nº 1160, 18/01/1850.
Inventário de Manoel Leite da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 60, Nº 1166, 09/02/1850.
Inventário Amigável de Antônio Gonçalves Ribeiro. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 60, Nº 1168, 09/02/1850.
Inventário de José Pereira do Lago. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 60, Nº 1170, 18/02/1850.
Inventário de Luzia Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 60, Nº 1175, 07/03/1850.

Inventário de Francisco Pereira da Cunha Guimarães. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 60, Nº 1179, 22/03/1850.
Inventário de João Felix de Araújo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 61, Nº 1181, 13/04/1850.
Inventário de Antônio Maria Leite. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 61, Nº 1185, 02/05/1850.
Inventário de José Rodrigues Pereira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 63, Nº 1238, 07/01/1851.
Inventário de Placidina Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 63, Nº 1254, 20/03/1851.
Inventário de Ana Francisca Ribeiro. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 63, Nº 1259, 04/04/1851.
Inventário de Cristiano Augusto Lopes de Abreu. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 63, Nº 1260, 29/04/1861.
Inventário de Francisco Siqueira de Rodrigues Afonso. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 64, Nº 1267, 26/05/1851.
Inventário de Luiz José de Vasconcelos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 64, Nº 1269, 05/06/1851.
Inventário de Antônia Francisca de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 64, Nº 1272, 07/06/1851.
Inventário de Alferes João de Magalhães Couto. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 64, Nº 1273, 16/06/1851.
Inventário Amigável de Inácia Maria do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 64, Nº 1285, 27/08/1851.
Inventário de Domingos Bastos da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 64, Nº 1286, 27/08/1851.
Inventário de Joaquim Machado Faria. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 65, Nº 1306, 10/09/1851.
Inventário de Manoel Lourenço de Siqueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 65, Nº 1293, 14/09/1851.
Inventário de Joaquim Valadão de Freitas. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 65, Nº 1294, 13/09/1851.
Inventário de Camilo José Maria. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 65, Nº 1298, 22/10/1851.
Inventário de Salvador Rodrigues da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 66, Nº 1327, 28/05/1852.
Inventário de João José Frederico Ludovice. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 66, Nº 1335, 26/07/1852.
Inventário de Joaquim Santana. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 67, Nº 1342, 08/09/1852.
Inventário de João de Moura Amaral. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 67, Nº 1344, 20/09/1852.

Inventário do Comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 103, Nº 2219, 20/11/1852.
Inventário de Manoel José Luiz Bagre. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 67, Nº 1372, 09/04/1853.
Inventário de Manoel Joaquim da Rocha. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 68, Nº 1380, 13/05/1853.
Inventário de Francisco Gonçalves Leite. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 68, Nº 1381, 12/05/1853.
Inventário de Henrique Kleinfilder. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 68, Nº 1394, 23/06/1853.
Inventário de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 68, Nº 1396, 25/06/1853.
Inventário de José Joaquim do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 69, Nº 1398, 30/06/1853.
Inventário de João Marques Moreira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 69, Nº 1403, 29/08/1853.
Inventário de João Batista da Câmara. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 70, Nº 1419, 04/11/1853.
Inventário de Manoel Ribeiro dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 74, Nº 1469, 31/08/1854.
Inventário do Tenente José Joaquim dos Santos. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 73, Nº 1456, 10/07/1854.
Inventário de Tomaz da Silva Lisboa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 70, Nº 1426, 07/02/1854.
Inventário de Felicidade Porfiria Neto. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 70, Nº 1432, 02/03/1854.
Inventário de Antônio Ribeiro da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº 1434, 09/03/1854.
Inventário de Ana Maria de São José. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº1435, 11/03/1854.
Inventário de Francisca de Moura Guimarães. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº 1436, 18/03/1854.
Inventário de Antônio Joaquim da Costa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº 1437, 20/03/1854.
Inventário de Major João Brás de Oliveira Arruda. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº 1438, 21/03/1854.
Inventário Amigável de Maria Antônia da Costa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº 1439, 31/03/1854.
Inventário de Bárbara Maria de França. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 71, Nº1441, 03/04/1854.
Inventário de Maria Ferreira da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 73, Nº 1455, 02/06/1854.

Inventário de Izabel Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 73, Nº 1461, 31/06/1854.
Inventário de Catarina de Sena Clara Dina. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 73, Nº 1462, 04/07/1854.
Inventário de Manoel Francisco Alves. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 73, Nº 1464, 01/08/1854.
Inventário de Comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 03/08/1854.
Inventário de Ana Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 74, Nº 1473, 03/10/1854.
Inventário do Padre Bento José Duarte. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 74, Nº 1482, 01/02/1855.
Inventário de Plácida Maria do Sacramento. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 74, Nº 1486, 17/02/1855.
Inventário de Joaquim Pinto do Nascimento. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 74, Nº 1487, 22/02/1855.
Inventário de Tristão José de Alvarenga. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 75, Nº 1492, 01/03/1855.
Inventário de Izidoro José da Gama. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 75, Nº 1507, 20/06/1855.
Inventário de Manoel Barbosa Pinto. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 75, Nº 1508, 22/06/1855.
Inventário de Francisco Rodrigues Vieira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 75, Nº 1509, 23/06/1855.
Inventário de João Gonçalves Pereira de Souza. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 75, Nº 1511, 02/07/1855.
Inventário de Manoel Correia Leme. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 76, Nº 1521, 20/07/1855.
Inventário de Vicente Ferreira da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 76, Nº 1524, 30/07/1855.
Inventário de Marina Dias da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 76, Nº 1532, 21/08/1855.
Inventário Amigável de Joaquim Antônio de Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 76, Nº 1535, 22/09/1855.
Inventário de Miguel Francisco de Oliveira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1548, 27/11/1855.
Inventário do Capitão João da Cruz da Silva Guimarães. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1554, 12/01/1856.
Inventário de José Pinto Cabral. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1566, 21/04/1856.
Inventário de Maria Gonçalves Pena. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1567, 22/04/1856.

Inventário de Antônio Joaquim de Oliveira Rios. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1569, 26/04/1856.
Inventário de Augusta Maria Nogueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 77, Nº 1570, 30/04/1856.
Inventário de Inácia Maria de São José. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 78, Nº 1578, 19/05/1856.
Inventário de Alexandre Ribeiro Barbosa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 78, Nº 1580, 03/06/1856.
Inventário de João Paim da Câmara. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 78, Nº 1588, 07/07/1856.
Inventário de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 78, Nº 1593, 18/07/1856.
Inventário de Inácia Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 78, Nº 1594, 28/07/1856.
Inventário *Inter Vivos* de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 79, Nº 1607, 11/09/1856.
Inventário de Gonçalo José de Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 79, Nº 1613, 30/09/1856.
Inventário de Sebastião José Rodrigues. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 80, Nº 1620, 20/10/1856.
Inventário do Major Antônio Joaquim de Godoy Bueno. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 80, Nº 1627, 10/11/1856.
Inventário do Major José Ramos Nogueira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 80, Nº 1639, 20/12/1856.
Inventário do Alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 81, Nº 1656, 16/04/1857.
Inventário de Mariana Esméria Nogueira da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 82, Nº 1664, 23/05/1857.
Inventário de Inácio Machado Barbosa. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 82, Nº 1670, 03/07/1857.
Inventário do Alferes José dos Santos Souza. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 83, Nº 1696, 31/10/1857.
Inventário de Emerenciana Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 84, Nº 1713, 07/02/1858.
Inventário Amigável *Inter Vivos* de Antônio Ferreira Pena e Maria Gertrudes da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 84, Nº 1714, 20/02/1858.
Inventário de José Joaquim Ferreira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 84, Nº 1723, 15/03/1858.
Inventário de Francisca Maria de Jesus. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 84, Nº 1724, 18/03/1858.
Inventário de Luiz Fernandes Moreira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 84, Nº 1734, 10/05/1858.

Inventário de João Ribeiro Guimarães. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 84, Nº 1736, 15/05/1858.
Inventário de Joaquim Soares da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 85, Nº 1750, 27/06/1858.
Inventário de Manoel Antônio de Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 85, Nº 1762, 09/09/1858.
Inventário de Tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 86, Nº 1764, 16/09/1858.
Inventário de Jeronimo Alves da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 86, Nº 1769, 04/10/1858.
Inventário de Maria Francisca de Carvalho. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 86, Nº 1771, 13/10/1858.
Inventário de Joaquim Francisco da Cruz. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 87, Nº 1792, 18/12/1858.
Inventário de Luciano Ribeiro da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 87, Nº 1798, 18/02/1859.
Inventário de Luiz Gomes Nogueira Franco. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 87, Nº 1799, 19/02/1859.
Inventário de Joana Maria Leal. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 89, Nº 1843, 11/05/1859.
Inventário de Diniz Ferreira de Aguiar. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Nº 1853, 03/06/1859.
Inventário de Francisco Oliveira Cesar e Rosa Maria do Rosário. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Nº 1856, 11/06/1859.
Inventário de Joaquim José Pereira da Gama. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Nº 1871, 18/07/1859.
Inventário de Bernardina Maria de Alcântara Peixoto. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Nº 1872, 21/07/1859.
Inventário de Claudina Maria do Nascimento Silveira. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Nº 1875, 25/07/1859.
Inventário de Napoleão Francisco Mercier. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 91, Nº 1882, 11/08/1859.
Inventário e Partilha Amigável de João Dias de Freitas. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 91, Nº 1897, 05/11/1859.
Inventário de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 91, Nº 1898, 07/11/1859.
Inventário de João Leite da Costa e Tereza Maria do Espírito Santo. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 92, Nº 1903, 15/11/1859.

2 FONTES PRIMÁRIAS

AGUIAR, Padre João Joaquim Ferreira de. **Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836.

LAËRNE, C.F. van Delden. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa**. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, José J. Machado de. Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro, 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000023.html>.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. V**iagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. 1. ed., 1839. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861**. Pref. de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Editora Itatiaia; Edusp, 1975.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. 1. ed., 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

3 BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C. Impressores, 1907. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00157600#page/1/mode/1up>. Acesso em: 12 jun. 2012.

AGOSTINI, Camilla. **Africanos no cativeiro e a construção de identidades no além-mar**. Vale do Paraíba, século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2002.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: a América Latina Colonial II. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Funag, 1999.

ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. **Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade**: estrutura fundiária em Bananal, 1840-1850. Relatório Final de Iniciação Científica/FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agricultura, escravidão e economia de abastecimento em São Luiz do Paraitinga, Brasil, 1776-1828. **Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Población y Sociedad en América Latina (SEPOSAL 2010)**. Salta, Argentina, Grupo de Estudios Socio-Demograficos (GREDES).

_____. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 14, p. 114-120, 2008.

_____. **Os senhores da terra**. Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.

_____; SCOTT, Ana S. Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luiza; BALHANA, Altiva Pillati (Org.). **História e população**. Estudos sobre a América Latina. São Paulo: ABEP/CELADE/IUSSP, 1990.

_____; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 339-350, dez. 2005.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. 1. ed., 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976.

BOPP, Itamar. Primeiros povoadores de Resende: Roque Bicudo Leme. **Revista Genealógica Latina**, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, n. 8, p. 33-50, 1956.

BORGES, Magno Fonseca. **Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira em Vassouras, 1821-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – DH-USS, Vassouras, Rio de Janeiro, 2005.

BOSERUP, Ester. **Las condiciones del desarrollo en la agricultura**. Madrid: Editorial Tecnos, 1967.

BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=350490>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. (2. ed.). Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 350 (Tabela 6.43) (Séries Estatísticas Retrospectivas).

BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: **História econômica**: estudos e perspectivas. 1. ed., 1971. São Paulo: ABPHE/Hucitec/Ed. Unesp, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARRILHO, Marcos. **As fazendas de café no Caminho Novo da Piedade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU-USP, São Paulo, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 1. ed., respectivamente, 1980 e 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 329-345.

CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1977.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 1. ed., 1995. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanas**. (Pref. José Luiz Pasin). Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas. 1984.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 1. ed., 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 1. ed., 1966. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. 1. ed., 1972. São Paulo: Unesp, 1999, p. 169-193.

COSTA, Iraci del Nero da. **Minas Gerais**: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

_____. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 111-113, 1988.

_____. Por uma definição de demografia histórica. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, ano I, n. 2, jul. 1994.

_____. **Vila Rica**: população (1719-1826). São Paulo: IPE-USP, 1979. (Ensaios econômicos, 1)

_____; GUTIÉRREZ, Horácio. Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). **História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-321, dez. 1984.

COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989.

COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.

DEAN, Warren. Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil. **Hispanic American Historical Review**, v. 51, n. 4, p. 606-629, Sept. 1971.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____. Gerações em conflito: diferenças entre crioulos e africanos na dinâmica da construção de comunidades de grandes propriedades no Sudeste brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais...** Maringá: Ângelo Priori, v. 1, p. 2309-2320.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 63-97.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. 1. ed., 1988. Bauru: Edusc, 2003.

FERNANDEZ, Ramon V. Garcia. A consistência das Listas Nominativas da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 3, p. 477-496, 1989.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

_____; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. “Parentesco e família entre os escravos de Vallim”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 139-164.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.

_____. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

_____; FLORENTINO, Manolo G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 151-173, maio/ago. 1987.

_____. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. **Bananal**. Cidade Histórica, Berço do Café. São Paulo: Massao Ohno/Roswitha Kempf Editores, 1981.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1. ed., 1990. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O escravismo colonial**. 1. ed., 1978. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

GRAHAM, Richard. A “família” escrava no Brasil colonial. In: GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 41-57.

GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: “Para inglês ver”? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 29, v. 1/2/3, p. 91-340, jan./dez. 2007.

GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 120, n. 120, p. 59-72, jan./jul. 1989.

HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: IPE-USP, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1. ed., 1936. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____; MAIA, Tom. **Vale do Paraíba – Velhas Fazendas**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1975.

INCRA. **Instrução Especial Nº 20 – 28/05/1980**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao--/atos-

internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980>. Acesso em: 20 dez. 2012.

KLEIN, Herbert. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas. **Transformações e trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro 1820-1930 - resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 24-5, p. 235-265, out./dez. 1971.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 23-35, 1988.

_____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, Antônio Emílio Muniz et al. **História econômica**: ensaios. São Paulo: IPE-USP, 1983, p. 25-41. (Relatórios de Pesquisa, 13).

_____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 157-171.

_____. **Minas Gerais**: escravos e senhores. São Paulo: IPE-USP, 1981. (Ensaios Econômicos, 8).

_____. Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836). **Primeiro Seminário do Centenário da Abolição do Escravismo**: da Época Colonial à Situação do Negro na Atualidade. São Paulo, IPE-USP, 1986, 21 p.

_____; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA-USP, ano VIII, n. 21, p. 1-5, mar. 2001.

_____. **Escravismo no Brasil**. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

_____. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. et al. **Escravismo em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos**: diásporas e identidades étnicas, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.

_____. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez. 1997.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998.

_____. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002.

_____. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença de negociantes de gado (1801-1811). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-71, jan./jun. 2001.

_____. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.

MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; DANIELI NETO, Mário. Mercado interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**: IPE-USP, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr./jun. 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração & Escravidão**: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura escravista brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 855-880, out./dez. 2009.

_____. Diáspora africana, escravidão e paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense** (*online*), v. 7, p. 138-152, maio 2008.

_____. Espacio y poder en la caficultura esclavista de las Américas: el Valle del Paraíba en perspectiva comparada, 1760-1860. In: PIQUERAS, José Antonio (Ed.). **Trabajo libre y trabajo coactivo en sociedades de plantacion**. Madrid: Siglo XXI, 2009, p. 215-252.

_____. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 83-128, 2010.

_____; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 1. ed., 1979. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Pedro Carvalho de. **A economia da escravidão nas fazendas de café**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984.

MOTTA, José F. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 133-149, jan./dez. 1995.

_____. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 71-101, 1988.

_____. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999.

_____. Demografia histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da. (Org.). **Brasil-Portugal**: história, agenda para o milênio. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, p. 473-507.

_____. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

_____. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 3, p. 409-434, set./dez. 1991.

_____; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica: da semeadura à colheita. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 14, n. 1/2, p. 151-157, jan./dez. 1997.

MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). **População e família**, São Paulo: Humanitas, CEDHAL/FFLCH/USP, n. 3, p. 93-128, 2000.

_____. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000.

MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson Hideiki. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994.

_____; COSTA, Iraci del Nero da. Às vésperas da abolição – um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan./mar. 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 1. ed., 1998. Ed. rev. e ampl. Niterói: EDUFF, 2011.

MOURA FILHO, Heitor Pinto. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 14, p. 9-34, 1º sem. 2009.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 1979.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense** (*online*), São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e social. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, nº especial, p. 539-564, 2002.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001.

NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2006.

_____; COSTA, Iraci del Nero da. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991.

_____. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 34, p. 175-182, 1992.

NOZOE, Nelson Hideiki; MOTTA, José Flávio. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, 51-84, 1999.

ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1960.

PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 1992.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia (UFBA)**, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os mandarins do sertão**: os criadores de gado do São Francisco, 1650-1750. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH-UFMG, Belo Horizonte, 2006.

PEREIRA, Waldick. **Cana, café & laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977.

PIROLA, Ricardo. **Senzala insurgente**: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de S. Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Sociedade de Sociologia, v. 2, n. 19, p. 223-237, jan. 1836.

RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. **Pequena história do Bananal**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. (Coleção História, 19).

RIBAS, Rogério de Oliveira. **Tropeirismo e escravidão**: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1989.

RIBEIRO, Fábia Barbosa. **Caminho da Piedade, caminhos de devoção**: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba paulista – século XIX. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo**: povoadores do Bananal. São Paulo: Governo do Estado, 1980. (Coleção Paulística, XVIII).

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. **Almanack Braziliense** (*online*), São Paulo, n. 10, p. 48-53, nov. 2009.

_____; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br>. Acesso em: 15 set. 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 1980.

SANTOS, Adelci Silva dos. **À sombra da fazenda**: a pequena propriedade agrícola na economia de Vassouras oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História-Universidade Severino Sombra, Vassouras, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Camila dos. **Laços cativos**: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, UERJ-FFP, São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2011.

SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62.

_____. **Na penumbra**: o entrelace de família e negócios (Vale do Paraíba, 1770-1840). Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983.

_____. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 2011.

SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, abr. 1997.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1. ed., 1996. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SIMONSEN, Roberto. **Aspectos da história econômica do café**. São Paulo: Separata da Revista do Arquivo, 1940.

SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 217-228, maio/ago. 1987.

_____. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 103-155.

_____. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. 1. ed., 1999. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. **The demography and economics of Brazilian Slavery**: 1850-1888. Doctoral thesis in History. Stanford: Stanford University, 1976.

STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real**: Caminho Novo da Piedade. Campinas: Editora Alínea, 2009.

TOMICH, Dale W. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2011.

VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. 1. ed., 1965. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 1. ed., 1951. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.